

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Estudos da Linguagem  
Doutorado em Lingüística

A ENUNCIÇÃO VACILANTE  
Formas do Heterogêneo no Discurso de Si

Rosana Paulillo

Orientação: Profa. Dra. Eni Orlandi

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Christian Dunker (USP)

Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)

Prof. Dra. Maria Bernadette Marques Abaurre (UNICAMP)

Prof. Dr. Pedro de Souza (UFSC):

CAMPINAS  
2004

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P284e Paulillo, Rosana.  
A enunciação vacilante : formas do heterogêneo no discurso de si /  
Rosana Paulillo. - Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Eni Orlandi.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Subjetividade. 3. Teoria da enunciação. 4.  
Semântica. 5. Gêneros discursivos. I. Orlandi, Eni. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

## RESUMO

Este trabalho consiste numa investigação sobre um tipo de discurso que proponho chamar o *discurso de si*. Trata-se de um funcionamento que ocorre, empiricamente, em situações de conversação íntima, de caráter confidencial, em falas em situação terapêutica, em escritos íntimos, auto-reflexivos, como diários e em correspondências de caráter confidencial. No discurso de si o sujeito fala de si mesmo enquanto instância estritamente subjetiva: tenta representar, no corpo simbólico do discurso, estados psíquicos — pensamentos e sentimentos experimentados. Esse processo se manifesta tipicamente sob a configuração do que denominei a *enunciação vacilante*.

Na enunciação vacilante, tão logo um segmento de valor representacional é enunciado, seu poder de nomeação é suspenso pelo atravessamento de modalizações cujo efeito é fazer tombar os sentidos que o dizer inscreve na dimensão da provisoriedade, da incompletude. Mas a constante busca do sentido próprio, a que o processo de modalização visa, faz cair o discurso na vacilação e acaba por rarefazer a referência, mostrando a emergência da não coincidência que afeta o dizer (Authier-Revuz, 1992).

As diferentes modalizações encontradas no corpus são analisadas enquanto formas pelas quais a heterogeneidade do sujeito, do sentido e do dizer se manifesta.

## ABSTRACT

This thesis is an investigation about a kind of discourse that I propose to call the *discourse of self*. It occurs empirically at therapeutic settings, intimate conversations, personal writings as diaries and private and intimate correspondances. There is discourse of self when the subject speaks about himself in his strictly subjective condition: he tries to represent, at the symbolic level of discourse, psychological states — thoughts and feelings experienced. The typical characteristic of discourse of self is the phenomenon that I called the *wavering enunciation*.

In the wavering enunciation, as soon as a linguistic sequence having representative value is uttered, its nomination power is withheld by the crossing of modalizations whose effect is the crumbling of the sense in a provisional, incomplete dimension. But the search of the true, proper sense by the modalization process throws the discourse in the wavering and takes it far away from reference, showing the non coincidence that affects the saying (Authier-Revuz, 1992).

The different modalizations founded in the corpus mean, through their particular forms, the arising of the heterogeneous condition of subject, sense and saying.

# SUMÁRIO

---

	Página
INTRODUÇÃO .....	02
CAPÍTULO I	
O DISCURSO DE SI .....	03
1.1 O DISCURSO DE SI E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	03
1.2 O SUJEITO NO DISCURSO DE SI .....	06
1.3 A HETEROGENEIDADE NO DISCURSO DE SI .....	10
1.4 O EU NO DISCURSO DE SI .....	14
1.5 FORMAS DO DISCURSO DE SI .....	19
1.5.1 As Modalizações do Dizer .....	19
1.5.2 O Giro Parafrásico do Sentido.....	24
1.5.3 A Sintaxe de “Desligação” .....	27
1.6 A ENUNCIÇÃO VACILANTE COMO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DE SI ..	29
CAPÍTULO II	
O DISCURSO DE SI: DA TRANSPARÊNCIA À OPACIDADE .....	33
2.1 A EMERGÊNCIA DO IMAGINÁRIO DO “SI MESMO” .....	33
2.2 GÊNESE DAS FORMAS DE UMA ESCRITA DE SI .....	40
2.3 PROCESSOS DISCURSIVOS DE REPRESENTAÇÃO DA INTERIORIDADE SUBJETIVA: O IMAGINÁRIO DA TRANSPARÊNCIA .....	47
2.4 A IMPOSSIBILIDADE DE EXOTOPIA NAS FORMAS DO DIZER DE SI .....	54
2.5 DO “SI MESMO” AO “EU COMO UM OUTRO”: DA TRANSPARÊNCIA À OPACIDADE NA ENUNCIÇÃO DE SI .....	59
CAPÍTULO III	
A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO .....	68
3.1 SUJEITO E FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO .....	68
3.2 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO ENQUANTO ESTRUTURA DE DIVISÃO .....	73
3.3 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO COM RELAÇÃO AO SISTEMA DA LINGUAGEM .....	77
3.4 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO NO “EU” .....	81

## CONT.

---

	Página
<b>3.5 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO NO DISCURSO</b> .....	87
<b>3.5.1 Sujeito do Enunciado x Sujeito da Enunciação</b> .....	91
<b>3.5.2 O Dizer e o Dito</b> .....	93
<b>3.5.3 O Significante e o Significado</b> .....	97
CAPÍTULO IV	
<b>A HETEROGENEIDADE DO SENTIDO</b> .....	101
<b>4.1 O HETEROGÊNEO DO SENTIDO: AFASTAMENTO E PRESENÇA</b> .....	101
<b>4.2 O NÃO-UM DO SENTIDO: ENTRE HOMONÍMIA E SINONÍMIA</b> .....	103
<b>4.3 O INTERDISCURSO COMO O HETEROGÊNEO NA DISCURSIVIDADE</b> .....	111
<b>4.3.1 O Deslizamento do Sentido na Denotação</b> .....	111
<b>4.3.2 O Dizer como Gesto de Interpretação</b> .....	115
<b>4.4 A HETEROGENEIDADE DOS PROCESSOS ENUNCIATIVOS</b> .....	118
CAPÍTULO V	
<b>A ENUNCIÇÃO VACILANTE</b> .....	128
<b>5.1 INTRODUÇÃO</b> .....	128
<b>5.2 INVENTÁRIO DE DADOS E COMENTÁRIOS</b> .....	132
<b>5.3 A ENUNCIÇÃO VACILANTE COMO UM FENÔMENO DA ORDEM DA HETEROGENEIDADE</b> .....	141
<b>5.3.1 Enunciação Vacilante e Heterogeneidade Constitutiva</b> .....	141
<b>5.3.2 Enunciação Vacilante nas Formas da Heterogeneidade Palavra/Coisa</b> .....	144
<b>5.4 A ENUNCIÇÃO VACILANTE EM MEIO ÀS FORMAS DE SILÊNCIO</b> .....	151
<b>5.4.1 Enunciação Vacilante e Silêncio Fundador</b> .....	152
<b>5.4.2 Enunciação Vacilante e Suspensão da Linguagem</b> .....	155
<b>5.4.3 Enunciação Vacilante e Desproporção Enunciativa</b> .....	159
<b>5.5 A ENUNCIÇÃO VACILANTE NA DIMENSÃO DA PARÁFRASE E DA DESLIGAÇÃO</b> .....	161
<b>5.5.1 A Dimensão da Paráfrase na Enunciação Vacilante</b> .....	161
<b>5.5.2 A Desligação na Enunciação Vacilante</b> .....	166
<b>5.5.2.1 A desligação enquanto quebra da dimensão representativa</b> .....	166
<b>5.5.2.2 A desligação enquanto enfraquecimento da rede sintática</b> .....	170

## CAPÍTULO VI

AS MODALIZAÇÕES DO DIZER NA ENUNCIÇÃO VACILANTE .....	176
<b>6.1 NATUREZA DAS MODALIZAÇÕES DO DIZER NA ENUNCIÇÃO VACILANTE .....</b>	<b>176</b>
<b>6.2 CLASSIFICAÇÃO DAS MODALIZAÇÕES .....</b>	<b>180</b>
<b>6.2.1 Lista de Ocorrências – Tipo .....</b>	<b>181</b>
<b>6.3 ANÁLISE DOS TIPOS DE MODALIZAÇÃO .....</b>	<b>183</b>
<b>6.3.1 Pontos de Vacilação: lugares do dizer afetados pela modalização .....</b>	<b>183</b>
<b>6.3.2 Modos de Vacilação: formas em que a não-coincidência se manifesta .....</b>	<b>188</b>
<b>6.3.2.1 Modos de vacilação que afetam uma proposição realizada .....</b>	<b>189</b>
6.3.2.1.1 Fórmulas suspensivas .....	189
6.3.2.1.2 Fórmulas aproximativas .....	192
6.3.2.1.3 Fórmulas cumulativas .....	194
6.3.2.1.4 Fórmulas retificadoras .....	199
6.3.2.1.5 Fórmulas de estranhamento .....	203
6.3.2.1.6 Outros casos .....	205
6.3.2.1.6.1 Comentários meta-discursivos .....	205
6.3.2.1.6.2 Meta-modalizações .....	207
<b>6.3.2.2 Modos de vacilação que afetam uma palavra ou sintagma realizado .....</b>	<b>209</b>
<b>6.3.2.3 Modos de vacilação que afetam uma proposição ou sintagma não realizado .....</b>	<b>218</b>
6.3.2.3.1 As formas em ‘parecer’, ‘ter a impressão’ .....	220
6.3.2.3.2 As enunciações em ‘como se’ .....	225
<b>6.4 AS MODALIZAÇÕES DO DIZER E A TEMPORALIDADE ENUNCIATIVA NA ENUNCIÇÃO VACILANTE .....</b>	<b>245</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	260

# INTRODUÇÃO







Parto da hipótese de que o *discurso de si* constitui um tipo<sup>1</sup> que não pode ser reduzido às demais formas de discurso cujo traço dominante é se realizarem num espaço público de interação. Tal hipótese sustenta-se na premissa de que, sendo o discurso um produto de suas condições de produção<sup>2</sup> cada tipo de discurso produz, como efeito, seu sujeito<sup>3</sup>. Dadas as características do *discurso de si*, uma decorrência deste trabalho é apontar para os limites das concepções de linguagem centradas na visão do sujeito como uma intencionalidade consciente, atuando nos processos interativo-comunicativos.

De fato, a discursividade que permeia as formas públicas de interação dá ensejo à construção imaginária de um sujeito homogêneo, coincidente consigo mesmo, com seus sentidos e com seu dizer. Já o sujeito que emerge no *discurso de si* é um sujeito atravessado de zonas de silêncio e incompletude<sup>4</sup> que escancaram sua natureza de sujeito não-uno, dividido. Nesse sentido, o *discurso de si* é um campo especialmente propício para se investigar a natureza de formas enunciativas e discursivas que são da ordem da categoria da *heterogeneidade constitutiva*, tal como esse conceito está posto nos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz<sup>5</sup>.

O que se pretende é que os resultados dessa investigação possam trazer contribuições no sentido de apontar alguns processos enunciativo-discursivos que dão consistência — imaginária e simbólica — à construção da subjetividade.

O processo enunciativo básico que caracteriza o *discurso de si* é o que denomino *enunciação vacilante*. No *discurso de si*, o sujeito fala de seus sentimentos e estados psíquicos, buscando dar corpo, ao nível da linguagem, aos processos psíquicos que experimenta ou experimentou. Mas a expressão que essa dimensão subjetiva ganha, enquanto discurso, não se realiza senão sob a forma da *enunciação vacilante*.

---

<sup>1</sup> Orlandi, E. (1983).

<sup>2</sup> Pêcheux, M. (1975).

<sup>3</sup> Henry, P. (1977).

<sup>4</sup> Orlandi, E. (1992).

<sup>5</sup> Authier-Revuz, J. (1982; 1984; 1990; 1992).

Entendo o processo da enunciação vacilante como uma forma de irrupção da heterogeneidade constitutiva que afeta o sujeito sob a forma da não coincidência palavra/coisa. Desse ponto de vista, esta pesquisa se liga diretamente à via aberta pelos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz, que levaram à construção da teoria da heterogeneidade, e cujas fontes iniciais foram tomadas, simultaneamente, à teoria do dialogismo de Bakhtin e à teoria do sujeito de Lacan.<sup>6</sup>

No *discurso de si* o sujeito parece experimentar o paradoxo da não coincidência entre o dizer e a coisa. E, se considerarmos a tópica que caracteriza o *discurso de si*, a não coincidência que afeta esse dizer de si se manifesta, ipso facto, como não coincidência do sujeito consigo mesmo.

Esse encontro do sujeito com a não coincidência se mostra num discurso em que toda tentativa de nomeação, de delineamento de uma referência é atravessada por um movimento, uma inflexão do dizer que estanca o dito da coisa no momento em que esse se dá, suspendendo, revogando, rarefazendo, enfim, a referência que se tenta inscrever. Dessa forma, destitui-se o poder de nomeação daquilo que se diz, o que produz um efeito de esfumaçamento, de esgarçamento na corporeidade dos sentidos que se enunciam.

Tais efeitos são o resultado do atravessamento de modalizações que, afetando segmentos do dizer, impedem que qualquer dito enunciado se estabilize.

A modalização do dizer na enunciação vacilante é uma construção sintaticamente incidente, que afeta segmentos do dizer da ordem da palavra, do constituinte ou da proposição. Assim fazendo, suspende-lhes o poder de nomeação obstruindo o movimento normal do discurso que visa à inscrição de uma referência. Fazendo parar o discurso numa espécie de meio do caminho entre o dizer e a coisa, entre X e não X, entre dizer e não dizer, marca, na superfície discursiva, a não coincidência que afeta o dizer.

---

<sup>6</sup> Authier-Revuz, J. (1982).

Não se pode considerar que as modalizações atuam como comentários, pois sua ação não constitui um retorno reflexivo sobre o dito. Ao contrário, as modalizações do dizer, na enunciação vacilante, se inscrevem na mesma dimensão do dito: daí afetarem o dizer de seu próprio interior, fazendo-o bascular na instabilidade.

Proponho considerar esses processos enquanto momentos de afloramento do heterogêneo ao longo do fio do discurso. No *discurso de si*, esses momentos são de uma densidade notável, a ponto de caracterizarem tipicamente a forma desse discurso. E, se considerarmos que, ao longo do fio do discurso, esses processos se repetem e se recobrem, o que se vê é que todos concorrem para o afloramento da não-coincidência, do heterogêneo que atravessa o discurso e o sujeito. Seu efeito global é produzir um esvanecimento do sentido, pelo esgarçamento do valor de nominação do dizer e, conseqüentemente, um esvanecimento da própria subjetividade que se visa enunciar e que parece escapar aos limites do enunciável.

Quando o discurso “*vai por si mesmo*”, o dizer aparece como o legítimo representante da coisa, legitimidade que se sustenta na crença, embora ilusória, da coincidência entre o dizer e a coisa.

No *discurso de si*, ao contrário, as coisas parecem escapar ao dizer, que inscreve em si mesmo as marcas dessa falta, simbolizando-a na enunciação vacilante.

## **2. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO DA TESE**

No capítulo I, são apresentados os argumentos teóricos que permitiram construir a dupla hipótese que caracteriza este trabalho: o *discurso de si* é um tipo; seu funcionamento tipificante é a enunciação vacilante. Pois, na medida em que o conceito de tipo de discurso se determina, em última instância, pelo

funcionamento que lhe é peculiar<sup>7</sup>, o primeiro movimento teórico se desdobra. Tal funcionamento se manifesta como resultado da emergência de fenômenos enunciativo-discursivos a que propus denominar a **enunciação vacilante** e a hipótese teórica que aqui proponho é a consideração da enunciação vacilante como um fenômeno da ordem da heterogeneidade constitutiva<sup>8</sup>. Tais argumentos são construídos a partir do referencial teórico da teoria do discurso e dos procedimentos analítico-descritivos próprios das teorias da enunciação.

Essas formulações teóricas, por outro lado, supõem a consideração de abordagens que transcendem o domínio estrito do objeto lingüístico, pois, como diz Orlandi:

*“A AD se forma no lugar em que a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo.”<sup>9</sup>*

Na medida em que todo discurso provém de uma formação discursiva que se produz historicamente, o desenvolvimento desta pesquisa envolveu a tentativa de rastrear a gênese histórica do *discurso de si*. Nessa perspectiva, o discurso de si aparece como uma das formas de um campo que pode ser denominado da *enunciação do si mesmo*, do qual fazem parte também outras formas, como o autobiográfico, o auto-reflexivo, o confessional, etc.

Tal campo surge nos primórdios da época moderna, quando começam as práticas do diário íntimo, dos *livres de raison*. Desenvolve-se nos séculos subseqüentes, chega a um momento crucial com o surgimento do romance moderno, processo ao longo do qual o ideal da *“transparência interior”* foi levado ao extremo para, ao longo da cultura do século XX, ver-se confrontado com o retorno crítico sobre o imaginário que o institui. Tais práticas discursivas

---

<sup>7</sup> Orlandi, E. (1983).

<sup>8</sup> Authier-Revuz, J. (1993).

<sup>9</sup> Orlandi, E. (1996:24).

correspondem ao processo de constituição daquela **forma de subjetivação**<sup>10</sup> característica da modernidade. Esses temas são abordados ao longo do capítulo II.

Todo discurso implica um sujeito — enquanto sujeito de discurso — que aí se configura. Dadas as características do discurso de si e do funcionamento que lhe é próprio — a enunciação vacilante — o sujeito que no discurso de si se manifesta é aquele que, embora preso ao imaginário da enunciação do si mesmo, tropeça sem cessar no malogro desse projeto, e emerge na sua natureza de não-um, enquanto atravessado pela alteridade interna e pelo desconhecimento. Tal figura de sujeito pode ser melhor capturada sob a ótica da teoria psicanalítica, mais particularmente da concepção de sujeito proposta pela teoria lacaniana. Tais temas são desenvolvidos no capítulo III.

A abordagem do discurso de si, assim configurada, supõe um ponto de vista teórico comprometido com a não-coincidência do sentido e do dizer. Supõe a exterioridade dos sentidos, o caráter interpretativo — não denotativo — do dizer, a heterogeneidade da enunciação em relação ao sistema da língua, temas que são discutidos no capítulo IV.

Os capítulos V e VI são dedicados aos resultados da pesquisa no que respeita àquele que é o segundo momento teórico neste trabalho.

No capítulo V, apresentam-se as considerações teóricas e as análises que levaram à formulação da categoria da enunciação vacilante como sendo o funcionamento típico do discurso de si e sua definição como um fenômeno da ordem da heterogeneidade constitutiva, enquanto manifestação da não-coincidência palavra/coisa<sup>11</sup>.

No capítulo VI deste trabalho, busca-se realizar uma classificação das modalizações do dizer próprias da enunciação vacilante: quanto à natureza do

---

<sup>10</sup> Figueiredo, L.C. (1992).

<sup>11</sup> Authier-Revuz, J. (1992).

segmento discursivo que afetam; quanto ao sentido próprio da cada modalização, isto é, o modo como cada modalização manifesta a vacilação na cadeia discursiva.

O primeiro critério permite discriminar três formas: modalizações que afetam uma proposição realizada; modalizações que afetam uma palavra ou constituinte realizado; modalizações que afetam, por um movimento substitutivo, uma proposição ou constituinte não realizado. Estas distinções correspondem às três grandes formas detectadas no capítulo V: a forma da ‘apreciação epistêmica’, a da ‘determinação’, a da ‘referência figurada’, conforme exemplo:

1. *Não sei*, acho que estou deprimido.
2. Me sinto *um tanto* perdido.
3. *É como se eu estivesse sem rumo*.

O segundo critério busca descrever o efeito de sentido de cada uma das três formas, que envolvem, no primeiro caso, um conjunto amplo de realizações, bem menor no segundo e no terceiro casos.

Algumas considerações são apresentadas sobre a dimensão da temporalidade na formulação, fenômeno que a análise das modalizações do dizer na enunciação vacilante permitiu observar de forma particularmente aguda.

Finalmente, na Conclusão, tecem-se algumas considerações sobre o fenômeno da enunciação vacilante como tal, para além do campo do discurso de si, pois, embora aqui seja o funcionamento típico, não lhe é exclusivo. Desse modo, procura-se inscrever a enunciação vacilante num campo teórico mais amplo, envolvendo, por exemplo, a retomada parafrásica ou a reformulação, enquanto conjunto de fenômenos que apontam para a não-coincidência do sujeito, do sentido, do dizer.

### 3. METODOLOGIAS DE ANÁLISE

O trabalho se desenvolve sobre um *corpus* constituído de materiais discursivos empíricos relativos a quatro tipos de situação de produção:

1. falas em situação de entrevista de caráter psicoterapêutico (oral terapêutico – **OT**);
2. falas em situação de conversação confidencial (oral confidencial – **OC**);
3. correspondência de caráter íntimo, confidencial (escrito confidencial – **EC**);
4. escritos íntimos, de tipo diário (escrito íntimo – **EI**).

Malgrado as diferenças entre oralidade e produção escrita, a superfície discursiva, em todos esses materiais, apresenta uma estrutura análoga, constituída de componentes de relato entrecortados de enunciações de si mesmo (pensamentos e sentimentos experimentados relativamente aos acontecimentos relatados); são esses segmentos, característicos do que chamo de discurso de si, que se revelam sob a modalidade da enunciação vacilante.

Os materiais correspondentes ao primeiro tipo de situação de produção (**OT**) foram obtidos a partir de meu contato com um grupo de profissionais da área de psicologia, com quem desenvolvia estudos sobre Análise de Discurso. Trata-se de dados provenientes de contatos terapêuticos de tipo “entrevista inicial”, aos quais tive acesso pelo meu trabalho com o grupo, dados esses que haviam sido registrados por eles, para os fins de uma pesquisa sobre identidade na qual estavam envolvidos. Ao longo de nossos estudos sobre Análise de Discurso, dedicamo-nos à análise desse material. No desenrolar desse processo, obtive deles autorização para utilizar dados provenientes desse material na minha pesquisa.



Os materiais correspondentes às situações **2.** e **3.** (**OC** e **EC**) foram obtidos no espaço da minha vida pessoal: através do registro de conversações de caráter confidencial (em que eu, inclusive, era um dos protagonistas); coletados através das várias cartas recebidas de uma amiga que se encontrava por um longo tempo no exterior (nesse caso, eu era o destinatário).

Os materiais correspondentes à situação **4.** (**EI**) me foram cedidos por algumas pessoas amigas.

O procedimento metodológico de tratamento do material baseou-se na técnica do recorte<sup>12</sup>. Os procedimentos de análise do material recortado provêm do repertório analítico-descritivo da análise do discurso e das teorias da enunciação, envolvendo: análise vertical do segmento dado, acompanhando a superfície discursiva na sua temporalidade linear; recorte dos funcionamentos dominantes e recorrentes no material, visando sua conceituação teórica e categorização.

Assim, algumas seqüências de enunciação vacilante, correspondendo a ocorrências particulares de discurso, são analisadas no capítulo V. No capítulo VI, para efeito da classificação das modalizações do dizer, apresenta-se uma lista de ocorrências-tipo.

---

<sup>12</sup> Orlandi, E. (1984).

# CAPÍTULO I



*“Il n’y a pas un ‘discours de l’inconscient’  
qui lui serait propre. L’inconscient est à  
l’oeuvre dans le discours ‘normal’”.*

**Authier-Revuz**  
(1982:127)



Do ponto de vista tipológico, cada discurso é efeito de suas condições de produção; e, nesse mesmo sentido, cada tipo de discurso produz seu efeito-sujeito de discurso. Assim, por exemplo, o discurso político ou o científico produzem o sujeito da certeza, do saber e do saber-fazer. Ora, aquilo que podemos chamar de formas públicas de discurso, isto é, aquelas que inscrevem o sujeito em formas públicas de interlocução, na circulação de papéis públicos, não por acaso se caracterizam, tipicamente, por determinados funcionamentos, isto é, configurações de linguagem<sup>2</sup>, cujo efeito de sentido se interliga aos processos imaginários centrados na homogeneidade e na coincidência da relação sujeito, sentido, dizer.

Algo diferente ocorre naquilo que chamo de **discurso de si**. Este se inscreve no espaço das formas privadas de interlocução e sustenta o sujeito menos na relação de interação com o(s) outro(s), mas, fundamentalmente, num processo auto-reflexivo. O discurso de si é um funcionamento que se produz, entre outros, nas conversações íntimas, de caráter confidencial, ou na fala em situações terapêuticas. Mas não é uma modalidade exclusivamente oral: manifesta-se também nos escritos íntimos, diários, e em diferentes produções escritas de caráter auto-reflexivo. Sua tópica é fundamentalmente constituída de enunciações de estados subjetivos, pensamentos e sentimentos, experimentados no passado ou mesmo no momento presente em que se enunciam, enquanto fenômenos internos que o sujeito experimenta/experimentou em relação a acontecimentos e vivências e que fazem dele, sujeito, um território de sentidos próprios.

De fato, o discurso de si é um dos funcionamentos que tipificam as formas discursivas que estruturam simbolicamente não somente o que é da ordem do privado, mas, no interior desta, o que é da ordem do íntimo, na medida em que

---

<sup>2</sup> Cf. Orlandi, E. (1983): "A noção fundamental (...) é a de funcionamento (...) do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso" (p.107); "O funcionamento discursivo (...) é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas" (p.115).

no discurso de si o sujeito aparece como engajado em enunciar o **si mesmo** enquanto interioridade psíquica e instância estritamente subjetiva<sup>3</sup>. Desse ponto de vista, é preciso considerar que as condições de produção do discurso de si envolvem não somente práticas histórico-culturais que determinam situações empíricas de interlocução nas quais o discurso de si **pode** se produzir<sup>4</sup> — mas, acima de tudo, pensar tais práticas como um quadro de posições enunciativas possíveis para além das situações sócio-interativas em que tal quadro possa, empiricamente, se realizar<sup>5</sup>. Tal observação ganha aqui importância na medida em que nas práticas do diário íntimo, por exemplo, o que se manifesta é um sujeito de discurso que emerge nas posições enunciativas que tais condições de produção prevêm, independentemente da relação com um interlocutor empírico que, nestes casos, não somente é ausente, mas decididamente excluído.

É nesse sentido que o sujeito do discurso de si, enquanto efeito-sujeito desse tipo de discurso, se manifesta numa posição enunciativa singular, impossível de ser assimilada àquelas que inscrevem o sujeito nas formas públicas de discurso. Nestas, cada posição enunciativa se determina em relação à exterioridade, o que implica num movimento de apagamento da indeterminação que é constitutiva do sujeito. O sujeito, nas formas públicas de discurso, aí inscreve seus lugares de identificação, em que se inclui/exclui em relação à exterioridade<sup>6</sup>. Confrontado, nas formas do íntimo, e particularmente, no discurso de si, com o abismo vertical da própria interioridade, o real da indeterminação emerge nos próprios processos enunciativos, na medida em que toda tentativa de

---

<sup>3</sup> Devo a Hermann Parret a observação sobre a necessidade de inscrever o discurso de si nessa sub-região do íntimo, no interior do privado.

<sup>4</sup> O que significa dizer que o discurso de si, como todo discurso, supõe a regulação de uma ordem do discurso. Cf. Foucault, M. (1971).

<sup>5</sup> *“Essa exterioridade, que chamamos de condições de produção, segundo a perspectiva que adotamos, deve incluir tanto fatores da situação imediata ou situação de enunciação (contexto de situação, no sentido estrito) como os fatos do contexto sócio-histórico, ideológico (que é o contexto de situação, no sentido lato)”*. Orlandi, E. (1983:192).

<sup>6</sup> Tal funcionamento não exclui, como já foi observado, que a indeterminação constitutiva se mostre, nos interstícios dos lugares de identificação.

enunciar a si mesmo escancara a precariedade dos mecanismos identificatórios que a sustentariam<sup>7</sup>.

Isso significa que a singularidade do discurso de si em relação às formas públicas de discurso se fundamenta, na verdade, menos em sua tópica, mas principalmente, nos processos de linguagem que o caracterizam e que constituem os funcionamentos que o tipificam. Tais processos, é verdade, não lhe são exclusivos. No entanto, nunca ocorrem, em outros domínios, na intensidade e na extensão em que aqui se manifestam. Se, pela natureza de sua tópica, o discurso de si se inscreve no campo dos referentes privados, que, enquanto tal, escapam às formas públicas de determinação do verdadeiro e do falso<sup>8</sup>, é, no entanto, aqui que a discursividade se escancara como estranhamento, como não-certeza, não-saber, que a enunciação se esgarça nas formas vacilantes, que a nominação aparece sempre como imprópria, revogável, marcada de incompletude, mostrando, assim, os processos básicos da heterogeneidade que atravessam o sujeito e o discurso, ali mesmo onde, livre dos compromissos das trocas públicas e da “*negociação*” com outros “*eus*”, o “*eu*” poderia se instalar na sua fantasmática plenitude.

## 1.2 O SUJEITO NO DISCURSO DE SI

São já clássicas em Análise do Discurso as formulações de Pêcheux em que uma teoria do sujeito se manifesta. Segundo tal concepção, o sujeito se produz a partir das formações ideológicas que o determinam enquanto uma **forma-sujeito**, que o inscreve em certas posições de discurso (formações discursivas). Mas a circunscrição do campo dos sentidos e das formulações possíveis no interior de uma formação discursiva não se realiza senão pelo movimento de contraste/confronto com outras formações discursivas, sob o pano de fundo do **interdiscurso**, espécie de zona babélica marcada pela **polissemia** e

<sup>7</sup> Devo a sugestões de Paul Henry a possibilidade de situar essas diferenças, entre público e privado, em termos das relações entre determinação e exterioridade.

<sup>8</sup> Wittgenstein, L. (1969).

pela **paráfrase**, em que coabitam todos os sentidos e todas as formulações possíveis. Produzem-se, então, dois “*esquecimentos*”: o primeiro apaga a exterioridade dos sentidos; o segundo apaga a exterioridade dos modos de dizer. Emerge, então, o **ego** efeito-sujeito, que imaginariamente se crê fonte e origem: de seus sentidos; de seu discurso<sup>9</sup>.

Assim, é estritamente da exterioridade do interdiscurso (em relação ao **ego** efeito-sujeito), que se constitui o intradiscurso do sujeito-falante<sup>10</sup>. Tal fenômeno, recalcado nos “*esquecimentos*”, produz, como efeito, a ilusão, para o sujeito, de estar no centro enquanto **locus** intencional onde se originam o sentido e o dizer.

É assim que se produz, diz Pêcheux,

*“a impressão de realidade de seu pensamento para o sujeito falante (‘eu sei o que estou dizendo’, ‘eu sei do que estou falando’), impressão deflagrada pela abertura constitutiva da qual esse sujeito se utiliza constantemente através do retorno sobre si do fio de seu discurso, da antecipação de seu efeito e da consideração da discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso de um outro (como próprio outro) para explicitar e se explicitar a si mesmo o que ele diz e ‘aprofundar o que ele pensa’”.*<sup>11</sup>

É nesse sentido, portanto, que, para Pêcheux:

*“o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade inteiramente determinada como tal do exterior”.*<sup>12</sup>

<sup>9</sup> Considero aqui, em especial, as formulações retificadas de Pêcheux sobre os dois esquecimentos, presentes em *Les vérités de la Palisse* (in “A forma-sujeito no discurso”, pp.159-180 da trad. brasileira).

<sup>10</sup> Pêcheux, M., op.cit., p.167.

<sup>11</sup> Pêcheux, M., op.cit., p.167.

<sup>12</sup> Pêcheux, M., op.cit., p.167.



No discurso de si, no entanto, o sujeito parece se confrontar com o despedaçamento das estruturas de linguagem (o “*corpo verbal*” de Pêcheux) que sustentam a espessura do eu e a espessura dos referentes. É quando a discursividade parece se descolar da referência, e ali, onde o mundo vacila, o próprio eu vacila nas suas auto-representações constitutivas da identidade imaginária. No discurso de si, essa “*impressão de realidade*”, produzida pelo esquecimento nº 2, parece ser afetada por configurações que marcam, **no discurso** e, conseqüentemente, no sujeito enquanto **si-mesmo** que aí está em causa, pontos de ruptura no campo das representações imaginárias.

Sem dúvida, podemos formular a hipótese teórica de que o discurso de si, entre outros funcionamentos que tipificam a discursividade ligada à **enunciação do si mesmo** enquanto instância subjetiva, pode ser pensado enquanto conjunto de funcionamentos que, historicamente, se consolidaram como tipificantes de uma determinada formação discursiva, que talvez pudéssemos identificar como a formação discursiva da interioridade subjetiva. Tal formação discursiva remonta, por sua vez, a um processo histórico-ideológico ligado à constituição da subjetividade moderna, cujos primórdios podemos situar na época do Renascimento, e que coincide com o que foi apontado por Haroche como o momento da emergência do juridismo, enquanto campo ideológico, em que a figura do sujeito de direito, portanto do sujeito livre e autônomo, se delinea<sup>13</sup>.

Ao longo desse processo foram-se engendrando práticas sociais — e funcionamentos discursivos aí implicados — que constituíram o que se pode denominar de uma **forma de subjetivação**<sup>14</sup>, na qual a condição subjetiva se configura como uma singularidade irreduzível auto-pensante, passível de ser transparente para si mesma. Tal processo discursivo corresponde ao que Lacan considera como marca do indivíduo moderno, e que caracteriza como “*um discurso permanente de liberdade*”<sup>15</sup>:

---

<sup>13</sup> Haroche, Cl. (1984).

<sup>14</sup> Conceito proposto por Figueiredo, L.C.

<sup>15</sup> Lacan, J. (1981:155).

*“Um certo campo parece indispensável à respiração mental do homem moderno, aquele em que se afirma sua independência em relação, não só a todo senhor, mas também a todo deus, aquele de sua irredutível autonomia enquanto indivíduo, como existência individual”.*<sup>16</sup>

Tal liberdade, paradoxalmente, nada mais é, diz Lacan, que a presença

*“em cada um de nós (de) um discurso íntimo, pessoal, e que está bem longe de encontrar em algum ponto que seja o discurso do vizinho”*,<sup>17</sup>

discurso esse em que cada qual

*“(...) põe incessantemente para si mesmo problemas que têm estreitas relações com essas noções de liberação interior e de manifestação de alguma coisa que está inclusa em si (...)”*<sup>18</sup>

Nesse movimento, segundo Lacan, o que se manifesta é o **eu** do homem moderno enquanto duplo discursivo do sujeito, *“discordante e derrisório”*, a cuja presença, afirma, a própria historicidade da experiência analítica está ligada<sup>19</sup>. Pêcheux também fala desse *“duplo discursivo”* quando aponta que é da exterioridade do interdiscurso que se produz, como efeito imaginário, a *“impressão de realidade”* que sustenta e dá consistência ao intradiscurso.

É dessa perspectiva que se pode situar o caráter conflituoso que se manifesta no discurso de si. Às voltas com o enunciar o si-mesmo, instalado no *“território livre”* da própria interioridade, o sujeito parece experimentar uma

<sup>16</sup> Lacan, J. (1981:154).

<sup>17</sup> Lacan, J. (1981:155).

<sup>18</sup> Lacan, J. (1981:156).

<sup>19</sup> Lacan, J. (1981:156); Habermas, J. (1968:233) chama a atenção para a relação constitutiva entre psicanálise e auto-reflexão: *“A Psicanálise é, para nós, relevante como o único exemplo disponível de uma ciência que reivindica metodicamente o exercício auto-reflexivo”*.

forma radical de não-coincidência, que se manifesta nos funcionamentos que proponho designar como a **enunciação vacilante**. Nas formas da enunciação vacilante, o que se mostra é um sujeito que se vê confrontado com a impossibilidade de coincidir com seus sentidos e com seu dizer. Nesse sentido, nessa vacilação como sintoma da não-coincidência, pode-se vislumbrar a presença, enquanto resto, dessa exterioridade que é constitutiva do sujeito mas que, enquanto tal, lhe escapa.

Como dar conta do modo de presença dessa exterioridade que, no discurso de si, não cessa de se manifestar, ali mesmo na própria interioridade que pôde produzir, enquanto epifenômeno dos esquecimentos/recalques, como território livre e autônomo do **eu**?

### 1.3 A HETEROGENEIDADE NO DISCURSO DE SI

É na teoria da heterogeneidade, via aberta pelos trabalhos de Jacqueline Authier, que se pode encontrar um quadro teórico capaz de permitir uma aproximação aos fenômenos que caracterizam o discurso de si.

Apoiando-se nas formulações da teoria lacaniana, Authier põe em jogo um conceito de sujeito marcado pela heterogeneidade constitutiva:

*“Aux antipodes de l’image d’un sujet ‘plein’, qui serait la cause première et autonome d’une parole homogène, sa position est celle d’une parole hétérogène qui est le **fait d’un sujet divisé**”.*<sup>20</sup>

Se, para a psicanálise, o sujeito é não uno, não homogêneo, é porque a descoberta freudiana confrontou o sujeito com esse Outro desconhecido, distinto do eu consciente, que o constitui. E, se a linguagem é a condição do inconsciente,

---

<sup>20</sup> Authier-Revuz, J. (1982:124).

como diz Lacan, não é possível que a discursividade não contenha marcas desse descentramento do sujeito.

No entanto, observa Jacqueline Authier, o que caracteriza a heterogeneidade constitutiva é o fato de que constitui uma

*“(...) heterogeneidade radical, em exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, como tal **não localizável e não representável** no discurso que constitui, aquela do Outro do discurso – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente (...)”<sup>21</sup>*

A par do conceito de heterogeneidade constitutiva (não coincidência básica do sujeito na linguagem), condição mesma da constituição do sujeito, mas que deve ser elidida para que o sujeito possa se constituir como tal, Authier trabalha especificamente com aquilo que chama de formas da heterogeneidade representada<sup>22</sup>, isto é, comentários meta-enunciativos em que o sujeito representa e circunscreve, como pontos localizados, fenômenos de não-coincidência que podem ser de quatro tipos:

- a) não-coincidência do discurso consigo mesmo — presença de palavras de outro discurso no discurso do sujeito (por exemplo, “X, *como diz fulano*”);
- b) não-coincidência do sentido entre interlocutores (por exemplo, “X, *para você, quer dizer algo diferente*”);
- c) não-coincidência entre palavras e coisas — o dizer fracassa em nomear a coisa (por exemplo, “X, *não é bem esse o termo*”);

<sup>21</sup> Authier-Revuz, J. “*Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*”, (1984:32).

<sup>22</sup> No início de suas pesquisas sobre os fenômenos da modalidade antonímica enquanto emergências da não-coincidência, Authier trabalhava com a nomenclatura ‘heterogeneidade mostrada’; a partir de 1990 (cf. bibliografia), a autora passa a nomear tal categoria ‘heterogeneidade representada’, marcando, assim, mais incisivamente, seu contraste com o caráter irrepresentável da heterogeneidade constitutiva.

- d) não-coincidência das palavras entre si — o lapso, o tropeço, a homonímia.<sup>23</sup>

As formas de heterogeneidade representada aparecem, então, como sintomas da heterogeneidade constitutiva, mas que, imaginariamente representados pelo sujeito como fenômenos setoriais, localizados, sinalizam a presença do heterogêneo no discurso “*para o circunscrever e afirmar o Um*”; assim, as formas de heterogeneidade representada

*“por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e, portanto, o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença, (elas) manifestam a realidade dessa onipresença precisamente naqueles lugares em que tentam encobri-la”.*<sup>24</sup>

O lugar específico das formas de heterogeneidade representada, segundo Authier, é o de uma retórica da falha escancarada, da costura aparente<sup>25</sup>, em contraponto às

*“(...) fissuras, junções que funcionam como costuras escondidas sob a unidade aparente de um discurso (...)”*<sup>26</sup>

No outro extremo estariam as formas não marcadas de heterogeneidade representada — discurso indireto livre, ironia, metáforas, jogos de palavras que

*“(...) sem ruptura, conduzem aos discursos que, bem mais próximos da heterogeneidade constitutiva, renunciam a qualquer proteção em relação a ela, e tentam o impossível de ‘fazer falar’ esta heterogeneidade, no vertiginoso apagamento do*

<sup>23</sup> Authier-Revuz, J. (1990:174-5).

<sup>24</sup> Authier-Revuz, J. (1984:33).

<sup>25</sup> Authier-Revuz, J. (1984:34).

<sup>26</sup> Authier-Revuz, J. (1984:34).

*enunciador atravessado pelo 'isso fala' do interdiscurso e do inconsciente (...)"<sup>27</sup>*

O ponto em que minhas preocupações encontram o tema da heterogeneidade constitutiva é justamente no campo dessa espécie de tipologia que as considerações de Jacqueline Authier deixam entrever: de um lado, as formas marcadas de heterogeneidade representada, denegação e sintoma da heterogeneidade constitutiva; de outro, as formas não marcadas de heterogeneidade representada, uma forma oposta de negociação com a heterogeneidade constitutiva, que implica maior risco, pois

*"(...) joga com a diluição, com a dissolução do outro no um, onde este, precisamente aqui, pode ser enfaticamente confirmado, mas também onde pode se perder".<sup>28</sup>*

Penso que entre esses dois extremos — a demarcação do heterogêneo como exterior ao centro subjetivo da enunciação, nas formas da heterogeneidade representada, e a **mise-en-scène**, investida pelo enunciador, de um jogo com o heterogêneo — há um campo intermediário em que o heterogêneo recalcado não cessa de se manifestar, em que, portanto, *"as costuras"* se esgarçam.

Entre os extremos do comentário meta-enunciativo que denega e circunscreve o heterogêneo e as formas carnavalizantes que jogam com o heterogêneo, intermedeia um campo que não é o da ausência de sintomas da heterogeneidade constitutiva que, por uma espécie de **forclusão**, só se manifestaria sob a forma extrema de um apagamento radical<sup>29</sup>. O que quero dizer é que há **mais sintomas** da heterogeneidade constitutiva que os fenômenos da heterogeneidade representada. E que esses outros fenômenos onde a

---

<sup>27</sup> Authier-Revuz, J. (1984:34).

<sup>28</sup> Authier-Revuz, J. (1984:34).

<sup>29</sup> Fenômeno que corresponde ao que Miller, J.A. (1966) denomina a **sutura**.

heterogeneidade constitutiva **se mostra**<sup>30</sup> não constituem exatamente marcas de uma forclusão, mas de um acossamento constante da não coincidência que afeta o sujeito e seu discurso, não coincidência interna, retorno desse heterogêneo recalcado.

São fenômenos dessa natureza que se podem circunscrever no campo do discurso de si. Sob as formas do que proponho denominar *enunciação vacilante* o que se mostra é a impossibilidade da sustentação do mito da transparência do sujeito para **si mesmo** e, nesse sentido, a ficção de liberdade e autonomia, constitutivas dessa **forma de subjetivação** que caracteriza a subjetividade moderna, não cessa, aí, de fazer problema.

Desse ponto de vista, no discurso de si o que se mostra é que ali mesmo onde o ego efeito-sujeito se estrutura simbolicamente naquela dimensão que lhe é iminentemente constitutiva, ou seja, a do **si mesmo** enquanto instância subjetiva, singular e irreduzível (porque fonte de seus sentidos e do seu dizer) e autônoma (porque capaz de uma torção auto-reflexiva e, conseqüentemente, auto-representativa), ele também se desvenda enquanto lugar vazio e despedaçamento, tecido esgarçado e frouxo, fio de voz que alinhava pedaços desconectados.

#### 1.4 O EU NO DISCURSO DE SI

O discurso de si, como vimos, implica um sujeito preso nas malhas de uma ilusão imaginária: a de que, enquanto instância subjetiva, possa ser auto-representável. Tal projeto supõe a possibilidade de uma torção que torne possível ao sujeito estruturar, numa representação, os sentidos que o atravessam. E supõe, portanto, essa torção, que o sujeito possa se desdobrar enquanto um si-mesmo fenomenológico, lugar em que os sentidos são experimentados, e um si-mesmo auto-reflexivo, lugar em que os sentidos são representados por uma consciência reflexiva autopensante.

---

<sup>30</sup> Nas formas de heterogeneidade representada, marcadas ou não, é o **sujeito enunciator quem mostra** o heterogêneo.

Isso significa que o discurso de si põe em jogo duas dimensões que precisam ser diferenciadas: a do sujeito do afeto, porque afetado pelos sentidos que o atravessam; a do sujeito epistêmico (da reflexão), aquele capaz de construir um saber sobre qualquer coisa (inclusive o **si-mesmo** que, enquanto tal, se busca objetivar, tornar **objeto** desse saber auto-reflexivo).

Mas no discurso de si, e, mais precisamente, nas formas da enunciação vacilante que constituem o seu funcionamento tipificante, o que se mostra é a impossibilidade de fazer coincidir esses dois registros, o do sujeito enquanto tal e o do sujeito da consciência reflexiva, isto é, o eu.

Essa dissonância se explica se levarmos em conta o que diz Lacan:

*“A consciência no homem é por essência tensão polar entre um **ego** alienado do sujeito e uma percepção que fundamentalmente lhe escapa, um puro **percepi**. O sujeito seria estritamente idêntico a esta percepção, se não fosse este **ego** que o faz, se é que se pode dizer, emergir de sua própria percepção numa relação tensional”.*<sup>31</sup>

De fato, o que se manifesta no discurso de si é da ordem dessa tensão: tensão entre um sujeito do afeto, vale dizer, do desejo, e um sujeito da reflexão, que se sustenta no ego. Assim, no discurso de si, se manifesta aquilo que é próprio ao conjunto das relações da consciência, segundo Lacan:

*“(ser) constituído por uma certa relação a esta estrutura que chamamos ego, em torno da qual centra-se a relação imaginária (...). É a partir desse ego que todos os objetos são olhados. Mas é justamente pelo sujeito, por um sujeito primitivamente*

---

<sup>31</sup> Lacan, J. (1978:224).



*desafinado, fundamentalmente despedaçado por este ego que todos os objetos são desejados*".<sup>32</sup>

Tais considerações não podem ser dissociadas do fato de que o discurso de si se inscreve numa dimensão ideológica — aquela constitutiva da subjetividade moderna, como foi observado na seção 2 — em que a condição subjetiva se corporifica, simbolicamente, como o lugar em que, longe das injunções do espaço social, é possível a coincidência do sujeito consigo mesmo. Tal forma de subjetivação supõe a coincidência ego/sujeito, exemplarmente enunciada na fórmula cartesiana *"eu penso, eu sou"*.

Em *"A Lógica da Fantasia"*, Lacan, como diz Pommier<sup>33</sup>, negativiza a função causal do cogito, através de uma modalização que o desdobra em duas ocorrências inversas: *"não penso lá onde sou"* e *"sou lá onde não penso"*. É o real desse desdobramento que, no discurso de si, se escancara, na medida em que o projeto de *"enunciar a si mesmo"* esbarra, sob as formas da enunciação vacilante, na impossibilidade que o faz emergir como fracasso.

Trata-se, portanto, no campo do discurso de si, de ir além da onipresença do **eu** para capturar as formas nas quais esse eu se manifesta na sua precariedade derrisória, ali mesmo onde insiste/persiste em seu projeto homogeneizante.

É nesse sentido que, como foi observado na seção 1, o discurso de si surge como um campo em que a espessura do ego efeito-sujeito se mostra mais difícil de sustentar. Liberto dos espaços públicos de interlocução onde a circunscrição de lugares de identificação se põe como uma injunção, não é tampouco nesse *"território livre"* do si mesmo que o eu pode melhor *"reinar"*: se o heterogêneo da alteridade externa (os outros) pode ser, aqui, afastado, se nesse espaço do **si-mesmo** *"eu"* poderia encontrar aquilo que Francis Jacques denomina a

---

<sup>32</sup> Lacan, J. (1978:224).

<sup>33</sup> Pommier, G. (1987:17).

**ipseidade**<sup>34</sup>, é aqui que uma alteridade interna vai emergir de maneira particularmente incômoda, perturbadora: sob a homogeneidade aparente do sujeito **da fala** — sujeito **da** enunciação — o que se manifesta é a heterogeneidade do sujeito **na fala (sujeito na enunciação)**.

Afinal, no discurso de si, é de referentes privados que se trata: pensamentos e sentimentos — sentidos, em suma — que constituem, para o sujeito, a dimensão em que, subjetivamente, suas experiências e vivências se inscrevem no domínio de sua interioridade. Mas, se enquanto referentes privados, tais sentidos “*íntimos*” seriam “*evidências imediatas*” para uma consciência auto-pensante, no discurso de si tais referentes privados emergem como representações pálidas, fugazes, que escapam, manifestando um desejo de auto-conhecimento que se manifesta como desconhecimento; vacilações, truncamentos, giros, retornos ao mesmo ponto; estrutura frouxa, desconectada, desarticulada. No discurso de si o sujeito tenta delinear um referente que constantemente lhe escapa.

É nesse aspecto que reside o elemento mais imediatamente perceptível como paradoxal no discurso de si. Pois é justamente ali onde os referentes privados são dominantes, que a questão da verdade e da certeza aparece de forma mais candente.

Nas formas públicas de discurso, a dúvida aparece, às vezes, escamoteada, outras vezes, contrafeita na figuração de uma **persona** retórica para finalmente encontrar, no decorrer do discurso, sua solução nas respostas comandadas pelo enunciador. Outras vezes ainda, pode aparecer como traço de uma negociação com outros lugares de discurso.

O discurso de si, no entanto, é atravessado pela dúvida, a ponto de sua própria coesão estrutural se ver constantemente ameaçada de esfacelamento pelos mecanismos que reiteradamente põem em causa a referência.

---

<sup>34</sup> Jacques, F. (1982:213).

Esse mecanismo aponta para o fato de que no discurso de si o sujeito aparece como confrontado com a sensação de que toda construção representativa, enquanto processo de determinação da referência, é tributária da *“mise-en-oeuvre”* de um sistema de estabilização lógica no interior do qual a enunciação **do que é** emerge sob a recusa fantasmática de inúmeros outros possíveis<sup>35</sup>.

Assim, no discurso de si, os enunciados que dariam contorno aos referentes privados sofrem a pontuação de outras enunciações que, incidindo sobre os primeiros, suspendem, retificam, recolocam em causa a referência que poderia ali se delinear.

É aqui que parece se manifestar de maneira mais escancarada aquela espécie de *“mal-estar”* que, segundo Pêcheux, decorre do fato de que, no limite, todo dizer é:

*“(...) suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si mesmo e/ou para os outros”.*<sup>36</sup>

Esse aspecto está em ressonância com aquela característica que Lacan aponta como típica do *“sujeito normal”*, em contraposição ao sujeito psicótico:

*“(...) no sujeito normal, falar-se com o seu eu não é nunca plenamente explicitável, sua relação com o eu é fundamentalmente ambígua, toda assunção do eu é revogável. No sujeito psicótico ao contrário, certos fenômenos elementares, e especialmente a alucinação que é a sua forma mais característica, mostram-nos o sujeito completamente*

---

<sup>35</sup> Cf. Pêcheux, M. (1988:31-3).

<sup>36</sup> Pêcheux, M. (1988:33).

*identificado ao seu eu com o qual ele fala, ou o eu totalmente assumido através do modo instrumental”.<sup>37</sup>*

Desse ponto de vista, o campo do discurso de si coloca em pauta a necessidade de se levar em conta o que caracteriza essa estrutura da subjetividade que

*“(...) dá aos homens a idéia de que são compreensíveis para si mesmos”<sup>38</sup>*

e que se manifesta aí como inseparável daquele fenômeno que Pommier assim designa:

*“Por que o que fala não pode, somente pelo desenvolvimento de seus pensamentos, descobrir o que está no cerne de sua existência, do qual ninguém além dele deveria poder aproximar-se? Deve existir uma particularidade do pensamento que lhe interdita reencontrar o que o motiva”.<sup>39</sup>*

## **1.5 FORMAS DO DISCURSO DE SI**

### **1.5.1 As Modalizações do Dizer**

A estrutura enunciativa no discurso de si se entretece a partir de uma escansão básica, em que dois movimentos enunciativos se encontram.

De um lado, segmentos enunciativos em que um certo estado subjetivo se representa, ou se descreve, como, por exemplo:

(nada mais me interessa)

---

<sup>37</sup> Lacan, J. (1981:23).

<sup>38</sup> Olgivie, B. (1987:37).

<sup>39</sup> Pommier, G. (1987:17).

De outro, segmentos enunciativos que, como uma espécie de comentário, incidem sobre os primeiros, modalizando o dizer dos estados subjetivos no momento mesmo em que esse dizer se realiza, como, por exemplo:

(parece que)  
 (no fundo)  
 (é estranho)  
 (não sei, acho que)  
 (tenho a impressão)  
 (num certo sentido)  
 (de certo modo)

Chamaremos **R** os primeiros segmentos — os que visam representar um certo estado psíquico que se experimenta — e **M** os que aparecem como uma espécie de comentário e que incidem sobre os anteriores, modalizando-os. No discurso de si a seqüência discursiva se mostra como uma rede onde os segmentos de tipo **R** são incessantemente atravessados, no fio do discurso, pelos segmentos de tipo **M**.

Parece, à primeira vista, que se está diante de dois planos enunciativos distintos: o que é da ordem da declaração (pois expressa um estado de coisas, representa algo<sup>40</sup>) e o que é da ordem do comentário que incide sobre o dito enunciado. De fato, os segmentos do tipo **M** apresentam algumas propriedades que coincidem com aquelas que, segundo Danon-Boileau & Buscaren<sup>41</sup>, determinam os enunciados comentativos: a presença de uma modalização de natureza epistêmica; o aspecto não aorístico. Como dizem os autores, a presença de uma modalização de natureza epistêmica produz:

*“(...) la suspension de la validation de la relation prédicative. Et du coup elles entraînent aussi la suspension de la référence temporelle autrement instituée par le procès”.*

<sup>40</sup> No sentido proposto, por exemplo, por Récanati, F. (1979).

<sup>41</sup> Danon-Boileau, L. & Buscaren, J. (1984).

Ao mesmo tempo, o aspecto não-aorístico que a modalização envolve

*“(...) suspend la compatibilité avec une dénotation temporelle de type instant ponctuel (même si le repère-origine peut être couplé, lui, à une référence temporelle de type instant ponctuel”.*<sup>42</sup>

De fato, o efeito de sentido dos segmentos de tipo **M**, que atravessam os de tipo **R**, é a suspensão do poder de nominação (a relação predicativa, para Danon-Boileau & Buscaren) que os segmentos de tipo **R** realizariam não fosse o atravessamento das modalizações que fazem tombar a nominação visada na precariedade e/ou na incompletude. Desse ponto de vista, o que se mostra nessa nominação visada (mas fracassada) em que um movimento enunciativo tenta capturar — e fazer coincidir — o ser do estado subjetivo experimentado e seu dizer no discurso que busca enunciá-lo, é a impossibilidade de fazer coincidir a temporalidade dessas duas dimensões, como uma das formas pelas quais se manifesta a impossibilidade da coincidência entre a vivência e sua representação.

No entanto, a abordagem teórica que está em jogo no trabalho de Danon-Boileau & Buscaren é insuficiente para dar conta do que ocorre no discurso de si. Pois a descontinuidade que se manifesta no contraponto entre os segmentos de tipo **R** e de tipo **M** não é da ordem daquilo que pode ser aproximado ao conceito de planos de enunciação, por exemplo. Os segmentos de tipo **M** não funcionam como segmentos de meta-discurso<sup>43</sup> ou como segmentos meta-enunciativos<sup>44</sup> que circunscreveriam um dizer que, de qualquer forma, se diz, num comentário que retorna, reflexivamente, sobre esse dizer, para aí inscrever uma apreciação, que a ele se acrescenta como um **mais-dizer**.

Ao invés do retorno reflexivo que, de um lugar de mestria, tornaria possível, ao sujeito enunciante, controlar seus enunciados, é da impossibilidade

<sup>42</sup> Danon-Boileau, L. & Buscaren, J. (1984:62).

<sup>43</sup> Maingueneau, D. (1987:93-4).

<sup>44</sup> Como o que ocorre nos fenômenos da heterogeneidade representada, cf. Authier-Revuz, J. (1990).

desse controle que se trata no discurso de si. Pois, paradoxalmente, quanto mais retorna, reflexivamente, sobre o próprio dizer, mais esse dizer se esgarça no seu poder de nomeação, mais a referência visada, que se pretendia nomear, se rarefaz, escapa, mais se mostra a precariedade desse sujeito **na** enunciação.

Já mencionei anteriormente a fórmula **sujeito na enunciação**, que pretendo contrapor ao escopo do conceito **sujeito da enunciação**, moeda corrente nas chamadas teorias da enunciação. Nestas, a própria materialidade significante em que se nomeia o conceito “*sujeito da enunciação*” mostra, no seu caráter de nominalização, a posição agentiva e unificadora atribuída ao sujeito — o sujeito enuncia; na fórmula que proponho, tal conversão é impossível: o sujeito **na** enunciação se manifesta no seu assujeitamento, na ausência de controle que aí possa ter e que o faz aí emergir não como unicidade, mas como dispersão<sup>45</sup>.

Conseqüentemente, os segmentos de tipo **M** não podem ser considerados como **comentários**, pelo que o conceito de comentário (meta-discursivo ou meta-enunciativo) envolve enquanto emergência de uma posição de sujeito que, mesmo que se admita que se trata de um imaginário constitutivo do falante, aí aparece, para si mesmo, como ocupando um lugar de mestria, de controle de seu próprio discurso. Pois o efeito de sentido que tais funcionamentos produzem, no discurso de si, e que são constitutivos da dicção que lhe é própria, interditam que a posição enunciativa implicada nos segmentos de tipo **M** possa funcionar como denegação de uma não-coincidência encontrada: ao invés de representarem uma não-coincidência encontrada, são eles próprios que mostram, *in praesentia*, a não-coincidência.

Por essa mesma ordem de razões, a abordagem da teoria polifônica da enunciação, proposta por Ducrot, também não permite dar conta do que está em jogo nesse funcionamento do discurso de si.

---

<sup>45</sup> Guimarães, E. & Orlandi, E. (1988).

Considerar que em **R** o sujeito se representa como  $\lambda$ , como ser do mundo — portanto, como personagem de si mesmo — e em **M** o sujeito emerge como ser de linguagem<sup>46</sup>, supõe um sujeito que possa se desdobrar nesses dois lugares — o que, dada a natureza do sujeito que está em jogo no discurso de si como efeito de suas condições de produção, seria supor, aqui, uma forma insidiosa de atuação.

Não por acaso Ducrot, na constituição dessa teoria, retomou algumas figuras da reflexão da retórica clássica. Nas formas públicas de discurso, esse desdobramento, enquanto **mise-en-scène** do enunciador, é favorecido.

No discurso de si, ao contrário, o contraponto **R/M** não permite territorializar a incompletude, circunscrevendo-a, por exemplo, em **R**, a fim de salvaguardar o lugar virtual da completude na voz presente em **M**. Tal afirmação se justifica a partir de duas considerações.

Em primeiro lugar, pela consideração, no discurso de si, de seu processo de desenvolvimento. Ao longo de seu desenvolvimento — sua expansão — esse dizer marcado de incompletude retorna incessantemente. Não se trata de uma vacilação que, conduzindo a um retorno reflexivo, leve a uma enunciação capaz de aparecer como minimamente estável. Ao contrário, a impossibilidade de estabilizar, na enunciação, os sentidos que se nomeiam em **R** conduz não só à sua suspensão em **M**, mas a um eterno retorno do movimento de contraponto **R/M**, movimento que proponho chamar de o **giro parafrásico** no discurso de si.

Em segundo lugar, pela consideração de outras formas que, no discurso de si, manifestam os mesmos efeitos de sentido de não coincidência do dizer consigo mesmo, mas sob modalizações que não poderiam, formalmente, ser aproximadas a algo da ordem do comentário:

(É como se) nada fizesse sentido para mim

(É uma espécie de) estado de recusa

---

<sup>46</sup> Ducrot, O. (1984:199).



Me sinto / (assim) / (um tanto) / perdido

/ (meio) /

/ (tipo) /

Nessas ocorrências, o segmento de tipo **M** aparece de tal modo entranhado no segmento de tipo **R** que não se pode vislumbrar uma distinção de movimentos sintáticos entre eles: ou porque **M** modaliza um **R** não dito, não realizado, ou porque **R** não se diz a não ser entretecido diretamente por **M**.

É claro que qualquer que seja o tipo de realização que caracterize o segmento enunciativo de tipo **M**, é para uma posição de sujeito que se crê fonte e origem de seus sentidos e de seu dizer que esse lugar enunciativo aponta. Mas é verdade também que, do contraponto **R/M**, o que se manifesta é o caráter derrisório desse lugar.

Isso, no entanto, exige que se ponha em jogo uma concepção de sujeito que é radicalmente distinta daquela que povoa o campo teórico das teorias da enunciação.

### 1.5.2 O Giro Parafrásico do Sentido

A análise dos processos de expansão no discurso de si aponta para a presença de um mecanismo singular. O discurso de si não se expande por um processo estruturado de subtopicalização dos tópicos já introduzidos, nem apresenta marcas sintático-semânticas que organizem a introdução de novos tópicos.

O que se observa, analisando-se o discurso de si sob este ângulo, é que o discurso de si se expande e se sustenta através de um mecanismo de **repetição**. Na medida em que a estrutura enunciativa, como foi apontado, se escande no movimento entre segmentos de tipo **R** e de tipo **M**, em que o que se manifesta é a

não-coincidência e a incompletude, dá-se um constante retorno, ao longo do discurso, aos mesmos tópicos, na tentativa de capturar, pelo dizer, esse estado subjetivo que parece se furta às formas do enunciável.

Como consequência desse movimento, o novo, quando ocorre, se realiza sob formas sintaticamente não marcadas, sem a intervenção de uma pontuação simbólica que sinalize a presença do dado novo, que o ponha em foco. Tudo se passa como se houvesse uma indistinção, ou uma fraca distinção de planos entre os sentidos que habitam o discurso interno e os sentidos que vão se construindo na enunciação:

Escrever me acalma. (Estranho como) raramente recorro a este recurso. Senti agora um impulso, um repuxo, uma compulsão de escrever (como se) fosse a única coisa que, agora, me tranquilizaria.

...

Estou em pânico. Estou com medo (Tenho a impressão de que) vou morrer. Temo isso. Me falta energia. Estou esvaziada. (Chego a) desejar morrer, sossegar.

...

Proponho chamar de **giro parafrásico** esse movimento que no discurso de si se sustenta no mecanismo do dizer/redizer do sentido que a retomada parafrásica permite. E esse processo produz uma espécie de configuração circular, onde cada retomada parafrásica dá ensejo a uma subtopicalização ou à irrupção de um novo tópico, para imediatamente retornar ao campo do sentido já-posto, e recolocá-lo em movimento pelo redizer. Nesse sentido, é como se a expansão do discurso de si se realizasse para dentro, em profundidade, em espiral.

A especificidade do giro parafrásico consiste no fato de que é uma operação de parafrasagem que não é comandada pelo sujeito enunciador. Não

ocorrem aqui formas de meta-discurso que marcariam a parafrasegagem como uma estratégia, da parte do locutor, de re-colocação em foco de um tópico já introduzido (“*como eu disse*” / “*como eu estava dizendo*”) ou como resultado de uma intenção explicativa (“*isto quer dizer que*” / “*significa que*” / “*em outras palavras*”).

Portanto, o giro parafrásico que caracteriza o discurso de si não pode ser aproximado daquela dimensão da operação de parafrasegagem que Fuchs chama “*o julgamento metalingüístico de identificação*”<sup>47</sup>, na medida em que a retomada parafrásica aparece aqui como não comandada pelo enunciador, nem tampouco se revela como determinada por uma intencionalidade enunciativa que os retomasse para melhor explicá-los, ou expandi-los, ou ainda para introduzir novas direções argumentativas.

Desse ponto de vista, pode-se dizer que, a rigor, não ocorre, no discurso de si, uma retomada pela paráfrase do sentido já-posto, mas antes uma **persistência do sentido**, que insiste, retornando na repetição, em que cada movimento enunciativo, afetado de não-coincidência, parece condenado a girar nesse retorno parafrásico.

Do ponto de vista da classificação dos níveis em que se dá a operação de parafrasegagem, proposta por Fuchs<sup>48</sup>, pode-se dizer que o giro parafrásico realiza a operação de paráfrase unicamente no plano do locucional; do ponto de vista de sua produção enunciativa, o giro parafrásico exclui os níveis referencial, pragmático e simbólico da parafrasegagem.

O que se nota, por outro lado, é que nas seqüências que constituem um determinado giro parafrásico pode-se vislumbrar o intrincamento dos planos sintagmáticos e paradigmáticos, observado por Fuchs:

---

<sup>47</sup> Fuchs, C. (1982:89).

<sup>48</sup> Fuchs, C. (1982:128).

*“A plusieurs reprises en effet on constate qu’un énoncé commence par une expression que l’auteur a placé à la fin de l’énoncé précédent, l’ayant trouvé à la suite d’une série de substitutions: prégnance de l’expression, importance de la thématique”.*<sup>49</sup>

Penso, por outro lado, que esse mecanismo que comanda o giro parafrásico pode ser aproximado daquele fenômeno apontado por Courtine como *“a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciadador”*<sup>50</sup>, na medida em que sinaliza não um discurso que, se repetindo, retorna reflexivamente sobre si mesmo, num processo de saturação e homogeneização, mas, ao contrário, sinaliza **o que se repete** no discurso como algo que escapa à circunscrição estruturante da discursividade. Nesse sentido, o que o giro parafrásico mostra é uma certa deriva do discurso, que, girando em torno de si mesmo, retorna aos mesmos sentidos.

É desse ponto de vista que o processo de repetição vertical, apontado por Courtine, aparece também no discurso de si:

*“une **répétition verticale**, qui n’est pas celle de la série des formulations formant énoncé, mas ce à partir de quoi ça répète, un non-su, un non-réconnu déplacé et se déplaçant dans l’énoncé: une répétition qui est à la fois présente absente dans la série de formulations, absente parce qu’elle y fonctionne sur le mode de la méconnaissance et présente dans son effet, une répétition dans l’ordre d’une **mémoire lacunaire ou trouée**”.*<sup>51</sup>

### 1.5.3 A Sintaxe de “Desligação”

---

<sup>49</sup> Fuchs, C. (1982:144).

<sup>50</sup> Courtine, J.J. (1982:13).

<sup>51</sup> Courtine, J.J. (1982:15).

O discurso de si parece constituir um caso típico daquela classe de práticas discursivas que Pêcheux propôs chamar de “*écriture à dé-liaison*”, por oposição à “*écriture d’enchâssement*”<sup>52</sup>. Ao contrário desta última, que se caracteriza pela construção de um espaço enunciativo pleno, sem restos, a discursividade da “*desligação*” é constituída de

“(…) énoncés juxtaposés aux connexions implicites, de phrases nominales, de phrases interrompues ou partiellement effacés (…)”<sup>53</sup>

Desse ponto de vista, os processos de desligação no fluxo do discurso de si apontam para a presença do heterogêneo, na medida em que é nesses pontos de ruptura e desligação, onde a lógica aparente da superfície discursiva se vê esgarçada, que se desvenda, como uma espécie de avesso constitutivo, uma ilógica. Nesse sentido, coloca-se a questão das formas pelas quais os processos gramaticais sustentam “*o sentido no não-sentido*”, como diz Pêcheux.

No plano de sintaxe interna dos enunciados, o que se observa é a presença de rupturas sintáticas, produzindo enunciados não plenos, sintaticamente falando. A ruptura sintática ocorre tanto nos segmentos de tipo **R** quanto nos segmentos de tipo **M** que, na maioria das vezes, se apõem ou se justapõem aos segmentos anteriores, sem conexão sintática marcada.

Já nos processos de encadeamento dos enunciados, predominam fortemente os processos de justaposição e coordenação, ao invés de processos de encaixamento.

---

<sup>52</sup> “En s’appuyant sur le sens que Freud donne à l’Entbindung comme dé-liaison (la Bindung étant la constitution et le maintien des formes relativement stables), on peut (...) risquer l’expression d’écriture à la dé-liaison”.

<sup>53</sup> Pêcheux, M. (1981:147).

Por outro lado, os processos de justaposição e de ruptura sintática (ou antes, vazios sintáticos), no discurso de si, parecem interligados ao processo do giro parafrásico, o que aponta para uma espécie de interdeterminação entre os processos de pulverização da estrutura temática e os processos de esgarçamento da estrutura sintática.

Essas considerações parecem endossar a hipótese, levantada por Pêcheux, de que em certos processos intradiscursivos

*“(...) ce qui règle la possibilité de mise en séquence ne soit plus que des analogies, compatibilités et implications trop vagues pour autoriser une interprétation syntaxique; c’est en ce point que les conditions de colinearité des énoncés semblent échapper à la grammaire, c’est aussi en ce point que se déploie la répétition extensive de l’énoncé, la linearisation de ses paradigmes sous-jacents (...)”.*<sup>54</sup>

Trata-se, no discurso de si, menos de pensamentos enunciados que de pensamentos falados, como sugere Pêcheux a propósito do estatuto da ficção no texto de Joyce, cujos deslocamentos e apagamentos afetam o próprio ponto de enunciação, manifestando a escrituração de um sujeito dividido<sup>55</sup>.

## 1.6 A ENUNCIÇÃO VACILANTE COMO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DE SI

Os processos acima apontados convergem na configuração de um funcionamento particular que tipifica o discurso de si e que proponho chamar a **enunciação vacilante**. A enunciação vacilante é o funcionamento que resulta do encontro e entrecruzamento entre um certo processo enunciativo (o contraponto incessante **R/M**), um certo mecanismo de construção (a sintaxe de “desligação”) e um certo movimento expansivo (o giro parafrásico).

<sup>54</sup> Pêcheux, M. (1981:145).

<sup>55</sup> Pêcheux, M. (1981:149).

No entanto, há uma hierarquia entre as três formas envolvidas, no que respeita à constituição desse funcionamento que é a enunciação vacilante. Pois, se os três processos convergem para aí apontar a presença da instabilidade e da incompletude, é o primeiro processo — contraponto **R/M** — que é aqui, a meu ver, determinante do modo de funcionamento dos dois outros processos, que surgem, portanto, como epifenômenos do primeiro.

Se os processos do giro parafrásico e da sintaxe de desligação apontam para a presença do não-estável e da incompletude na relação sujeito/sentido, o modo pelo qual essa instabilidade e incompletude se manifestam pode apontar para diferentes direções de sentido. Sobredeterminados pelo processo **R/M** — que representa, no discurso de si, o lugar por excelência em que a impossibilidade da coincidência se manifesta enquanto modo de presença possível para o sujeito nesse discurso — os dois outros processos ganham, então, uma dimensão particularizada.

É a incompletude que emerge no contraponto **R/M** que obriga ao redizer constante do giro parafrásico, que, por sua vez, se realiza sob as mesmas formas do contraponto **R/M**. Por outro lado, é porque o contraponto **R/M** escancara o encontro de uma não-coincidência que não pode ser territorializada, “*apaziguada*”, que o dizer é conduzido a uma investida constante contra ela, marcando o fio do discurso pela desligação, onde se mostra um dizer condenado a estar sempre em curso, preso nas malhas do inacabamento.

Assim, é a impossibilidade do encontro entre o dizer e o sentido, enquanto manifesta no contraponto **R/M**, que vai determinar a impossibilidade de fechar, numa estrutura estável, esse dizer.

Mas, acima de tudo, o que está em jogo aqui e que exige, a meu ver, a consideração do contraponto **R/M** como determinante nesse funcionamento que é a enunciação vacilante, é um fenômeno de outra ordem. Nas formas do giro parafrásico e da sintaxe de desligação o sujeito aparece, sem dúvida, preso nas

malhas da não-coincidência, da não-unicidade, da dispersão; mas é nas formas do contraponto **R/M** que o sujeito aparece como **confrontado** com a não-coincidência que emerge sob a espessura de uma **presença**.

O que estou levando em consideração, neste ponto, é o fato de que o giro parafrásico e/ou a sintaxe de desligação podem se dar sem que uma pontuação **simbólica** da instância enunciativa se realize. É o que ocorre, segundo Sallenave, na **escrita automática**<sup>56</sup>. É justamente essa instância enunciativa que se marca, simbolicamente, no contraponto **R/M**, fazendo com que, na enunciação vacilante, tal instância se presentifique.

Desse ponto de vista, o sujeito que está em jogo no discurso de si, preso nas malhas da enunciação vacilante, é aquele que está a descoberto na sua precariedade, despojado do lugar de mestria que lhe permitiria instaurar, num dizer estável, uma representação. Nesse sentido, o discurso de si aparece em sua condição de sutura mínima<sup>57</sup>, onde, portanto, o movimento de evicção do sujeito enquanto tal se mostra mais frágil.

Assim, a enunciação vacilante aparece como uma “*elaboração*” — o modo como aí se dá o dizer de si mesmo — onde algo da natureza do sujeito desse dizer se mostra.

---

<sup>56</sup> Cf. Capítulo II, seção 2.3.

<sup>57</sup> Se a sutura (Miller, J.A., 1966) consiste no efeito de cisão que caracteriza a relação do sujeito com o discurso, dependendo de seu modo de articulação certos funcionamentos discursivos aparecem como realizando em maior ou menor grau essa cisão e, conseqüentemente, suturando mais ou menos eficazmente essa cisão. Dor, J. (1985:128): “*No discurso científico, pode-se dizer que o grau de sutura é ótimo, porque é ali que o sujeito do inconsciente está melhor amordaçado*”.



## CAPÍTULO II



*“(...) il semble que la subjectivité ne soit que d’être inscrite dans un certain discours du **moi**. Son histoire se confond avec celle de ses discours”.*

**Jacques, F.**  
(1982:214)

## II

## O DISCURSO DE SI: DA TRANSPARÊNCIA À OPACIDADE

## 2.1 A EMERGÊNCIA DO IMAGINÁRIO DO “SI MESMO”

O discurso de si é um funcionamento que se constitui no interior das práticas discursivas ligadas à constituição da condição subjetiva na modernidade. Trata-se, portanto, de um funcionamento que é inseparável de certos processos de subjetivação, que se constituíram historicamente desde o final da Idade Média.

Haroche situa no século XIII, a partir da crise da Dupla Verdade que o averroísmo instaura, o início desses processos<sup>1</sup>. O dogma cristão, diz a autora, supõe uma aceitação absoluta do divino pela fé: em tal universo fechado, as formas de subjetivação excluem a autonomia do sujeito. Não há espaço para uma condição subjetiva que contemple a singularidade do sujeito individual.

Tal universo, segundo Goulemot, se manifesta nas práticas culturais onde a vida comunitária é dominante:

*“(...) a família ampliada, os ritos comunitários, a rede de relações e obrigações que colocam o homem numa relação pública com o outro”.*

Trata-se, segundo Goulemot, de uma vida essencialmente pública — “(...) a casa, a exibição da vida orgânica, a oração em comum (...)” — na medida em que o mundo ligado da religião, diz Goulemot, citando Ariès:

<sup>1</sup> Haroche, Cl. (1984:65).

*“(...) exclui a razão de ser e por conseguinte as práticas da vida privada”.<sup>2</sup>*

Nesse universo em que, diz Goulemot, se favorece a transparência pública dos corações e dos corpos e as vidas se colocam sob o olhar da comunidade, estamos diante de práticas e ideologias que recusam o secreto, o ato individual.

É esse universo que, segundo Haroche, começa a se modificar a partir do século XIII:

*“Muito lentamente, no curso dos séculos que se seguem, desliza-se, não sem obstáculos, da dependência mais total ao dogma para um individualismo que, de imperceptível, triunfa no século XIX com o romantismo”.<sup>3</sup>*

Tal mudança é enfocada, sob a ótica de Goulemot, de Foisil ou de Ranun<sup>4</sup>, enquanto um processo de gestão dos espaços do privado e do íntimo em contraposição aos espaços do público. A propósito desse momento em que a mudança se inicia, diz Goulemot:

*“Nesse período de constituição do Estado e de profundas mutações na sociedade civil, em que o poder político visa a assegurar-se o monopólio da violência e a controlar as pessoas e seus corpos, bem como a produção de bens e signos culturais, ao mesmo tempo em que surge um novo espaço público (...) aparece também um espaço privado no qual, longe dos olhares e do controle da comunidade e do poder, definem-se novas práticas”.<sup>5</sup>*

---

<sup>2</sup> Goulemot, J.M. (1986:371).

<sup>3</sup> Haroche, Cl. (1984:65).

<sup>4</sup> Ranun, O. (1986); Foisil, M. (1986).

<sup>5</sup> Goulemot, J.M. (1986:371).

Entre tais “*novas práticas*”, Goulemot e Ranun incluem o espaço fechado da habitação, o quarto de dormir, o gabinete (*scriptorium*), primeiro como peça de mobiliário, posteriormente como um cômodo, a eleição de objetos e espaços como signos do íntimo — o retrato, a carta, a flor, a fita, a “*lembrança*” de um acontecimento (em geral amoroso)<sup>6</sup>. Ranun chama a atenção sobre o processo social de codificação de objetos e espaços enquanto signos do privado e do íntimo e aponta que tais signos vão se tornando constitutivos de um “*imaginário de si mesmo*”<sup>7</sup> e Goulemot vê, nessas novas práticas, a finalidade de resguardar do espaço público

*“(...) toda uma parte as atividades do indivíduo que se tornou sujeito”*.<sup>8</sup>

Goulemot acrescenta, a esse conjunto de fenômenos que vão constituir o contraste entre público e privado, as mudanças que se verificam na esfera da religiosidade:

*“Paralelamente ao ritual público da Igreja surgem a oração mental e o exame de consciência, enquanto o protestantismo define a possibilidade de uma relação individual com as Escrituras”*.<sup>9</sup>

Figueiredo<sup>10</sup> propõe considerar a experiência da conversão como emblemática desse momento de rupturas. Em sua reflexão, enfatiza, no mundo dos fins da Idade Média e início dos Tempos Modernos, o contato com a

---

<sup>6</sup> Goulemot, J.M. (1986:372); Ranun, O. (1986:211).

<sup>7</sup> Ranun, O. (1986:211).

<sup>8</sup> Goulemot, J.M. (1986:372).

<sup>9</sup> Goulemot, J.M. (1986:371).

<sup>10</sup> Figueiredo, L.C. (1992).

diversidade como elemento que vai minar a unicidade do mundo medieval. Tal diversidade, que emerge, segundo Figueiredo, enquanto

*“(...) formas radicalmente distintas de alteridade (...)”<sup>11</sup>*

inclui a variedade das vozes que centros comerciais e portuários manifestam (como Amsterdam, Veneza e também Lisboa), fenômeno que Figueiredo propõe chamar de *“multiplicação das vozes”*. É a partir desse contraste que vê a preocupação da cultura humanística com os estudos filológicos e os procedimentos hermenêuticos:

*“É necessário conviver com outras línguas, o hebreu, o grego e o latim, sejam as línguas exóticas de outras civilizações, sejam as dos selvagens africanos e americanos”.*

Nesse processo, diz Figueiredo, o que se coloca é a necessidade de

*“(...) enfrentar conflitos de interpretações inerentes a uma atividade generalizada de tradução imposta pela descoberta das alteridades intra e extra-européia”.*<sup>12</sup>

Neste universo, segundo Figueiredo, a infinitude das variações põe em jogo algo de maravilhoso e inquietante:

*“Seres que se aproximam, misturam e convertem uns aos outros subjazem a muitas crenças e práticas renascentistas”.*<sup>13</sup>

É no interior desse quadro que, para Figueiredo, vão se produzir as figuras do *“medo às fronteiras e aos seres fronteiriços”*. Diz o autor:

---

<sup>11</sup> Figueiredo, L.C. (1992:36).

<sup>12</sup> Figueiredo, L.C. (1992:29); a crise que o averroísmo produz, segundo comenta Haroche, desencadeia-se pela descoberta, via árabes, dos originais gregos.

<sup>13</sup> Figueiredo, L.C. (1992:34).

*“(...) estamos sugerindo a hipótese de que estas intensas reações emocionais decorrem da exposição à variedade das coisas, quando esta tende a escapar ao controle, gerando misturas e combinações extremamente ameaçadoras à estabilidade e à ordem do mundo”.<sup>14</sup>*

Medo das margens e dos seres fronteiros: o marrano, o cristão-novo; fenômenos de rupturas: as viagens, encontros significativos, desastres (naufrágios, falências); alterações sucessivas de sorte (azares e venturas), experiências de exercício e de perda de poder, perseguições, exílios, ameaças de peste — tais figuras, segundo Figueiredo, que povoam as histórias de vida do século XVI, é que vão suscitar a categoria da conversão como emblemática desse período:

*“Há um conceito que, embora no sentido estrito se aplique apenas à vida religiosa, pode ser usado para designar esta variedade de mudanças de rumo que seccionam a vida de cada um em diversos segmentos: conversão”.<sup>15</sup>*

Embora, diz o autor, a época tenha sido tipicamente marcada, dados os movimentos de reforma protestante e contra-reforma católica, por inúmeras e dramáticas conversões no sentido religioso, pode-se considerar:

*“(...) que as experiências de conversão foram ainda mais generalizadas e freqüentes se aceitarmos o uso do termo para falar de todos os fenômenos de **torção**, que podiam ocorrer tanto no campo das crenças (religiosas, políticas, científicas) como no das práticas e situações existenciais dos indivíduos e grupos”.<sup>16</sup>*

---

<sup>14</sup> Figueiredo, L.C. (1992:38).

<sup>15</sup> Figueiredo, L.C. (1992:41).

<sup>16</sup> Figueiredo, L.C. (1992:41).

Para além das conversões impostas que, diz o autor,

*“(...) se abatem sobre os indivíduos e ameaçam ou destroem suas integridades físicas, morais e psicológicas, podem-se opor as conversões vividas como reconquista da integridade, (re)encontro do sujeito com seu destino ou vocação”.*

E acrescenta:

*“De qualquer forma, mesmo neste caso de ‘conversões regenerativas’ há um, ou vários, seccionamentos da vida a exigir costura e amarração”.<sup>17</sup>*

Seja em Camões, em Montaigne ou em Erasmo de Rotterdam, Figueiredo vê aí a expressão da dificuldade do homem quinhentista em

*“decifrar a própria existência e descobrir nela uma unidade e um sentido”.<sup>18</sup>*

É um fato que, aquilo que podemos chamar de um gênero — a escrita autobiográfica — começa a surgir no século XVI e vai se consolidando até vir a conhecer suas formas mais maduras no século XVIII. Tal fato, segundo Figueiredo, expressa a

*“(...) sensibilidade quinhentista ao diverso da alma e do corpo (...)”.*

e aponta para um uso específico da memória:

*“a memória destinada a estabilizar, dar permanência, continuidade e sentido a experiências individuais e grupais*

---

<sup>17</sup> Figueiredo, L.C. (1992:47).

<sup>18</sup> Figueiredo, L.C. (1992:47).



*sujeitas a sucessivas conversões, torções, adoecimentos e aniquilamentos”.*

E conclui:

*“Falar de si, falar de suas conversões e de suas doenças seria, então, uma estratégia para reconquistar imaginariamente a unidade da vida e a integridade do corpo”.*<sup>19</sup>

É interessante observar, nos dados recolhidos por Figueiredo, a preocupação com o corpo — as doenças, os sintomas, as fragilidades crônicas — e o desenvolvimento de uma escrita reflexiva sobre o funcionamento do próprio corpo — enquanto lugar da dor e do sofrimento.

Em Montaigne, Cardano, ou Calvino, essa escrita de si enquanto corpo parece apontar, diz Figueiredo, para a vivência do corpo enquanto *“partes e pedaços juntados de maneira casual e diversa”*, modo como Montaigne definia a própria subjetividade, para concluir: *“Daí ser tão grande a diferença entre nós e nós mesmos quanto entre nós e outrem”* (*Ensaaios*, pp.159-161).<sup>20</sup>

É nesse sentido que Figueiredo vê na emergência de uma escrita autobiográfica<sup>21</sup> a expressão de uma experiência, ao mesmo tempo, de desintegração da subjetividade e de construção de técnicas de consolidação e defesa da identidade que se tornou problemática. Tal processo envolve, para essa subjetividade, como diz Figueiredo,

*“(...) uma atenção mórbida em si mesma (...)”*<sup>22</sup>

Nesse processo de gestação das formas modernas de subjetivação, Figueiredo vê um movimento em que, ao lado dos processos de esfacelamento de

<sup>19</sup> Figueiredo, L.C. (1992:45).

<sup>20</sup> Figueiredo, L.C. (1992:42).

<sup>21</sup> O autor utiliza o termo *“literatura autobiográfica”*.

<sup>22</sup> Figueiredo, L.C. (1992:47).

um universo fechado em que se manifestam as experiências de desintegração das formas anteriores de subjetivação, surgem outros processos que tentam circunscrever e estabilizar esses espaços de liberdade e de atomização do indivíduo:

*“(...) as experiências subjetivas no sentido moderno do termo (...) devem a sua emergência tanto às vivências de diversidade e ruptura como às tentativas de ordenação e costura, ou seja, a todas as práticas reformistas que implicavam uma subjetividade individualizada e uma tensão sustentada entre áreas ou dimensões de liberdade e áreas ou dimensões de submissão”.<sup>23</sup>*

Em Lutero ou em Santo Inácio de Loyola, mostra-se, segundo Figueiredo a preocupação em administrar esses espaços de liberdade e submissão, garantia de estruturação do subjetivo. E é sob esse mesmo enquadre que considera Bacon ou Descartes que, malgrado as diferenças que os separam, se preocuparam ambos em administrar os respectivos territórios do “sujeito epistêmico” e do “sujeito ético-passional”.

*“Em ambos os projetos (...) a meta é uma ‘cura da mente’, o que implica a cisão da subjetividade: de um lado, a subjetividade confiável, regular, porque sempre idêntica a si mesma, e comunicativa, porque sempre a mesma em todos os homens; de outro, a subjetividade suspeita, volúvel, inconstante, imprevisível, diferente e, em última análise, isolada e privatizada”.<sup>24</sup>*

---

<sup>23</sup> Figueiredo, L.C. (1992:59).

<sup>24</sup> Figueiredo, L.C. (1992:90).

## 2.2 GÊNESE DAS FORMAS DE UMA ESCRITA DE SI

O estudo de Madeleine Foisil, em *A História da Vida Privada*, debruça-se sobre as memórias, os diários e os **livres de raison** enquanto emergências da escritura privada no final do século XVII e durante o século XVIII. O objetivo da autora — pesquisar os modos pelos quais o privado e o íntimo ganharam expressão nessa escritura — se define, mais precisamente, como a busca não de uma vida privada contida no relato, mas antes como visando

*“(...) entender como as mentalidades a perceberam: portanto, menos a vida privada que a atitude ante a vida privada”.<sup>25</sup>*

Em seu trabalho, Foisil estabelece uma oposição entre memórias, de um lado, e diários e *livres de raison* de outro. Nas memórias, o que se tem não é uma escritura de si mas a

*“(a) escritura individual de personalidades públicas sobre a repercussão de seus atos, o brilho da própria glória, ou sobre homens ou fatos dos quais foram testemunhas privilegiadas; destinam-se a ser lidas”.<sup>26</sup>*

Nesse sentido, diz a autora, tais textos assemelham-se deliberadamente à narrativa histórica, e neles o que há é vida pública, mas pouca ou nenhuma vida privada.

O memorialista, observa Foisil citando Mac Gowan, relata o que todos podem ver; escreve não como analista de si mesmo, mas como um eu atuante que não dispõe de tempo para refletir. Não há, portanto, nessas memórias, uma consciência do eu privado, diz Foisil.

---

<sup>25</sup> Foisil, M. (1986:331).

<sup>26</sup> Foisil, M. (1986:332).

Diferentemente das memórias, segundo Foisil, as autobiografias, gênero que se fixará mais tardiamente, consistem no relato da própria existência, com ênfase na vida individual do autor:

*“(...) são aspectos essenciais em oposição às memórias históricas, que privilegiam o fato histórico e a ele subordinam a pessoa”.<sup>27</sup>*

É, no entanto, nos diários e nos *livres de raison*, modalidades de escrita que nos séculos XVII e XVIII proliferam ao lado das memórias históricas, que se encontram as formas primevas de um tipo de escritura do privado.

Um primeiro aspecto, essencial, da dimensão não pública desses tipos de texto: diários e *livres de raison* são escrituras em que o autor escreve para si mesmo: não somente não visavam a publicação/publicização, mas inclusive a excluía.

Tal aspecto pode ser evidenciado por aquilo que Ranun chama de “*linguagem cifrada*” sob a qual os “*signos do íntimo*” começam, nesse momento, a se estruturar. É nesse sentido que os diários íntimos vão se inscrever como uma escritura secreta, que revelam

*“(...) essa vontade de se exprimir de maneira íntima”.<sup>28</sup>*

Assim, nos diários íntimos, como no caso de Pepys ( $\pm$  1660), a vida íntima é registrada em linguagem cifrada: escreve-se em latim ou outras línguas (para não ser compreendido por familiares intrusos).

Mas não é somente no nível de uma exclusão do leitor/outro eventual que essa escritura secreta se realiza. Mencionando o diário de Pepys, comenta Ranun:

---

<sup>27</sup> Foisil, M. (1986:332).

<sup>28</sup> Ranun, O. (1986:212).

*“(...) suas próprias paixões amorosas, que ultrapassam o poder evocativo das palavras, levam-no a deixar lacunas e reticências quando não lhe bastam frases em italiano — já um acréscimo ao inglês”.*<sup>29</sup>

Nesse movimento, diz Ranun, o segredo está ligado ao signo de uma intimidade que

*“(...) podendo ser decifrada por outrem, é zelosamente guardada”.*<sup>30</sup>

Ranun aproxima a emergência do diário íntimo ao surgimento do auto-retrato, na pintura (Rembrant, por exemplo):

*“O auto-retrato dos artistas possui inúmeras características do diário íntimo”.*<sup>31</sup>

É sob essa mesma dimensão que considera o registro da vida espiritual, religiosa, das experiências místicas: trata-se aqui, também, de **intimidades** místicas.

Esse ponto de vista pode ser aproximado das observações de Figueiredo a respeito de Santa Tereza D’Ávila. Em Santa Tereza, segundo Figueiredo, tem-se a emergência da experiência mística enquanto acontecimento estritamente privado:

*“É esta experiência que ela observa com uma atenção quase clínica, lançando-se a algumas teorizações a seu respeito”.*<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Ranun, O. (1986:213).

<sup>30</sup> Ranun, O. (1986:235).

<sup>31</sup> Ranun, O. (1986:213).

<sup>32</sup> Figueiredo, L.C. (1992:78).

Nessa experiência, aspectos do que Ranun chama de “*evocação do inexprimível*”<sup>33</sup>, que já se manifesta nos diários íntimos, aparece em Tereza D’Ávila, segundo comenta Figueiredo, sob a forma de uma vivência para além (ou aquém) da representabilidade:

*“A experiência com tal poder de convencimento não é uma experiência com imagens e representações. Não são as representações de Jesus ou dos anjos que lhes chegam nas visões e locuções, são eles mesmos. Por isso, mais convincentes que todas são as aparições em que nada aparece, em que a presença é vivida como convicção da presença pura e simples”.*

É neste ponto que podemos convocar as reflexões de Goulemot sobre o processo histórico de construção e estabilização das formas de escrita de si. Opondo os novos processos de escrita que começam a se gestar a partir do Renascimento à literatura medieval, que aponta como marcada pelo caráter oral e público — canções de gesta, *fablieux* — onde a literatura

*“ainda não é concebida como um ato estritamente individual”.*<sup>34</sup>

e onde a temática das obras refere-se prioritariamente ao coletivo, Goulemot vai apontar em Montaigne a emergência de uma escritura que se sustenta unicamente no eu como momento de fundação de novas práticas do literário:

*“Montaigne recusa todo conhecimento pré-constituído (...) não só faz do seu eu que lê e pensa o fundador de todo conhecimento, como o transforma em objeto privilegiado de sua reflexão”.*

---

<sup>33</sup> Ranun, O. (1986:213).

<sup>34</sup> Goulemot, J.M. (1986:372).

Definem-se, assim, segundo Goulemot, com Montaigne e os poetas da Plêiade, novas relações do sujeito com a literatura:

*“É o íntimo do sujeito que justifica e legitima sua expressão (...). O essencial é menos identificar uma literatura do sujeito que mostrar que o eu, sua liberdade e sua história, justificam o ato de escrever”.*<sup>35</sup>

É sob a ótica da via assim aberta que Goulemot considera a prática do diário, que cresce sem cessar durante toda a era clássica:

*“(...) a visão do sujeito adquire importância (...) sua visão, sua palavra são apresentadas como garantias da verdade do que é dito.*

*(...)*

*O essencial (...) é que, na própria prática da escritura, o sujeito que escreve se coloca como o fundamento da verdade daquilo que enuncia”.*<sup>36</sup>

É nesse sentido que Goulemot afirma que o diário instaura novos sistemas de credibilidade na escritura romanesca e que associa a esse fenômeno todo um conjunto de estratégias que, no século XVIII, buscam criar o efeito de verdade do texto literário:

*“Evocam-se o manuscrito encontrado num sótão ou num baú (Robinson Crusoe (...)), as cartas remetidas ou descobertas (La nouvelle Heloïse, Les liaisons dangereuses), que definem o autor como simples escriba e negam ao livro o caráter de romance. O que equivale a dizer que é por se apresentar como*

<sup>35</sup> Goulemot, J.M. (1986:379).

<sup>36</sup> Goulemot, J.M. (1986:392).

*discurso espontâneo, como ato sob forma de discurso, produzido por um não-escritor, não destinado à publicação, que o romance pode tentar passar por verdadeiro”.*<sup>37</sup>

É justamente esse caráter íntimo, privado que é tematizado nos prólogos e advertências ao leitor, e é também esse caráter que se manifesta na proliferação dos romances na primeira pessoa, que começam a crescer a partir do século XVII:

*“Porque um sujeito fala com sua própria voz aceitamos como verdadeiro o que ele nos conta sobre seu destino. O que fundamenta a verdade de seu relato é o íntimo, o privado, o que está além do público”.*<sup>38</sup>

Nesse movimento, segundo Goulemot, não se pode esquecer que:

*“(...) o romance na primeira pessoa parece formalmente mais próximo da oralidade (...) esse relato na primeira pessoa pode criar a ilusão de uma comunicação imediata, sem as mediações culturais de praxe”.*<sup>39</sup>

Nesse quadro, a figura de Rousseau, no século XVIII, se destaca. Rousseau aparece como sustentando, na escrita, o discurso do eu, num momento em que Pascal adverte contra uma espécie de *“complacência narcisista que afasta o homem de Deus (...) quando criticará a Montaigne o ‘tolo projeto de pintar-se’*. Nesse contraste, Goulemot vê as contradições do Iluminismo que, ao mesmo tempo, *“constitui o indivíduo como sujeito e condena o solitário e a introspecção”*.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> Goulemot, J.M. (1986:392-3).

<sup>38</sup> Goulemot, J.M. (1986:394).

<sup>39</sup> Goulemot, J.M. (1986:394).

<sup>40</sup> Goulemot, J.M. (1986:395).



Existe, em Rousseau — das *Confessions* às *Revêries* — uma necessidade da análise do eu:

*“Não só o eu e sua história constituem o tema do relato autobiográfico, como a ênfase recai no eu íntimo e secreto (...). Trata-se até mesmo de compreender a razão de ser do seu eu profundo”.*

Em Rousseau, segundo Goulemot, estamos diante de um processo que, transferindo

*“(...) o critério de verdade de normas exteriores (validade do raciocínio, conformidade à razão) para uma convicção íntima e uma intuição do eu, conhecerá o sucesso no século XIX. No século XVIII, permanece minoritário, ligado estritamente ao nome de Jean-Jacques Rousseau”.*<sup>41</sup>

### **2.3 PROCESSOS DISCURSIVOS DE REPRESENTAÇÃO DA INTERIORIDADE SUBJETIVA: O IMAGINÁRIO DA TRANSPARÊNCIA**

Dorrit Cohn<sup>42</sup>, em seu estudo sobre os modos de representação da vida psíquica no romance, chama a atenção para o fato de que é ao longo da era do chamado realismo psicológico (grosso modo, segundo a autora, o século compreendido entre 1850 e 1950) que vão emergir e se consolidar, na ficção, as práticas da escritura que visam realizar a *“transparência interior”*<sup>43</sup>. Tais práticas, segundo Cohn, mostram a evolução das formas

*“da presença audível do narrador ao seu desaparecimento no silêncio, da dissonância entre narrador e protagonista à fusão*

<sup>41</sup> Goulemot, J.M. (1986:399).

<sup>42</sup> Cohn, D. (1978).

<sup>43</sup> Cohn, D. (1978:9).

*de um no outro, da disparidade máxima entre o discurso do texto narrativo e o discurso da consciência à redução dessa distância ao mínimo”.<sup>44</sup>*

O objeto de estudo de Cohn recobre um universo de manifestações literárias, partindo das formas em que o narrador se abstém de penetrar na consciência de seu herói para terminar nas formas do chamado “*monólogo interior*”, que prescindem de narrador. Cohn argumenta, em favor da pertinência de seu objeto, observando que

*“não somente o romance moderno privilegia os fatos de consciência, mas também porque a vida interior é, de uma maneira geral, o domínio de predileção da narrativa de ficção”.<sup>45</sup>*

Meu recurso ao trabalho de Dorrit Cohn, no entanto, se inscreve numa dimensão outra, diferente do enquadre original da autora. Se é verdade, como diz Cohn, que a vida interior é o domínio por excelência da ficção narrativa, não é menos verdade que, ao longo da história da literatura, há uma diferença radical ao nível das práticas da escritura literária, no que respeita aos modos de **significar** essa vida interior. Se, nas novelas de cavalarias, a “*interioridade*” do herói é significada estritamente ao nível da ação, no romance moderno, o fluxo da interioridade muitas vezes ocupa, literalmente, o lugar da ação.

Mas aquilo que, no estudo de Cohn, traz aportes importantes ao estudo do discurso de si consiste na possibilidade de que, a partir do trabalho de Cohn, algumas considerações teóricas possam ser vislumbradas. O fato de que a construção, no campo da literatura, das formas pelas quais a interioridade se

---

<sup>44</sup> Cohn, D. (1978:10).

<sup>45</sup> Cohn, D. (1978:10). Tal observação pode ser aproximada àquela de Kundera, para quem a história do romance pode ser vista como implicando uma perspectiva autobiográfica. Kundera, M. (1986) *L'art du roman*, Gallimard.

representa terem se desenvolvido por excelência no período apontado por Cohn é algo que tomo como ponto de referência para sugerir algumas hipóteses.

Em primeiro lugar, penso que podemos vislumbrar uma espécie de continuidade, constitutiva de um percurso, em que se daria a construção — ao nível dos processos de escritura — de um domínio como o que chamo de campo discursivo da enunciação de si mesmo.

Se, como se viu nas seções anteriores, a gênese das formas modernas de subjetivação podem ser rastreadas a partir da emergência de certas práticas da escritura que contemplam uma dimensão do privado, do íntimo — embora, como se viu, nesse primeiro momento, o privado se expresse mais como universo referencial (conteúdo dos **livres de raison**, por exemplo) do que enquanto discursividade; se, num segundo momento, a figura do “*eu*” emerge e funciona como uma espécie de bandeira de luta na constituição de uma escrita da condição subjetiva, o que, aos poucos, foi dando corporeidade a certos gêneros — o auto-reflexivo, o confessional, o autobiográfico, penso que, num momento mais tardio, ou seja, a partir do realismo psicológico do século XIX, o que se engendram são as **formas** de um dizer de si mesmo para alguém de qualquer dimensão pública, comunicativa. Ou seja, para além de uma escrita de si que pretenda objetivar, tornar pública, uma identidade privada que é percebida, em todo caso, como dada e, portanto, passível de ser representada (caso emblemático de Rousseau) o que as práticas literárias posteriores vão gradativamente construindo são as formas estéticas que significam (deixam entrever, mostram, mais que representam) uma subjetividade não idêntica a si mesmo, descontínua e não coincidente.

Por outro lado, a sugestão de tal hipótese carrega consigo, automaticamente, a necessidade de se explicitar a relação entre discurso literário e discurso comum. Penso, como Todorov<sup>46</sup>, que há entre o discurso comum e o

---

<sup>46</sup> “(...) cada tipo de discurso qualificado de literário terá ‘parentes’ não-literários que lhe serão mais próximos do que qualquer outro tipo de discurso ‘literário’” (p.22); “Numa sociedade, institucionaliza-se a recorrência de

discurso literário uma interdeterminação. Se o discurso literário parte das formas do discurso comum e as estrutura a ponto de institucionalizá-las como gênero, há, num movimento de retorno, uma retroalimentação do discurso comum pelo discurso literário.

Nesse sentido, as formas de representação do **si mesmo**, ou do **si para com si mesmo** que a literatura, na busca da transparência interior, construiu, retornam sobre o discurso comum e contribuem para sua modelização. Tal conjunto de manifestações aponta para a gênese e constituição de uma formação discursiva, na sua dimensão sócio-histórica, onde, inclusive, a dinâmica dos processos sócio-históricos vem aí inscrever os pontos de diferenciação, de ruptura/irrupção de novos/outros modos de dizer, pelos quais o campo discursivo da enunciação do si mesmo se determina.

Cohn faz menção ao paradoxo que significa o fato de que:

*“(...) a narrativa de ficção atinge seu ‘tom de realidade’ o mais acabado na representação de um ser solitário às voltas com pensamentos que jamais comunicará a alguém”.*<sup>47</sup>

E observa que tal paradoxo aponta para a dependência mútua entre a abordagem realista e uma psicologia imaginária.

Foi Kate Hamburger, segundo Cohn, quem chamou a atenção para o vínculo entre o realismo e a mimese da vida interior. Para Hamburger, diz Cohn,

*“(...) a representação da vida interior dos personagens é a pedra de toque pela qual, no mesmo movimento, a ficção se distingue*

---

*certas propriedades discursivas, e os textos individuais são produzidos e percebidos em relação à norma que esta codificação constitui. Um gênero, literário ou não, nada mais é do que essa codificação de propriedades discursivas”* (p.48); *“(...) não existe abismo entre a literatura e o que não é literatura (...) os gêneros literários têm por origem, simplesmente, o discurso humano”* (p.58). Todorov, T. (1978).

<sup>47</sup> Cohn, D. (1978:19).

*da realidade e elabora o semblante de uma realidade de outra ordem*".<sup>48</sup>

Tais formas de representação implicam, segundo Kate Hamburger, estruturas discursivas específicas, que permitem reportar ou fazer referência aos fatos psíquicos da vida interior: verbos de sentimento, monólogo interior citado diretamente ou integrado no relato, advérbios de tempo e lugar referindo-se à definição espacial e temporal dos personagens.<sup>49</sup>

Nesse processo, segundo Cohn, destaca-se o procedimento do **monólogo interior** que passa, gradativamente, de um conceito que define uma técnica a definidor de um gênero.

Na sua reflexão crítica sobre a impropriedade de uma nomenclatura que se constituiu na tradição dos estudos literários, Cohn propõe distinguir três formas (funcionamentos?):

- o psico-relato, discurso do narrador sobre a vida interior de um personagem;
- o monólogo reportado, discurso mental de um personagem (Cohn considera a expressão "*monólogo interior*" tautológica, daí a nova nomenclatura que propõe);
- o monólogo narrativizado, discurso mental de um personagem incorporado (*pris en charge*) pelo discurso do narrador.<sup>50</sup>

Nas distinções propostas por Cohn, um critério que põe em jogo, ao mesmo tempo, forma e sentido: há, segundo Cohn, uma diferença fundamental entre, "*ele pensava*" e "*eu pensava*"; a comutação das pessoas é suficiente para produzir um outro tipo de registro discursivo:

<sup>48</sup> Hamburger, K. *Die Logik der Dichtung* (1957), citada em Cohn, D. (1978:20).

<sup>49</sup> Cohn, D. (1978:20).

<sup>50</sup> Cohn, D. (1978:29).

*“Há uma modificação profunda do clima narrativo quando se passa de um desses dois territórios a outro, modificação que as abordagens estruturais recentes subestimaram”<sup>51</sup>*

pois, diz a autora:

*“(...) quando se trata da representação a mais direta da vida interior, a identidade do narrador introduz uma dissimetria irreduzível”.<sup>52</sup>*

Para Cohn, o critério de base que permite opor o monólogo reportado aos outros dois processos são:

*“a referência ao sujeito pensante na primeira pessoa, e a referência ao tempo da história (se assim se pode chamar a esse tempo da história que vem a ser também aquele da enunciação) no presente gramatical”.<sup>53</sup>*

O **discurso de si** pode ser considerado o *“parente mais próximo”*, como diz Todorov, desse processo discursivo que, na literatura, Cohn propõe denominar o monólogo reportado. E Cohn, tendo estabelecido seu critério com base nas estruturas discursivas, para fugir das classificações legadas pela tradição, observa que tal forma participa de gêneros narrativos na primeira pessoa de modo complexo. E conclui:

*“Tanto do ponto de vista tipológico quanto do ponto de vista histórico, há múltiplos graus intermediários entre textos autobiográficos e textos monologados, e as duas categorias não*

---

<sup>51</sup> Cohn, D. (1978:29).

<sup>52</sup> Cohn, D. (1978:30).

<sup>53</sup> Cohn, D. (1978:27).

*podem ser distinguidas senão por um exame atento dessas variações intermediárias”.*<sup>54</sup>

É desse ponto de vista que o discurso de si, enquanto um funcionamento, ocorre em diferentes estados do processo discursivo ligado ao campo da enunciação do si mesmo, podendo, para além do diário íntimo (que é a forma onde o componente de relato é mais fraco) ocorrer em outras modalidades/gêneros de produção discursiva, em que aparece amalgamado às formas tipicamente narrativas da rememoração, do relato da vida pessoal, tal como ocorre nas sessões terapêuticas, na conversação e correspondência íntimas, como também em certas formas do autobiográfico.

Já o estudo de Sallenave toma como objeto o discurso sobre o monólogo interior e aí aponta algumas características pelas quais o monólogo interior aparece como o **nec plus ultra** da transparência interior. Teorizado por Dujardin, em 1931 (“*Le monologue intérieur*”) a fim de explicitar a técnica que ele próprio empregara em 1888 (*Les lauriers sont coupés*) e que recebeu de Joyce, que também a emprega em *Ulisses*, a denominação de monólogo interior, o monólogo interior é definido por Dujardin como se diferenciando do monólogo tradicional. Sallenave destaca as expressões que Dujardin emprega:

*“expressão do pensamento mais íntimo”*

*“discurso anterior a toda organização lógica”*

*“mínimo sintaxial”*

para, a partir daí, destacar uma definição:

*“O monólogo interior é (...) o discurso sem ouvinte e não pronunciado, pelo qual um personagem exprime seu pensamento mais íntimo, o mais próximo do inconsciente,*

---

<sup>54</sup> Cohn, D. (1978:33).

*anterior a toda organização lógica, isto é, em seu estado nascente, por meio de frases reduzidas ao mínimo sintaxial, de modo a dar a impressão de estado bruto”.<sup>55</sup>*

Sallenave estabelece um contraponto entre o monólogo interior e a escrita automática visada pelos surrealistas e teorizada por Breton, no sentido de apontar um pano de fundo comum a ambos os processos, tal como representados por um certo discurso meta-teórico da literatura, em que são vistos, ao mesmo tempo, como “*técnicas*” de construção literária e gêneros de escrita. Se, na escrita automática, é do desaparecimento do sujeito no fluxo do discurso que se trata, numa tentativa de realizar a escrita das “*associações livres*”, o monólogo interior se afirma como:

*“o discurso de um eu’ guardando sempre um silêncio revelado sobre o destinatário desta ‘mensagem’. O autor pretende ‘entrar numa consciência como num redemoinho de palavras’, e supondo que se deva dizer eu a si mesmo, faz falar (de) si um ‘ser de ficção’”.<sup>56</sup>*

Assim, de um lado, na escrita automática, o que se busca é fazer “*ascender*” das profundidades o subconsciente (Breton, 1952); no monólogo interior, é descer às grutas da interioridade.<sup>57</sup>

Para além dessas diferenças, segundo Sallenave, o pano de fundo comum aponta para uma concepção da condição subjetiva enquanto continuidade, a idéia de uma ampliação da unidade pela subida do subconsciente (Breton) ou pela descida às profundezas do eu (monólogo interior).

---

<sup>55</sup> Sallenave, D. (1978:112).

<sup>56</sup> Sallenave, D. (1978:122).

<sup>57</sup> Sallenave, D. (1978:119).



Em qualquer dos dois casos, o suposto valor de transparência de ambos os registros se sustenta de uma imagem do sujeito que está aquém da descontinuidade: quer se expresse pelo seu apagamento enquanto **VOZ** (E.A.), quer se expresse pela hipertrofia dessa voz (M.I.).

É nesse sentido que, diz Sallenave, sendo o sujeito de enunciação o que está em jogo no monólogo interior, a teoria que se possa construir sobre tal procedimento envolve questões mais radicais

*“(...) do que o faria supor a inocente aparência de uma reflexão sobre ‘técnicas literárias’”.*<sup>58</sup>

#### **2.4 A IMPOSSIBILIDADE DE EXOTOPIA NAS FORMAS DO DIZER DE SI**

Nos anos 20, Bakhtin desenvolveu certas reflexões que, segundo estudos do americano Michael Holquist, compunham o quadro de *“um tratado geral de ética e epistemologia”*<sup>59</sup>. Restou somente o que seria a segunda parte da obra, editada em 1979, em Moscou, e em 1984 na França. Segundo Todorov, que assina o prefácio da edição francesa:

*“O texto se apresenta como a descrição fenomenológica do ato de criação, em especial da criação literária. Porém, Bakhtin descobre que a relação autor-herói não é mais do que um caso específico da relação inter-humana e volta-se para o estudo fenomenológico desta (...)”.*<sup>60</sup>

As reflexões de Bakhtin são aqui retomadas enquanto a ligadura que me permite estabelecer um processo meta-teórico em que as formas de enunciação do si mesmo, quadro discursivo amplo em que o discurso de si se inscreve como

<sup>58</sup> Sallenave, D. (1978:124).

<sup>59</sup> Todorov, T. (1984), prefácio a *Estética da Criação Verbal*.

<sup>60</sup> Todorov, T. (1984:20).

funcionamento particular, são retomadas por Bakhtin no plano de uma reflexão sobre os gêneros confessional e autobiográfico; na reflexão de Bakhtin, de inspiração fenomenológica, sem dúvida, o que ressalta é a acuidade de um pensamento para o qual a enunciação do si mesmo emerge como atravessada por uma opacidade radical, testemunha de uma exotopia impossível.

No pensamento de Bakhtin, é na dimensão da alteridade que se determinam as posições de interlocução e é essa dimensão que as torna lugares de não-todo, de incompletude e de opacidade. Explorando as características desses lugares, Bakhtin discorre sobre o confessional e o autobiográfico, duas formas estéticas, segundo o autor, e, portanto, duas formas discursivas, em que o fenômeno da não-coincidência necessariamente se manifesta, porque é constitutivo delas. É de um contraponto entre essas duas formas que, segundo Bakhtin, se realiza o diário íntimo:

*“o diário se inspira quer na confissão, quer na biografia”.*<sup>61</sup>

A dimensão da alteridade, no pensamento de Bakhtin, longe de implicar uma reciprocidade, envolve uma exotopia:

*“A existência se instaura, de uma vez por todas, entre mim, que sou único, e todos aqueles que são os outros para mim; a posição está tomada e, daí em diante, qualquer ato e qualquer juízo só podem ser feitos a partir dessa posição que eles postulam enquanto tais. Sou o único em toda a existência a ser **eu-para-mim**, e todos os demais são os **outros-para-mim**”.*<sup>62</sup>

Em relação ao **outro-para-mim**, posso ocupar o lugar do autor e colocá-lo no lugar do herói: o herói, para o autor, é um todo significativo, portanto, comporta um acabamento. Isso se deve porque, segundo Bakhtin:

---

<sup>61</sup> Bakhtin, M. (1979:166).

<sup>62</sup> Bakhtin, M. (1979:143).

*“Meu tempo e meu espaço são o tempo e o espaço do autor e não do herói, e essa espácio-temporalidade que engloba o outro implica (...) que eu lhe assegure a razão de ser e o acabamento”.*<sup>63</sup>

É na dimensão da temporalidade que essa diferença se explica, não do ponto de vista da temporalidade cronológica, mas da temporalidade do sentido:

*“o autor-contemplador engloba sempre um **todo temporal**: situa-se **mais tarde** não só **no tempo**, mas também **mais tarde no sentido**”.*<sup>64</sup>

Trata-se, é claro, da temporalidade do discurso. Meu discurso que tem como objeto o outro pode até ser sincrônico à vivência do outro, em termos referenciais, mas estará, necessariamente, além do tempo dessa vivência, porque está num tempo em que essa vivência se torna discurso.

É assim que o outro-para-mim aparece como inteiramente inserido no tempo, já que eu, na qualidade de sujeito de um ato que pressupõe o tempo, estou fora do tempo<sup>65</sup>. Assim, diz Bakhtin

*“o outro sempre se situa à minha frente na qualidade do objeto, sua imagem externa se insere no espaço, sua vida interior se insere no tempo”.*<sup>66</sup>

Possuindo a vida do outro fora de mim, posso fixar o outro numa imagem estética significativa, num todo significativo. Não há diferença fundamental entre a exotopia da con-vivência e a da memória (pós-morte do outro). O outro, conseqüentemente, sempre aparecerá para mim como coincidente consigo mesmo.

---

<sup>63</sup> Bakhtin, M. (1979:121).

<sup>64</sup> Bakhtin, M. (1979:132).

<sup>65</sup> Bakhtin, M. (1979:124).

<sup>66</sup> Bakhtin, M. (1979:124).

Já eu-para-mim, não posso ocupar esse lugar de exotopia na temporalidade:

*“Quanto a mim, não estou por inteiro no tempo, e ‘minha maior parte’, de um modo intuitivo, vivo-a fora do tempo”.<sup>67</sup>*

Não posso estar inteiramente no tempo porque não posso, em relação a mim mesmo, estar mais além no sentido. Pois o sentido, para mim, é sempre o **futuro do sentido**:

*“a vivência, enquanto algo determinado, não é vivenciada por aquele que a vive, ela é orientada para o sentido, para o objeto, e não para si mesma, ela não tende a determinar-se e a instaurar sua presença total na alma”.<sup>68</sup>*

Na medida em que, na relação comigo mesmo, vivo o tempo de modo extra-estético (não posso englobá-lo, meu nascimento e minha morte não podem tornar-se eventos da minha vivência), não posso ser para mim uma consciência que se percebe em seu acabamento temporal<sup>69</sup>. O futuro do sentido opõe-se diante da temporalidade como o que **ainda-não-está-realizado, ainda-não-é-todo**:

*“Minha determinação de mim mesmo não me é dada nas categorias da existência temporal, mas nas categorias do que é **ainda-in-existência** (...) no futuro do sentido, hostil a qualquer forma de minha atualidade no passado e no presente”.<sup>70</sup>*

É por isso que, diz Bakhtin:

---

<sup>67</sup> Bakhtin, M. (1979:124).

<sup>68</sup> Bakhtin, M. (1979:127).

<sup>69</sup> Bakhtin, M. (1979:135).

<sup>70</sup> Bakhtin, M. (1979:137).

*“Assim que tento determinar-me **para mim mesmo** (...) encontro apenas meu escopo desordenado, minha aspiração e meu desejo irrealizados — os **membra disjecta** de minha integridade possível; o que poderia reuni-los, dar-lhes vida e forma (...) isso ainda não tem existência (...) está ainda apenas por-*vir*”.*<sup>71</sup>

Já que minha vida vivida de meu interior, diz Bakhtin, é determinada pela consciência que tenho de ainda não existir no que é o essencial de mim mesmo, então:

*“o fundamento insensato do princípio que faz com que eu não coincida comigo condiciona a forma de minha **vida-por-dentro**”.*<sup>72</sup>

É a impossibilidade de um lugar de exotopia que torna, portanto, impossível a coincidência entre autor e herói e que faz com que todas as formas de discurso de introspecção sejam condenadas ao inacabamento:

*“Nenhuma projeção de mim mesmo pode assegurar-me meu total acabamento pois, sendo imanente apenas à minha consciência, essa projeção se tornará um fator dos valores e do sentido na evolução subsequente de minha consciência”.*<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Bakhtin, M. (1979:137).

<sup>72</sup> Bakhtin, M. (1979:141).

<sup>73</sup> Bakhtin, M. (1979:157).

## 2.5 DO “SI MESMO” AO “EU COMO UM OUTRO”: DA TRANSPARÊNCIA À OPACIDADE NA ENUNCIÇÃO DE SI

As reflexões de Neyraut e Pontalis<sup>74</sup>, sobre o autobiográfico, trazem à tona aspectos que dizem respeito a todo o campo discursivo da enunciação do “*si mesmo*”, de que o discurso de si se põe como um dos funcionamentos. O ponto que tais reflexões resgatam é o da impossibilidade da coincidência que nas formas da escrita de si, finalmente, se escancara, após um longo percurso em que o ideal da coincidência, sustentado no imaginário da transparência possível, se consolidou.

Neyraut observa que o estatuto do autobiográfico muda totalmente conforme se leve em conta ou não a existência do inconsciente. No primeiro caso, diz, impõe-se necessariamente a clivagem entre a pessoa, o autor e o personagem.<sup>75</sup>

Mas o que Neyraut visa pontuar não se limita à pluralidade dos lugares de sujeito aí implicados; antes, vai até às conseqüências dessa pluralidade, ou seja, à própria natureza do acontecimento de referência que o relato autobiográfico envolve<sup>76</sup>. Se, como vimos nas seções anteriores, o autobiográfico, em épocas passadas, retirava sua legitimação de uma espécie de aval do denotado, na atualidade, diz Neyraut, a perspectiva que a psicanálise põe em jogo impede tal tipo de pacto.<sup>77</sup>

É nesse sentido que Neyraut propõe considerar a autobiografia como o “*romance de si*”, pois o autobiográfico não exclui, diz, nem a sinceridade, nem a invenção.<sup>78</sup>

A existência necessária de um componente de invenção decorre do fato de que, para Neyraut, o discurso autobiográfico, enquanto romance de si, participa

<sup>74</sup> Neyraut, M. (1987); Pontalis, J.-B. (1987).

<sup>75</sup> Neyraut, M. (1987:15).

<sup>76</sup> Neyraut, M. (1987:15).

<sup>77</sup> Neyraut, M. (1987:15).

<sup>78</sup> Neyraut, M. (1987:15).

da mesma matriz que o “*romance familiar*”. E é dessa perspectiva que tanto a experiência analítica, naquilo que implica o romance familiar como elemento constitutivo, quanto a autobiografia significam a construção de uma **versão** da vida que, enquanto tal, não exclui outras versões possíveis:

*“La psychanalyse et l’autobiographie connaissent quelques traits communs. Toutes deux donnent une ou plusieurs versions de la vie, laquelle par le seul fait de se constituer en histoire donne un sens à des événements qui, sans elle, seraient demeurés suspendus dans le temps comme on accroche ses vêtements d’hiver à quelque patère pour les retrouver l’année suivante avec le même étonnement”.*<sup>79</sup>

Assim, na medida em que autobiografia — romance de si — e romance familiar têm a mesma raiz<sup>80</sup>, ambos participam, enquanto versões possíveis, do mesmo inacabamento constitutivo:

*“Tout le monde sait qu’un autobiographe, après avoir terminé l’histoire de sa vie, peut la recommencer cent fois sans que jamais l’édition définitive en puisse être établie”.*<sup>81</sup>

Isso significa retirar a escrita autobiográfica do foro de uma pretendida denotação para inscrevê-la decididamente na dimensão do sentido. Pois o que está em jogo, na escrita autobiográfica, não é o projeto de ser o escrivão (*greffier*) de si mesmo, mas uma vontade de existir pelo discurso.<sup>82</sup>

É por isso que, diz Neyraut, a autobiografia é um gênero que não pode ser oposto às formas de ficção de maneira radical. A autobiografia é também, sempre, uma criação:

---

<sup>79</sup> Neyraut, M. (1987:9).

<sup>80</sup> Neyraut, M. (1987:11).

<sup>81</sup> Neyraut, M. (1987:8).

<sup>82</sup> Neyraut, M. (1987:24).

*“Si l'autobiographie n'était qu'affirmation pure, positivité pure, elle serait la vie même”.*<sup>83</sup>

O que está em jogo, portanto, na autobiografia, assim como, a meu ver, nas diferentes formas de escrita de si é, essencialmente, uma busca de sentido:

*“(...) pourquoi une vie doit-elle trouver un sens? (...) pourquoi la vie ne se suffit-elle pas? Pourquoi sa dispersion dans la fuite des jours et des nuits laisse-t-elle un goût d'amertume?”*<sup>84</sup>

Trata-se, segundo Neyraut, nessa necessidade de sentido que as formas de enunciação de si mostram, da busca de uma identidade — e é nesse ponto que “romance de si” e “romance familiar” convergem. É nesse ato do discurso que se dá nascimento a uma identidade pessoal — um procriar-se pelo discurso.<sup>85</sup>

Essa vontade de existir pelo discurso, enquanto lugar em que se encontraria uma identidade, sustenta-se numa espécie de “cogito” próprio às formas do dizer de si, segundo Neyraut: “eu digo/escrevo, eu sou”. É esse “cogito” que sustenta a ilusão de uma equivalência possível, cuja fórmula seria:

“ ce que je suis  
ce que j'écris ”<sup>86</sup>

O que tal suposição de equivalência denega é a impossibilidade da coincidência dos dois planos, que estaria representada pela barra: a relação de si mesmo a si mesmo é impossível enquanto tal, dada a relação de fratura que implica a posição do sujeito em relação ao real.<sup>87</sup>

<sup>83</sup> Neyraut, M. (1987:15).

<sup>84</sup> Neyraut, M. (1987:20).

<sup>85</sup> Neyraut, M. (1987:21).

<sup>86</sup> Neyraut, M. (1987:24).

<sup>87</sup> Neyraut, M. (1987:24).



Trata-se, antes, diz Neyraut, nessa fórmula, de uma metáfora de si mesmo que está em jogo: todo dizer de si é sempre transposição, pois a metáfora, diz Neyraut:

*“(...) au lieu que de statuer sur un rapport de ressemblance (...) elle statue sur une ressemblance de rapport (...)”<sup>88</sup>*

Pontalis, por outro lado, observa que as formas de escrita de si sustentam-se sempre na vontade de se descobrir ou descobrir seu ser, para além da soma dos atos ou da sucessão dos acontecimentos. No entanto, observa:

*“(...) c’est le substrat de cet être, de cet être-soi, que change selon les époques (...)”<sup>89</sup>*

É nesse sentido que Pontalis vê em Rousseau o representante de um momento em que o “*être-soi*” se determina não somente pela vontade de se descobrir, mas pela crença de que essa possibilidade está efetivamente dada, pois, para Rousseau:

*“(...) rien, pour peu qu’on ne dissimule pas délibérément, ne fait **du dedans** obstacle à la transparence”<sup>90</sup>*

Em Rousseau, a escrita de si supõe, em primeiro lugar, um sujeito para quem a transparência é possível, contanto que algumas condições sejam observadas no processo auto-reflexivo: a vontade sincera de descobrir seu próprio ser, descartando-se dos obstáculos que impedem o encontro da verdade do si-mesmo; tais obstáculos não são experimentos pelo sujeito dessa escrita de si como internos, mas como consequência da introdução de padrões e julgamentos públicos:

---

<sup>88</sup> Neyraut, M. (1987:24).

<sup>89</sup> Pontalis, J.-B. (1987:52).

<sup>90</sup> Pontalis, J.-B. (1987:52).

*“L’obstacle, et l’enfer, ce sont les autres”.*<sup>91</sup>

Nesse sentido, tal sujeito, em seu projeto de dizer o si-mesmo, pode se confrontar com o obstáculo, mas não com a opacidade:

*“(…) la possibilité de se dire, dans son unité et sa diversité, de dire la vérité, et de la dire **toute** n’est pas mise en cause”.*<sup>92</sup>

Em segundo lugar, tal projeto implica, segundo Pontalis, um sujeito marcado pela confiança na linguagem<sup>93</sup>: para que se consiga capturar, no dizer de si, a corporeidade dos sentidos que habitam o si mesmo, basta, em Rousseau:

*“l’abandon à l’humeur qui ne fait pas du sentiment un objet de réflexion mais anime la plume”.*<sup>94</sup>

Assim, a possibilidade de enunciar a si mesmo em suas multiplicidades e dissonâncias (“*bizarrerries*”, para Rousseau), depende de um feliz manejo da “*plume*” de modo a produzir um **bem dizer**. Quando isso se dá, ocorre a perfeita junção entre o momento da sensação experimentada e o momento de sua descrição, a coincidência como decorrência de que o “*présent de l’écriture*” realiza a “*actualité de l’émotion*”.<sup>95</sup>

É nesse sentido que, para Pontalis, as *Confessions* de Rousseau

*“(…) témoignent d’une alliance qui brille pour nous des lumières d’un rêve perdu: alliance entre la certitude d’un moi*

<sup>91</sup> Pontalis, J.-B. (1987:53). Pontalis retoma aqui as reflexões de Starobinski, J. (1971) sobre Rousseau.

<sup>92</sup> Pontalis, J.-B. (1987:52).

<sup>93</sup> Pontalis, J.-B. (1987:55).

<sup>94</sup> Pontalis, J.-B. (1987:55).

<sup>95</sup> Pontalis, J.-B. (1987:54). Tal sujeito, portanto, não se vê também afetado pela descontinuidade radical que a temporalidade do dizer inscreve (tal aspecto será discutido, no que diz respeito à enunciação vacilante, no último capítulo).

*(...) et la confiance, malgré tout, que l'écriture de ce moi peut s'accomplir".<sup>96</sup>*

As formas de escrita de si, na atualidade, diz Pontalis, não podem mais garantir o lugar desse sujeito:

*"Nous avons perdu cette alliance, ces certitudes ne sont plus nôtres".<sup>97</sup>*

Assim como Neyraut, que aponta o novo estatuto que marca as formas do autobiográfico a partir da consideração da psicanálise, também Pontalis chama a atenção para um deslocamento que, do lugar do "être-soi", conduz ao lugar do "desêtre", como aquele que não pode ser pensado fora do quadro que põe em cena:

*"le sujet fondamentalement divisé, le moi comme captation imaginaire, l'écriture ne pouvant que ressarcir le deuil de toute présence".<sup>98</sup>*

Mas tal quadro, segundo Pontalis, está longe de fazer tombar as formas de escrita de si no derrisório; mesmo que não disponha mais de garantia de verdade, não possa mais diferenciar o fictivo do real, mesmo sabendo o tempo subjetivo descontínuo e deslocado, mesmo não podendo mais sustentar o "eu mesmo", as formas de escrita de si persistem, pois

*"La vie, quand est de la sienne qu'il est question, apparaît, sauf mégalomanie, affecté d'un coefficient de 'peu de réalité' plus fort et infiniment plus troublant que lorsqu'il s'agit de l'existence des autres: contraints de les identifier, nous leurs*

---

<sup>96</sup> Pontalis, J.-B. (1987:56).

<sup>97</sup> Pontalis, J.-B. (1987:52).

<sup>98</sup> Pontalis, J.-B. (1987:56).

*assurons par là même une identité, nous n'avons pas trop de mal à établir la vie des autres".<sup>99</sup>*

Desse ponto de vista, pode-se considerar que é da própria falta que afeta o sujeito que as práticas de enunciação do si mesmo se sustentam. E, se tal discursividade não pode mais se inscrever inocentemente no imaginário da transparência, a forma desse discurso, como diz Pontalis

*"(...) cesse d'être un simple moyen de dire l'objet, elle est elle même le sujet en cours d'énonciation (...)"<sup>100</sup>*

---

<sup>99</sup> Pontalis, J.-B. (1987:62): note-se a convergência entre o comentário de Pontalis e as proposições de Bakhtin, anteriormente retomadas.

<sup>100</sup> Pontalis, J.-B. (1987:62).

## CAPÍTULO III



*“A história é precisamente um ‘processo sem sujeito’: mas o sujeito, este não é um processo sem sujeito”.*

**Olgvie, B.**  
(1987:46)

## III

## A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO

## 3.1 SUJEITO E FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO

O modo pelo qual a condição subjetiva se representa, em diferentes momentos histórico-culturais, constitui o fenômeno que se pode denominar “*formas de subjetivação*”. Nesse sentido, o discurso de si, enquanto uma das formas que caracterizam o campo da enunciação do si mesmo, é tributário de uma determinada forma de subjetivação, aquela que se produz a partir da época moderna e que corresponde, segundo Contri<sup>1</sup>, a um remanejamento da ordem simbólica que se expressa, de forma exemplar, no cogito cartesiano

Sem dúvida, tal forma de subjetivação, que se manifesta enquanto forma-sujeito no discurso, constitui uma “*singularidade ocidental*”<sup>2</sup>: o imaginário da transparência interior, o si mesmo enquanto individualidade irreduzível, não é o que se constata nas culturas arcaicas; nessas, a condição subjetiva se representa sob outras formas, enquanto pertença a uma linhagem totêmica, mítica, por exemplo, ou enquanto uma posição existencial determinada pelos dons e graças comandados pelos desígnios imperscrutáveis dos deuses / de Deus.

No capítulo anterior procurei, apoiando-me nas reflexões de diferentes autores, delinear o processo histórico ao longo do qual o campo da enunciação do si mesmo se constituiu, desde os primórdios da época moderna. Ao longo desse processo, tal campo pode ser visto como evidenciando um movimento que

---

<sup>1</sup> Contri, G. (1972:245).

<sup>2</sup> Olgivie, B. (1987:15).

corresponde ao que tentei caracterizar sob a fórmula “*da transparência à opacidade*”.

Não se trata, aí, de um *continuum* que tenha conduzido a uma mudança de paradigma, mas antes a um movimento em que o que se mostra é a convivência perturbadora e conflituosa entre esses dois aspectos. Se o campo da enunciação do si mesmo envolve um sujeito de discurso determinado pelo imaginário da transparência, é no interior mesmo desse campo que a sustentação e a aderência a tal lugar de discurso emerge na sua natureza problemática.

Pode-se formular a hipótese, no que respeita às formas de enunciação do si mesmo, de que foi necessário que a condição subjetiva tivesse emergido e se posto enquanto instância passível de se desdobrar num discurso capaz de representá-la na sua transparência, como um objeto, um **denotatum**, para que, a partir da experiência que tal projeto abriu, pudesse vir a se mostrar a dimensão de irreduzível opacidade que lhe é constitutiva. É o que se manifesta, a meu ver, de modo exemplar, nas formas da enunciação vacilante típicas do discurso de si e é desse ponto de vista que o discurso de si se põe como uma das práticas mais agudas do campo da enunciação do si mesmo.

Nesse sentido, o discurso de si obriga ao confronto com uma dupla dimensão em jogo: o que aí se mostra é, sem dúvida, um sujeito determinado por uma certa forma de subjetivação — aquela que se manifesta no imaginário da transparência interior — mas o que se mostra aí também é o real de uma não coincidência interna que, constitutiva do sujeito, faz da busca da transparência um confronto com a opacidade.

As formas de subjetivação correspondem a representações imaginárias, que fornecem, portanto, lugares de identificação. Mas, diz Olgivie, a dimensão da alteridade penetra o sujeito de modo que:



*“(...) o sujeito só é tão facilmente apreendido, na totalidade de sua extensão, pelas determinações da cultura por portar já em si esta alteridade (...)”<sup>3</sup>*

De fato, como diz Leite<sup>4</sup>, a identificação não tem poder resolutivo sobre a questão do sujeito. O sujeito, portanto, persiste como resto, como resíduo, como o que escapa. É nesse sentido que o discurso de si exige que se leve em conta a questão formulada por Pêcheux:

*“Como separar, nisso que continuamos a chamar o ‘sujeito da enunciação’, o registro funcional do ‘ego-eu’ estrategicamente assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma **posição de sujeito**? Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o ‘ego-eu’ vacila?”<sup>5</sup>*

Torna-se necessário, portanto, distinguir o sujeito enquanto uma indeterminação que emerge nas determinações identificatórias, constitutivas de sua identidade imaginária, e o sujeito enquanto uma indeterminação irreduzível, que corresponde àquilo que, no sujeito, é estranho, heterogêneo e, portanto, necessariamente escapa, porque é da ordem do não sabido, do não um, da incompletude que lhe é constitutiva.

É na teoria psicanalítica que tal concepção se encontra formulada de modo exemplar e, mais particularmente, na releitura de Freud que Lacan propõe. É a partir desse quadro teórico que se pode conceber a diferença, ou antes, a

---

<sup>3</sup> Olgivie, B. (1987:102).

<sup>4</sup> Leite, N.V.A. (1994:136).

<sup>5</sup> Pêcheux, M. (1983:317).

heterogeneidade que se manifesta entre o modo como, na cadeia do discurso, se dá a inscrição dos lugares de sujeito e o modo como se pode vislumbrar, nessa mesma cadeia, a pontuação de uma **presença** do sujeito.

É desse ponto de vista que, neste capítulo, serão retomados os movimentos que, na teoria lacaniana, constituem o campo da concepção de sujeito. Tal procedimento, se consiste no recurso a um exterior teórico, põe-se, por outro lado, como necessário, na medida em que o discurso de si é considerado, da perspectiva deste trabalho, como um objeto complexo.

Em primeiro lugar, porque o próprio campo da análise de discurso pressupõe a consideração de que o discurso é um objeto complexo, em que se cruzam a materialidade lingüística e as dimensões da exterioridade:

*“Esta relação constitutiva entre o discurso e sua exterioridade é a marca fundamental da AD. É nesta relação que reside a possibilidade mesma de se encontrarem regularidades no domínio discursivo”.<sup>6</sup>*

Em consequência disso, continua Orlandi:

*“(...) a fundamentação de uma teoria do discurso supõe uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores ao domínio da Lingüística imanente”.<sup>7</sup>*

Em segundo lugar porque o campo do discurso de si — e, de um modo mais amplo, aquilo que propus chamar o campo da enunciação do si mesmo — confronta, de forma aguda, com o fato do sujeito como um real irreduzível e heterogêneo ao sistema da linguagem, na medida em que manifestam-se aí fenômenos da ordem do que se aponta no comentário de Milner:

---

<sup>6</sup> Orlandi, E. (1986:110).

<sup>7</sup> Orlandi, E. (1986:110).

*“O sujeito da enunciação: em uma primeira leitura , temos aí um conceito positivo da lingüística que, para fins de pura descrição, deve distingui-lo do sujeito do enunciado. Mais rente ao fenômeno (...) é preciso afirmar que todo enunciado pode ser relacionado a um ponto, do qual nada se supõe a não ser que ele enuncie. Mas um tal conceito se abre a uma outra leitura: o ponto ao qual o enunciado é relacionado e, ao mesmo tempo, posto como um sujeito, e resta a possibilidade de que ele subjetiva o enunciado de uma maneira que escape à representação”.*<sup>8</sup>

Finalmente, porque o próprio gesto teórico que pôde circunscrever o discurso de si como objeto, pelo encontro da enunciação vacilante como sua escrita própria, só foi possível na medida em que tal funcionamento pôde ser considerado da perspectiva da heterogeneidade constitutiva, proposta teórica que Authier-Revuz elaborou apoiando-se na concepção lacaniana de sujeito. Pois é impossível pensar o fenômeno da enunciação vacilante nos quadros de uma abordagem que concebesse a alteridade unicamente como externa, já que, como diz Authier-Revuz:

*“Le sujet déployé en facettes et en rôles, des progrès de la pragmatique, n’est pas moins UN, au sens de l’adéquation à soi-même, que son frère archaïquement monolitique, c’est à dire exactement aussi étranger que lui (...) au sujet non-un en tant qu’il est séparé d’une partie de lui même (...)”*<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Milner, J.C. (1978:74).

<sup>9</sup> Authier-Revuz, J. (1992:106).

### 3.2 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO ENQUANTO ESTRUTURA DE DIVISÃO

O sujeito, para Lacan, se define como uma estrutura de divisão psíquica (a *Spaltung*)\* irreversível, efeito do encontro com a ordem da linguagem que impõe a dimensão de uma exterioridade radical que, desde então, isto é, do momento mesmo em que o sujeito advém, irá atravessar (e, portanto, barrar) o vivido imediato, impondo o fato de que é somente desse lugar de impossibilidade de plenitude, de incompletude, que a condição subjetiva pode se inscrever.

A *Spaltung* é, portanto, como diz Dor, ao mesmo tempo o que faz advir o sujeito e o que o determina enquanto uma estrutura de divisão:

*“Para Lacan, a Spaltung é, sem sombra de dúvida, o caráter inaugural que define a subjetividade, uma vez que é precisamente através dela que o sujeito advém; é através dela que o sujeito se estrutura de um certo modo psíquico ao advir”.*<sup>10</sup>

Nesse sentido, na concepção lacaniana, a linguagem é vista não como uma “*faculdade*” própria do indivíduo humano, cuja natureza estaria, de alguma forma, anteriormente já dada, mas como a causa da constituição do indivíduo biológico em sujeito, o que marca a condição subjetiva como efeito da linguagem.

A conseqüência imediata de uma tal concepção é arrancar a categoria de sujeito de uma dimensão essencialista, metafísica, do sujeito visto como uma unidade em si mesmo e por si mesmo, concepção que caracteriza tipicamente o

---

\* Termo que em Freud designa a divisão do sujeito, tanto enquanto clivagem inter-sistêmica (consciente/inconsciente) quanto intra-sistêmica (clivagem do eu); cf. Dor, J. (1985:101): “Em Freud, a noção de *Spaltung* parece, portanto, relativamente polivalente. Ela evoca, por um lado, o fato de que o aparelho psíquico está dividido em instâncias. Por outro lado, designa que uma instância psíquica é ela própria dividida. Especifica, enfim, num nível mais geral, que uma parte dos conteúdos psíquicos do sujeito lhe escapa sob a ação do recalque”.

<sup>10</sup> Dor, J. (1985:102).

senso comum tanto quanto a tradição filosófica<sup>11</sup>. Mas o que garante, aqui, que esse assujeitamento à linguagem (enquanto não só condição de existência mas também enquanto condição de possibilidade do sujeito) não acabe por recair, ele próprio, numa mesma dimensão metafísica<sup>12</sup> é o vínculo que, na concepção de Lacan, se estabelece entre aquilo que a ordem da linguagem impõe na constituição do sujeito — a dimensão da falta, da incompletude — e a natureza do desejo que, enquanto fenômeno singular da condição humana (portanto, diferente da necessidade biológica), impõe-se, também, nessa mesma dimensão de falta e incompletude.

De fato, como diz Contri,

*“(o sujeito) nasce como efeito da linguagem, como aquele que é convocado a ser por um desejo inconsciente que tem origem na linguagem, porque é pela linguagem, não pela sociedade ou pela natureza, que, na ordem humana, as funções de pai e mãe, de homem e mulher são constituídas”.*

Tais funções, por outro lado, marcadas que são pela falta que é, a um tempo,

*“falta ao nível delas mesmas e ao nível da linguagem que as institui”,*

continua Contri, não se definem senão pela inscrição mesma do fato de que algo falta e, assim,

<sup>11</sup> Tal como se expressa, por exemplo, no *Cogito* cartesiano.

<sup>12</sup> Da ordem, por exemplo, do que se convencionou chamar de *“objetivismo abstrato”*, na concepção de Bakhtin/Voloshinov (1977).

*“(causa) pela sua indisponibilidade, o desejo de representá-lo, rerepresentá-lo, reproduzi-lo”.<sup>13</sup>*

O que torna possível, no pensamento de Lacan, o elo entre linguagem e desejo é o fato de a *Spaltung* estar ligada ao recalque originário, operação que conduz à passagem de um momento pré-edípico — a posição fálica inaugural, em que a criança se vê como objeto do desejo da mãe — ao momento edípico, em que ocorre o reconhecimento da função paterna enquanto mediatizadora da relação criança/mãe, acontecimento que Lacan denomina a **metáfora do Nome do Pai**.

Tal conceito marca, na sua própria denominação, a um só tempo o real do confronto com uma exterioridade que, enquanto tal, exclui o sujeito, e o fato de que tal confronto só se realiza enquanto **reconhecimento** na medida em que se impõe como aquilo que deve ser nomeado. Quanto a seu caráter de metáfora, deve-se ao fato de que é aquilo que vem substituir alguma coisa (que fica no lugar de): no caso, a posição fálica original, elemento substituído que, impossível de ser nomeado, restará confinado ao inconsciente.

Assim, a etapa que conduz da captura imaginária (assujeitamento ao desejo da mãe) à captura simbólica (assujeitamento à ordem da linguagem) exige, como diz Dor, que a criança venha a se colocar como “*sujeito*” e não mais apenas como “*objeto*” do desejo do Outro:

*“O advento desse ‘sujeito’ atualiza-se numa operação inaugural de linguagem, na qual a criança se esforça por designar simbolicamente sua renúncia ao objeto perdido. Tal*

---

<sup>13</sup> “Esso nasce come effetto di linguaggio, come chiamato all’essere da un desiderio inconscio che ha origine nel linguaggio perché è dal linguaggio, non dalla società o dalla natura che nell’ordine umano si costituiscono le funzioni di padre e madre, di uomo e donna (...) in funzione di ciò che (...) si sottrae, manca, al livello stesso e allo stesso livello del linguaggio, causando per sua indisponibilità il desiderio di rappresentarlo, ri-presentarlo, riprodurlo” (1972:246).

*designação só é possível se estiver fundada no **recalque do  
significante fálico (...)**"*<sup>14</sup>

O acesso à linguagem exige, portanto, a renúncia à posição fálica, o que se dá mediante o recalque do objeto de desejo original (aquele que se põe ao nível da coincidência, da completude), que será então confinado à ordem do inconsciente, apartando, assim, o sujeito, ao nível da própria estrutura de divisão na qual advém, de uma parte de si mesmo.

Esse processo implica que é a ordem da linguagem que torna possível o desgarramento da "*captura imaginária*" inicial, em seu caráter alucinatório, dissonante (porque da ordem do princípio do prazer e não do de realidade). É isso que permite a Contri afirmar que

*"o primeiro estatuto do sujeito, (...) o sujeito **in statu nascendi**,  
pré-reflexivo e pré-egóico, é a nível simbólico"*.<sup>15</sup>

Mas tal desgarramento implica, por outro lado, numa nova captura, na medida em que a dimensão simbólica, longe de um caráter de síntese, se põe sempre numa relação de descontinuidade, de não-coincidência em relação à dimensão do real. É assim que a captura simbólica, como diz Dor, ao mesmo tempo,

*"(...) irá mediatizar a relação do sujeito com o Real, enlaçando,  
para o sujeito, o Imaginário e o Real"*.<sup>16</sup>

É por isso que se pode dizer que "*é a ordem significativa que causa o  
sujeito, estruturando-o num processo de divisão que faz advir o inconsciente*"<sup>17</sup>; e

<sup>14</sup> Dor, J. (1985:91).

<sup>15</sup> "*Il primo statuto del soggetto, potremmo anche dire, il soggetto in statu nascendi, pre-reflessivo e pre-egoico, è a livello simbolico*". Contri, G. (1972:256).

<sup>16</sup> Dor, J. (1985:102).

<sup>17</sup> Dor, J. (1985:103).

é também esse mesmo movimento o que faz com que “(...) o *inconsciente* como tal esteja, ele próprio, igualmente submetido à ordem do significante”<sup>18</sup>.

É porque a ordem da linguagem, fundamento da dimensão simbólica como um todo, exige que o advento do sujeito se faça às custas da separação do objeto de desejo fundamental, cisão essa que dá origem ao inconsciente, que o sujeito que assim advém se determina enquanto **sujeito desejante** (fadado a desejar enquanto sujeito na falta, sujeito na incompletude); e é justamente enquanto falta e incompletude que o sujeito, na sua condição de ser falante, assim se inscreverá em seu próprio discurso<sup>19</sup> — e, de um modo particularmente agudo, nas formas do **discurso de si**.

### 3.3 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO COM RELAÇÃO AO SISTEMA DA LINGUAGEM

O sujeito que assim advém será \$, sujeito barrado, porque apartado de uma parte de seu ser pelo efeito do encontro com A<sup>20</sup>, o grande Outro da ordem simbólica, do sistema da linguagem que, como um todo, desde então intervém como terceiro termo, como alteridade radical que barra a possibilidade da relação direta, imediata com o “*mundo*” e que, enquanto aquilo que Lacan chama de “o

<sup>18</sup> Dor, J. (1985:100).

<sup>19</sup> “Com efeito, tão logo advém como sujeito desejante, o desejo do fala-ser (*parlêtre*) torna-se cativo da linguagem na qual ele se perde como tal, por não ser representado a não ser graças a significantes substitutivos (...)”. Dor, J. (1985:94).

<sup>20</sup> “É certamente difícil expor rapidamente esse conceito de Outro (...). É difícil expô-lo rapidamente, pois não é dito em um só sentido. Em primeiro lugar, pode-se dizer que o Outro é o grande Outro (A) da linguagem, que está sempre já aí. É o Outro do discurso universal, de tudo o que foi dito, na medida em que é pensável. (...) É também o Outro da verdade, esse Outro que é um terceiro em relação a todo diálogo (...). É o Outro da palavra que é o alocutário fundamental, a direção do discurso mais além daquele a quem se dirige. A quem falo agora? Falo aos que estão aqui, e falo também à coerência que tento manter (...) o Outro de Lacan é também o Outro cujo inconsciente é o discurso; o Outro que no seio de mim mesmo me agita, e por isso também Outro do desejo, do desejo como inconsciente, esse desejo opaco para o sujeito (...). Diria que fiz aqui uma pequena sinopse desse Outro, que intervem na teoria de Lacan em níveis muito diversos, mas todos esses níveis se distinguem pelo fato de que concernem a uma dimensão de exterioridade com relação ao sujeito. O que Lacan chama de Outro é uma dimensão de exterioridade que tem uma função determinante para o sujeito”. Miller, J.A. (1984:22).



*muro da linguagem*", obstrui também a possibilidade de comunicação direta de sujeito a sujeito<sup>21</sup>. Nessa formulação, vários aspectos podem ser considerados.

De fato, se a ordem da linguagem é vista como aquilo que exclui, para o sujeito, a possibilidade do acesso direto ao mundo, à "*ordem das coisas*", não é difícil detectar aí o tema da linguagem como re-presentação, isto é, como supondo a ausência da coisa, tema tão caro à filosofia clássica da representação. Mas tal referência teórica é insuficiente para dar conta da ordem da linguagem como "*muro*", pois na teoria clássica da representação o real da não-coincidência que se constata entre palavra e coisa pode ser ultrapassado e resgatado ao nível da idéia, do conceito enquanto supostamente coincidente com a coisa no plano da verdade.

É somente na teoria saussuriana da linguagem enquanto sistema de valores puramente diferenciais que a coincidência signo/referente está decididamente excluída. E é, portanto, aí que Lacan pôde encontrar a hipótese da linguagem como um sistema de marcas que se impõe, como um todo, na constituição do sujeito.

Mas resta explicar por que o "*muro da linguagem*" é capaz de barrar o próprio sujeito no seu advento, separando-o de uma parte de seu ser enquanto inconsciente, inscrevendo-o para sempre na falta — a falta que marca o sujeito como desejante e a falta (que Lacan chamará **a refenda do sujeito**) que o marca como ser falante. Para tanto, não basta uma concepção de linguagem que exclua a possibilidade da coincidência signo-referente: é necessário também que tal concepção exclua qualquer possibilidade de mestria, para esse sujeito, com relação ao sistema de linguagem. E foi exatamente isso que Lacan pôde também encontrar em Saussure.

---

<sup>21</sup> Dor, J. (1985 : 160).

Os “*contornos teóricos*” que aproximam Lacan e Saussure constituem o objeto da reflexão de Radzinski<sup>22</sup>, em torno justamente da questão: como foi possível, para Lacan, apoiando-se em Saussure, reelaborar a questão do sujeito?

De fato, é da reelaboração do conceito de sujeito que se trata em Lacan e, nesse empreendimento, dois objetivos se impuseram, segundo Radzinski. Em primeiro lugar, era necessário constituir uma teoria do sujeito fora de uma perspectiva ontológica, pois o sujeito freudiano põe em causa justamente a categoria filosófica de sujeito que, desde a matriz cartesiana, se põe como sujeito “*na absoluta certeza da adequação da verdade à plenitude do sentido*”<sup>23</sup>; por outro lado, era necessário formular o conceito de sujeito de modo a garantir ao Édipo a função de momento estruturante na constituição do sujeito, a fim de impedir a sua redução ao inconsciente sob a forma de conteúdos imaginários — desvio de que Lacan acusa a psicanálise inglesa.<sup>24</sup>

Nesse movimento, Radzinski chama a atenção para o fato de que Lacan vai tomar como ponto de apoio, em sua releitura de Freud, não o “*estruturalismo*” enquanto modalidade de pensamento, mas a lingüística geral que Saussure estabelece no C.L.G., na medida em que encontra aí a possibilidade de articular a questão do sujeito do inconsciente fora do campo da reflexão filosófica:

*“Escolher Saussure, e em Saussure reter, através dos conceitos de significante e de cadeia significante a novidade de um conceito de língua concebida como sistema de valores diferenciais, eis o que permite a Lacan sair da alternativa*

<sup>22</sup> “Lacan/Saussure: les contours théoriques d’une rencontre” (1985).

<sup>23</sup> “Lacan opère une mise en regard, dissolvante, de la catégorie philosophique du sujet cartésien – sujet pris dans l’absolue certitude de l’adéquation de la vérité à la plénitude du sens (...)”. Radzinski, A. (1985:120).

<sup>24</sup> “(...) le détour principal de Lacan par la linguistique saussurienne lui permit de qualifier des déviations de la psychanalyse anglo-saxonne, qui, en opérant une adéquation réductrice de l’Oedipe à l’inconscient, bascule, sous couvert d’une expérience analytique, du discours théorique dans un discours fantasmatique sur un sujet imaginaire. (...) C’est en effet le recours à la structure langagière comme système différentiel qui interdit de substituer l’Oedipe à l’inconscient lui-même. Car celui-ci n’est autre que le mouvement qui consiste à substituer l’instance imaginaire à l’instance symbolique, au signifiant”. Radzinski, A. (1985:123).

*aporética: sujeito pleno do humanismo filosófico ou morte do sujeito*".<sup>25</sup>

É, como diz Radzinski, um tanto paradoxal que tenha sido na teoria saussuriana que, justamente, exclui o sujeito falante do campo constituído pelo conceito de língua como uma estrutura de diferenças que Lacan foi encontrar o aporte teórico de que necessitava para reformular a questão do sujeito. No entanto, acrescenta Radzinski, foi justamente por seu gesto inicial, fundador, de exclusão do sujeito que Saussure pôde "entronizar a língua no campo de uma prática científica", pois assim Saussure pôde dissociar, num primeiro momento, a questão da produção do sentido da questão filosófica do sujeito<sup>26</sup>. Por outro lado, continua Radzinski, Saussure não vai substituir o sujeito filosófico pelo sujeito da psicologia clássica: ao contrário, considera inoperantes os resultados da psicologia na análise dos fatos de língua<sup>27</sup>. É então que, como diz Radzinski, Saussure vai recorrer a uma solução paradoxal:

*"De fato, instaurando no coração de sua teoria lingüística a dicotomia conceitual língua/fala, ele evacua, com a exclusão do sujeito falante, o subjetivismo psicológico fora de campo da lingüística científica"*.<sup>28</sup>

Se tal gesto consiste numa redução, essa foi, no entanto, segundo Radzinski, a única saída possível para Saussure, na época, capaz de evitar o

<sup>25</sup> "Choisir Saussure, e dans Saussure retenir, a travers les concepts de signifiant et de chaîne signifiante, la nouveauté d'un concept de langue conçue comme système de valeurs différentielles, voilà qui permet à Lacan de sortir de l'alternative aporétique: sujet plein de l'humanisme philosophique ou mort du sujet (...)". Radzinski, A. (1985:121).

<sup>26</sup> "Car pour avoir procédé a cette mise à l'écart, l'avoir soutenue de façon avérée, Saussure pourra poser, sinon résoudre, le problème de la production du sens, hors de toute ontologie, dans le cadre d'une théorie de la valeur". Radzinski, A. (1985:120).

<sup>27</sup> Radzinski observa, numa nota de rodapé, que à época em que Saussure elabora seu projeto, inúmeros trabalhos de linguistas (como Bally ou Meillet) eram publicados em boletins da sociedade de psicologia. E comenta: "Cette confusion des lieux dénote bien, alors, une difficulté au départage des genres. Comme si l'assurance où étaient les psychologues de détenir le tout de la vérité sur le sujet faisait de tout autre abord du problème un phénomène, aux mieux mentionnable, mais toujours périphérique". (1985:120).

<sup>28</sup> "En effet, en instaurant au coeur de sa théorie linguistique la dichotomie conceptuelle langue/parole, il évacue, avec l'exclusion du sujet parlant, le subjectivisme psychologique hors du champ de la linguistique scientifique". (1985:120).

psicologismo indesejável, já que, por outro lado, não dispunha dos meios capazes de produzir uma teorização eficaz da noção de sujeito<sup>29</sup>. De qualquer forma, diz Radzinski:

*“(...) este percurso inovador para a época e mesmo, aliás, nos dias atuais (...) permite eliminar a aporia filosófica da referência sustentada por uma garantia externa intangível: quer se trate da ‘verdade’, das ‘coisas’, ou mesmo de um ‘acordo contratual’ entre os sujeitos”.*<sup>30</sup>

É, portanto, no entrecruzamento dessas concepções que Radzinski chama de lacano-saussurianas que o sujeito, efeito da linguagem, pôde ser concebido não mais como origem do sentido, mas como, ele próprio, produto da determinação dos sentidos. E é também a partir do campo assim aberto que a figura do sujeito pleno, senhor de seus sentidos, de seus pensamentos e de suas palavras, pôde ser reconduzida às reais dimensões do lugar do ego imaginário.

### 3.4 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO NO “EU”

Como se sabe, na teoria lacaniana o “eu”, enquanto unidade imaginária, instância da consciência, é aquilo que emerge do estágio do espelho enquanto experiência de identificação fundamental, na qual a criança faz a conquista da imagem de seu próprio corpo. Diz Dor:

*“A identificação primordial da criança com esta imagem irá promover a estruturação do ‘eu’, terminando com essa vivência*

<sup>29</sup> Radzinski, A. (1985:120).

<sup>30</sup> *“(...) cette démarche, novatrice à l’époque, et jusqu’à nos jours d’ailleurs (...) permet d’éliminer l’aporie philosophique du rapport référentiel à un garant externe intangible: qu’il s’agisse de la ‘vérite’, des ‘choses’ ou même d’un ‘accord contractuel’ entre les sujets”.* Radzinski, A. (1985:120).

*psíquica singular que Lacan designa como **fantasma do corpo esfacelado**".<sup>31</sup>*

experiência que é estruturante para o sujeito

*"que através dela realiza assim sua identificação primordial".<sup>32</sup>*

A rigor, ao nível do vivido, o sujeito se experimenta sempre como despedaçamento: *"O sujeito é ninguém. Ele é decomposto, despedaçado"*<sup>33</sup>. Mas esse corpo despedaçado encontra sua unidade, pela primeira vez, na experiência que se descreve como estádio do espelho. Nessa experiência, vários aspectos devem ser considerados.

Em primeiro lugar, a fascinação que a imagem enquanto **imago** dotada de unidade exerce sobre o sujeito: *"É na qualidade de fascinada que a diversidade descoordenada, incoerente, da despedaçagem primitiva adquire sua unidade"*<sup>34</sup>. E é nesse sentido que o sujeito, enquanto radicalmente não-Um, se aliena do real de sua incompletude na medida em que é capturado na unidade imaginária do "eu".

Em segundo lugar, tal unidade é imaginária enquanto rigorosamente efeito de uma imagem, pois, como diz Dor:

*"(...) o re-conhecimento de si a partir da imagem do espelho efetua-se — por razões óticas — a partir de índices exteriores e simetricamente invertidos".<sup>35</sup>*

Isso significa então, acrescenta Dor, que é

---

<sup>31</sup> Dor, J. (1985:79).

<sup>32</sup> Dor, J. (1985:80).

<sup>33</sup> Lacan, J. (1978:74).

<sup>34</sup> Lacan, J. (1978:70).

<sup>35</sup> Dor, J. (1985:80).

*“(...) como exterior a si e invertida que a unidade do corpo se esboça”.*<sup>36</sup>

Em consequência disso, dada a dialética do espelho, é como outro que o sujeito se apreende imaginariamente. Dado que sua própria imagem no espelho lhe chega tal como lhe chega a imagem do outro, o sujeito se percebe a si mesmo como outro. E dado também que o reconhecimento de tal imagem como própria, para o *infans* humano, depende, fundamentalmente, do outro da mãe que lhe avaliza tal reconhecimento, pode-se então circunscrever, a partir do espelho, a estrutura do eu como presa ao circuito “a / a’”<sup>37</sup>:

*“A relação que o sujeito mantém consigo mesmo é, pois, sempre mediada por uma linha de ficção: o eixo aa’. A relação de S a a (o eu/moi) está, portanto, na dependência de a’ e, inversamente, a relação que o sujeito mantém como o outro, a’, seu semelhante, está na dependência de a. Pode-se falar, pois, de uma dialética da identificação de si com o outro e do outro a si”.*<sup>38</sup>

Tal processo, segundo Dor, se põe como o efeito do fato de que é

*“(...) a partir da imagem do outro que o sujeito acede à sua identidade”*

o que fará com que o sujeito entre

*“(...) num movimento subjetivo correlativo com relação ao outro. Assim, é sob a forma do outro especular (a própria*

<sup>36</sup> Dor, J. (1985:80).

<sup>37</sup> No seminário II (1955), Lacan apresenta o chamado esquema L, que retoma, de forma simplificada, no Seminário sobre “a carta roubada” (1956):

$$\begin{array}{l} S — a' \\ a — A \end{array}$$

<sup>38</sup> Dor, J. (1985:124).

*imagem do sujeito no espelho) que o sujeito perceberá o outro, ou seja, seu semelhante, situado em  $a'$  no esquema".<sup>39</sup>*

No circuito  $a/a'$ , a relação entre ego e o(s) outro(s) se porá sempre como especular. Lugar das identificações e/ou projeções imaginárias, tal relação se dá no espaço do amor/ódio, adesão/rejeição, aproximação/afastamento.

É justamente porque a natureza do eu se define pela sua gênese no espelho que Lacan poderá dizer que o sujeito não é o eu, "*o sujeito não é o indivíduo*".<sup>40</sup>

No Seminário II<sup>41</sup>, Lacan discute a dimensão complexa do eu enquanto instância do sujeito. Se, de um lado, o sujeito não é o eu da consciência ("*O sujeito está descentrado com relação ao indivíduo. É o que [eu] é um outro quer dizer*"<sup>42</sup>), trata-se de explorar a função do eu enquanto objeto da consciência reflexiva.

De fato, como diz Lacan:

*"(...) a noção do eu foi elaborada no decurso dos séculos, tanto pelos filósofos (...) quanto pela consciência comum. Em suma, há uma concepção pré-analítica do eu (...) que exerce sua atração sobre aquilo que a teoria de Freud introduziu de radicalmente novo no que se refere a esta função".<sup>43</sup>*

Trata-se, para Lacan, no Seminário II, de destituir o eu enquanto sujeito da consciência para reconduzi-lo a seu verdadeiro lugar de objeto da consciência. Em primeiro lugar, Lacan ocupa-se em demonstrar que a consciência, **locus** por excelência da produção de imagens, não é uma prerrogativa do sujeito humano:

<sup>39</sup> Dor, J. (1985:124).

<sup>40</sup> "*Je n'est pas le moi*" (Trad. bras.: *[eu] não é o eu*), Lacan, J. (1978:10).

<sup>41</sup> "*O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*".

<sup>42</sup> Lacan, J. (1978:16).

<sup>43</sup> Lacan, J. (1978:10).

fenômenos que tais são verificáveis também no mundo animal. Nesse sentido, o eu, longe de ocupar um lugar de síntese para o sujeito, é um objeto como os outros da consciência do sujeito:

*“Com Freud faz irrupção uma nova perspectiva que revoluciona o estudo da subjetividade e que mostra justamente que o sujeito não se confunde com o indivíduo. Esta distinção, que lhes apresentei primeiro no plano subjetivo, é também apreensível — e talvez seja este o passo mais decisivo do ponto de vista científico — no plano objetivo”.*<sup>44</sup>

O sujeito não é o indivíduo porque o sujeito escapa ao eu, enquanto resto, resíduo ou abertura<sup>45</sup>. O sujeito é descentrado em relação ao eu; daí que o eu, longe de ser um lugar de síntese para o sujeito, de totalidade<sup>46</sup>, irromperá sempre como precariedade e incompletude, dada a descontinuidade que separa o sujeito e o eu.

O importante, para Lacan, ao definir o eu como um objeto *“que preenche uma certa função que chamamos aqui de função imaginária”*<sup>47</sup> é impedir a concepção da não coincidência entre o sujeito e o eu como contingente e não necessária. Trata-se, aqui, de combater as psicologias do ego, que apostam na possibilidade da coincidência entre o sujeito e o eu, na possibilidade, portanto, de o eu absorver o sujeito numa síntese. Sob tal concepção, a descontinuidade entre o sujeito e o eu não é o efeito da *Spaltung* (da barra) e, portanto, a coincidência poderia ser alcançada. É nesse sentido que diz Lacan:

<sup>44</sup> Lacan, J. (1978:16).

<sup>45</sup> *“(...) o eu é uma construção imaginária. O fato de ele ser imaginário, isto não retira nada a este pobre eu – diria até que é o que ele tem de bom. Se ele não fosse imaginário, não seríamos homens, seríamos luas. O que não quer dizer que basta que tenhamos este eu imaginário para sermos homens. Podemos ainda ser esta coisa intermediária que se chama louco. Louco é justamente aquele que adere a este imaginário, pura e simplesmente”.* Lacan, J. (1978:306).

<sup>46</sup> *“Se se fosse total, estaria cada um no seu canto, total, não estaríamos aqui juntos, tentando organizar-nos, como se diz. É o sujeito, não em sua totalidade, porém em sua abertura”.* Lacan, J. (1955:307).

<sup>47</sup> Lacan, J. (1978:63).



*“mas acreditam vocês que basta que se fique nisto, e que se diga — [eu] do sujeito inconsciente não é o eu? Não basta. Pois nada (...) implica a recíproca. E vocês se põem normalmente a pensar que este [eu] é o eu verdadeiro. Vocês imaginam que o eu é apenas uma forma incompleta, errônea, deste [eu]. Assim, esse descentramento, essencial para a descoberta freudiana, vocês o efetuaram, mas imediatamente o reduziram”.*<sup>48</sup>

O equívoco, aqui, consistiria em conceber entre a organização do eu e o sujeito uma dissimetria, quando, na realidade, é de diferença radical que se trata<sup>49</sup>:

*“A intuição do eu guarda, na medida em que está centrada numa experiência da consciência, um caráter cativante, do qual é preciso depreender-se para ter acesso à nossa concepção de sujeito”.*<sup>50</sup>

Pois não é do lugar do eu que o sujeito fala, excluído que está desse sistema que pertence ao circuito da consciência, mas do lugar do inconsciente<sup>51</sup>. Se o sujeito escapa ao sistema do eu, é porque não é, ao contrário daquilo que pode se tornar um objeto da consciência, representável, simbolizável. Enquanto excesso ou abertura, o sujeito como tal não pode ser, como diz Lacan, nem apreendido, nem nomeado, mas apenas *“estruturado”*.<sup>52</sup>

É por isso que, nas formas do discurso auto-reflexivo, em particular naquilo que denominamos o **discurso de si**, o caráter complexo do eu aparece, ao

---

<sup>48</sup> Lacan, J. (1978:78).

<sup>49</sup> Lacan, J. (1978:81).

<sup>50</sup> Lacan, J. (1978:79).

<sup>51</sup> Lacan, J. (1978:86).

<sup>52</sup> Lacan, J. (1978:85).

mesmo tempo em que emerge a dimensão de incompletude e não coincidência, aí mesmo onde o sujeito procura identificar-se ao nível do eu.

De fato, como diz Lacan, se o ego é como um

*“ovo vazio, diferenciado na sua superfície pelo contato com o mundo da percepção (...) é também, a cada vez que o encontramos, aquele que diz **não** ou **eu**, que diz **a gente**, que fala dos outros, que se exprime nos diferentes registros”.*<sup>53</sup>

Pois, se o eu é uma função imaginária da consciência, ele é também o lugar tenente do sujeito na estrutura simbólica do discurso. É a partir dessa duplicidade que Lacan vai fazer funcionar a distinção entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação.<sup>54</sup>

### 3.5 A HETEROGENEIDADE DO SUJEITO NO DISCURSO

É pelo fato de advir na e pela linguagem, que o causa em sua estrutura de divisão, que o sujeito será definido, na teoria de Lacan, como efeito de significante.

Na medida em que o sujeito é, ele próprio, efeito da ordem da linguagem, que lhe é radicalmente exterior, que o ultrapassa e o captura, jamais o lugar do sujeito, em relação à estrutura da linguagem (e de seu próprio discurso) poderia corresponder à posição de mestria de quem “*maneja*” um instrumento simbólico com fins significativos e comunicativos. Como diz Contri, em sua relação com a

<sup>53</sup> Lacan, J. Sem.1, pág 11; citado por Olgivie, B. (1978:38).

<sup>54</sup> Como observa Normand, é digno de nota que Lacan fez funcionar a distinção enunciado x enunciação e, correlativamente, sujeito do enunciado x sujeito da enunciação, sem jamais tê-la remetido explicitamente à descoberta de Benveniste, a não ser, de maneira quase marginal, no Seminário III (p. 313 da trad. bras.). Por outro lado, como observa Normand, essa parece ter sido uma característica própria de todo o pensamento em torno da linguagem nos anos 60, mesmo da análise de discurso nascente do grupo de Dubois, como também de Pêcheux em *Analyse Automatique*: via-se em Benveniste apenas um sucessor de Jakobson, este sim tomado como ponto de referência, malgrado a ruptura teórica que a questão dos *shifters* de Jakobson ganha, em Benveniste, sob a perspectiva da teoria da enunciação (Normand, Cl. 1985:14-5).

linguagem, o lugar do sujeito não é o daquele que representa algo, mas o daquele que aí está representado por representar alguma coisa.<sup>55</sup>

De fato, sendo impossível para o sujeito estar além da linguagem, na medida em que esta é a sua causa, dirá Miller que

*“Não há linguagem, estritamente falando, que se produza sem que o efeito de sujeito não esteja sempre já-aí”.*<sup>56</sup>

Se isto significa que não há um “*fora da linguagem*” possível para o sujeito, significa também, e paradoxalmente, que é impossível que o sujeito possa estar incluído em seu próprio discurso ao nível do representado, pois, na medida em que seu advento como ser de linguagem implicou na divisão que o separa de uma parte de si mesmo, que lhe escapa, não é possível, para o sujeito enquanto tal, vir a ser representado no plano da linguagem. Nesse sentido, o lugar do sujeito na linguagem vai se caracterizar por uma posição de necessária inclusão, sobredeterminada por uma necessária exclusão. É, portanto, estritamente ao nível da divisão que está em sua própria constituição que a condição do sujeito enquanto ser de linguagem se realiza.

De fato, diz Pommier,

*“(...) o significante está bem longe de unificar o sujeito, uma vez que o divide. Aquele que fala nunca se reencontrará falando”.*<sup>57</sup>

É esse movimento que, na teoria lacaniana, situa o sujeito no campo do real, excluído que está da possibilidade de se representar simbolicamente na sua

---

<sup>55</sup> “(...) non: questa cosa è rappresentata per qualcuno, ma: qualcuno è rappresentato per rappresentare qualcosa”.  
Contri, G. (1972:246).

<sup>56</sup> Miller, J.A. (1984:37).

<sup>57</sup> Pommier, G. (1987:16-7).

singularidade<sup>58</sup>, ou de se situar, uno e completo, aquém ou além da estrutura significante, numa dimensão puramente imaginária<sup>59</sup>. É nesse sentido que, como diz Pommier,

*“(...) o primeiro real inacessível de modo algum residirá na coisa em si, na incomunicabilidade dos objetos que nos rodeiam, mas sua morada será o próprio sujeito”.*<sup>60</sup>

É dessa perspectiva que Lacan pôde afirmar que a estrutura do subjetivo, longe de ser *“interior”*, *“morada dos sentidos”*, dimensão puramente interna, imaginária, que se oporia à *“objetividade”*, é aquilo que

*“(...) aparece no real na medida em que temos à nossa frente um sujeito capaz de se servir do significante, do jogo do significante (...) não para significar algo (...)”*

porque

*“(...) o significante é outra coisa que a significação (...)”*

A conseqüência disso é que

*“(...) o subjetivo não está do lado daquele que fala. É algo que reencontramos no real”.*<sup>61</sup>

É nesse ponto que a famosa definição *“um significante é o que representa o sujeito para outro significante”* vem se inscrever. Pois, se a causa do sujeito é o significante,

<sup>58</sup> *“Há, com efeito, algo de radicalmente inassimilável ao significante. É, simplesmente, a existência singular do sujeito”.* Lacan, J. (1981:205).

<sup>59</sup> É, no entanto, esse lugar que, freqüentemente, o *ego* crê ocupar, apesar do real dessa impossibilidade muitas vezes acossá-lo, como, por exemplo, nas formas da *enunciação vacilante*.

<sup>60</sup> Pommier, G. (1987:25).

<sup>61</sup> Lacan, J. (1981:213).

*“(...) sem o qual não haveria sujeito algum no real”,*

o sujeito, diz Lacan,

*“(...) é o que este significante representa, e ele não poderia nada representar a não ser para outro significante, a que, desde então, se reduz o sujeito que escuta”.<sup>62</sup>*

Tal movimento que define o lugar do sujeito na ordem da linguagem é também o que define o lugar do sujeito no discurso. Se o sujeito, no discurso, é aquele que vai dispor o material significante para *“fazer passar no real significações”*<sup>63</sup>, aí também a cisão que marca a relação do sujeito com o significante vai aparecer, pois, como diz Miller,

*“(...) é um equívoco pensar que o significante está aí a serviço do significado, e que está aí para que a gente possa dizer as coisas que tem em mente, tal como se quer dizê-las. Sempre há um intervalo entre **falar** e **querer dizer**”.<sup>64</sup>*

Tal não-coincidência entre falar e querer dizer, marca da incompletude que afeta o sujeito no discurso<sup>65</sup> (ela própria, marca da incompletude constitutiva do próprio sujeito na linguagem) mostra que aí onde o sujeito pensa que utiliza a língua

*“(...) é a língua que, na realidade, o utiliza”*

fazendo com que aquele que fala

---

<sup>62</sup> Lacan, J. (1960:840).

<sup>63</sup> Lacan, J. (1981:78).

<sup>64</sup> Miller, J.A. (1984:31).

<sup>65</sup> Sobre a incompletude do sujeito no discurso, observa Orlandi que tal dimensão exige uma *“teoria não subjetiva do uso da linguagem”*: *“Quando dizemos não-subjetiva, queremos dizer que, embora a noção de sujeito seja fundamental, porque não há discurso sem sujeito, há, ao mesmo tempo, uma descentralização dessa noção: o conceito de discurso despossui o sujeito de seu lugar central para integrá-lo no funcionamento dos enunciados (...). Assim, de certa forma, falar (dizer) é ser-se estranho, é dividir-se, uma vez que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora se realizem necessariamente nesse sujeito”* (1988:10).

*“(...) na medida em que fala, diz sempre mais e, ao mesmo tempo, diz sempre outra coisa (...) quando falamos, somos sempre levados além de nós mesmos”.*<sup>66</sup>

É nesse sentido que se pode dizer que o lugar do sujeito no discurso é estritamente correlativo daquele fenômeno que Contri demarca quando diz que algo que falta, algo *“a menos”*, vai produzir algo *“a mais”*, um excesso<sup>67</sup>. É este excesso, que resulta da impossibilidade do lugar de mestria do sujeito em relação à linguagem, que faz com que seu lugar seja aquele do **sujeito da enunciação**: lugar em que está fadado a ser na sua condição de fala-ser\*, em que, como diz Contri, ser sujeito da enunciação coincide com ser *“soggetto alla enunciazione”*.<sup>68</sup>

### 3.5.1 Sujeito do Enunciado x Sujeito da Enunciação

Lacan faz funcionar a distinção entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação como uma espécie de réplica da divisão estrutural constitutiva do sujeito<sup>69</sup>. De fato, no próprio discurso e, em particular, nas formas do discurso de si, a não coincidência entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação se escancara.

Se o sujeito do enunciado é aquele que se encontra, na cadeia do discurso, aí representado, e se o sujeito, como tal, escapa à possibilidade de se poder representar em seu próprio discurso, então é necessário supor que jamais sujeito do enunciado e sujeito da enunciação poderão coincidir, pois o sujeito da enunciação corresponde à posição em que se manifesta aquele excesso, resto ou

<sup>66</sup> Miller, J.A. (1984:33).

<sup>67</sup> *“Qualcosa in meno, la mancanza, ha prodotto qualcosa in più, qualcosa che è lì per un qualche effetto di significazione”*. Contri, G. (1972:249).

\* parlêtre.

<sup>68</sup> Contri, G. (1972:247).

<sup>69</sup> Dor, J. (1985:118).

falta, que escapa à representação. Assim, o sujeito do enunciado, diz Dor, deve ser distinguido

*“de sua participação diretamente subjetiva que o invoca como tal no discurso. Esta participação subjetiva, que atualiza um representante como sujeito do enunciado num discurso, será designada como sujeito da enunciação. Trata-se aí do locutor enquanto considerado como uma entidade subjetiva e como lugar e agente da produção dos enunciados”.*<sup>70</sup>

A diferença radical entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação manifesta, diz Dor, a impossibilidade da coincidência entre os dois registros da subjetividade separados pela *Spaltung*<sup>71</sup>, diferença que constitui aquilo que será chamado por Lacan de a **refenda** do sujeito na linguagem. Tal diferença vai produzir um contraponto singular entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação.

De um lado, o fato de que o sujeito, como tal, não possa senão figurar como representado em seu discurso por um *“lugar-tenente”* (ou vários lugares-tenentes), desencadeia um processo em que as formas pelas quais o sujeito se representa em seu discurso constituem um discurso de semblante em relação ao próprio sujeito:

*“De fato, a divisão do sujeito constitui uma brecha aberta a todos os engodos. Engodo cuja origem situa-se no fato dos enunciados que o sujeito articula sobre si mesmo sustentarem*

---

<sup>70</sup> Dor, J. (1985:117).

<sup>71</sup> Dor, J. (1985:121).

*uma verdadeira mistificação na qual ele se aliena em pleno registro imaginário*".<sup>72</sup>

Nesse processo, o "eu" do enunciado, corporificado nas formas do discurso, tende a ocultar o sujeito, que subsume por detrás de uma construção que constitui uma objetivação imaginária do sujeito.<sup>73</sup>

De outro lado, o sujeito da enunciação, impossível de ser representado no enunciado, é aquele que advém, de forma "pontual e evanescente", como diz Lacan<sup>74</sup>, no próprio ato da articulação significante, isto é, na enunciação. É, portanto, na escansão dessa articulação significante que algo da ordem do sujeito da enunciação deve ser buscado: não como representação, está claro, e, se muitas vezes "isso" aí aparece sob a forma de **marcas**, diria que, talvez, seja antes como vestígio que se poderá, às vezes, capturar essa presença (como se pretende que a categoria de **enunciação vacilante** funcione).

Se, na perspectiva do discurso de si, levarmos adiante tais considerações, deveremos então considerar que, no fio do discurso, é necessário distinguir dois registros: um, em que "eu" — o sujeito do enunciado — fala e outro em que "isso" fala do sujeito, enquanto sentidos que se produzem — a mais, a menos, ou diferentemente — para além do horizonte de significação que "eu" tenta circunscrever.

Para levar em conta tal dimensão (ou dimensões)\*, é preciso recorrer ao modo como Lacan faz funcionar a distinção entre o dizer e o dito.

### 3.5.2 O Dizer e o Dito

<sup>72</sup> Dor, J. (1985:121).

<sup>73</sup> Dor, J. (1985:121).

<sup>74</sup> "O sujeito não é jamais senão pontual e evanescente, pois ele só é sujeito por um significante, e para outro significante". Lacan, J. (1975:195).

\* A que Lacan se refere como dit-mention.



Se, como diz Todorov, a enunciação só se realiza enquanto enunciado<sup>75</sup>, é no fluxo dos enunciados que algo da ordem da enunciação — e, portanto, do sujeito — pode aparecer. É aí que a distinção entre o dizer e o dito permite cingir o que é da ordem do querer dizer, da significação enquanto intentada pelo sujeito que fala, nível em que o sujeito — enquanto ego consciente — se reconhece, imaginariamente, como origem do sentido, e aquilo que, da ordem da linguagem, escapa ao manejo instrumental do falante, produzindo sentidos outros, para além (ou aquém) do intentado. Assim é que, diz Dor

*“A linguagem aparece, pois, como esta atividade subjetiva pela qual se diz algo totalmente diferente do que se crê dizer no que se diz”.<sup>76</sup>*

*“Que se diga fica esquecido por trás do que se diz no que se ouve”,* diz Lacan<sup>77</sup>. Nesta fórmula, o que se marca é o circuito das trocas languageiras, em que o dito de um sujeito afeta o outro (seu interlocutor) naquilo que ele ouve do dito — e, da mesma forma, afeta o próprio sujeito, pois aquele que fala ocupa, simultaneamente, o lugar do ouvinte<sup>78</sup>. E, na medida em que o que é da ordem do dito admite a paráfrase, operação que, em seu estatuto semântico, é suposta garantir a coincidência no plano da significação, a conseqüência aí implicada é que

*“(…) o mal-entendido é a essência da comunicação”<sup>79</sup>*

pois o falante

<sup>75</sup> Todorov, T. (1970:3).

<sup>76</sup> Dor, J. (1985:103).

<sup>77</sup> *“Qu’ou dit reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s’entend”.* Lacan, J. (1973:5).

<sup>78</sup> *“O fenômeno da palavra, em suas formas patológicas como em sua forma normal, pode ser dissociada do fato, que no entanto é sensível, de que quando o sujeito fala, ele ouve a si mesmo? (...) na fala humana (...) o emissor é sempre ao mesmo tempo um receptor (...)”* Lacan, J. (1981:33-4).

<sup>79</sup> Miller, J.A. (1984:34).

*“(...) diz sempre algo diferente do que quer dizer; solicita ser entendido, ao mesmo tempo, além do que diz”.<sup>80</sup>*

Quanto ao “*que se diga*”, assim formulado enquanto uma sentença modal que demanda a completiva, visa marcar o dizer na sua natureza puramente existencial, e, portanto, inessencial, por oposição à suposta espessura de ser da significação<sup>81</sup>. E é porque tal descontinuidade entre o dizer e o dito se dá que é impossível para o sujeito, enquanto fala-ser, realizar a sempre visada captura do ser no discurso, pois, como diz Miller

*“Quanto à referência, todo o problema da linguagem é este: nunca se consegue designá-la; na medida em que se quer designar uma referência, fica-se capturado entre metáfora e metonímia, as referências se deslocam”.<sup>82</sup>*

Ainda nos limites de tal descontinuidade, o que a sentença modal expressa é que o dito, inseparável que é de sua enunciação, permanece sempre a ela suspenso:

*“(...) c’est que son énonciation est moment d’existence, c’est que, située du discours, elle ex-siste à la vérité”.*

Ao mesmo tempo,

*“(...) pour qu’un dit soit vrai, encore faut-il qu’on le dise, que dire il y en ait”.<sup>83</sup>*

---

<sup>80</sup> Miller, J.A. (1984:36).

<sup>81</sup> “Pois o próprio do dito é o ser (...) Mas o próprio do dizer é de ex-sistir em relação a qualquer dito que seja”. Lacan, J. (1975:139).

<sup>82</sup> Miller, J.A. (1984:37). Esta temática é particularmente elaborada, na teoria da heterogeneidade de J. Authier-Revuz, sob a figura da não-coincidência palavra/coisa; é também dessa perspectiva que a categoria da enunciação vacilante, objeto deste trabalho, se constitui.

<sup>83</sup> Lacan, J. (1973:6).

Nesse sentido, portanto, o dizer escapa ao dito que, por sua vez, fica suspenso no dizer<sup>84</sup>. Assim, se o enunciado tenta “dizer” um real ao nível do que é dito, esse dito, cuja universalidade é visada, subsume sob a contingência do ato (enquanto acontecimento singular e subjetivo) de enunciação que seu dizer denuncia:

*“Le signifié du dire n’est, comme je pense l’avoir de mes phrases d’entrée fait sentir, rien qu’ex-sistence au dit (...)”*<sup>85</sup>

Assim, se o dito do enunciado circunscreve uma estrutura, o dizer a exorbita, aí inscrevendo o excesso ou a falta de sentido que extravazam a significação; e é nesses pontos que uma presença faz presença — a do sujeito, na sua contingência:

*“La structure, c’est l’asphérique recelé dans l’articulation langagière en tant qu’un effet de sujet s’en saisit”.*<sup>86</sup>

É assim que o sujeito aparece, na escansão de seu dizer, como pontual e evanescente, pois é nos desdobramentos da articulação significante do dizer que algo que escapa à unidade de uma totalização estrutural vai aparecer.<sup>87</sup>

É em consequência dessas distinções que a noção de escuta vai se caracterizar. Não há escuta do dito (o dito é da ordem do que se ouve), mas somente do dizer:

*“A acuidade da escuta será (...) dirigida ao registro do dizer (...) trata-se sobretudo de estar receptivo aos significantes que*

---

<sup>84</sup> “Ceci remarqué, le dire se démontre, et d’échapper au dit”. Lacan, J. (1973:9).

<sup>85</sup> Lacan, J. (1973:29).

<sup>86</sup> Lacan, J. (1973:40).

<sup>87</sup> Lacan, J. (1975:195).

*advêm, através do dizer, para além dos significados que se organizam no dito”.*<sup>88</sup>

E, o que se escuta, como diz Lacan, não tem a ver com o que se ouve do dito, mas com o que se lê no plano dos significantes do dizer:

*“Se há alguma coisa que possa nos introduzir à dimensão da escrita como tal, é nos apercebemos de que o significado não tem nada a ver com os ouvidos, mas somente com a leitura, com a leitura do que se ouve de significante. O significado não é aquilo que se ouve. O que se ouve é significante. O significado é efeito de significante”.*<sup>89</sup>

Neste ponto, vê-se como a não coincidência entre dizer e dito se funda na descontinuidade entre significante e significado.

### **3.5.3 O Significante e o Significado**

O pressuposto da não-coincidência entre significante e significado é o que torna possível, na concepção lacaniana, separar os registro do dito, do enunciado, de um lado, e os do dizer, da enunciação, de outro. Tal separação, por outro lado, é conseqüência do assujeitamento do sujeito à ordem da linguagem enquanto estrutura significante que, enquanto tal, manifesta a divisão interna, constitutiva do sujeito, que o determina enquanto suporte de sentidos que lhe escapam.

Em tal concepção, a matriz mínima da linguagem será não a unidade constituída pelo par significante/significado, na verticalidade de uma suposta

---

<sup>88</sup> Dor, J. (1985:120).

<sup>89</sup> Lacan, J. (1973:47).

equivalência, mas a seqüência horizontal “*um significante após outro*”, na dispersão dos sentidos que tal articulação implica.<sup>90</sup>

Nessa medida, como diz Miller,

*“(...) não há palavra adequada para dizer algo, e é sempre em relação a outros significantes que a gente formula alguma coisa”.*<sup>91</sup>

Ao manejar os significantes para fins expressivos/comunicativos, o sujeito crê sempre poder fazer funcionar o significante como ancoragem dos “*seus sentidos*” (na medida em que se crê, imaginariamente, senhor de seu dizer, de suas formulações)<sup>92</sup> e, pela via do significado enquanto sentido estruturável e estruturado, atingir o referente visado. Mas, como diz Lacan:

*“O que caracteriza, no nível da distinção significante / significado, a relação de significado ao que lá está como terceiro indispensável, isto é, o referente, é propriamente que o significado rateia. O colimador não funciona”.*<sup>93</sup>

De fato, e na medida em que o significante o ultrapassa, o sujeito jamais poderia domesticá-lo, circunscrever o seu poder de “*fazer sentidos*”, de produzir efeitos de sentido, pois o significante, porque desliza, desencadeia sem cessar os mecanismos metafóricos e metonímicos que manifestam o deslocamento dos

---

<sup>90</sup> Juranville (1984) sustenta que a tese lacaniana da primazia do significante sobre o significado representa simplesmente a consequência a que a concepção saussuriana de signo, no quadro da teoria do valor, remete; afirma que a ruptura introduzida por Saussure consiste numa concepção não finalista de signo, em que “*o signo, na medida em que contém em si o significado, não é um meio para exprimi-lo, na medida em que significante e significado são totalmente do mesmo plano (...) não sendo o significante mais instrumento do significado do que o inverso*”. Acrescenta, então, que, em relação a tal ruptura “*Lacan não faz mais do que desenvolver as consequências*” (1984:43). Nessa direção, conclui: “*Mas é preciso sublinhar, ainda que isso custe aos lingüistas, a continuidade da análise lacaniana em relação à teoria de Saussure: não há nenhuma violência e nenhuma utilização arbitrária, nenhum desvio, e sim o prosseguimento de uma análise*” (1984:46).

<sup>91</sup> Miller, J.A. (1984:37).

<sup>92</sup> Tal processo corresponde, em Pêcheux, ao esquecimento n° 2 (1975:175).

<sup>93</sup> Lacan, J. (1975:37).

sentidos, produzindo, assim, no fio do discurso, sempre mais, menos ou outros sentidos, para além do que o sujeito pode controlar.

É nesse sentido que Dor afirma que:

*“O desdobramento do discurso no fala-ser (parlêtre) impõe, com efeito, esta consequência de que não há sentido em si. Não há outro sentido senão o sentido metafórico. O sentido só surge da substituição de um significante por outro na cadeia significante. Em outras palavras, trata-se da primazia do significante sobre o significado”.*<sup>94</sup>

---

<sup>94</sup> Dor, J. (1985:149).

## CAPÍTULO IV



*“Le réel de la langue n’est donc suturé sur ses bords comme une langue logique (...) ce qui fait qu’en toute langue un segment peut être à la fois lui-même et un autre, à travers l’homophonie, l’homosémie, la métaphore, les glissements du lapsus et du jeu de mots, et la double entente des effets discursifs”.*

**Gadet, F. & Pêcheux, M.**  
(1981:51)



## IV

## A HETEROGENEIDADE DO SENTIDO

## 4.1 O HETEROGÊNEO DO SENTIDO: AFASTAMENTO E PRESENÇA

A investigação em torno do discurso de si é estritamente correlata daquelas observações de Pontalis sobre o estatuto do registro autobiográfico na atualidade: nem o sujeito pode mais aparecer como UM, nem o sentido pode mais ser tomado como UM. É nesse sentido que o **discurso de si**, enquanto lugar constituído por esse funcionamento singular que é a **enunciação vacilante**, implica, do ponto de vista da análise que o circunscreve como objeto: o pressuposto teórico da heterogeneidade do sujeito; o pressuposto teórico da heterogeneidade do sentido.

A teoria lacaniana do sujeito, revisitada no capítulo anterior, permite compreender esse movimento conflituoso, que se manifesta, no discurso de si, entre o imaginário da transparência interior (enquanto memória do dizer que inscreve o sujeito do discurso de si nos lugares de identificação que o campo discursivo da enunciação do si mesmo, conforme procurei sugerir no capítulo II, produziu) e o real do sujeito enquanto não-UM, porque produto da divisão psíquica que torna impossível a objetivação do “*si mesmo*” que a torção auto-reflexiva visa alcançar.

É bem verdade que a concepção de sujeito que se formula na teoria lacaniana é inseparável, ela própria, da concepção saussuriana de língua enquanto sistema de unidades regidas pelo princípio do valor, teoria essa que implica, como consequência, dizem Pêcheux & Gadet, que:

*“(...) la langue maîtrise la pensée en lui imposant l’ordre du négatif, de l’absurde et de la métaphore”.*

o que manifesta uma dimensão em que

*“(...) la science du langage est concernée par le registre de l’inconscient (...)”<sup>1</sup>*

Desse ponto de vista, tais considerações tornam possível, para os fins deste trabalho, conceber o fenômeno da enunciação vacilante em função de uma dimensão que ultrapassa o que certas descrições lingüísticas que fazem funcionar uma concepção homogênea de sujeito permitiriam aí vislumbrar.

Mas o fenômeno da enunciação vacilante não se esgota numa possível remissão ao estatuto heterogêneo do sujeito, pois constitui um movimento que confronta seu analista com a heterogeneidade do sentido tal como é experimentada, na temporalidade da formulação, pelo sujeito enunciante. Trata-se, portanto, para que se possa capturar a natureza peculiar desse funcionamento, de fazer intervir a reflexão sobre a heterogeneidade do sentido, a fim de poder trabalhar as formas pelas quais essa heterogeneidade se manifesta nos processos da enunciação vacilante.

Neste capítulo, o tema da heterogeneidade do sentido será retomado, enquanto produto das estruturas da representabilidade/discernibilidade que uma teoria da linguagem implica (Milner), enquanto produto da exterioridade do interdiscurso no fio do discurso (Pêcheux, Orlandi), enquanto efeito da irreduzibilidade do sujeito enunciante nos processos enunciativos (Authier-Revuz). É da perspectiva que esses autores põem em cena que a questão da enunciação vacilante será enfocada, no capítulo seguinte.

---

<sup>1</sup> Gadet, F. & Pêcheux, M. (1981:58).

## 4.2 O NÃO-UM DO SENTIDO: ENTRE HOMONÍMIA E SINONÍMIA

Milner parte da distinção lacaniana entre as três ordens — do real, do imaginário, do simbólico — cuja descontinuidade constitutiva se expressa em termos do que, em cada qual, se põe como o UM – o existente, em **R**; o representável, em **I**; o discernível, em **S** – para apontar o fato de que um sistema de passagem (tradutibilidade) de uma ordem a outra é impossível.<sup>2</sup>

À dimensão simbólica — dimensão da linguagem — correspondem os sistemas significantes que produzem a nomenclatura — e, portanto, a discernibilidade que faz emergir o Um pelo contraste com o não-Um. Mas o Um do sistema simbólico se fundamenta na diferença pura, aquela mesma que leva Saussure a afirmar a radical impossibilidade da sinonímia no sistema lingüístico<sup>3</sup>:

*“No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem idéias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como **recear**, **temer**, **ter medo** só têm valor próprio pela oposição; se **recear** não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes”.*

À dimensão imaginária correspondem as representações, de modo que cada unidade, nesse registro, constitui um todo significativo que se estabelece em função de semelhanças e diferenças:

*“(…) puisque la représentation ne suppose rien que la similitude et le rapport”.*<sup>4</sup>

Nesse sentido, ao invés de Um do discernível, diferença (**différence**) pura, o registro de **I** é regido pelo Mesmo — “o que faz imagem”<sup>5</sup>; pressupõe o

<sup>2</sup> Milner, J.C. (1983:8).

<sup>3</sup> Saussure, F. (1916:134-5).

<sup>4</sup> Milner, J.C. (1983:8).

vínculo a partir do qual se estabelecem propriedades em termos de semelhanças e dessemelhanças, que delimitam, assim, o mesmo e o diferente, o um e o outro:

*“Car en I, les propriétés sont premières, classant ensemble les êtres qu’on dira mêmes, et séparant ceux qu’on dira autres (...)”*

6

É a partir desse movimento, diz Milner, que, pela reiteração e combinação, cada representável se vincula aos outros

*“(...) en un tissue de semblable et de dissemblable, qu’on peut constituer en tout du représentable: ce que l’on nome la réalité”.*<sup>7</sup>

Em **S**, ao contrário, o Um não está fundado em propriedades nem tampouco se põe como o limite do Mesmo:

*“Au rebours des êtres représentables, les signifiants sont distincts **sola positione** et **solo numero** (...) tout au plus, est-il la limite de l’Autre: non pas le maximal des ressemblances qui unissent, mais le maximal des discernements qui séparent”.*<sup>8</sup>

Já a dimensão de **R** se define como HETEROS radical:

*“Face a S qui distingue et à I qui lie, R est donc l’indistinct et le dispersé comme tels”.*<sup>9</sup>

Tal dimensão aparece, de um lado, como o heterogêneo absoluto de **I**, pois, em lugar do vínculo, está-se aí diante da ausência de ligação; aparece

---

<sup>5</sup> Milner, J.C. (1983:22).

<sup>6</sup> Milner, J.C. (1983:22).

<sup>7</sup> Milner, J.C. (1983:8).

<sup>8</sup> Milner, J.C. (1983:34).

<sup>9</sup> Milner, J.C. (1983:9).

também como o heterogêneo radical de **S**, pois implica a impossibilidade de que algum significante possa, aí, discernir. Trata-se, diz Milner, do fato de que

*“(...) cet’Autre ne se noue pas de soi au différent ni au discerné”.*<sup>10</sup>

É nesse sentido que o Um do real, escapando a qualquer determinação, quer no registro da representabilidade, quer no registro da discernibilidade, não pode aparecer como uma positividade, mas como pura negação; do ponto de vista do imaginário, é o irrepresentável e o impossível, porque fora das redes do espaço-tempo da representabilidade que tornam possível a permanência a partir da qual se estabelecem as relações de semelhança e dessemelhança: fora do tempo cronificado, só pode se manifestar como acontecimento bruto, puro encontro<sup>11</sup>, presença instantânea:

*“En sorte que l’Un de Réel est aussi bien divers et semblable, persistant et éphémère, un et multiple, singulier et anonyme (...)”*<sup>12</sup>

Do ponto de vista do simbólico, o real é o que escapa a toda circunscrição significante: nenhum significante poderia aí realizar uma circunscrição capaz de produzir a discernibilidade. Em consequência disso, diz Milner:

*“(...) le signifiant qui y suffirait est celui-là même qui, de structure, manque. D’où suit que si un tel Autre existe, **un** signifiant nécessairement manque à toute chaîne”.*<sup>13</sup>

Real, imaginário e simbólico são, portanto, irredutíveis. Aquilo que é próprio de cada ordem é intradutível, enquanto tal, em qualquer das outras; nada

---

<sup>10</sup> Milner, J.C. (1983:26).

<sup>11</sup> Milner, J.C. (1983:9).

<sup>12</sup> Milner, J.C. (1983:28).

<sup>13</sup> Milner, J.C. (1983:25).

que seja próprio a uma das ordens pode corresponder, numa relação unívoca, a nada de qualquer das outras. Assim, nem o discernível de **S** coincide com o representável de **I**, nem tampouco qualquer dos dois — nem mesmo reunidos — pode coincidir com o que é da ordem do real:

*“(...) rien de R ne saurait s’obtenir ni de I ni de S”.*<sup>14</sup>

No entanto, dada a natureza da ligação que, entre essas três ordens, se representa pela topologia dos nós borromeanos, **I**, **S** e **R** se tocam, de alguma forma, pela própria incompletude que os interdetermina. É assim que o infinitamente disperso de **R** se mostrará, em **I**, como a necessidade incessante de que algo, de alguma forma, possa se representar / se ligar, mesmo que sob a forma do fragmentário:

*“Suponhamos de fato que haja real (...) tudo o que o sujeito, se ele o encontra, **demanda**, é que de qualquer maneira uma representação seja possível: somente a este preço, pelo qual o imaginário o espolia, o sujeito poderá suportar o que, por si mesmo, lhe escapa”.*<sup>15</sup>

Por outro lado, no que diz respeito à ordem do simbólico, o modo como o real aí aparece na sua dimensão de abertura intransponível (“*béance infranchissable*”) é sob a forma negativa do:

*“(...) ne pas s’écrire, ne pas se dire, ne pas admettre le discernement”.*<sup>16</sup>

É assim que algo do real se faz presente, embora não se represente nem se escreva, em **I** e em **S**. É nesse ponto que a noção de **alíngua** se delinea.

<sup>14</sup> Milner, J.C. (1983:9).

<sup>15</sup> Milner, J.C. (1978:20).

<sup>16</sup> Milner, J.C. (1983:9).

Diferentemente da noção de língua enquanto puro sistema (aspecto simbólico) ou da noção de linguagem onde o vínculo e a semelhança imperam, entre as palavras e as coisas, entre os falantes (aspecto imaginário), **alíngua** diz respeito ao real da língua/linguagem:

*“Lalangue enfin touche au réel: en cela que ne l’épuisent ni les effets de la communication, ni les espacements du discernable”.*<sup>17</sup>

Em primeiro lugar, porque **alíngua** supõe um sujeito enunciante, excêntrico à língua enquanto sistema<sup>18</sup> e que escapa, enquanto tal, à homogeneização da reciprocidade comunicativo-imaginária que a linguagem supõe. É, portanto, enquanto implica o sujeito e o discurso que a língua implica alíngua, pois, como diz Milner:

*“(...) réellement, les propriétés et les noms n’y suffisent jamais par eux-mêmes (...) Toujours, il y faut un discriminateur (...)”*<sup>19</sup>

Em segundo lugar, dado que há discurso (e sujeito), manifesta-se aí o real da linguagem sob a forma de um impossível a dizer (tudo, não se diz):

*“(...) si multiples que soient les dits, littéralement excentriques à ce qui, en eux, se représente ou se distingue, toujours y demeure quelque chose qui ne se dit pas. Les mots manquent,*

<sup>17</sup> Milner, J.C. (1983:40).

<sup>18</sup> O que leva Authier-Revuz a propor que o campo da enunciação deve ser considerado a partir da teoria da heterogeneidade (cf. seção 4).

<sup>19</sup> Milner, J.C. (1983:35). Pode-se remeter o contraponto aí proposto por Milner à distinção de Benveniste entre o semiótico e o semântico: o semiótico corresponde ao quadro discernível que a língua, enquanto sistema, oferece; já a semantização só ocorre no discurso e se sustenta, *strictu sensu*, de um sujeito enunciator (Benveniste, E., 1969).

*dira-t-on, pointant ainsi le symptôme du réel sous les espèces du défaut”.*<sup>20</sup>

É assim que, na medida em que a nomação só pode se realizar na alíngua — enquanto ato de discriminar que supõe um sujeito — aquele que pretende nomear um real acaba sempre por nomear, por um deslocamento equívoco, uma outra coisa<sup>21</sup>:

*“Ainsi, quelque nom que l’on ait pu, par semblant, attribuer à chaque supposition (...) il se révélera soumis à la déclinaison et, pour qui demande l’univocité, décevant”.*<sup>22</sup>

Na medida em que o Um do nome, na sua pura discernibilidade, não coincide jamais com o Um da significação/representação e não coincide jamais com o HETEROS do real, que escapa às redes do discernível e do representável, o registro de alíngua é o da equivocidade, porque:

*“(...) dès que le sujet veut nommer (...) les noms, convoqués à marquer tel rond, ne cessent de bifurquer sur tel autre”.*<sup>23</sup>

Em conseqüência, o Um do discernível (simbólico) não se realiza, em alíngua, senão como:

*“(...) Un en moins et Un en plus”.*<sup>24</sup>

É enquanto o que exorbita tanto o cômputo imaginário quanto o cálculo simbólico que o real se manifesta em alíngua, sob seus efeitos de equivocidade que fazem fracassar a coincidência. É desse ponto de vista que Milner faz funcionar os conceitos de **homonímia** e **sinonímia**. A sinonímia corresponde à

<sup>20</sup> Milner, J.C. (1983:40).

<sup>21</sup> Milner, J.C. (1983:21).

<sup>22</sup> Milner, J.C. (1983:18).

<sup>23</sup> Milner, J.C. (1983:18).

<sup>24</sup> Milner, J.C. (1983:40).



ilusão imaginária da coincidência entre os três registros: que o Um simbólico seja sinônimo do Um imaginário e que tudo isso possa circunscrever, numa relação sinonímica, um real<sup>25</sup>:

*“On demande alors que la langue pousse son propre processus de différenciation jusqu’à son terme ultime: différenciation maximale des segments minimaux (...) Par cette exigence (...) la langue est convoquée à assurer que le Un de sa différenciation soit aussi le Un de réalité, e que toute coupure que’elle institue délimite une **chose**”.*<sup>26</sup>

Milner denomina o **ideal da língua** o movimento que, sob a base da sinonímia, demanda da língua o ponto de coincidência que seria o instante de uma nomação real<sup>27</sup>. Mas, como as ordens são heterogêneas, não homólogas

*“(...) jamais on ne touche au lieu où (...) elles assureraient qu’un nom est aussi le non d’une signification, sans recouvrement ni équivoque”.*<sup>28</sup>

Ao invés do ideal da sinonímia (forma do ideal de língua), o que se encontra sempre é o real da homonímia: na impossibilidade da coincidência sinonímica, produz-se a polissemia dos nomes e a homonímia dos sentidos, excluindo-se, pela paráfrase, a possibilidade de um dizer unívoco. De qualquer forma, diz Milner, dada a irredutibilidade do vínculo que ata as três ordens sob a forma do descontínuo, do que é outro, um nome sempre produz um sentido e aponta um real, embora sob a equivocidade que o movimento da homonímia implica.<sup>29</sup>

<sup>25</sup> É esse processo que está em jogo no movimento que Pêcheux (1975) designa como o deslizamento em que um sentido emerge como uma denotação (cf. seção 2).

<sup>26</sup> Milner, J.C. (1983:44-5).

<sup>27</sup> Milner, J.C. (1983:48).

<sup>28</sup> Milner, J.C. (1983:45).

<sup>29</sup> Milner, J.C. (1983:51).

Da homonímia resulta o que Milner denomina o caráter indistinto dos nomes, na medida em que, em alíngua, se demanda da língua que projete sua rede de discernibilidade para além de si mesma, isto é, de **S**. E o confronto com a homonímia pode conduzir, para além do ideal de língua, ao projeto da **língua ideal**:

*“Qu'on l'imagine comme une pensée pure, détachée de la langue, ou comme une langue exorbitante (...) sa substance est celle même du métalangage (...) on suppose que l'homonymie peut être maîtrisée (...)”*<sup>30</sup>

Se a homonímia não pode ser controlada, domesticada, isso não exclui completamente a possibilidade de uma **nominação real**. Pois a sinonímia, enquanto a possibilidade de uma nominação demarcar unívoca e simultaneamente em **S**, em **I** e em **R**, se não está garantida, não está, tampouco, totalmente excluída:

*“Tel est du moins l'hypothèse: 'Il peut arriver' — et ne pas arriver — que les Uns soient synonymes.*

*(...)*

*Ainsi les divers Uns, d'être absolument hétérogènes (...) Il arrive — **contingit** — qu'ils se touchent”.*<sup>31</sup>

Mas tal instante de coincidência, em que a homonímia se converte numa verdadeira sinonímia, só se dá como fortuito e precário; e, quando eventualmente ocorre:

*“(...) la rencontre ici est indissolublement un point d'écartement: à l'instant où un nom dit leur recoupement réel,*

<sup>30</sup> Milner, J.C. (1983:52).

<sup>31</sup> Milner, J.C. (1983:53).

*les ronds se défont par cette profération même, semblables à des boules d'ivoire qui, de se toucher, se repoussent à l'infini".*

pois a sinonímia encontrada, na medida em que se inscreve

*"(...) dans les représentables et les dicibles, ce ne peut être qu'au prix, l'instant d'après, d'une dispersion désordonnée".<sup>32</sup>*

De qualquer forma, é nesse horizonte da sinonímia possível e eventual que, na reflexão de Milner, se configura a dimensão ética do sujeito do dizer: aquele para quem, apesar do incessante confronto com a homonímia, persiste a aposta na possibilidade da sinonímia; e é também por esse viés que se podem distinguir, eticamente, dois outros modos de inscrição para o sujeito:

*"Il y a toujours synonymie, disent les uns, optimistes béats, volontiers abêtis (...) Il n'y en a jamais, disent les autres, sceptiques, non-dupes et volontiers canailles".<sup>33</sup>*

### 4.3 O INTERDISCURSO COMO O HETEROGÊNEO NA DISCURSIVIDADE

#### 4.3.1 O Deslizamento do Sentido na Denotação

Pêcheux, em *Semântica e Discurso*, debruça-se sobre as reflexões de Frege, cuja preocupação é separar **Sind** (sentido) de **Bedeutung** (denotação), numa tentativa de esquivar o que, nas línguas naturais, é equívoco e salvar a transparência símbolo/*denotatum* numa linguagem lógica, uma das formas que derivam da figura da "língua ideal" de que fala Milner. A reflexão de Pêcheux, aqui, consiste em explorar aqueles efeitos que Frege, de sua parte, procura deslindar para salvaguardar a possibilidade do que Milner chamou a sinonímia.

<sup>32</sup> Milner, J.C. (1983:55).

<sup>33</sup> Milner, J.C. (1983:55).

É, em AD, através dos conceitos de pré-construído e de efeito de sustentação que se desvendam os mecanismos que, no processo de construção da discursividade — a formulação — produzem imaginariamente o sentido como um, como transparência, sob o apagamento da exterioridade constitutiva do discurso — o interdiscurso — em que a plurivocidade/equivocidade do sentido se realiza. E é também nesses processos que se produzem, como efeito, a transparência do dizer/do sentido, na medida em que o campo da formulação realiza o deslizamento do sentido numa denotação.

O conceito de pré-construído, elaborado primeiramente por Paul Henry, corresponde ao processo em que construções nominais e nominalizadas funcionam, discursivamente, como realizando a nominação, isto é, como designando um objeto de pensamento já dado, a partir do qual o discurso se constrói. Trata-se, como diz Paul Henry, de algo que provém de uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado<sup>34</sup>. Nesse movimento, apaga-se o caráter de construção que é constitutivo de tais nominações em determinadas regiões do interdiscurso, de modo que, sob a forma de pré-construído, intervenham na discursividade em causa produzindo, como efeito, a impressão de unicidade no vínculo nome/coisa, produto, como diz Milner, da discernibilidade própria do dizer<sup>35</sup>. É nesse movimento que a opacidade, própria do sentido, emerge como a transparência de uma denotação.

Desse ponto de vista, diz Pêcheux, a respeito do pré-construído, que:

*“(...) sua característica principal [é] a separação entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré-existência deste último (...) de tal modo que o sujeito encontra um desses*

<sup>34</sup> Pêcheux, M. (1975:99).

<sup>35</sup> Pois, segundo Milner, as propriedades de **I** não são senão o que vem “(...) réfrater imaginairement ce que le symbolique sèchement distingue”. Milner, J.C. (1983:9).

*domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito”.*<sup>36</sup>

Se o pré-construído aponta para o não-Um do sentido no ponto mesmo em que uma nominação retira seu efeito de denotação do fato de figurar como tal, sob o apagamento de seu próprio processo de construção, que provém de outros lugares de discurso em que certas articulações produziram, numa rede de formulações parafrásicas, a consistência semântico-discursiva de tal nominação, o efeito de sustentação diz respeito ao mecanismo de articulação das asserções na discursividade, que constitui, segundo Pêcheux, uma espécie de “*retorno do saber no pensamento*”.<sup>37</sup>

O mecanismo que permite articular, no movimento da discursividade, uma nominação e uma predicação, supõe uma rede de outras formulações, em que outros predicados/proposições constituem o campo a partir do qual a formulação em questão retira seu sentido e sobre o qual repousa seu efeito de verdade. De modo que o mecanismo próprio do efeito de sustentação implica a presença de um saber alhures, que funciona

*“(...) como uma **evocação lateral** daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base”.*<sup>38</sup>

Assim, cada articulação discursiva se sustenta num conjunto de sentenças virtuais de um campo paradigmático que constitui a rede de formulações a partir da qual, no interdiscurso, se produzem as condições de representabilidade e discernibilidade dos objetos de pensamento. É fato que uma parte dessa rede pode estar presentificada na discursividade, produzindo, assim, um grau maior de saturação (**P**, porque **Q**, uma vez que **R** etc.). Mas, como as sentenças virtuais

---

<sup>36</sup> Pêcheux, M. (1975:102).

<sup>37</sup> Pêcheux, M. (1975:111).

<sup>38</sup> Pêcheux, M. (1975:111).

desse campo não são totalmente parafrásicas, a saturação nunca poderá suturar o campo, pois acaba sempre por deslocar o efeito de sustentação para outros domínios, outras regiões de saber.

De modo que o que se diz sustenta-se sempre, simultaneamente, num já-dito, enquanto tal apagado em seu processo de construção para aí emergir como pré-construído, e num não-dito — efeito de sustentação — sob o qual repousa o efeito de evidência que se produz na articulação da proposição. Efeito de sustentação e pré-construído constituem ambos funcionamentos que apontam para a heterogeneidade do sentido, e decorrem da discursividade enquanto lugar em que o processo imaginário de “*naturalização*” dos sentidos se realiza, sob o apagamento, também imaginário, dos dizeres/formulações em que os sentidos se produziram.

Em conseqüência, Pêcheux poderá afirmar, na conclusão de *Semântica e Discurso*, no que diz respeito à heterogeneidade que atravessa o sentido, que:

*“(...) o pensamento não tem, em absoluto, a homogeneidade, a continuidade conexa, a transparência — em suma — a interioridade subjetiva da consciência — que, sem trégua, todas as variedades do idealismo lhe atribuíram: na verdade, ‘o pensamento’ só existe sob a forma de **regiões de pensamento**, disjuntas e submetidas entre si a uma lei de exterioridade (...) que está relacionada com a exterioridade global do real em relação a ‘o pensamento’”.*<sup>39</sup>

Correlativamente, tampouco o sentido poderia ser a “*propriedade*” da literalidade significativa, já que:

---

<sup>39</sup> Pêcheux, M. (1975:257-8).

*“O significante, que não é o signo e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido”*

o que faz com que o sentido resulte sempre de uma relação da ordem da metáfora:

*“De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) (...) a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por **uma região do interdiscurso**”.*<sup>40</sup>

#### **4.3.2 O Dizer como Gesto de Interpretação**

O conceito de interpretação, tal como Orlandi o caracteriza, define o lugar do sujeito frente ao dispositivo da língua e ao campo do sentido. O sujeito, diz a autora, é marcado pela necessidade de “*dar sentido*” às coisas, o que caracteriza, para Orlandi, uma “*injunção*” à interpretação:

*“O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir ‘sítios de significância’ (delimitar domínios), é tornar possível gestos de interpretação”.*<sup>41</sup>

Desse ponto de vista, o discurso é resultado desse gesto de interpretação cujo efeito é a construção de sítios de significância pela circunscrição do dizer. Mas, para o sujeito que fala, tudo se passa como se:

---

<sup>40</sup> Pêcheux, M. (1975:263).

<sup>41</sup> Orlandi, E. (1996:64).

*“(...) os sentidos estivessem nas palavras: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pelo qual a exterioridade o constitui”.*<sup>42</sup>

de modo que a interpretação aparece, para o sujeito, como designação, como transparência e o dizer como reconhecimento de um sentido já lá.

De um lado, portanto, todo dizer constitui um gesto de interpretação; de outro, nesse gesto mesmo, para o sujeito, o caráter interpretativo do dizer é apagado enquanto efeito da denegação da opacidade e da incompletude da interpretação, cujo resultado é a ilusão de transparência e estabilidade dos sentidos.

Tal processo se explica pelo fato de que a relação do sujeito com o dispositivo da linguagem e com o campo dos sentidos não se dá **ex-nihilo**, mas a partir do interdiscurso enquanto memória (inconsciente) do dizer que, como resultado, produz a estratificação dos sentidos em *“sítios de significância”*. Pois, diz Orlandi:

*“Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido. Essa impressão do significar deriva do interdiscurso — o domínio da memória discursiva, aquele que sustenta o dizer na estratificação das formulações já feitas, mas ‘esquecidas’, e que vão construindo uma história dos sentidos”.*<sup>43</sup>

Toda fala, portanto, diz a autora, assenta sobre o já-dito enquanto seu efeito de sustentação. Mas tal já-dito só pode funcionar como tal na medida em que:

---

<sup>42</sup> Orlandi, E. (1996:65).

<sup>43</sup> Orlandi, E. (1996:71).



*“(...) as vozes que se poderiam identificar em cada formulação particular se apagam e trazem o sentido para o regime do anonimato e da universalidade”.<sup>44</sup>*

É assim que, para o sujeito que fala, seu dizer pode aparecer como uno, como realizando a circunscrição unívoca entre dizer e sentido que Milner denomina a sinonímia, num processo em que o ato de nomeação parece provir do próprio sujeito da fala. Mas, assim como as palavras só fazem sentido se já o tiverem — o que remete ao já-dito — o sentido só é circunscritível na medida em que já se tenha estratificado em formulações. De modo que a correlação dizer/sentido, capaz de produzir a impressão de sinonímia, segundo a análise de Milner, enquanto efeito do encontro entre o Um de **S** e o Um de **I**, aparecerá, segundo a análise de Orlandi, como sustentada pelos efeitos do interdiscurso no discurso. Pois, como diz a autora

*“(...) a constituição do sentido se dá fora do nosso alcance direto, na relação com o interdiscurso”<sup>45</sup>*

o que vale dizer que a constituição do sentido em seu encontro com o dizer se dá fora, antes, alhures, exteriormente ao movimento no qual um sujeito se instaura enquanto aquele que fala.

O interdiscurso corresponde, diz Orlandi, a uma trama de sentidos, espécie de história que não se situa, não está alocado em lugar nenhum. O caráter histórico do interdiscurso se define:

---

<sup>44</sup> Orlandi, E. (1996:71-2).

<sup>45</sup> Orlandi, E. (1996:76).

*“(...) não como fatos e datas, como evolução e cronologia, mas como significância, ou seja, como trama de sentidos, pelo modo como são produzidos”.<sup>46</sup>*

Isso implica que a historicidade que é constitutiva do discurso não pode ser nunca imediatamente tradutível em termos da *“história lá fora”*, pois tal exterioridade:

*“(...) na análise do discurso (...) é suprimida para intervir como tal na textualidade. É isto que chamamos discursividade”.<sup>47</sup>*

Mas o modo de presença da exterioridade no fio do discurso não se dá à observação direta, pois

*“(...) a instância da formulação não nos leva imediatamente ao interdiscurso (...) que somente se simula por seus efeitos na formulação”.<sup>48</sup>*

É assim que o interdiscurso — enquanto memória discursiva — implica a presença, em todo discurso, de outro(s) discurso(s), do que lhe é exterior, mas que se presentificam nele sob a modalidade da ausência, isto é, pelo apagamento de sua presença constitutiva, o que afasta, para o sujeito, o real de que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos<sup>49</sup> sob a estratificação que necessariamente o dizer produz. De modo que:

---

<sup>46</sup> Orlandi, E. (1996:77).

<sup>47</sup> Orlandi, E. (1996:38).

<sup>48</sup> Orlandi, E. (1996:76).

<sup>49</sup> Orlandi, E. (1996:31).

*“Há uma parte do dizer, inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso”.*<sup>50</sup>

É nesse sentido que a interpretação, enquanto constitutiva do sujeito e do sentido (enquanto constituídos pela interpretação e não enquanto “interpretáveis”, diz Orlandi<sup>51</sup>), se realiza como uma “sobrecarga”, na medida em que se dá, na formulação, como uma “relação da língua sobre a língua”:

*“(...) interpretar é dizer o dito — que, no entanto, aparece como grau zero (o sentido lá)”.*<sup>52</sup>

E é nesse movimento que o sujeito, na medida em que não pode reconhecer o gesto de interpretação enquanto tal, “se reconhece nele”.<sup>53</sup>

#### **4.4 A HETEROGENEIDADE DOS PROCESSOS ENUNCIATIVOS**

Authier-Revuz parte da constatação de que o campo da enunciação se põe como necessariamente heterogêneo, na medida em que é aquele em que a língua encontra a fala, o discurso, o sujeito<sup>54</sup>. Desse encontro resulta que os fenômenos enunciativos manifestam a inscrição de traços do sujeito enunciante nas formas da língua<sup>55</sup>, o que impõe, como consequência, que a observação de tais formas e a análise de seu funcionamento não se possa realizar de modo satisfatório senão mediante uma construção teórica que faça apelo a regiões exteriores à própria língua.

<sup>50</sup> Orlandi, E. (1996:31).

<sup>51</sup> Orlandi, E. (1996:83).

<sup>52</sup> Orlandi, E. (1996:87).

<sup>53</sup> Orlandi, E. (1996:85).

<sup>54</sup> Authier-Revuz, J. (1992:61 - Parte I).

<sup>55</sup> Authier-Revuz, J. (1992:62 - Parte I).

Tal proposição se constrói a partir de algumas premissas teóricas formuladas por Milner<sup>56</sup> e que podem ser assim sintetizadas:

- a) o fato da enunciação é um heterogêneo em relação à língua como sistema autônomo; portanto
- b) os fatos de linguagem que relevam da enunciação inscrevem na própria língua o heterogêneo; portanto
- c) o real da língua implica o heterogêneo da língua (a enunciação): o real da língua é que ela é não toda.

É desse ponto de vista que Authier-Revuz observa:

*“Désignant (...) ‘l’exorbitant’ qu’est au regard de la linguistique, comme écriture de la langue, le sujet d’énonciation, ‘instance en elle-même non formalisable et non-représentable’, J.C. Milner fait apparaître la limite, la défaillance que ‘le réel de la langue lui-même’ vient inscrire dans la linguistique, de ce que certains des lieux de ce réel ne saurait être décrits sans qu’intervienne précisément le sujet”.*<sup>57</sup>

Se o campo da enunciação é aquele em que vêm se inscrever, nas formas da língua, traços do sujeito enunciante, é também aquele em que se dá a produção do sentido. É assim que tal campo mostra a atividade

*“(…) largement inconsciente, du sujet aux prises avec les conditions réelles de la production du sens”.*<sup>58</sup>

Na medida em que as condições reais da produção do sentido extravasam os limites do sistema da língua<sup>59</sup>, seu estudo também exige a abertura à

<sup>56</sup> Milner, J.C. (1978).

<sup>57</sup> Authier-Revuz, J. (1992:63 - Parte I).

<sup>58</sup> Authier-Revuz, J. (1992:25).

exterioridade de tal sistema: a produção do sentido, enquanto momento da semantização, também deve ser vista como o fenômeno que vem inscrever, na língua, traços do que lhe é exterior, de modo que, para além das formas lingüisticamente descritíveis, em termos de léxico e sintaxe, é necessário considerar aí funcionamentos

*“(...) ne relevant plus de la langue comme système de formes, et donc plus de la linguistique au sens strict, mais d’approches du ‘discours’ (...) engageant dans la définition même de ce terme des choix théoriques, extérieures au linguistique concernant le sens, le sujet et en particulier le statut de l’intentionnalité du second relativement au premier”.<sup>60</sup>*

Estatuto este que se expressa de modo particularmente sintético na seguinte formulação de Henry:

*“A categoria de discurso implica uma des-individualização do sentido e da significação. Os fatos de sentido da ordem do discurso não são remissíveis ao discurso de um sujeito, nem mesmo aos de vários conjuntos para fazer uma espécie de ‘sujeito médio’, mas a ‘formações discursivas’ que não têm realidade no nível do indivíduo, senão pelo fato de que elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido”.<sup>61</sup>*

Assim, é da constatação da exterioridade do campo da enunciação e do sentido, enquanto, respectivamente processo e produto da atividade do sujeito, que se impõe, segundo Authier-Revuz, considerar tal campo como constituído, de modo solidário porém heterogêneo — pelas instâncias da língua, do sujeito e

<sup>59</sup> Henry, P. (1988:151).

<sup>60</sup> Authier-Revuz, J. (1992:63 - Parte I).

<sup>61</sup> Henry, P. (1988:162).

do discurso. Disso resulta, portanto, pensar a enunciação como objeto complexo, heterogêneo e, desse ponto de vista, portanto, as instâncias que aí configuram os “*extérieures théoriques*” ao campo estrito da lingüística vão funcionar como **constitutivos** de tal objeto heterogêneo, que só pode se formular teoricamente no entrecruzamento dessas diferentes regiões teóricas. Em consequência disso, diz Authier-Revuz:

*“Poser le champ de l’énonciation comme marqué d’une hétérogénéité théorique, en reconnaissant comme inévitable l’intervention dans la description de faits de langue, au sens saussurien du terme, de choix extérieures à la linguistique concernant le sujet et le sens, et qu’il est donc nécessaire d’explicitier de façon autonome (...)”*<sup>62</sup>

O que Authier-Revuz busca, aqui, pontuar, é o fato de que o campo enunciativo — na sua condição de lugar da produção do sentido implicando necessariamente a presença do sujeito enunciante — confronta seu analista com um “*além*” do sistema lingüístico. Mas tal confronto tem produzido, em geral, ao invés do reconhecimento da heterogeneidade própria de tal objeto, um gesto teórico que busca dissolver tal heterogeneidade numa assimilação. De um lado, por exemplo, pela recusa da língua como um campo próprio, que vai figurar como **um** dos aspectos (e não dos mais importantes) no processo de produção do sentido: tal posição, segundo Authier-Revuz, que é exemplarmente representada por Bourdieu, consiste em

*“(...) ne reconnaître à la langue (...) aucun autre statut que celui de secteur particulier où s’exèrcent des causes sociales”.*<sup>63</sup>

<sup>62</sup> Authier-Revuz, J. (1992:64 - Parte I).

<sup>63</sup> Authier-Revuz, J. (1992:66 - Parte I).

Tal “*dissolução da língua no social*”, diz Authier-Revuz, é a que também figura em inúmeras abordagens sócio-lingüísticas, bem como em Voloshinov:

*“(...) dont l’ouverture sur la parole ‘vivante et concrète’ passe par une ‘sociologisation’ intégrale de celle-ci, associée à une méconnaissance offensive de la dimension de système de différences de la langue saussurienne, travestie en ‘parole monologique’ finie, isolée, séparée de son contexte verbal en acte”.*<sup>64</sup>

De outro lado, pelas abordagens teóricas que visam um “*ultrapassamento*” da lingüística: pouco importa, segundo Authier-Revuz, que se vise aqui a construção de um novo objeto, ampliado, ao qual se guarda a denominação “*lingüística*”.

*“(...) en un sens démesurément élargie (...)”*<sup>65</sup>

ou que tal ultrapassamento se proponha em favor de um objeto que, apagando a língua como ordem própria, desloca-a para a dimensão de um exterior psicológico ou social.

Trata-se, aqui, do que se observa em inúmeras abordagens ligadas ao comunicacional, ao interacional, ao conversacional. Nessas abordagens, ocorre uma tentativa de reconstruir o próprio objeto da lingüística, segundo Authier-Revuz, aí incluindo um conjunto de fenômenos ligados ao jogo de imagens, papéis, territórios, negociações, em que a construção do sentido vai ser função da necessidade de agir sobre o outro, se distinguir socialmente, defender a própria face etc.<sup>66</sup>, num movimento que, diz Authier-Revuz, vai na contramão daquilo que constitui o gesto fundador de Saussure:

<sup>64</sup> Authier-Revuz, J. (1992:67 - Parte I).

<sup>65</sup> Authier-Revuz, J. (1992:68 - Parte I).

<sup>66</sup> Authier-Revuz, J. (1992:70 - Parte I).

*“(...) dont tout l’effort avait été, à rebours des évidences du sens et de la communication, de dégager, d’extraire le réel, non évidant, de la langue comme forme”.<sup>67</sup>*

e no qual se apaga, segundo Henry, esse esforço de encontrar

*“ce quelque chose du langage en deçà de l’évidence du sens”.<sup>68</sup>*

É nesse grupo que Authier-Revuz inscreve certos trabalhos, como o de Charaudeau ou o de Orecchione que, de um alargamento da “língua” para aí incluir, dadas as regularidades que se observam, os fenômenos comunicativos, implicam numa substituição daquela pela “linguagem”, com todas as implicações de construto imaginário que aí intervêm. É também nesse domínio que Authier-Revuz inscreve os trabalhos de Ducrot, na sua tentativa de “deslocar a barra” a fim de incluir, no campo da língua, aquilo que, da perspectiva clássica, seria da ordem da fala.

Na reflexão de Authier-Revuz, o que se mostra, ao longo dessas diferentes concepções teóricas, é o fato de que o real da enunciação, enquanto heterogênea ao sistema da língua, se impõe enquanto tal. Mas as respostas teóricas, digamos, que se produzem em relação a essa constatação, conduzem à construção de uma teorização em que tal heterogeneidade é re-investida num esforço homogeneizante. Na raiz desse movimento, é algo da ordem do estatuto do sujeito que está em questão.

Sujeito origem x sujeito efeito: o primeiro, diz Authier-Revuz, corresponde ao sujeito psicológico, com suas variantes “neuronaís” ou sociais; o segundo, aquele

<sup>67</sup> Authier-Revuz, J. (1992:68 - Parte I).

<sup>68</sup> Henry, P. (1988:160).



*“(...) assujetti à l’inconscient, de la psychanalyse ou celui des théories du discours postulant la détermination historique d’un sens non individuel (...)”*<sup>69</sup>

No primeiro caso a atividade enunciativa é vista como ato de um sujeito fonte intencional do sentido, que se expressa através da língua vista como um instrumento de comunicação: nesse caso, tal sujeito não aparece como heterogêneo ao sistema da língua, já que é capaz de manipulá-la a fim de expressar/mascarar/jogar em função de suas intenções comunicativo-interativas, em que os “seus” sentidos que, portanto, lhe seriam transparentes, se confrontam com os dos “outros”; no segundo caso, ao contrário:

*“(...) le dire ne saurait être transparent à l’énonciateur, auquel il échappe, irréprésentable, dans sa double détermination par l’inconscient et l’interdiscours (...)”*<sup>70</sup>

Para Authier-Revuz, as teorias enunciativas que operam — explícita ou implicitamente — com a noção de sujeito origem não fazem senão reproduzir as ilusões imaginárias do sujeito falante, atribuindo, assim, a tais construções imaginárias o estatuto de mecanismo real do funcionamento enunciativo.

Trata-se, ao contrário, na proposta de Authier-Revuz, de conceber o campo enunciativo como implicando um sujeito não-um, na sua condição de despossuído da mestria em relação a seu dizer, porque assujeitado ao real processo de constituição do sentido (interdiscurso) que escapa à sua intencionalidade e porque estruturalmente produzido pela própria linguagem na sua condição de sujeito clivado pelo inconsciente.

É a categoria de heterogeneidade constitutiva que vai demarcar o estatuto do sujeito como heterogêneo ao sistema da linguagem que o constitui e ao

<sup>69</sup> Authier-Revuz, J. (1992:85 - Parte I).

<sup>70</sup> Authier-Revuz, J. (1992:85 - Parte I).

interdiscurso que o atravessa. E é a partir dessa mesma heterogeneidade constitutiva, impossível de ser representada pelo próprio sujeito, que se produzirá, por um efeito imaginário ligado ao mecanismo de denegação<sup>71</sup>, para tal sujeito, a impressão de ser fonte e origem de seus sentidos e de seu dizer. Mas é essa mesma heterogeneidade constitutiva que, real da condição do sujeito enunciante, não cessa de se fazer presente sob a forma dos fenômenos de não-coincidência que, manifestando os processos reais de construção do sentido, escapam àquilo que, para o sujeito enunciante, possa ser figurável.<sup>72</sup>

Authier-Revuz abre, assim, a possibilidade de que o campo enunciativo como um todo possa ser pensado a partir dessa dimensão: é desse ponto que vista que, no próximo capítulo, os fenômenos do que denominei enunciação vacilante serão apresentados.

---

<sup>71</sup> Authier-Revuz, J. (1992:94 - Parte I).

<sup>72</sup> Authier-Revuz, J. (1992:90 - Parte I).

## CAPÍTULO V



*“O termo ‘Real’ não qualifica simplesmente o que as palavras não conseguem nomear, mas também o que as palavras produzem, quando sua ambição de dizer fracassa”.*

**Pommier, G.**  
(1987:25)

## V

## A ENUNCIÇÃO VACILANTE

## 5.1 INTRODUÇÃO

A enunciação vacilante constitui um fenômeno da ordem da formulação, que se apresenta sob três formas básicas<sup>1</sup>, passíveis de funcionarem como **exemplaria** de uma tipificação:

1. *Não sei, acho que* estou deprimido.
2. *É como se* eu estivesse sem rumo.
3. Me sinto *um tanto* perdido.

Tais formulações são o resultado de um movimento enunciativo que produz o encontro entre uma espécie de enunciado nuclear

(estou deprimido)

((estou) sem rumo)

(me sinto perdido)

que visa delinear uma referência (um estado de coisas), e um dizer que, atravessando, na enunciação, o enunciado nuclear, suspende, revoga, relativiza, afasta, enfim, destitui o enunciado nuclear de seu poder de nominação, ao produzir um efeito de rarefação, de esfumaçamento do sentido do enunciado nuclear. No caso, os segmentos modalizadores “*não sei, acho que*”, “*é como se*”, “*um tanto*”.

<sup>1</sup> Cujas tipologias serão exploradas no capítulo seguinte.

Tais fenômenos podem ser considerados como produzidos por um funcionamento que faz com que a ordem da referência, da nominação, da circunscrição do sentido, da unicidade do dizer apareça no interior mesmo desse movimento enunciativo como não realizada, como não se realizando, ao mesmo tempo em que, ao longo do fio do discurso em que tais enunciações se produzem, esses troços emergem, para o sujeito enunciante, não como marcas de uma impossibilidade radical, mas como realizações tentativas ao longo de um discurso em que a unicidade do dizer não cessa de ser buscada e de ser visada como um objetivo a atingir, e como um objetivo **possível** de se atingir, embora, o que tal discurso manifeste, por outro lado, seja o seu não acabamento, seja, ao longo de seu curso, a não-realização da coincidência.

A presença marcante desses fenômenos no interior do discurso de si foi apontada, no capítulo I, como relevante do ponto de vista dos temas da não-coincidência do sujeito, do sentido e do dizer, tal como trabalhados por Jacqueline Authier em torno da categoria da heterogeneidade constitutiva, a partir de duas considerações básicas:

- em primeiro lugar, sendo o discurso de si o campo em que se expressam as auto-representações do sujeito, tais auto-representações têm o estatuto de referentes privados (Wittgenstein), escapando, portanto, às formas públicas de determinação de verdade/falsidade;
- em segundo lugar, e em consequência disso, a vacilação da enunciação não pode ser atribuída a um movimento tentativo no que respeita à adequação do dizer a uma exterioridade externa (o mundo), determinada por uma falta de saber (passível de ser preenchida), de que as formas da enunciação vacilante funcionariam como a inscrição simbólica de um lugar de sujeito (e de discurso) determinado pela posição relativa em relação à alteridade representada como simetrizável.

Na medida em que as auto-representações expressam os estados subjetivos do sujeito, por que razão se manifesta aí, em tal grau, a não-coincidência do sujeito com suas auto-representações, que emergem, então, sob a forma das enunciações vacilantes? Qual a função desse movimento enunciativo que, ao mesmo tempo em que visa a uma saturação do sentido, produz um esvanecimento do sentido?

São justamente as enunciações vacilantes que, atravessando o dizer que tenta circunscrever o sentido, desdobram esse sentido, fazem-no retornar sobre si mesmo e, nesse retorno, arrastam consigo um fardo de outros sentidos não circunscritos, não nomeados, que rondam os primeiros como um resíduo, um excesso ou uma falta, condenando assim os sentidos anteriores a uma posição de provisoriedade, de não-coincidência em relação à visada nomação.

Do ponto de vista estrito de uma semântica lingüística, as enunciações que fazem vacilar a referência do enunciado nuclear produzem um *“mais-sentido”* que, se acrescentado ao sentido do enunciado nuclear, dariam a significação global da enunciação. Assim, a enunciação do *“não sei, acho que”*, acrescentaria a significação de atitude da dúvida epistêmica do enunciador, do *“é como se”*, inscreveria, sobre o enunciado nuclear, o paradigma da relação de comparação analógica, do *“um tanto”* (perdido) sobreporia ao adjetivo uma determinação. No entanto, e paradoxalmente, se tais seqüências são um *“a mais”* da materialidade lingüística da enunciação (em relação às seqüências nucleares sobre as quais incidem, criando relações de dependência sintática) e, portanto, em termos semânticos lingüísticos, introduzem um *“mais sentido”*, do ponto de vista de uma semântica discursiva seu efeito de sentido é justamente produzir um desvanecimento do sentido<sup>2</sup>. Sua incidência sobre o enunciado nuclear põe em causa o que aí se nomearia, faz vacilar esse dizer, revela a impossibilidade de que

---

<sup>2</sup> *“De fato, cada ato de palavra estrutura-se em lapso, cujo sentido cai como um efeito”*. Verdiglione, A. (1979:11).

tal dizer cerque, circunscreva o sentido que, então, se esvai, escorre pelas frestas da descontinuidade que assim se escancara.<sup>3</sup>

No movimento que liga o enunciado nuclear e o segmento modalizador que incide sobre ele, no caso das enunciações vacilantes, o que imaginariamente pode se representar, para o sujeito, como um avanço em relação ao pleno, ao cheio, à completude de um “*mais dizer*”, se produz, no real da enunciação, através de um batimento descontínuo, em que, ao invés dos sentidos do aparente “*comentário*” se integrarem ao plano do dito do enunciado nuclear, produzem uma rarefação do sentido deste último, e, portanto, uma suspensão do **dito** no **dizer**.

É nesse momento mesmo que o sentido recortado no enunciado nuclear emerge como não-todo, como incompletude, não-coincidência; e, nesse ponto, a modalização que vem aí incidir, funciona, simultaneamente, como uma espécie de sintoma do fato do silêncio que afeta o sentido<sup>4</sup> e como um retorno (enquanto denegação da não-completude do sentido) à tentativa de territorializar o sentido: ao mesmo tempo em que pontua, em relação ao sentido circunscrito no enunciado nuclear, sua não-coincidência, funciona, imaginariamente, como um sobre-dizer, como um mais-sentido, como um retorno do sujeito em vista da recuperação de seu lugar de determinação do sentido.<sup>5</sup>

Recorri às categorias de “*enunciado nuclear*” e “*modalização*” (no capítulo I, apontados como segmentos **R**, de caráter representacional, e segmentos **M**, modalizantes), a fim de poder descrever a estrutura interna da

<sup>3</sup> “*Que tout ne puisse être dit dans le mouvement de ma volonté, ou que se dise autre chose que ce que je voulais dire toutes ces formations de l’inconscient ne constituent aucunement une limite de l’inscription signifiante. Bien au contraire, (...) les effets du sujet qui adviennent dans un battement, une vacillation de la chaîne de l’énonciation (...) témoignent de ce qui comme coupure, pose la structure même d’un sujet en tant que divisé*”. Davoine, F. & Gaudillière, J.M. (1981:164).

<sup>4</sup> Cf. mais adiante, na seção 5.4, sobre os pontos de contato da categoria da enunciação vacilante e as explorações teóricas em torno da dimensão do silêncio.

<sup>5</sup> “*Car ce n’est pas parce qu’en ce point la chaîne signifiante s’interrompt que la matérialité du discours s’arrête. (...) Tandis qu’imperturbable, et éventuellement sans marque extérieur de bizarrerie(...), s’élève, en manière de relais, un Autre qui supporte cette parole déliée de la chaîne où le sujet peut se représenter: il en devient l’origine et, dans cette suspension, comme dit Vidal, le sujet passe à son neutre*”. Davoine, F. & Gaudillière, J.M. (1981:165).



enunciação vacilante. No entanto, tais categorias não correspondem a dois planos enunciativos distintos, mas a um único — o da enunciação vacilante — e é justamente a natureza peculiar desse encontro, ao mesmo tempo da ordem da descontinuidade (no plano do foco enunciativo) e da continuidade (no plano do efeito de sentido das formas de enunciação) o que me permite postular a categoria da enunciação vacilante como um objeto teórico específico.

Desse ponto de vista, os segmentos modalizadores, na enunciação vacilante, não constituem um plano de comentário (meta-discursivo ou meta-enunciativo) a partir do qual o sujeito enunciante retornaria, num movimento metalingüístico tipicamente marcado pela posição de mestria, sobre seus próprios dito/dizer. Ao contrário, a modalização, na enunciação vacilante, emerge como o sintoma de uma não-coincidência que, experimentada, não se deixa **representar**, mas permanece *in praesentia*, no interior do processo enunciativo. É justamente essa característica que diferencia, a meu ver, o fenômeno da enunciação vacilante das formas de modalização autonímica, trabalhadas por J.Authier, e que me permite propor a enunciação vacilante como um fenômeno peculiar.

## 5.2 INVENTÁRIO DE DADOS E COMENTÁRIOS (a partir de um recorte em função da categoria da enunciação vacilante)\*

### 1. (EI)

- a. Escrever me acalma. *Estranho como raramente recorro a este recurso. Senti agora um impulso, um repuxo, uma compulsão de escrever como se fosse a única coisa que, agora, me tranqüilizaria*

...

---

\* Cada seqüência numerada em arábico corresponde a uma instância empírica de produção de discurso; cada segmento marcado por letras corresponde aos recortes que a análise realizou, no sentido de capturar as ocorrências de discurso de si (categoria teórica), em meio ao material discursivo empírico; as siglas **OT**, **OC**, **EC**, **EI** correspondem à diversidade empírica do material coletado – **OT** = oral terapêutico; **OC** = oral confidencial; **EC** = escrito confidencial; **EI** = escrito íntimo.

- b.** Estou em pânico. Estou com medo. *Tenho a impressão de que* vou morrer. Temo isso. Me falta energia. Estou esvaziada. Chego a desejar morrer, sossegar.
- ...
- c.** Penso no que aconteceu em 19.., quando me vi numa situação *semelhante* com X. Foi um processo *semelhante, parece. Parece* ser o *mesmo* quadro.
- ...
- d.** Parece ser o *mesmo* quadro, a *mesma* configuração. Me senti vazia, esvaziada. Era *como se não tivesse mais nada para dar ao mundo*. Me vi numa *espécie* de estado de recusa.
- ...
- e.** *É estranho como* em alguns momentos isso surge para mim de maneira forte. *É estranho como*, ao mesmo tempo eu não consigo dar uma expressão clara para isso.

### Comentário

---

- As enunciações em “*(é) estranho como*” constituem uma modalização que incide sobre o enunciado nuclear. Se o enunciado nuclear instaura um sentido, a modalização vem inscrever, no movimento enunciativo, uma não adesão total a esse sentido, que emerge, assim, como incompleto, expressando, portanto, um “*não-saber-dizer*” qual o sentido que, senão de modo precário, manifestou-se em **X**:

X é estranho

isto é, o sentido de **X** (o real) não está totalmente circunscrito em **X** (a nomenclatura).

- A enunciação em “*tenho a impressão de que*” tem um estatuto duplo. Funciona na ambigüidade entre um comentário epistêmico e uma figuração

Tenho a impressão que X

enquanto apreciação epistêmica, equivaleria a um “*mas não tenho certeza*”, o que instauraria, para X, a incompletude da referência provisória. Enquanto figuração, sua estrutura seria do tipo

Tenho a impressão de X

em que o sentido de X se inscreve na dimensão da metáfora, do sentido produzido por associação, e que, portanto, **não é** o sentido da coisa, mas um sentido aparentado.

- A enunciação em “*parece*”, “*parece que*” tem o mesmo estatuto duplo de uma apreciação epistêmica:

parece, mas não é certo que seja

e de uma figuração:

parece, é como se

- A enunciação em “*é como se*” é o caso paradigmático da figuração em que algo se enuncia (X) e, nesse momento mesmo, é marcado como “*não sendo*”:

É como se X (mas não é X)

- As enunciações do tipo:

*processo semelhante*

*situação semelhante*

*mesmo quadro*

*mesma configuração*

*uma espécie de estado de recusa*

dizem respeito a uma tentativa de saturação do sentido pela determinação, mas cujo efeito é produzir uma indeterminação

semelhante a X (mas não é X)

uma espécie de (mas não exatamente, não plenamente)

No caso das determinações por **mesmo**, seu efeito de identificação é aproximativo, não pleno, isto é,

mesmo quadro

mesma configuração

não significam a identidade denotativa entre dois quadros, duas configurações, mas uma aproximação de sentido.

De qualquer forma, as enunciações em que figuram as determinações por **mesmo** (1.c), são comandadas pela enunciação por “*parece*” que, *por se*, dissolvem o poder de referência de X. Além disso, estão em contraponto parafrásico com as determinações por “*semelhante*”, mais abertas, mais fugazes.

## 2. (OT)

- a. Há *alguma coisa de estranho* nisso, eu sinto, minha intuição capta. Algo está para acontecer, algo que tanto *pode ser* uma coisa boa, positiva, como, ao contrário, uma coisa ruim, um vazio, um baixo-astrol que as coisas do dia-a-dia não vão mais encobrir, disfarçar.

*Isto está ficando cada vez mais claro para mim, acho que tudo isso vai surgir de um momento para o outro.*

...

- b. *Não sei verdadeiramente se quero sair deste estado. É verdade que isso faz mal, estimula raiva, rancores, eu fico entre agressivo e falsamente alegre.*

*Parece que realmente não fico bem se estou sozinho. Atualmente não tenho mais nenhuma dúvida sobre isso. E acho que já me sinto*

seguro o bastante para admitir isso não só para mim mesmo, mas para expressar isso também em minhas futuras relações.

Mas *acho que* já faz muito tempo que carrego em mim um enigma. *A impossibilidade de saber* o quê *exatamente* aconteceu naquela ocasião. *É claro que* naquele último encontro tive vários indícios. Mas *se não me enganei, se não foi impressão minha me pareceu mais provável que* acontecesse uma reconciliação do que o contrário.

*Acho que* a chave de todo o mistério está na questão do telefonema – *acho não, é certeza.*

O meu problema é *não saber* o que ocorreu *exatamente* naquela ocasião. *Se eu pudesse vir a saber* – fosse uma coisa ou outra – *creio que* me tranquilizaria.

*Poderia* tirar uma conclusão definitiva e *poderia talvez* mudar alguma coisa em minha vida.

## Comentário

---

- A seqüência “*Há alguma coisa de estranho*” cumula um apreciador epistêmico

*É estranho (isso)*

e uma determinação

*alguma coisa de estranho*

fazendo assim refluir o enunciado nuclear (anaforizado por “*isso*”) na apreciação epistêmica, e fazendo esta mesma refluir na determinação.

- As enunciações em “*pode ser*”, “*acho que*” têm um efeito de sentido da mesma ordem, sinalizando a não-adesão do sujeito ao sentido expresso no enunciado nuclear.
- A seqüência “*(isso) está ficando cada vez mais claro para mim*” envolve um padrão de apreciação epistêmica

(isso) está claro para mim

sobredeterminado por sucessivos processos de determinação

(isso) *está ficando* claro para mim

(isso) está ficando *mais* claro para mim

(isso) está ficando *cada vez* mais claro para mim

saturando, assim, a enunciação, pela cumulação dos incisos.

- Em **b.** surgem várias seqüências marcadas por apreciações epistêmicas que marcam de modo singular o problema da adequação no plano da verdade

verdadeiramente (X)

é verdade que (X)

realmente (X)

não tenho mais nenhuma dúvida (X)

todas elas envolvendo uma direção de sentido **afirmativa** da coincidência, implicando uma atitude de afirmar o encontro da coincidência. Mas, simultaneamente, são atravessadas por apreciações epistêmicas segundas, incidentes sobre elas, que bloqueiam essa direção de sentido afirmativa, pondo em ação a indecidibilidade

não sei se verdadeiramente (X)

parece que realmente (X)

e estancando assim, a enunciação, na vacilação entre um pólo e outro.

Note-se, por outro lado, o movimento discursivo que evidencia o deslizamento

Parece que realmente (X)

Atualmente não tenho mais nenhuma dúvida sobre (isso = X)

Acho que (X) – acho não, é certeza

entre os planos (incerteza/certeza) como **se construindo** (e se desconstruindo) discursivamente.

Note-se também a determinação que produz a indeterminabilidade em

“entre agressivo e falsamente alegre”

“o que exatamente aconteceu”

Por outro lado, há várias seqüências, que tematizam um vazio de certeza.

A impossibilidade de saber (X)

Meu problema é não saber (X)

Se eu pudesse vir a saber (X)

- Há uma seqüência bastante complexa, cujo enunciado nuclear é

acontecesse uma reconciliação do que o contrário

que já de antemão inscreve a referência enunciada na ordem do não-real (tivesse acontecido uma reconciliação — a qual não ocorreu).

Sobre esse enunciado nuclear — que já é, por si mesmo, da ordem da não-coincidência — incide o comentário epistêmico

(era) provável que (X)

sobredeterminado pelo

*mais provável*

sobre o qual incide uma segunda apreciação epistêmica

me pareceu que

Compare-se o alto grau de digressão e de rarefação do sentido da seqüência:

Pareceu-me que era mais provável que tivesse havido reconciliação

Além disso, tal seqüência é ainda comandada por duas apreciações formuladas sob o paradigma da hipótese (provisoriedade, dúvida), que estão em relação parafrásica entre si, provocando a saturação pela repetição

Se não me enganei, se não foi impressão minha

### 3. (EC)

*Acho que* o melhor que eu tenho a fazer no presente momento é tentar controlar impulsos explosivos, embora sem deixar de apontar os erros.

*Acho também que assim se poderá esclarecer melhor* para mim o que é que eu quero: ou continuar nesse status quo, ou acabar com ele.

#### Comentário

---

- Resgatando aqui o processo cumulativo das enunciações incidentes:

		esclarecer	para mim	<b>o que é que eu quero</b>
		esclarecer <i>melhor</i>	para mim	
	assim se poderá	esclarecer <i>melhor</i>	para mim	
( <i>acho também que</i> )	assim se poderá	esclarecer <i>melhor</i>	para mim	
<b>M<sub>1</sub></b>	<b>M<sub>2</sub></b>		<b>M<sub>3</sub></b>	

Note-se que no enunciado nuclear, o lugar do complemento do verbo — eu quero — se realiza, na materialidade lingüística, por um processo recorrente de determinações — **o que é que** — que ocupam aí justamente o lugar do objeto que não se preenche.

### 4. (OC)

- a. *Pode ser fantasia minha. Pode ser que* A. tenha ligado para saber se B. tinha vindo. *Mas eu tenho a impressão que* ela perguntou primeiro por C.



...

- b. *Mas eu não consigo afastar essa impressão* de uma atitude *estranha*, de quem esperaria uma notícia desagradável, algo *meio assim, de tipo maldoso*.

*Talvez* seja eu que “passe” isso, que tem *alguma coisa de errado*.

### Comentário

---

- A seqüência “*Mas eu não consigo afastar essa impressão*” tem um estatuto complexo, pois se desdobra em dois movimentos enunciativos:

*tenho a impressão de (X)*

e

*não consigo ter a impressão de (X)*

(deixar de ter)

A direção de sentido de “*tenho a impressão de*”, embora atravessada pela não-coincidência que destitui **X** de seu valor de nominação, marca uma tentativa de se aproximar da adequação, um passo em direção à obtenção da nominação por saturação. No entanto, o comentário “*não consigo afastar*” que incide sobre “*ter a impressão de*”, põe em causa a legitimidade da impressão, na sua dimensão mesma de processo tentativo.

- Quanto às enunciações de determinação

*alguma coisa de errado*

*algo meio assim, de tipo maldoso*

vê-se que, na segunda, uma enunciação “*simples*” que nomeia, como

*atitude maldoso*

reflui e cede espaço à determinação digressiva, que faz vacilar na indeterminação do sentido

*algo* (= atitude) meio assim, de tipo maldoso

em que a seqüência de determinações parece ocupar o lugar de uma escansão, de uma fenda que se abre (lugar do silêncio?) impedindo a aderência à nomação.

### 5.3 A ENUNCIÇÃO VACILANTE COMO UM FENÔMENO DA ORDEM DA HETEROGENEIDADE

#### 5.3.1 Enunciação Vacilante e Heterogeneidade Constitutiva

No capítulo I, aponte o vínculo entre o fenômeno da enunciação vacilante, tipificante do discurso de si, e a teoria da heterogeneidade que os trabalhos de Jacqueline Authier propõem. Ainda no capítulo I, observei que, do ponto de vista das colocações teóricas de Authier, a heterogeneidade constitutiva, em si irrepresentável para o sujeito enunciante, só se manifesta, no fio da discursividade, sob as formas localizadas da heterogeneidade que são, enquanto tal, percebidas pelo sujeito enunciante que, na **mise-en-scène** do discurso, as mostra ou as representa<sup>6</sup>.

Na análise dos fenômenos da heterogeneidade representada, Jacqueline Authier aponta que se trata, nesse caso, de regiões localizadas do discurso em que, sobre um fragmento do dizer, incide um comentário meta-enunciativo que sinaliza sua não-coincidência. Nestes pontos do discurso aparece a não-coincidência do sujeito com as suas próprias palavras (as palavras que profere), porque tais palavras provêm de outros discursos, ou a não-coincidência das palavras em relação às coisas (não adequação das palavras ao referente, que faz bascular a nomação), ou a não-coincidência das palavras consigo mesmas (porque suportam diferentes sentidos, ou porque se mostram intercambiáveis sob um suposto mesmo sentido), ou ainda a não-coincidência interlocutiva (não-

<sup>6</sup> Authier admite, no entanto, que os fenômenos da ordem da heterogeneidade se manifestam numa grade que vai desde os extremos das formas representadas, até a relativa não pontuação das formas mostradas, podendo chegar aos extremos das formas de heterogêneo que não chegam a ser percebidas como tal (discussões particulares com a autora).

coincidência de palavras e/ou de sentidos entre co-enunciadores). Tais pontos de não-coincidência são marcados pelo próprio sujeito do discurso, num processo enunciativo que, diz Authier, ao localizar e circunscrever a não-coincidência, preservam a coincidência num outro campo: no restante do discurso com o qual o sujeito se vê em total aderência (as palavras, estas sim, que são suas) ou na aderência do sujeito ao(s) outro(s) sentido(s), aquém daqueles que a não-coincidência das palavras às coisas apontaria. Assim, como diz Authier, o sujeito circunscreve a emergência da não-coincidência, para, imaginariamente, melhor afirmar o Um. Nesse sentido, os fenômenos da heterogeneidade representada são, ao mesmo tempo, sintoma e denegação da heterogeneidade constitutiva.

Já a heterogeneidade constitutiva, diz Authier, é da ordem do real da linguagem e, enquanto tal, afeta-a na sua totalidade. No entanto, a heterogeneidade constitutiva, essa “(...) *heterogeneidade radical, em exterioridade interna ao sujeito e ao discurso (é) como tal não localizável e não representável num discurso que é por ela constituído (...)*”, tal exterioridade radical é “*aquela do Outro do discurso onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente (...)*”<sup>7</sup>

No entanto, se a heterogeneidade constitutiva é, como tal, irrepresentável para o sujeito e no discurso, isso não significa, a meu ver, como já apontado no capítulo I, que somente os fenômenos de linguagem da heterogeneidade representada sejam marcas da heterogeneidade constitutiva. Muitos outros fenômenos discursivos e enunciativos podem ser considerados como emergindo da heterogeneidade constitutiva enquanto, justamente, ela escapa ao enunciador.<sup>8</sup>

É nesse sentido que proponho que os fenômenos da enunciação vacilante, que se mostram tão vigorosamente presentes no discurso de si, sejam vistos como emergência da heterogeneidade constitutiva no fio do discurso. Pois, se imaginariamente a heterogeneidade constitutiva deve ser “*apagada*” para que o

<sup>7</sup> Authier, J. (1984:106).

<sup>8</sup> Authier, J. (1992:136 – Parte IV) aponta mesmo os procedimentos em AD que trabalham ao nível do “*domínio da memória*”, proposto inicialmente por Courtine, como um modo outro de se dar conta da presença da heterogeneidade constitutiva, que não as formas da heterogeneidade representada.

sujeito de discurso se constitua, no real da linguagem ela persiste, e determina o seu funcionamento. Assim, as enunciações vacilantes constituiriam funcionamento da ordem da heterogeneidade constitutiva que, como um ruído ou um resíduo, irrompem ao longo do processo homogeneizante que o discurso se empenha em corporificar:

*“O dizer exorbita, não subjaz a um centro, a uma intencionalidade, a uma forma”.*<sup>9</sup>

Mas, ao contrário dos fenômenos da heterogeneidade representada, as enunciações vacilantes não constituem marcas (no sentido de marcas lingüísticas da heterogeneidade constitutiva), pois uma marca lingüística é um segmento discreto, localizável. Ora, o que caracteriza a irrupção da heterogeneidade constitutiva nas enunciações vacilantes é o fato de que a não-coincidência permeia aqui a enunciação como um todo, não é passível de se circunscrever a um segmento determinado.

Em suma, nas enunciações vacilantes, a heterogeneidade constitutiva está presente não num **espaço** do discurso, mas num **movimento**. Portanto, numa duração, num fragmento de tempo, em que, se pode dizer, a heterogeneidade constitutiva pulsa<sup>10</sup>. Há uma pulsação da heterogeneidade constitutiva no fio do discurso, há momentos, ao longo do discurso, em que algo se salienta por que há um esgarçamento; como uma espécie de sopro<sup>11</sup>, como uma bolha que emerge ali onde há um vácuo.

Esses momentos de pulsação da heterogeneidade constitutiva são muito breves, um átimo. Um fragmento mínimo de tempo em que algo, no discurso, fica em suspenso, para, logo em seguida, se reintegrar ao fio do discurso. Esse momento fugaz é o instante mesmo em que um segmento do dizer vem encontrar

<sup>9</sup> Verdiglione, A. (1979:12).

<sup>10</sup> “O silêncio é assim a ‘respiração’ (o fôlego) da significação (...)”. Orlandi, E. (1992:13).

<sup>11</sup> “O que é ôntico, na função do inconsciente, é a fenda por onde esse algo, cuja aventura (...) é por um instante trazida à luz – por um instante, pois o segundo tempo, que é o do fechamento, dá a essa apreensão um caráter evanescente”. Juranville, A. (1984:35).

um outro segmento do dizer da cadeia discursiva, e este encontro provoca, por assim dizer, uma abertura, um vago, que produz como efeito um esvanecimento do sentido e, conseqüentemente, produz um “*fading*”<sup>12</sup> do sujeito. Desse modo, não é no “*comentário*” de apreciação “*epistêmica*”, ou na determinação que indetermina, ou na designação malograda da figuração que estaria (ou que se mostraria) a heterogeneidade constitutiva, mas na escansão, no batimento que se produz quando essa enunciação incidente **encontra** o enunciado nuclear.

O enunciado nuclear e a enunciação incidente que o faz bascular, vacilar em seu poder de nomeação, de designação, atiram assim o dizer, como um todo, na não-coincidência, na medida em que o dizer aparece como não-coincidindo com os seus próprios sentidos que, no entanto, ele, dizer, de qualquer forma, produz.

### 5.3.2 Enunciação Vacilante nas Formas da Heterogeneidade Palavra/Coisa

Jacqueline Authier, a propósito da categoria da heterogeneidade constitutiva, comenta que

*“(...) pour capital qu’il soit, ce n’est pas au seul inter-discours qu’est renvoyé l’autre que affecte le discours, mais aussi (...) à l’équivoque propre à la langue et à l’inconscient qui y joue”*<sup>13</sup>

no sentido de mostrar que o interdiscurso, que atua ao nível da não-coincidência do discurso consigo mesmo, não é suficiente para dar conta das outras manifestações de não-coincidência. No que respeita à não-coincidência palavras/coisas, e à não-coincidência das próprias palavras, Authier remonta essas não-coincidências constitutivas, aqui, respectivamente, a:

<sup>12</sup> Dor, J. (1985:107).

<sup>13</sup> Authier, J. (1992:136 – Parte IV).

*“a não-coincidência da **ordem simbólica** do sistema da língua e das **coisas**, distância irreduzível que faz — diz Lacan — com que o referente esteja ‘sempre vadiando’\*, e que inscreve a adequação, que faz das palavras ‘os nomes das coisas’, no lado do fantasma”*<sup>14</sup>

e

*“a não-coincidência consubstancial ao jogo daquilo que Lacan e Milner chamam **alíngua** (em uma palavra) na **língua**, e que torna o sistema lingüístico das unidades discretas fundamentalmente voltado ao equívoco de uma homonímia generalizada (cf. Milner, 1978), aquela que Saussure, com espanto, encontrou em seus anagramas”*.<sup>15</sup>

No que diz respeito à não-coincidência básica palavra/coisa, diz Authier, a operação de nomeação é o momento nevrálgico em que:

*“La ‘grille’ de la langue — tout à la fois extérieure au sujet et indépendante des choses — s’impose au coeur de l’acte énonciatif de nomination, comme ce qui inscrit un écart au coeur même de ce qu’elle rend possible, condition de saisie du réel qui y fait en même temps obstacle”*.<sup>16</sup>

Assim, conclui Authier, o enunciador:

*“(…) est-il nécessairement aux prises de façon permanente — ce qui évidemment ne veut pas dire de façon consciente — avec le*

---

\* “*toujours loupé*”.

<sup>14</sup> Authier, J. (1990:176).

<sup>15</sup> Authier, J. (1990:176).

<sup>16</sup> Authier, J. (1992:485).

*non-un que constitutivement marque chacune de ses nominations".<sup>17</sup>*

Pois a não-coincidência inerente à nominação produz tensão entre a pretendida adequação em que palavra e coisa fariam um e o real do heterogêneo das duas ordens assim postas em contato. Tal tensão, diz Authier, se inscreve de modo privilegiado em alguns eixos:

*"(...) ceux où s'opposent, respectivement comme attributs de la langue et du réel, le **fini** d'un système d'unités différentielles, nécessairement dénombrables et l'**ininventoriable**, l'illimité, le non épuisable du réel; la valeur **générale**, abstraite, conceptuelle, classificatrice des signes de la langue et la **singularité** absolue de l'objet concret, de l'événement, de l'expérience, de l'éprouvée (...); le caractère **discret**, discontinu, de la distinctivité linguistique et le caractère **continu**, 'amorphe' en lui-même, du réel".<sup>18</sup>*

É dessa maneira, diz Authier, que toda nominação comporta um trabalho **sobre** a não-coincidência que, se às vezes pode aparecer, para o sujeito enunciante, como bem sucedido, outras vezes se mostra como malogrado. É nesse momento que intervêm, segundo Authier, as glosas da modalidade autonímica que pontuam o fracasso da não-coincidência encontrada, localizando ali a distância *mot/chose* e, **ipso facto**, salvando o restante do discurso dessa infestação:

---

<sup>17</sup> Authier, J. (1992:485).

<sup>18</sup> Authier, J. (1992:487).

*“Ici, au leurre du UN de l’identification des mots et des choses que spontanément entretient le sujet (...)”*<sup>19</sup>

se opõem as glosas meta-enunciativas, em que o locutor propõe uma representação localizada na não-coincidência, mas que releva, entretanto, do mesmo fantasma da idéia de uma língua-repertório de nomes para um real já estruturado:

*“(...) nomenclature adéquate au réel, susceptible cependant de présenter — aucun outil n’étant jamais parfait — des lacunes, des imperfections ou, aussi, de n’être pas employée au mieux pas um utilisateur parfois malhabillé”*.<sup>20</sup>

Nesses momentos de encontro da não-coincidência palavra/coisa, a dimensão do não-UM, diz Authier, se interpõe diretamente para o sujeito,

*“(...) entre ses mots à lui e ce qu’ils nomment, dans son processus de nomination”*.

E acrescenta:

*“Ce que l’énonciateur rencontre (...) c’est la résistance d’un autre radical (...): le réel de la langue, de son ordre propre, de la matérialité de sa forme interposée entre lui et le monde, et plus cruciallement encore, interposée ‘en’ lui, comme condition même de son existence comme sujet (...)”*<sup>21</sup>

Pois, segundo Authier, a não-coincidência palavra/coisa não afeta somente o sujeito no que diz respeito a sua relação com o “*monde*”, ao que lhe é

---

<sup>19</sup> Authier, J. (1992:483).

<sup>20</sup> Authier, J. (1992:485).

<sup>21</sup> Authier, J. (1992:471-472).



“*exterior*”, mas naquilo que diz respeito a si mesmo, já que entre “*seus*” sentidos e “*suas*” palavras, o dizer não consegue inscrever o UM, afetando assim o sujeito, no interior mesmo do processo enunciativo, da não-coincidência consigo mesmo:

*“Ce que rencontre le sujet ce sont **les mots comme manque**: instance autonome, indépendante du sujet e non isomorphe au ‘monde’, la langue, comme ordre symbolique, **donne** accès au monde, en le structurant, mais sur le mode de la perte, de la ‘violence’ faite aux choses, et de l’incomplétude, et **constitue** le sujet, mais sur le mode du **manque**, dans un écart à lui-même”.*<sup>22</sup>

É em função desse quadro, diz Authier, que a predicação — implicada em toda nominação — tão freqüentemente se manifesta não como uma alternativa binária, que opõe o ser/não ser **X** numa linha de fronteira, mas percorre toda uma gradação, pontuada por modulações, ao longo de uma zona intermediária onde se inscrevem os “*não verdadeiramente*”, “*não exatamente*”, “*mais ou menos*”, “*quase*”, “*no limite*”, bem como os intensificadores que modulam as zonas de pertinência/não pertinência “*verdadeiramente*”, “*radicalmente*”, “*absolutamente*” etc.<sup>23</sup>

Ora, é justamente de um funcionamento dessa ordem que se trata nas modalizações do dizer (segmentos **M**) na enunciação vacilante que funcionam de modo análogo às glosas meta-enunciativas das formas de heterogeneidade representada de que trata Authier. Diz Authier:

*“(…) les gloses de non-coïncidende mots/choses s’inscrivent-elles dans cet espace entre l’ordre de mots éprouvé comme Autre, et comme manque, et le manque d’un autre mot qui*

<sup>22</sup> Authier, J. (1992:526).

<sup>23</sup> Authier, J. (1992:494).

*assureraient la coïncidence, travaillent à recouvrir l'écart réel que l'un ouvre dans le sujet, par l'image, indispensable dans son leurre, de la maîtrise du sujet utilisateur sur une langue-instrument vouée à l'adéquation".<sup>24</sup>*

Mas, ao contrário do efeito que se produz nas glosas meta-enunciativas, as modalizações do dizer, na enunciação vacilante, justamente porque aqui a não-coincidência afeta a enunciação como um todo, não conseguem circunscrever num espaço localizado a não-coincidência encontrada. Nesse sentido, em lugar de um julgamento — meta-enunciativo — sobre a não-coincidência encontrada, que, imaginariamente, resgata, para o sujeito enunciante, seu lugar de mestria, no que chamo de enunciação vacilante a não-coincidência, contaminando a enunciação como um todo, faz nela soçobrar a própria voz enunciante que, aqui, emerge na dicção do balbucio.<sup>25</sup>

Na forma de enunciação vacilante representada pela modalização da apreciação epistêmica, o que se mostra é a distância (*écart*) entre o que se diz no enunciado nuclear e o que se poderia dizer/vir a dizer, o que escancara, portanto, o fato de que a nomenclatura não é absoluta, plena: tão logo se realiza pode ser revogada (não importa se a apreciação epistêmica confirme o dito do enunciado nuclear — o que se mostra, em todo caso, é que o dito é, pela sua natureza, passível de ser suspenso no dizer). Penso que se pode considerar que, nesse movimento, é algo da ordem da não-coincidência básica palavra/coisa que emerge. Ao mesmo tempo, imaginariamente, a apreciação epistêmica não deixa de aparecer, para o sujeito, como momento de um retorno reflexivo sobre as próprias palavras e produz, para o sujeito, a ilusão de ocupar um lugar de domínio da relação de adequação *mot-chose*, a ilusão de que tem o controle sobre essa adequação. Nesse sentido, o sujeito enunciante aparece aí, para si mesmo, no grau máximo de seu poder de sutura.

<sup>24</sup> Authier, J. (1992:527).

<sup>25</sup> "O balbucio (...) não é a fase que precede a linguagem (...) mas o acidente que da linguagem tira a escrita". Verdiglione, A. (1979:15-16).

O que quero dizer é que, se a modalização de apreciação epistêmica corporifica, imaginariamente para o sujeito, seu lugar de instância com poder de controle sobre a adequação *mot/chose*, o que se mostra aí, do ponto de vista do real desse heterogêneo que é o ato de enunciação, é que essa adequação não está de antemão garantida, que o sujeito pode falhar e, se a falha é possível, é porque o sujeito **pode** não coincidir com seus próprios sentidos, tal como se realizam nas palavras que profere. Nesse sentido, a apreciação epistêmica é um “*mais-sentido*” (o da apreciação da adequação) que conduz a uma saturação da enunciação visando à nominação plena, mas, inversamente, o que se escancara, assim, é o intervalo, a instância do silêncio, a intermitência da vacilação que projetam como sempre-lá a possibilidade de revogação. E, ali mesmo onde parece haver uma hipertrofia do eu da enunciação, sujeito e senhor de seu dizer, o que se mostra é esse eu emergindo, cada vez mais, como uma “*pura voz*” incessante.

Quanto à forma da referência figurada, essa segunda manifestação da enunciação vacilante, trata-se de um dizer que **já** se realiza como inadequado. **X**, o enunciado nuclear, é o que a **coisa** não é, o sentido de **X** não é **exatamente** o sentido da coisa. Isso é o que o próprio enunciador deixa entrever através da enunciação incidente “*como se*”. Mas, permitindo-se a enunciação de uma figuração do sentido, o sujeito se vê como na busca de “*flagrar*” o sentido, capturá-lo, embora, concretamente, o que ele faz, é dizer o que **não é bem**, o que **é não exatamente**. Ora, por que dizer o que “*não é bem*”? O que está em jogo, aqui, é a impossibilidade de dizer o que **é**. Mas, para o sujeito, essa impossibilidade aparece como provisória, e os próprios sentidos “*figurados*” parecem poder conduzir, através de um processo associativo, à circunscrição da “*coisa*”. Nesse sentido, também, a enunciação da referência figurada é uma saturação, só que, aqui, diferentemente do que ocorre com a apreciação epistêmica, uma saturação em relação ao “*ainda-não-dito*”.

Já as formas de saturação pela determinação (de um nome, de um sintagma) — porque se trata, aqui também, de uma saturação, a função da determinação — “*uma espécie de X*”, por exemplo — no que respeita à não-coincidência *mot/chose*, é mostrar que **X**, por si só, não garante a adequação; assim, a determinação incide sobre **X** para melhor circunscrever o sentido, para obter a adequação. No entanto, as formas de determinação produzem um efeito inverso, isto é, ao invés de precisar, “*esfumam*” o sentido de **X**, projetando para um “*além*” discursivo, para um “*depois*”, o encontro desse sentido preciso. Nesse sentido, há saturação em relação a um **vir-a-ser** do sentido.

Não se trata, aqui, nestas três formas da enunciação vacilante de um valor de comentário que, sinalizando a não-coincidência dos sentidos, inscritos no dizer, com a referência intentada (a que se tentou dizer, significar), automaticamente situaria o sujeito como coincidindo aí (é o que ocorre nas formas representadas da não-coincidência *mot/chose*). Portanto, as enunciações incidentes não têm o estatuto de comentário meta-enunciativo, que caracteriza as de heterogeneidade representada. Ao contrário, na enunciação vacilante o sujeito está inteiro “*imerso*” no processo enunciativo, ele não se representa como o “*transpondo*” para avaliá-lo de um outro lugar. Aqui, a imagem que tem o enunciador é que a apreciação epistêmica, a figuração e a determinação significam **avanços** em direção à coincidência, significam uma **aproximação** em relação a um dizer pleno que não cessa de ser perseguido.

É nesse sentido que considero que as formas da enunciação vacilante são fenômenos da ordem da heterogeneidade constitutiva e que constituem sintomas dessa não-coincidência constitutiva que afeta a atividade enunciativa. Trata-se, no entanto, de um sintoma que não assoma à consciência do sujeito enunciante (de onde seria denegado) e isso se deve, talvez, porque o efeito das formas enunciativas incidentes não é passível de permitir a circunscrição da não-coincidência a uma palavra, um sintagma (como nas formas da heterogeneidade representada de que fala Jacqueline Authier). Ao contrário, seu efeito é fazer

bascular **a enunciação como um todo** na não-coincidência, mas esse real, dada à impossibilidade de sua representação pelo sujeito enunciante produz, pelo avesso, no quadro das construções imaginárias que sustentam a enunciação, um reforço da ilusão de mestria, mesmo que às custas do próprio esfacelamento do dizer.

#### 5.4 A ENUNCIÇÃO VACILANTE EM MEIO ÀS FORMAS DE SILÊNCIO

O problema que se coloca, no que diz respeito à própria definição da categoria de enunciação vacilante, é o da natureza da relação entre o segmento que corresponde ao enunciado nuclear e aquele que corresponde à modalização. Meu argumento central é que tais segmentos não correspondem a dois planos enunciativos distintos, mas a um único — o da enunciação vacilante.

Denominei, no capítulo I, **R** ao segmento que expressaria uma certa auto-representação do sujeito enunciante relativamente a um determinado estado subjetivo que experimenta/experimentou — e que se nomearia no “*enunciado nuclear*” — e **M** ao segmento modalizador que o atravessa. Nesse sentido, minha proposição é a de que **M** não corresponde a um plano enunciativo segundo, onde um comentário se produz a respeito de um plano enunciativo primeiro — **R** — onde algo se declara enquanto um dito. Se assim fosse, o poder de nomeação de **R** se manteria, independentemente do comentário de **M**. Não é o que ocorre na EV, onde **M** atua no sentido de fazer tombar na dispersão o poder de nomeação que **R**, **per se**, teria.

Ora, se **M** não é um fenômeno remissível ao plano do comentário (meta-discursivo ou meta-enunciativo), como definir ser estatuto? Recorrerei, nesta seção, a algumas reflexões em torno da noção de silêncio. Creio que podem funcionar como um aporte teórico na tentativa de determinar o que caracteriza, na EV, a estrutura interna do contraponto **R/M**.

### 5.4.1 Enunciação Vacilante e Silêncio Fundador

Orlandi assim define a noção de silêncio fundador:

*“Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante”.*<sup>26</sup>

Se há um silêncio fundante que atravessa as palavras, a indicar que o sentido pode ser outro, pode-se dizer que é esse movimento que se manifesta na enunciação vacilante. Confrontado com a estabilização dos sentidos que **R** realiza, o sujeito recua, recusando tal estabilização. Tal gesto ganha forma na enunciação de **M**, que busca afastar aquela *“simplification meurtrière”* de que falava Pêcheux, relativamente à estabilização dos sentidos. Mas isso só é possível porque a palavra, na medida em que atravessada de silêncio, segundo Orlandi, ao mesmo tempo em que estabiliza o sentido enquanto UM, alude ao não-UM do sentido. Assim, na enunciação vacilante, o contraponto **R/M** produz um esvanecimento do sentido, que se esvai, se esparrama, apontando que a dimensão do sentido não inscrito, não simbolizado, não se deixa separar daquele que se inscreve nas formas significantes.

Diz Orlandi:

*“(…) há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. Esta dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do ‘um’ (da unidade do sentido fixo), o lugar do non-sense, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz,*

<sup>26</sup> Orlandi, E. (1992:14).

*do não apreensível) não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo de seu funcionamento".<sup>27</sup>*

E, em consequência disso,

*"Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica à mão quando aprofundamos a compreensão do modo de significar do silêncio".<sup>28</sup>*

Sem dúvida, é a visibilidade que **R** produz que é recusada no movimento que, na enunciação vacilante, instaura o contraponto **R/M**. **M** atua imergindo os sentidos de **R** na incerteza, na imprecisão, garantindo, para o sujeito do discurso de si, a indeterminação dos lugares de identificação<sup>29</sup>. À fixidez da auto-representação presente em **R**, estabilização perturbadora porque feição definitiva — máscara mortuária? — o sujeito reage, resgatando sua dispersão.

Assim, o movimento enunciativo que produz a enunciação vacilante pode ser visto como ligado ao que Orlandi chama de acossamento do silêncio fundador:

*"(...) aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito que dá espaço de recuo significante".<sup>30</sup>*

O segmento **M** pode assim ser considerado como o que corporifica, no nível da materialidade significante, a existência de outras dimensões do sentido, além daquela que se pontua em **R**. Nesse sentido, **R** corresponderia a um tempo do dizer e da representação em que a linguagem se realiza como afrontamento e afastamento do silêncio:

---

<sup>27</sup> Orlandi, E. (1992:12).

<sup>28</sup> Orlandi, E. (1992:13).

<sup>29</sup> Conforme discutido no capítulo I, p. 15.

<sup>30</sup> Orlandi, E. (1992:23-24).

*“O ato de falar é o de separar, distinguir e paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Este gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos”.<sup>31</sup>*

No entanto, como as palavras são atravessadas de silêncio (isto é, de mais, menos, outros sentidos, da errância do sentido), esse ato de busca da estabilização malogra, já que

*“(…) uma vez recortado, o sentido permanece sempre a ser ainda dito. Se o silêncio não tivesse um sentido em si mesmo, uma vez categorizado, este sentido seria definitivo. A língua se extenuaria na usura das palavras, seria pura convenção”.<sup>32</sup>*

Do ponto de vista do que ocorre na enunciação vacilante, tais considerações permitem vislumbrar uma diferença de estatuto entre **R** e **M**, no que diz respeito ao movimento do silêncio fundador que subjaz à circunscrição do sentido que o dizer realiza. **R**, estabilizando o sentido, instauraria a denotação — o UM. **M** desestabiliza o sentido circunscrito em **R**, afastando a denotação pelo efeito de distância (*écart*) que produz entre nominação e denotação; **M** bloqueia o efeito de sinonímia que **R**, **per se**, teria. Assim fazendo, faz bascular **R** no campo da homonímia.

#### 5.4.2 Enunciação Vacilante e Suspensão da Linguagem

Num estudo sobre a reticências<sup>33</sup>, Maingueneau observa alguns funcionamentos ligados a essa figura de notação textual que podem ser aproximados do que ocorre no campo da enunciação vacilante.

<sup>31</sup> Orlandi, E. (1992:29).

<sup>32</sup> Orlandi, E. (1992:74).

<sup>33</sup> Maingueneau, D. (1986).



Aponta, num primeiro momento, a diferença radical que há entre a presença de reticências num enunciado sintaticamente não pleno e sua presença num sintaticamente pleno. Neste último caso, diz:

*“Ici les points de suspension, loin de normaliser une transgression visible, la créent là où le lecteur ne la soupçonnait pas. Ils révèlent à ce dernier que son interprétation doit passer outre la complétude apparente”.*<sup>34</sup>

A reticências inscreve assim, diz Maingueneau, um excedente de sentido sobre o enunciado e anuncia que:

*“(...) il faut construire un au-delà interprétatif”.*<sup>35</sup>

Assim também, na enunciação vacilante, as modalizações do dizer apontam para outra dimensão do sentido, para além daquela que se delineia em **R. Aquele que diz**

Me sinto *meio* perdido

sinaliza, mediante a modalização **meio**, que o sentido de **perdido** deve ser buscado além de seus limites próprios, que sua enunciação de **perdido** deve ser interpretada além dos limites do próprio dizer. Dissolvendo a unicidade de sentido de **perdido**, convocando a virtualidade de inúmeros sentidos, inscreve, assim, a enunciação de **perdido** na dimensão da homonímia.

Aquele que diz

Não sei se estou deprimido

não ocupa, está claro, o lugar enunciativo de quem declara, a respeito de um determinado estado de coisa (eu estar deprimido), desconhecer se é verdadeiro ou

<sup>34</sup> Maingueneau, D. (1986:78).

<sup>35</sup> Maingueneau, D. (1986:79).

falso. Modalizações como “*não sei*”, “*acho que*”, têm, na enunciação vacilante, um estatuto particular (a enunciação vacilante é um funcionamento discursivo, não um fato de língua). O caráter derrisório da descrição semântica acima esboçada decorre do fato de que o efeito da modalização “*não sei*”, nesse funcionamento, não é denotar um estado proposicional (não saber) a respeito de um estado de coisas (eu estar deprimido), mas antes algo que pode ser descrito como se segue:

- experimento um estado **X**
- ocorre-me dizer que **X** pode ser nomeado como “*estar deprimido*”
- ocorre-me também que tal dizer parece não coincidir satisfatoriamente com **X** (talvez **X** não seja só isso, ou exatamente isso)

Aquele que diz

É como se eu estivesse sem rumo

faz algo diferente do que se dissesse:

- a.** Estou sem rumo.
- b.** Me sinto sem rumo.

**a.** e **b.** realizam a denotação, confirmando a sinonímia linguagem/mundo. Na formulação da enunciação vacilante o que se mostra é a impossibilidade dessa sinonímia; tal enunciação pode ser descrita como:

É (X, o modo como me sinto) como (análogo ao que sentiria) se estivesse sem rumo.

em que a denotação se desmancha, estritamente falando, em processo conotativo, convocando, dessa maneira, a interpretação a se realizar, decididamente, num além do espaço da denotação-literalidade.

Isso significa considerar que na enunciação vacilante uma dupla dimensão se manifesta. De um lado, ela manifesta a presença da heterogeneidade

constitutiva, cuja emergência escancara a precariedade das ilusões imaginárias de completude. De outro, e enquanto epifenômeno do afloramento da não-coincidência, ela corresponde à tentativa de resgate de uma completude que, se não se realiza, aparece como um horizonte que não cessa de ser perseguido.

Assim também Maingueneau aponta, no fenômeno da reticências, que a abertura do sentido que tal marca promove corresponde a uma tentativa de escape dos limites que circunscreveriam a posição enunciativa:

*“Instauration de béances multiples, les points de suspension sont aussi ce qui permet de renvoyer à la présence d’un sujet envahissant. Le texte haché se retourne donc en énonciation ostentatoire, où le sujet, sur les ruines qu’il parcourt, s’exibe dans sa geste intonative”.*<sup>36</sup>

Algo da mesma ordem se passa na enunciação vacilante. Se esta constitui o afloramento da não-coincidência, o mal-estar que tal encontro poderia produzir, para o sujeito enunciante, se reinveste numa jubilação do dizer, numa espécie de narcisismo da palavra que lhe permite resgatar a incompletude experimentada em **R** em termos da aposta, em **M**, num ir além da própria linguagem, o que vale dizer ir além da própria linguagem **nela mesma**.

Maingueneau observa:

*“Les points de suspension (...): d’un côté, ils pulvérisent les formes de continuité syntaxique et textuelle (...) d’un autre côté assurent la continuité, la transition entre les fragments qu’ils ont eux-mêmes découpés pour en faire les éléments d’un même mouvement énonciative”.*<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Maingueneau, D. (1986:80).

<sup>37</sup> Maingueneau, D. (1986:80).

De modo análogo, na enunciação vacilante, pode-se dizer que as modalizações funcionam como o rejunte semântico dos enunciados nucleares que elas mesmas, pela sua incidência, marcaram como fragmentados pela incompletude. Assim, num movimento paradoxal, a enunciação vacilante sutura um dizer que ela própria realiza como não-todo.

### 5.4.3 Enunciação Vacilante e Desproporção Enunciativa

As reflexões de Prandi<sup>38</sup> sobre as figuras textuais do silêncio trazem também um aporte às tentativas de determinação do estatuto da enunciação vacilante. Segundo Prandi:

*“Nous pouvons parler de figures du silence dans les cas où un fragment de silence prend forme en tant que fait de langage”.*<sup>39</sup>

Debruçando-se também sobre o caso da reticência, Prandi vai mais além que Maingueneau, ao identificar o que denomina de sinais intratextuais de silêncio. Para Prandi, reticência constitui um fato semântico de silêncio — de não-dizer — para além das formas sintático-gráficas que possam sinalizá-lo; assim, a forma intratextual de reticência é aquela

*“(…) qu’aucune marque formelle ou métacommunicative ne signale: une énonciation n’est perçue comme réticente que sur la base de considérations internes à la dynamique textuelle”.*<sup>40</sup>

Neste caso, diz Prandi:

---

<sup>38</sup> Prandi, M. (1991).

<sup>39</sup> Prandi, M. (1991: 155).

<sup>40</sup> Prandi, M. (1991:171).

*“(...) le destinataire ne limite pas sa contribution à une interprétation de la réticence; sa responsabilité va jusqu’à sa detection, sinon à sa position conjecturale”.*<sup>41</sup>

Tal reticência intratextual se manifesta, diz Prandi, por uma desproporção digna de nota na articulação de um texto:

*“(...) le texte présente, à un moment donné, un décalage entre ce qui est dit et les intentions communicatives que la progression thématique semble autoriser. Se fondant sur cet écart, le destinataire est amené à interpréter ce qui est dit comme l’ouverture d’un thème qu’il est encouragé à développer”.*<sup>42</sup>

O critério de identificação da reticência intratextual — a desproporção — aproxima, diz Prandi, por oposição, a reticência da perífrase:

*“Les deux figures sont en effet identifiées grâce à un critère semblable — une disproportion, un décalage entre un message suggéré et les moyens linguistiques investis — mais se situent aux bouts opposés de l’échelle”.*<sup>43</sup>

À reticência corresponde uma desproporção por falta, à perífrase uma desproporção por excesso. Prandi explicita, citando Fontanier, que a perífrase

*“(...) consiste à exprimer d’une manière détournée, étendue, et ordinairement fasteuse, une pensée qui pourrait être rendue*

---

<sup>41</sup> Prandi, M. (1991:171).

<sup>42</sup> Prandi, M. (1991:171).

<sup>43</sup> Prandi, M. (1991:171).

*d'une manière direct et en même temps plus simple et plus courte*".<sup>44</sup>

Embora correndo o risco de estar realizando uma espécie de contorsionismo conceitual, diria que a enunciação vacilante pode ser aproximada deste fenômeno de desproporção que, na análise de Prandi, marca tanto a reticência intratextual quanto a perífrase. Sob um certo ângulo, o que se passa na enunciação vacilante envolve uma desproporção por falta: o encontro entre **R** e **M** faz emergir o dizer de **R** como precário, faltoso, convidando a salvar a aposta enunciativa pela direção temática; mas não se pode deixar de considerar aí também uma desproporção por excesso; tal como na perífrase, um **mais** dizer, um excesso significativo trazido por **M**, em contraste com a esqualidez do efeito de referência da enunciação como um todo.

## 5.5 A ENUNCIÇÃO VACILANTE NA DIMENSÃO DA PARÁFRASE E DA DESLIGAÇÃO

No capítulo I apontei, como características tipificantes do discurso de si, o contraponto **R/M**, no plano da formulação dos enunciados, o giro parafrásico, enquanto persistência do sentido na expansão vertical do discurso, e a desligação, enquanto produto de um dizer inacabado, lacunar.

Apontei, também, a existência de um vínculo particular entre esses três mecanismos, que convergem no sentido de caracterizar o funcionamento que tipifica por excelência o discurso de si como sendo o da enunciação vacilante; tal vínculo é comandado pelo processo enunciativo que constitui o contraponto **R/M** na formulação dos enunciados, o qual produz, como epifenômeno, o giro parafrásico e a desligação:

---

<sup>44</sup> Fontanier, P. (1968:367). *Les figures du discours*. Paris. Citado em Prandi, M. (1991:171).

*“É a incompletude que emerge no contraponto R/M que obriga ao redizer constante do giro parafrásico (...) é porque o contraponto R/M escancara o encontro de uma não-coincidência que não pode ser territorializada, ‘apaziguada’, que o dizer é conduzido a uma investida constante contra ela, marcando o fio do discurso pela desligação (...)”*<sup>45</sup>

### 5.5.1 A Dimensão da Paráfrase na Enunciação Vacilante

É bem verdade que os processos de expansão do discurso de si podem ser considerados como marcados por aquilo que denominei o giro parafrásico do sentido. Considerem-se, por exemplo, as seguintes seqüências, apresentadas na seção II, deste capítulo:

Escrever me acalma. *Estranho como raramente recorro a este recurso. Senti agora um impulso, um repuxo, uma compulsão de escrever como se fosse a única coisa que, agora, me tranquilizaria (1.a.)*

...

Estou em pânico. Estou com medo. *Tenho a impressão de que vou morrer. Temo isso. Me falta energia. Estou esvaziada. Chego a desejar morrer, sossegar. (1.b.)*

No entanto, neste momento, trata-se de explicitar quais os argumentos teóricos que podem sustentar a hipótese de que o fenômeno do giro parafrásico é, na verdade, um epifenômeno do contraponto **R/M**.\*

Para tanto, recorrerei às reflexões de Catherine Fuchs sobre o fenômeno da paráfrase. Fuchs começa por chamar a atenção para o caráter discursivo do fenômeno parafrásico. Segundo Fuchs, as teorias sobre a paráfrase se

<sup>45</sup> Cf. capítulo I, p.40.

\* Na tentativa de rastrear as formas típicas do DS, a análise descobriu três fenômenos. Tais fenômenos, em lugar de se somarem, constituem, numa síntese, a EV: a chave da síntese é o contraponto R/M.

caracterizam, historicamente, pela consideração sistêmica do fenômeno, desconhecendo o fato de que:

*“(...) la paraphrase ‘déborde’ (...) l’équivalence linguistique. En fait la paraphrase déborde le champ de la linguistique non seulement par le niveau du sens où peut s’établir la relation sémantique en jeu, mais aussi par la **tension** même qui, a nos yeux, la constitue en tant qu’activité langagière complexe: tension entre sa dimension discursive et sa dimension méta-linguistique, tension entre la diversité des modes de restitution du sens dans le discours et l’unité de la conduite méta-linguistique d’identification des sémantismes”.*<sup>46</sup>

É justamente do caráter de tensão da atividade parafrásica que decorre o funcionamento do giro parafrásico no discurso de si. No discurso de si, o giro parafrásico constitui um movimento vertical de tentativa de restituição do sentido que não se completa, por efeito do contraponto **R/M** na formulação discursiva. Diz Fuchs:

*“Paraphraser, c’est se livrer à une activité de reformulation, par laquelle on restitue le sens d’un discours (...) déjà produit. Cette dimension de reformulation d’un discours-source a été quelque peu occultée par toutes les études formelles (...) qui ne sont intéressées qu’à la dimension ‘paradigmatique’ de la paraphrase”.*<sup>47</sup>

É porque a formulação, no plano da enunciação vacilante, se dá sob a forma do precário, que a progressão do discurso de si convoca a dimensão parafrásica, ao nível de seu desenvolvimento.

---

<sup>46</sup> Fuchs, C. (1982:29).

<sup>47</sup> Fuchs, C. (1982:29).



No entanto, aquém mesmo da progressão do discurso de si que o inscreve, do ponto de vista de sua expansão, na dimensão do giro parafrásico, o que neste momento pretendo pontuar é a natureza parafrásica interna da enunciação vacilante. De fato, o dizer que, na enunciação vacilante, se inscreve como precário, provisório, alude, **ipso facto**, a outros dizeres parafrásicamente concorrentes — no plano vertical da dimensão paradigmática em que a paráfrase se inscreve. Assim, se de um lado o dizer não coincidente da enunciação vacilante é retomado ao longo do discurso de si, é porque esse dizer, em si mesmo, se inscreve numa dimensão parafrásica, convoca a dimensão parafrásica, por sua própria natureza. Afinal, diz Fuchs:

*“(...) en discours, la reformulation paraphrastique a pour support autre chose que l’identité de sens. On constate en effet que la reformulation peut parcourir pratiquement tout le champ sémantique, du Même (répétition littérale, apparente tautologie) au Tout Autre (contradiction frontale), en passant par tous les degrés du Pareil / Pas Pareil”.<sup>48</sup>*

É assim que, a não-coincidência e incompletude que resulta da formulação da enunciação vacilante dá ensejo a outras formulações que retomam o sentido não coincidente, sob a modalidade de uma antecipação, de uma retrospectiva ou de um deslocamento. Como diz Fuchs:

*“(...) ce qui pourrait passer, du point de vue du strict ‘sens linguistique’, pour une identité du sens, fonctionne toujours, dans la pratique discursive concrète, comme une avancée, comme un déplacement de sens. (...) Le sens du texte-source*

---

<sup>48</sup> Fuchs, C. (1982:29).

*décodé, re-construit par le sujet n'est jamais reproduit identique, mais toujours re-re-construit".<sup>49</sup>*

E conclui:

*"Dans le fonctionnement discursive concrète, toutes substitutions sont orientées, toute restitution du sens est déplacement du sens".<sup>50</sup>*

Tais considerações apontam na direção de que a dimensão parafrásica, enquanto fenômeno discursivo, vai muito além da parafraseagem como ato de discurso:

*"Il arrive que l'activité de reformulation paraphrastique laisse des traces explicites dans le discours (...) Discours-source et discours paraphrasant sont, dans de tels cas, reliés par certaines marques linguistiques (...)".<sup>51</sup>*

Nestes casos, em que o sujeito de discurso se inscreve no papel de sujeito da parafraseagem, tal sujeito emerge, **ipso facto**, no lugar de uma redução:

*"(...) paraphraser X par Y c'est **faire comme si** l'on identifiait le sémantisme de Y à celui de X, c'est dire que l'on opère cette identification.*

*Une telle identification constitue bien entendu une réduction au égard des expressions X e Y (...)".<sup>52</sup>*

---

<sup>49</sup> Fuchs, C. (1982:29).

<sup>50</sup> Fuchs, C. (1982:30).

<sup>51</sup> Fuchs, C. (1982:31).

<sup>52</sup> Fuchs, C. (1982:32).

Tal lugar de discurso, segundo Fuchs, resulta

*“(...) d’une série d’annulations, de gommages et de réductions par rapport à ce que constitue la situation réelle de paraphrasage (...)”*<sup>53</sup>

É nesse sentido que pretendo pontuar que a dimensão parafrásica — esse real da linguagem que o sujeito deve denegar para se constituir como tal<sup>54</sup> — emerge, no fluxo discursivo, para além daquelas representações imaginárias, decalcadas no ideal de sinonímia, que o ato de parafrasagem, enquanto lugar de discurso, torna possível.

E, se no discurso de si, é de giro parafrásico que se trata, tal movimento se marca como aquele que escapa à possibilidade, para o sujeito, de dele se apropriar num gesto metalingüístico.

Se as coisas assim se passam no discurso de si é porque a enunciação vacilante, esse fenômeno da ordem da formulação<sup>55</sup>, inscreve, **per se**, o dizer na verticalidade da rede paradigmática dos múltiplos dizeres, outros dizeres. Se o discurso de si se expande sob o signo da paráfrase é porque o contraponto **R/M** que o constitui no plano da formulação enunciativa ressalta, ele próprio, da dimensão parafrásica enquanto real da linguagem, aquele mesmo que ego deve apagar para se constituir como tal, mas que na enunciação vacilante, emerge como resto, resíduo, excesso ou falta, sinal de falha nos esquecimentos constitutivos, e que vem à tona como o impossível a suturar.

<sup>53</sup> Fuchs, C. (1982:32).

<sup>54</sup> Cf. Orlandi, E. (1983).

<sup>55</sup> A abordagem da dimensão parafrásica que estou mobilizando converge, a meu ver, com as propostas de Serrani, S. (1993) a respeito dessa dimensão, a que a autora propôs chamar de ressonância de significação: “As paráfrases, então, tal como as estou entendendo aqui, ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações”. (p. 47)

## 5.5.2 A Desligação na Enunciação Vacilante

O fenômeno da desligação, na enunciação vacilante, se manifesta sob a dupla face do que podemos considerar como da ordem da dimensão semântica e da ordem da dimensão sintática. A primeira corresponde ao fenômeno que denominei de rarefação da referência, ou seja, o processo em que o poder de nominação das palavras se pulveriza. A segunda corresponde à estrutura típica da enunciação vacilante, o contraponto **R/M**, na medida em que **M** não pode ser considerado um **comentário** que se sobrepõe a um dito. Os dois processos são, evidentemente, solidários.

### 5.5.2.1 A desligação enquanto quebra da dimensão representativa

São as reflexões de Green<sup>56</sup> que permitem aproximar o processo de afastamento da referência, de esgarçamento da nominação, presentes na enunciação vacilante, do conceito de desligação. Reportando-se às clássicas reflexões de Freud sobre o movimento desligação/ligação, Green aponta para o caráter de desligação constitutivo dos processos primários, que se caracterizam por

*“(...) une énergie libre (non liée) tendant vers le décharge, utilisant les compromis de la condensation et du déplacement, faisant coexister les contraires et indifférente à la temporalité (...)”<sup>57</sup>*

À dinâmica dos processos primários se contrapõe aquilo que é, segundo Green, a característica por excelência da secundariedade, a ligação. Nos processos secundários, a energia livre dos processos primários

---

<sup>56</sup> Green, A. (1971).

<sup>57</sup> Green, A. (1971:19).

*“(...) se transforme en énergie liée dont la décharge est différée et limitée, obéissant aux lois de la logique et de la succession temporelle”.<sup>58</sup>*

É, como se sabe, à dimensão simbólica da linguagem que Freud atribui o papel constitutivo na construção dos processos secundários; Green assim descreve tal função estruturante:

*“(...) transformer quelque chose venu du corps désirant en une activité de liaison, exclusivement formée de caractères langagières, unis par une chaîne orientée et obéissant aux lois de la grammaticalité”.<sup>59</sup>*

No entanto, observa Green:

*“(...) le fantasme, comme le texte, même quand il s’efforce de se parer des caractéristiques de la secondarité, laisse çà et là (...) des traces des processus primaires sur lesquels il est édifié”.<sup>60</sup>*

As reflexões de Green têm como objetivo caracterizar certas práticas da escrita literária moderna, em contraposição aos modelos canônicos da literatura. Enquanto essa última se inscrevia no paradigma da representatividade e, portanto, apontava a um grau máximo de ligação, Green vê nas práticas literárias modernas um afastamento em relação a esse paradigma, com o conseqüente efeito de desligação aí implicado<sup>61</sup>:

*“Cet éclatement de la liaison et de la secondarité donnera lieu à deux types d’entreprises: d’une part au recours à un mode d’écriture beaucoup plus proche du fantasme inconscient dans*

<sup>58</sup> Green, A. (1971:19).

<sup>59</sup> Green, A. (1971:19).

<sup>60</sup> Green, A. (1971:19).

<sup>61</sup> As considerações de Green, como se vê, podem ser aproximadas das de Sallenave, discutidas no capítulo II.

*ses aspects les moins représentatifs, d'autre part à une évacuation de la référence à la représentation dans l'écriture".<sup>62</sup>*

Green vê em Breton e Beckett os representantes exemplares desses dois projetos que implicam, ambos, embora sob ângulos diferentes, a recusa de uma certa dimensão representativa:

*"Ainsi deux voies sont offertes: la formulation inconscient dans ses aspects les plus violents, les moins discursifs, les plus sauvages et les procès de la pensée écrivoante, comme si penser et écrire devenait une seule et même démarche".<sup>63</sup>*

...

*"Le langage du corps envahit la pensée, la déborde et à la longue l'empêche de se constituer comme telle. Le langage de la pensée se coupe totalement du corps pour se déployer dans un espace désertique".<sup>64</sup>*

Partindo do princípio de que os mecanismos de ligação se definem por uma relação de tensão entre os processos primários que estão na origem das construções representativas e os processos secundários que lhes são constitutivos, Green aponta que em ambas as vias acima mencionadas, o que está em jogo é um movimento de desligação:

*"Dans le langage corporel, c'est au niveau d'une écriture éclatée que le processus de liaison s'est brisé pour ne laisser apparaître qu'un morcellement ou une dispersion. Dans le langage intellectuel, l'accentuation de la liaison au niveau de la sécondarité qui donne à cette littérature son style à la fois serré*

---

<sup>62</sup> Green, A. (1971:32).

<sup>63</sup> Green, A. (1971:32).

<sup>64</sup> Green, A. (1971:41).

*et glacée, a rompu son lien avec le processus primaire dont elle s'est efforcée d'effacer les traces. Dans le premier cas, la déliaison visible est 'horizontale', dans le second elle est 'verticale'".<sup>65</sup>*

É dessa segunda via, apontada por Green, que a enunciação vacilante pode ser aproximada. O que caracteriza os processos da enunciação vacilante, como foi anteriormente apontado, é o afastamento da representabilidade, como efeito do atravessamento dos segmentos **R** pelos segmentos **M**. Os segmentos **M** atuam, num primeiro momento, como o que faz bascular o poder de nominação que os segmentos **R** guardariam, não fosse o fato enunciativo de que seu dito malogra, suspenso no dizer de **M**, eles mesmos, os segmentos **M**, não representacionais. Num segundo momento, e enquanto efeito da enunciação vacilante como um todo, é a dimensão discursiva que se descola da referência, e essas duas ordens, que no "*va de soi*" da discursividade normalmente aparecem como "*ligadas*", coincidentes, manifestam aqui uma distância acentuada, num afastamento de caráter vertical, como diz Green. Nesse movimento, é a própria distância, o próprio afastamento que se torna o aspecto dominante na enunciação vacilante.

Estamos, assim, diante da dimensão semântica da desligação presente na enunciação vacilante. Paradoxalmente, aqui, como diz Green, essa desligação vertical é resultado de um sobre-investimento nos processos secundários, no caso, nas próprias formas enunciativas, o que permite expandir o espaço do dizer para além da representação, até os extremos da perda da ligação entre as duas ordens — do vivido e da linguagem. Tal expansão, por outro lado, se manifesta enquanto construção de lugares enunciativos — espaços desérticos, diria Green — onde a voz enunciante ocupa totalmente a cena, preenchendo os vazios produzidos pela desligação numa espécie de jubilação.

---

<sup>65</sup> Green, A. (1971:41).

Mas essa desligação vertical não deixa de produzir efeitos na superfície discursiva, promovendo, pelo avesso, fenômenos da ordem de uma desligação horizontal, malgrado a sutura que realiza no plano dos processos secundários.

### 5.5.2.2 A desligação enquanto enfraquecimento da rede sintática

A sintaxe de desligação, como foi observado no capítulo I, se manifesta, primeiramente, no discurso de si, em termos de um mecanismo marcadamente paratático, em que a hipotaxe está praticamente excluída<sup>66</sup>. Além disso, os próprios processos paratáticos se assentam numa lógica enfraquecida, como diz Pêcheux, em que o vínculo que autoriza a ligação entre as seqüências parece repousar em analogias vagas, deslocamentos intratópicos, a ponto de dificilmente autorizar aí uma interpretação eminentemente sintática.<sup>67</sup>

Tais considerações, sem dúvida, são inseparáveis do fato de que o campo da teoria sintática é marcado por tomar como objeto, por excelência, o “*enunciado-frase*”, como diz Pêcheux, no que respeita tanto à herança estruturalista quanto à da gramática gerativa; o que significa que, diz Pêcheux, toda vez que se leva em consideração fatos discursivos, o que se coloca em discussão é

*“(...) le rapport entre l’existence de la grammaire comme théorie de l’énoncé-phrase et certaines questions inhérentes à la discursivité, telle qu’elle se réalise dans la forme séquentielle de l’intra-discours”.*<sup>68</sup>

É justamente essa questão que emerge quando se considera o fenômeno da enunciação vacilante. Na medida em que os segmentos **M** não podem ser considerados como funcionamentos da ordem do comentário, não se pode atribuir-lhes um estatuto semântico e sintático autônomo em relação ao

<sup>66</sup> Como se pode constatar nos segmentos apresentados na seção II deste capítulo.

<sup>67</sup> Pêcheux, M. (1981:145).

<sup>68</sup> Pêcheux, M. (1981:143).



enunciado-frase, tal como se dá, por exemplo, em relação à clássica teoria das incisais.<sup>69</sup>

Se se admite, como pretendo, que **R** e **M** não podem ser descritos como correspondendo a dois planos enunciativos distintos, o que decorre daí é a impossibilidade de atribuir, a cada um desses segmentos, estatutos sintático e semântico autônomos. Penso já haver apresentado os argumentos que apontam no sentido de uma não autonomia semântica entre **R** e **M**<sup>70</sup>: não ocorre, na enunciação vacilante, a presença de dois campos semânticos distintos, o de **R** e o de **M**, que se sobreporiam, se complementariam ou se determinariam, mas antes uma espécie de invasão do campo semântico de **R** pelo campo semântico de **M**, com as conseqüências que daí decorrem e que foram apontadas nas seções anteriores.

No que diz respeito à não autonomia sintática entre **R** e **M**, a questão que se coloca é a de como descrever a peculiaridade sintática dessa seqüência discursiva que é a enunciação vacilante. De fato, as categorias que a teoria sintática oferece nos conduzem a identificar o segmento **R** como correspondendo ao núcleo proposicional do enunciado, ao qual o segmento **M** se acrescenta como uma incisa ou uma proposição incidente<sup>71</sup>. Mas tal incisa, paradoxalmente, não pode ser considerada como da ordem do “*acréscimo contingente*”<sup>72</sup>, em função do fato de que **M**, ao incidir sobre **R**, suspende sua transparência representacional, o que vale dizer, esfacela sua determinação semântica. Em conseqüência disso, ao incidir sobre **R** — como um todo, sobre algum constituinte — promove, sobre a estrutura sintática, um efeito de enfraquecimento, de pulverização, análogo ao que promove na estrutura semântica de **R**.

<sup>69</sup> Haroche, Cl. (1981).

<sup>70</sup> Tal discussão será retomada no capítulo seguinte.

<sup>71</sup> Tal modelo se mostra particularmente problemático no caso das enunciações em “*como se*” onde, na maioria dos casos, **M** modaliza um **R** não realizado: É [(X = o estado experimentado)] como se eu estivesse sem rumo.

<sup>72</sup> Haroche, Cl. (1981).

De fato, como observa Haroche, a incisa, assim como a elipse, estão associadas, na tradição das teorias gramaticais, à idéia de ruptura na linearidade discursiva:

*“Tandis que l’ellipse marque une rupture évidente par manque de littéralité, l’incise représente elle une interruption d’une autre nature: rupture invisible et pourtant réelle, elle interrompt la linéarité par des éléments tenus pour accessoires et contingents”.*<sup>73</sup>

No entanto, acrescenta Haroche, a incisa coloca de maneira mais complexa do que a elipse o problema da complementação, na medida em que aponta para a posição do sujeito nesse processo de complementação, pois:

*“(...) les éléments de rupture qui définissent la proposition incidente concernent moins le contenu de la proposition que celui-même qui en est l’auteur (...)”*<sup>74</sup>

O que significa considerar, diz Haroche, no caso da incisa, que:

*“Plus que le rapport entre linguistique et extra-linguistique (explicite et implicite, énoncé et contexte...) tel qu’il se pose dans l’ellipse, l’incidente soulève le problème d’un rapport paradoxal entre explicite et explicite”.*<sup>75</sup>

É desse ponto de vista, penso, que se pode tentar circunscrever a dimensão sintática peculiar em jogo na enunciação vacilante: **R** e **M** correspondem a dois segmentos de dizer heterogêneos entre si, mas que se entremelam, cujo encontro, no entanto, produz não uma seqüência homogeneizada sintaticamente, mas

---

<sup>73</sup> Haroche, Cl. (1981:154).

<sup>74</sup> Haroche, Cl. (1981:154).

<sup>75</sup> Haroche, Cl. (1981:154).

implica num esburacamento do fio do discurso, produzindo, como conseqüência, um enfraquecimento da rigidez sintática do enunciado. Trata-se, sem dúvida, em **R** e **M**, de dois lugares distintos no processo enunciativo, mas que, dada a não autonomia dos segmentos, não podem ser guardados como tal, e rejuntados numa síntese: tais lugares não podem se marcar, na enunciação, senão sob a modalidade da vacilação.

## CAPÍTULO VI



*“Com as palavras, as contas não se acertam nunca. Faltam sempre ou, então, são demais”.*

**Schneider, M.**  
(1985:324)



Em segundo lugar, e em conseqüência do primeiro aspecto apontado, porque o segmento **M** na enunciação vacilante não realiza um comentário **sobre** a eventual inadequação do **dito** ou do **dizer** de **R**, mas seu efeito é justamente dar ensejo à emergência dessa inadequação: é nesse sentido que, como já foi apontado anteriormente, na enunciação vacilante o heterogêneo não é representado, mas aflora enquanto tal, enquanto **presença**.

Tais diferenças sugerem a possibilidade de avançar no sentido de explicitar a natureza específica desses segmentos **M** que são constitutivos do fenômeno da enunciação vacilante enquanto marcas de um dizer afetado de heterogêneo: internamente; como um todo.

A propósito dos comentários reflexivos em que a não-coincidência palavra/coisa aparece representada, Jacqueline Authier observa que, independentemente do conteúdo particular do comentário — afirmar a coincidência, mostrar um trabalho em direção a ela ou denunciar a não-coincidência,

*“(...) se manifeste une même émergence, à la conscience de l'énonciateur, du fait qu'il nomme, rompant avec la naturalité inquestionnée de la nomination normalement transparente”.<sup>2</sup>*

Tal “*consciência*” da nomação, diz Authier, é comandada pela figura central do “*mot just*”:

*“(...) celui qui fait coïncider le dit au vouloir dire (...)”.<sup>3</sup>*

figura essa que subjaz a toda nomação transparente e que só emerge, tematizada, quando o encontro da não-coincidência obriga o enunciadador a explicitar o tipo de trabalho que a nomação envolve sob a forma de um

---

<sup>2</sup> Authier-Revuz, J. (1992:527).

<sup>3</sup> Authier-Revuz, J. (1992:527).

comentário meta-enunciativo. Em tais comentários, continua Authier, invocam-se explicitamente dois tipos de causa da adequação/inadequação:

*“(...) celle **de l’énonciateur**, utilisateur efficace ou defaillant des ressources de la langue, et celle **de la langue**, s’imposant à l’énonciateur dans sa pertinence ou son insuffisance”.*<sup>4</sup>

A partir dessas observações de Authier pode-se circunscrever a peculiaridade das modalizações do dizer que constituem a enunciação vacilante no sentido de tentar capturar as dimensões do fenômeno capazes de explicar, inclusive, aqueles aspectos — incidência de **M** no mesmo plano de **R**, presença e não representação, do heterogêneo — apontados como característicos do tipo de modalização que é constitutivo da enunciação vacilante.

Seja nas seqüências recortadas, apresentadas no capítulo anterior, seja na lista de ocorrências-tipo arroladas na seção seguinte, pode-se constatar que na enunciação vacilante as modalizações **não comentam** a inadequação, mas simplesmente **apontam para** a sua **presença**; como não a comentam, não podem, **ipso facto**, atribuí-la a uma causa — a insuficiência do enunciador ou da própria língua. No entanto, na sua qualidade de “gesto entonativo”<sup>5</sup>, as modalizações do dizer também manifestam, na enunciação vacilante

*“(...) le visage d’un dire contraint et forcé à énoncer des nominations imparfaits, insatisfaisantes, qui ‘blessant’ le continu ou le singulier des choses au tranchant de la grille des mots, ouvrent en lui l’écart d’un regret, d’une nostalgie, d’une revendication du **silence** banni pas cette loi de dire qui est loi de manque – et comme ‘fatigue’ de nommer”*<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Authier-Revuz, J. (1992:528).

<sup>5</sup> Cf. Maingueneau, D. (1986), comentado no capítulo anterior.

<sup>6</sup> Authier-Revuz, J. (1992:681).



que, segundo Authier, constitui a dimensão de sentido que emerge dos comentários meta-enunciativos que sinalizam a não-coincidência enquanto inadequação.

Embora, na enunciação vacilante, a modalização tenha o efeito de fazer bascular o poder de nomeação — e, conseqüentemente, de denotar, de fazer UM do segmento em que incide — nesse processo a consciência da nomeação como um ato — do processo de nomear — não se manifesta, para o sujeito enunciante, como da ordem de uma distância, de um intervalo entre **o dito** e o **querer-dizer**, como no comentário meta-enunciativo. Nestes, a não-coincidência aparecendo como inadequação entre **o dito** e o **querer-dizer**, o sujeito, situado nesse segundo lugar, pode comentar, meta-enunciativamente, esse dito, retornando reflexivamente sobre ele. Coincidindo em seu **querer dizer**, o que vale dizer, apaziguado no que respeita à crença de experimentar a coincidência no plano da representação — enquanto representação mental — dos referentes que visa nomear, tal sujeito pode portanto representar, enunciativamente, a não-coincidência encontrada como “*defeito*” no processo de nomeação, cuja causa será atribuída ao próprio enunciador ou às insuficiências do sistema da língua.

O sujeito da enunciação vacilante, ao contrário, não dispõe de um **querer-dizer** estabilizado, em relação ao qual poderia avaliar o dito: está na posição de quem não sabe, de antemão, o que tem **a dizer**. Portanto, não pode atribuir a não-coincidência que experimenta a uma falha que se situaria no processo de nomeação de uma representação do referente que, de qualquer forma, ele deteria. Sua aposta é dupla: engaja-se numa elaboração do dizer que é, simultaneamente, um processo de captura do referente<sup>7</sup>. A incidência de **M** sobre **R** suspende o dito de **R** nesse dizer que não se completa porque é perturbado pelo **a dizer**<sup>8</sup> (mais, menos, outros sentidos). Ao significar o dito de **R** como faltoso, falho, **M** alude, convoca a dimensão do **a dizer**. É essa a natureza peculiar do heterogêneo que caracteriza a enunciação vacilante: o dito de **R** se precipita na

<sup>7</sup> Essa dimensão será, mais adiante, analisada sob a perspectiva da temporalidade desse dizer.

<sup>8</sup> Brès, J. & Gardes-Madray, F. (1991).

não-coindicência porque sua natureza de não-UM se desvenda relativamente a um **horizonte de alteridade** que persiste. Resta, ainda, **a dizer**.<sup>9</sup>

Assim, as modalizações do dizer, na enunciação vacilante, se definem como um dos modos de manifestação do heterogêneo: são segmentos cuja natureza os faz funcionar como **traços** do encontro, pelo sujeito enunciante, da não-coincidência em seu dizer. Já as modalizações autonímicas do comentário meta-enunciativo, diante de tal encontro, constróem dele uma **representação**, espécie de mise-en-scène do heterogêneo. “*Gesto entonativo*”, no caso da enunciação vacilante, ou comentário, no caso da modalização autonímica, o que se mostra, em ambos os casos, é o movimento do sujeito enunciante empenhado em preservar da falta a dimensão narcísica que sua posição enquanto ser-de-linguagem implica.

## 6.2 CLASSIFICAÇÃO DAS MODALIZAÇÕES

A enunciação vacilante se caracteriza por um dizer que é atravessado por modalizações; estas modalizações fazem aparecer um sujeito que se debate — e se desloca em diferentes lugares enunciativos — em busca da realização do sentido, da captura do sentido capaz de nomear um real. Mas as modalizações estancam o dizer, aí inscrevendo uma separação entre o que se diz e o que se tem **a dizer**, mostrando a incompletude do dizer — uma espécie de malogro do dizer — em relação à coisa.

A modalização do dizer na enunciação vacilante é uma construção sintaticamente incidente, que afeta segmentos do dizer da ordem da palavra, do constituinte ou da proposição. Assim fazendo, suspende-lhes o poder de nominação obstruindo o movimento normal do discurso que visa à inscrição de uma referência. Fazendo parar o discurso numa espécie de meio do caminho

<sup>9</sup> Mais adiante, retomarei o conceito de **a dizer** (l’*à dire*), mobilizado por Jacques Brès e Françoise Gardes-Madray a partir das proposições de Gustave Guillaume, quando também explicitarei o deslocamento teórico que penso estar realizando ao recorrer a tal conceito.

entre o dizer e a coisa, entre **X** e não **X**, entre dizer e não dizer, marca, na superfície discursiva, a não-coincidência que afeta o dizer.

Do ponto de vista da posição do sujeito, o processo da enunciação vacilante que as modalizações do dizer realizam não nos mostra um sujeito que, dando-se conta de que seu dizer se vê afetado por uma **falta**, assinala, reflexivamente, essa falta, comentando-a de um outro lugar que preservaria a posição de controle, apesar da falta, e que lhe permitiria, assim, preservar-se de ser, ele próprio, sujeito, afetado por ela. Ao contrário, e na medida em que a modalização não é um comentário meta-enunciativo, a modalização é, para o sujeito, um “*mais dizer*” que irrompe na tentativa de resgatar o dizer da falta. Mas, deslocando assim continuamente o sentido, o sujeito acaba por aparecer como despedaçado nesses diferentes lugares, descontínuos entre si.

Nesse processo, o sujeito, apesar de imerso em meio à heterogeneidade dos diferentes lugares não-coincidentes do sentido, não se dá conta dessa não-coincidência enquanto tal — por isso não se protege dela — e prossegue, em seu dizer, na tentativa de atingir a coincidência visada. Para o sujeito, as modalizações do dizer, longe de precipitar o dizer na não-coincidência, são os próprios meios pelos quais alguma coincidência pode vir a ser atingida.

Podemos, assim, considerar o duplo caráter dos processos enunciativos em questão: eles são, ao mesmo tempo, as marcas do encontro do sujeito com a heterogeneidade que o afeta e da tentativa do sujeito de se inscrever, no dizer, para além da insuficiência que, nesse dizer, constantemente se manifesta e o acossa.

### 6.2.1 Lista de Ocorrências – tipo

1. **Não sei verdadeiramente** se quero sair desse estado. (OT)
2. **Não sei, acho que** estou deprimido. (OC)
3. Mas **acho que** carrego um enigma, **não sei**. (OT)

4. **Acho que** a autoconfiança está se instalando aos poucos, **sei lá**. (OT)
5. **Será que** sou eu que complico as coisas? (OC)
6. **Parece que realmente** não fico bem se estou sozinho. (OT)
7. E **acho que** já me sinto seguro o bastante para admitir isso. (OT)
8. **Pode ser** fantasia minha / **talvez** / **talvez** B tenha ligado para saber se A tinha vindo. (OC)
9. Foi um processo semelhante, **parece**. **Parece** ser o mesmo quadro. (EJ)
10. Mas **eu tenho a impressão que** ela perguntou primeiro por C (...) Mas eu não consigo afastar essa impressão. (OC)
11. **Estranho como** raramente recorro a isso. (EJ)
12. **É estranho**, isso surge para mim de maneira forte. (OT)
13. Voltando à minha deprê, **fico boba de ver como** a vida sempre me prega peças. (EC)
14. **É engraçado**, não sinto também nenhum remorso. (OT)
15. **No fundo**, para mim, a coisa é essa: quero desistir dela. (OT)
16. **De certo modo**, isso ficou claro para mim naquele momento. (OT)
17. Acho que, **num certo sentido**, eu quero sempre por tudo em jogo. (OT)
18. O meu problema é não saber **exatamente** o que aconteceu naquela ocasião. (OT)
19. **Na verdade**, estou é muito puta comigo mesma. (OC)
20. **A verdade é que** tive uma certa frustração. (EJ)
21. **As coisas estão ficando mais claras para mim**. (OT)
22. Acho que **agora começo a perceber melhor as coisas**. (OC)
23. **Parece que** estou esvaziada. (EJ)
24. **Tenho a impressão que** vou morrer. (EJ)
25. Senti agora (...) uma compulsão de escrever, **como se fosse a única coisa que, agora, me tranquilizaria**. (EJ)
26. Era **como se não tivesse mais nada para dar ao mundo**. (OC)
27. Me sinto **como se estivesse sem rumo**. (OT)
28. **É como se eu estivesse com a mente “escorrendo palavras”**. (EC)

- 29. O problema maior é que fico **meio** perdida na análise. (EC)
- 30. Me vi **numa espécie de** estado de recusa. (EJ)
- 31. Acho que tem **alguma coisa de** estranho nisso. (OT)
- 32. Senti **algo meio assim, de tipo** maldoso. (OC)
- 33. Me sinto **um tanto** perdido nisso tudo. (EJ)

**OT = oral terapêutico**

**OC = oral confidencial**

**EC = escrito confidencial**

**EJ = escrito íntimo, tipo diário**

As diferentes modalizações que caracterizam a enunciação vacilante podem ser analisadas sob os seguintes aspectos:

- 1º) quanto à natureza do segmento discursivo que afetam: pontos de vacilação;
- 2º) quanto ao sentido próprio de cada modalização, isto é, o modo pelo qual cada modalização manifesta a vacilação na cadeia discursiva: modos de vacilação;

Nas seções seguintes, cada um desses aspectos será desenvolvido.

## **6.3 ANÁLISE DOS TIPOS DE MODALIZAÇÃO**

### **6.3.1 Pontos de Vacilação: lugares do dizer afetados pela modalização**

Quanto à natureza do segmento discursivo que afetam as modalizações do dizer se distribuem em três categorias:

- I. modalizações que afetam uma proposição realizada: exemplos de 1 a 22.

- II.** modalizações que afetam uma palavra ou constituinte realizado: exemplo 20; exemplos de 29 a 33.
- III.** modalizações que afetam, por um movimento substitutivo, uma proposição ou constituinte não realizado: exemplos de 23 a 28.

Classificar as modalizações do dizer segundo a natureza do segmento discursivo por elas afetado não tem como objetivo uma descrição puramente formal. No entanto, tal distinção formal tem aqui uma função heurística: ela permite discernir melhor aspectos do funcionamento enunciativo-discursivo de tais formas. É desse ponto de vista que a relevância de tais distinções léxico-sintáticas se justifica em função da abordagem teórica que este trabalho propõe.

De fato, se compararmos as formas

<b>Acho que</b>	<b>P</b>
<b>Me sinto um tanto</b>	<b>X<sup>10</sup></b>

do ponto de vista do que produzem, enquanto efeito de sentido, em termos da vacilação do dizer, penso que se pode afirmar que tal efeito emerge, no primeiro caso (categoria I), numa dimensão mais amplificada do que no segundo (categoria II).

Considerando-se o esquema **MR** (modalização e segmento representacional sobre que incide) em que se descreve a enunciação vacilante<sup>11</sup>, vê-se que no primeiro caso é a totalidade do que se enuncia no segmento **R** que é posta em suspensão pela ação de **M**, ao passo que no segundo caso é em relação a um fragmento (pedaço, parte) de **R** que **M** atua. Desse ponto de vista, **R** guarda, no segundo caso, lugares de estabilização, aquém daqueles afetados por **M**; já no primeiro caso, é a totalidade da formulação **R** que bascula pelo efeito de **M**.

<sup>10</sup> Utilizaremos, aqui, a título de notação, **P** = proposição; **X** = palavra ou constituinte.

<sup>11</sup> Observe-se que a fórmula **MR** é uma descrição abstrata, **M** podendo ser anteposto, proposto ou medial a **R**; portanto, a fórmula não representa posições na cadeia morfo-sintática. Por outro lado, observe-se que a notação proposta “**MR**” pretende representar a não reflexividade de **M** em relação a **R**, sua concomitância em termos de plano enunciativo, conforme foi já proposto: a representação de uma relação reflexiva exigiria algo do tipo “**M(R)**”.

Na análise do funcionamento da enunciação vacilante, o contraste entre a fórmula **modalização** — **P** e a fórmula **modalização** — **X** aponta para uma diferença no modo de inscrição da não-coincidência do sentido e do sujeito. No primeiro caso, é a totalidade do sentido realizado na enunciação de **P** que vacila, fazendo bascular também, e na mesma medida, a instância do sujeito enunciante. No segundo caso, é num ponto localizado no interior de **P** — a palavra, o constituinte — que a vacilação emerge: aqui, portanto, há regiões de sentido que aparecem como estáveis, na medida em que pedaços do dito se vêem ratificados pelo movimento mesmo que inscreve outros numa dimensão suspensiva.

É nesse sentido que proponho considerar que a primeira fórmula identifica um discurso que imerge mais amplamente na vacilação do que aquele representado pela segunda fórmula. Isso se torna mais visível se imaginarmos um discurso cujo “*tique nervoso*”<sup>12</sup> seja a realização da primeira fórmula ou da segunda. No primeiro caso, a totalidade do que se diz é sempre posta em causa; no segundo, o dizer segue seu curso, mas “*rateia*” em alguns pontos. Nas duas formas, o que se manifesta é uma diferença em relação ao grau de sutura: mínima, no primeiro caso, maior, no segundo, como consequência de uma desestabilização de proporções mais amplas no primeiro do que no segundo.

Por outro lado, há algo em comum entre, de um lado, as categorias I e II, em contraste com a categoria III, de outro. Nas primeiras, quer a modalização incida sobre **P** ou **X**, ela circunda um segmento efetivamente realizado/dito, mesmo que, sob seu efeito, esse dito submerja na vacilação do dizer. No último caso

### É como se P

as coisas se passam de modo mais complexo. A fórmula “*como se P*”, típica da categoria III, é uma modalização que incide sobre um segmento não realizado ( $\emptyset$ ):

<sup>12</sup> Jacqueline Authier alude ao fato de que certas modalizações de caráter meta-enunciativo, como “*si (l’)on peut dire*”, “*si je puis dire*”, são suscetíveis de “*devenir, chez certains énonciateurs, les tics méta-énonciatifs d’un dire perpétuellement ‘suspendu’*” (1992:648). É nesse sentido que estou considerando aqui a possibilidade de discursos marcadamente constituídos sob a fórmula **modalização** – **P** ou sob a fórmula **modalização** – **X**.

É  $\emptyset$  como se P

em que a dimensão afirmativa “é” estanca tão logo se engata:  $\emptyset$  não se consegue dizer. A modalização, portanto, tem um estatuto complexo aqui: se, de um lado, incide sobre um segmento não realizado  $\emptyset$  — na medida em que alude a ele, aqui presente sob a modalidade da ausência — por outro lado, e devido a essa mesma ausência, preenche — ela, a modalização — o lugar vazio do que não se realiza.

No caso desta categoria III, o que estou considerando é que o segmento **P** ou segmento **X**<sup>13</sup>.

É como se P

Me sinto como se X

têm um estatuto diferente daquela dos segmentos **P** ou **X** próprios das categorias I e II. Nestas, **P** ou **X** emergem, no dizer, como denotações possíveis, mas cujo caráter precário se sinaliza tão logo se enuncia. Já na categoria III, **P** ou **X** são, de antemão, destituídos de um possível valor denotativo-representacional: ao invés de um movimento horizontal em que o poder de denotação do segmento **R** é suspenso por **M**, aqui os segmentos **P** ou **X** se inscrevem desde seu próprio processo enunciativo na sua natureza de não-UM, numa espécie de movimento vertical em que, diante da impossibilidade de dizer o UM ( $\emptyset$ ), coloca-se, no seu lugar, algo que, no seu próprio dizer, se realiza como outro, como o que está no lugar de. É por isso que o lugar do UM, nesses casos, sobrevive na dimensão do não realizado.

É a partir dessas considerações que se pode vislumbrar como certas diferenças aparentemente de natureza formal (categorias I, II e III) apontam para diferentes maneiras de se relacionar com o não-UM que infesta o dizer, configurando diferentes modos de vacilação da enunciação e do sujeito enunciante. Em cada um desses três casos, a voz enunciante adquire uma tonalidade diferente, manifestando a vacilação sob uma forma particular.

<sup>13</sup> Há uma diferença de sentido entre o que ocorre em realizações do tipo “É como se P”, em que a modalização incide sobre um **P** não realizado, e as realizações do tipo “Me sinto como se X”, em que incide sobre um X não realizado, bem como naquelas outras construções em que uma completiva “como se” se apõe a um enunciado pleno. Essas distinções serão discutidas na seção 6.3.2.3.



Na categoria I, como já foi observado, é o dito de **R** como um todo que é distanciado sob o efeito de **M**: está-se, aqui, diante de uma instância enunciante às voltas com uma busca obsessiva do dito próprio, mas cujo “*gesto entonativo*” termina por produzir os “*espaços desérticos*” de que falava Green<sup>14</sup>. Na categoria II, o dizer toma distância de uma palavra, um sintagma, numa espécie de problematização meticulosa do escopo dos lugares pontuados de nomeação. Talvez se possa dizer que, no primeiro caso, estamos diante de uma voz enunciante que se denuncia enquanto tal como precária, isto é, cuja insuficiência se manifesta no próprio trabalho de enunciação, enquanto que no segundo caso a insuficiência encontrada é, de alguma forma, significada como da ordem da “*grade*” do sistema da língua, cujas unidades não coincidem jamais com a singularidade irreduzível do real a enunciar<sup>15</sup>.

Já na categoria III, o dizer como um todo resulta de um deslocamento. Diante da impossibilidade de dizer “*o que é*”, a voz enunciante emerge já ocupando esse lugar outro em que se diz outra coisa, outra proposição, outra palavra, que substitui, por deslocamento, aquilo que falta ao dizer. Nesse sentido, ao contrário do que ocorre nas categorias I e II, a modalização não inscreve a distância naquilo que se diz, mas permite que o dizer se dê na dimensão **mesma** da distância. O que ocorre aqui é uma espécie de carnavalização da falta, em que o dizer parece, se não se completar, pelo menos se bastar com um dito-fantasia.

Desse ponto de vista, na categoria I, a modalização põe em distância uma proposição dita, que permanece em suspenso, aludindo a uma série de outras com que estaria em relação paradigmática numa dimensão parafrásica indomesticável. Na categoria II, o distanciamento em relação a uma palavra conduz a um sobreinvestimento na própria palavra, que se busca burilar, cinzelar — ela, nomeação imprecisa porque bruta — pelos processos de determinação, aludindo

<sup>14</sup> Cf. Cap. V, p.181-185.

<sup>15</sup> Desse ponto de vista, essas formas podem ser consideradas como um dos modos de manifestação daqueles movimentos que, segundo Jacqueline Authier, emergem nas glosas que comentam a não-coincidência palavra-coisa: falha do enunciador ou insuficiência da grade da língua, conforme p.193, supra.

à aposta imaginária no “*mot-just*” em que se engaja a voz enunciante, como no dizer de Jacqueline Authier, numa espécie de

*“(...) plainte, une protestation qui est formulée contre la contrainte, pesant sur l’énonciateur, de cette langue limitée, se révélant insuffisante à nommer ‘bien’ le réel qu’il cise — langue à laquelle il est reproché de manquer le vocabulaire, c’est-à-dire de noms por ces choses spécifiques que l’énonciateur, frère en cela du Funes de Borges, a en tête (...)”*.<sup>16</sup>

Na categoria III, diferentemente, a voz enunciante, diante do confronto com um real que parece escapar à nominação, desiste de persegui-lo pelos meandros do processo enunciativo — retificação, sobredeterminação, que visam afastar o não-UM presente na formulação: ao contrário, o dizer aqui **recorre** ao não-UM; ao invés de mantê-lo no circuito da interdição, o não-UM é decididamente convocado.

Assim, nessa terceira categoria, é uma forma diferente de sutura que emerge. Nas duas primeiras, como já foi observado, a modalização manifesta graus de sutura de amplitude diferente. Na terceira categoria está-se diante de uma sutura às avessas: o dizer procura suplantar sua incompletude como pode, mesmo que seja sob seu escancaramento carnavalizante.

### **6.3.2 Modos de Vacilação: formas em que a não-coincidência se manifesta**

Na análise do sentido próprio de cada modalização, guardarei a distinção das três categorias analisadas na seção anterior, na medida em que, conforme foi apontado, cada uma dessas categorias implica, por efeito, uma determinada dimensão no processo de vacilação. Assim, a semanticidade das diferentes modalizações será considerada em função dessa categorização mais ampla. Dito

---

<sup>16</sup> Authier-Revuz, J. (1992:660).

de outro modo, os modos de vacilação serão analisados a partir dos pontos de vacilação.

As modalizações do dizer, na enunciação vacilante, constituem segmentos não reflexivos, isto é, que se inscrevem no mesmo plano enunciativo dos segmentos realizados (categorias I e II) ou não realizados (categoria III) sobre que incidem. Seu efeito de sentido é marcar o dizer, em meio a seu próprio processo de formulação, de uma insuficiência. Como consequência, manifesta-se a vacilação como fenômeno que aí marca o discurso e seu sujeito.

Os modos de vacilação que as diferentes modalizações do dizer significam apontam para um dizer anêmico, despossuído de seu pleno poder de nomeação. Esse enfraquecimento resulta do afloramento do intervalo entre o dizer e a coisa que, no fluxo normal do discurso, não aparece, na medida em que aí o dizer se manifesta como o representante legítimo da coisa, num recobrimento sem resto. Na enunciação vacilante, ao contrário, o dizer que se produz é o que aparece como preenchendo, provisoriamente, a ausência da coisa que escapa à dicção. São as formas do confronto com essa falta que constituem os diferentes modos de vacilação que as modalizações significam.

### 6.3.2.1 Modos de vacilação que afetam uma proposição realizada

6.3.2.1.1 Fórmulas suspensivas: modalizações que inscrevem, no dizer, a dimensão de um não saber enquanto indecidibilidade do sujeito naquilo que se diz, fazendo deslizar esse dizer numa dimensão desrealizante.

<b>Não sei se P</b>	(exemplo 1)
<b>Não sei, P</b>	(exemplo 2)
<b>P, não sei</b>	(exemplo 3)
<b>P, sei lá</b>	(exemplo 4)
<b>Sei lá, P</b>	
<b>Será que P?</b>	(exemplo 5)

Não se trata, neste grupo de modalizações, da expressão de um não saber no que respeita a um certo **denotatum**, o que caracterizaria um valor epistêmico à modalização e uma posição cognitiva para o sujeito enunciante<sup>17</sup>. Quando se está diante de ocorrências deste tipo, como por exemplo, em

Não sei se X está em casa

a modalização é um equivalente semântico de “desconheço”:

Desconheço se X está em casa

o que não ocorre quando seu funcionamento é o da enunciação vacilante:

(?) Desconheço se estou deprimido.

Na enunciação vacilante, tais modalizações afetam o dito como um todo — e não simplesmente sua denotação. Nesse movimento, desdobram-no, trazendo à superfície seu próprio dizer, movimento que escancara a instabilidade, ao mesmo tempo, do dizer e da coisa a ser nomeada (**a dizer**).

Nesse sentido, a fórmula “Não sei se P” deve ser considerada como envolvendo, pelo menos, dois funcionamentos enunciativos distintos: um, em que se enuncia plenamente um não saber; outro, correspondente à enunciação vacilante, em que o sujeito **se enuncia sob a modalidade do não saber**. No primeiro caso, o dizer é da ordem da asseveração; no segundo, uma contradição no plano do dizer oblitera a asseveração.<sup>18</sup>

Segundo Franckel & Lebaud, a estrutura semântica básica de uma construção do tipo “não sei se P”, implica que **P** não pode funcionar como pré-construído, mas também não se permite por em causa (nem **P** nem **~P** são pré-construídos)<sup>19</sup>. Mas, na enunciação vacilante essa característica se manifesta não

<sup>17</sup> Conforme já foi comentado no capítulo V, p. 170/171.

<sup>18</sup> Devo a Jacqueline Authier a observação desses aspectos como pertinentes na explicitação do sentido deste primeiro tipo de modalização.

<sup>19</sup> Franckel, J.J. & Lebaud, D. (1990:91).

propriamente como uma suspensão entre **P** e  $\sim\mathbf{P}$ , enquanto pólos que se opõem em termos de verdadeiro ou falso, mas antes como uma suspensão de **P** em função de seu(s) outro(s) —  $\sim\mathbf{P}$  — enquanto uma série virtual **Q**, **R**, **S**..., outros tantos ditos possíveis, diante do que a enunciação se suspende, num movimento de indecidibilidade.

Trata-se, aqui, de **fórmulas suspensivas** em que a não adesão a **P** não adquire a tonalidade de uma recusa, de um desengajamento, mas marca a impossibilidade de uma aproximação coincidente, pelo acossamento de outro(s) sentidos, outro(s) dizeres. Assim, o afastamento aqui marcado em relação a **P** se manifesta como parada, suspensão, e não como rejeição. É justamente por isso que fórmulas como [não sei], [sei lá] e [será que] produzem o mesmo efeito de sentido.

As fórmulas suspensivas podem ser antepostas ou pospostas (“não sei”, “sei lá”), podem se integrar sintaticamente a **P** ou se justaporem a **P** como espécies de afixos, ou estruturar a formulação como um todo, como no caso da interrogação.

De qualquer forma, está-se, aqui, no ponto zero da vacilação, a suspensão pura, nem aproximação — como é o caso da categoria seguinte —, nem recusa — como seria o caso em “**P**, não, não é isso”<sup>20</sup>. Aqui, a enunciação estanca diante do confronto com a incompletude de **P** e a modalização inscreve simbolicamente este confronto, marcando o dizer com um **menos dizer**.

Nas fórmulas suspensivas, a indecidibilidade se manifesta enquanto impossibilidade de inscrever **P** quer como coincidente quer como não coincidente (**nem sim nem não**), o que produz a vacilação da enunciação enquanto suspensa no epicentro entre dizer e não dizer. Como conseqüência, mostra um enunciador na posição de quem, como diz Authier-Revuz:

<sup>20</sup> O gesto de recusa pode se manifestar sob diferentes fórmulas, desde as que afastam o dito (“**P**, não, não é isso”) criando a expectativa de uma nova formulação, passando pelas que afastam o dito enfatizando, nesse gesto, a impropriedade do dizer (“Eu não diria/digo que **P**”) até as que, recusando **P**, recusam o referente (“Não é que **P**”, “Não é **P**”, “Não é verdade que **P**”), caracterizando a denegação.

*“(fait) défaut à son dire, (...) non totalement présent à celui-ci, où entièrement engagé dans son effectuation, mais en partie ‘absenté’ de son dire”.*<sup>21</sup>

marcando, assim, o caráter desrealizante presente nessas modalizações.

**6.3.2.1.2** Fórmulas aproximativas: modalizações que inscrevem, no dizer, ao mesmo tempo adesão e recuo do sujeito em relação àquilo que se diz, marcando o dizer de uma dimensão de provisoriedade.

<b>Acho que P</b>	(exemplos 2, 3, 4)
<b>P, acho</b>	
<b>Parece que P</b>	(exemplo 6, exemplo 9)
<b>P, parece</b>	(exemplo 9)
<b>Tenho a impressão que P</b>	(exemplo 10)
<b>Talvez P</b>	(exemplo 8)
<b>P, talvez</b>	(exemplo 8)
<b>Pode ser que P</b>	(exemplo 8)
<b>P, pode ser</b>	

Tais fórmulas também não devem ser interpretadas cognitivamente, em se tratando de seu funcionamento na enunciação vacilante. Pois, numa perspectiva semântico-referencial — que implica, por outro lado, no sujeito da cognição — tais fórmulas são classificadas como atenuadores, realizando uma forma enfraquecida de afirmação, já que expressariam um baixo grau de certeza/saber da parte do sujeito enunciante.

Na enunciação vacilante, ao contrário, o efeito de sentido de tais modalizações deve ser interpretado do ponto de vista da heterogeneidade, vale dizer, dos outros ditos possíveis, que não **P**, a que alude. Nesse sentido, o gesto entonativo que aqui se realiza implica, antes, um movimento de **aproximação**

<sup>21</sup> Authier-Revuz, J. (1992:646).

em relação a **P**, diferentemente da distância que, sob as abordagens semântico-proposicionais, aí se enfatiza.

Nesta categoria, as modalizações podem ser designadas como **fórmulas aproximativas**, em contraste com as **fórmulas suspensivas** que constituem a categoria anterior. De fato, aqui, o efeito da modalização não é a suspensão de **P** no confronto com outros ditos possíveis  $\sim\mathbf{P}$ , mas o que se mostra é um gesto enunciativo que **pôde** selecionar **P** em relação a uma série  $\sim\mathbf{P}$ , na medida em que **P** aparece como *“mais coincidente”*. O que a modalização mostra, portanto, é um movimento de aproximação da voz enunciante em relação a **P**, que emerge, assim, como marca de um avanço na busca da coincidência. Mas, ao mesmo tempo em que marca, em **P**, um avanço no processo que visa à coincidência, tal tipo de modalização marca também a incompletude desse processo: a coincidência ainda não foi alcançada. Assim, o sujeito enunciante aparece num movimento de aproximação em relação a **P**, num movimento de engajamento em relação a **P**; mas, se **P** é *“mais coincidente”*, se representa um progresso no processo enunciativo, não constitui exatamente seu sucesso: é dessa forma que o sujeito enunciante, no gesto mesmo em que se aproxima, hesita, inscrevendo **P** numa dimensão de provisoriedade e marcando o processo enunciativo como *“ainda não acabado”*.

É desse ponto de vista que o movimento de aproximação/hesitação em relação a **P** aparece, não como um **menos dizer**, como nas fórmulas suspensivas, mas como um **semi-dizer**, inscrevendo o sujeito não numa dimensão de ausência em relação a seu dizer, mas na dimensão de uma fraca presença — uma presença hesitante.

Nestas formulações está-se diante de modalizações que, como diz Authier-Revuz, a propósito de certos comentários meta-enunciativos, abordam a nomenclatura produzida mediante:

*“(...) la représentation du partage ‘interne’ de ces nominations qui ne relèvent ni tout à fait de l’un, ni tout à fait de l’autre (...) mais de l’un et de l’autre”.<sup>22</sup>*

É assim que o **semi-dizer** aqui apontado aparece como o movimento que acolhe **P** (aproximação), porém não totalmente (hesitação), inscrevendo **P** na provisoriedade e, dessa forma, apontando para a incompletude do processo enunciativo.

**6.3.2.1.3** Fórmulas cumulativas: modalizações que inscrevem, no dizer, um movimento de avanço na construção do sentido, em meio a outros sentidos que continuam participando do dito formulado.

<b>No fundo, P</b>	(exemplo 15)
<b>Num certo sentido, P</b>	(exemplo 17)
<b>De certa forma, P</b>	
<b>De certo modo, P</b>	(exemplo 16)

Embora as modalizações do dizer próprias da enunciação vacilante se caracterizem todas, dado sua natureza de manifestação do heterogêneo, como o que esgarça o fio do discurso, revelando a não unicidade da formulação, deixando transparecer a presença do outro — outros sentidos, outras palavras — nesta categoria, bem como na seguinte, se manifesta de modo mais direto a presença desses outros dizeres que rondam o dito formulado.

Nas modalizações em questão, que encaro como **fórmulas cumulativas**, bem como nas próprias da categoria seguinte, que denomino **fórmulas retificadoras**, pode-se dizer que a modalização “*participa*” a presença do outro no dizer do **um**, presença que, nas categorias 1 e 2, é menos nítida, mais pálida, porque se manifesta de modo mais indireto, mais alusivo. Já nas categorias 3 e 4 está em jogo o mesmo tipo de dimensão semântica que Jacqueline Authier

<sup>22</sup> Authier-Revuz, J. (1992:578).



aponta, a propósito de certos comentários meta-enunciativos ligados à não-coincidência palavra/coisa:

*“(...) sur un mode qui dans le dire d’un mot fait jouer aussi, à des degrés et selon des figures très diverses, la présence **positive** d’un autre dire, qui d’avoir été envisagé **aussi** comme nomination (...) dépassé, regretté (...) ou maintenu dans une alternative non résolue (...) ‘partage’ le dire de l’un de la présence de l’autre, altérant le caractère absolu du premier”.*<sup>23</sup>

De fato, modalizações como “No fundo”, “Num certo sentido”, incidindo sobre “**P**”, invocam a presença de outros ditos (Q, R, S, ...) realizados anteriormente ou não, em relação aos quais o dito presente “**P**” se põe como aquele que, pelo menos no momento em que se enuncia, pode ser encarado mais favoravelmente, como uma espécie de avanço no processo de busca da coincidência. Nessa direção, o que está em jogo é antes o **processo de formulação**, menos o produto. É por isso que, de um lado, não importa se o outro do dito formulado **P** tenha sido ou não realizado anteriormente — nada impede que o discurso se inicie sob a fórmula “No fundo”, por exemplo: o que importa considerar é que a modalização inscreve **P** num horizonte enunciativo em que a presença de outros sentidos, outras dimensões, é convocada internamente a partir da formulação em questão. Assim, o efeito de sentido de tais modalizações é inscrever **P** no horizonte de outras formulações, quer já realizadas, quer ainda por realizar, quer ultrapassadas no processo de formulação, caso em que se pode considerar que sua participação na construção do sentido se revela na figura de seu outro, por cuja formulação foram ultrapassadas.<sup>24</sup>

O que quero ressaltar é a peculiaridade das fórmulas cumulativas enquanto dimensão **relacional**. Tais fórmulas, ao incidirem sobre **P** marcam, **ipso facto**, a

<sup>23</sup> Authier-Revuz, J. (1992:599).

<sup>24</sup> O que aponta para o fato de que a dissonância entre o **dizer** e o **a dizer** é de mão dupla, a desproporção podendo se manifestar como **falta** num pólo como no outro.

inscrição de **P** numa rede de outros dizeres em relação aos quais, no momento em que se enuncia, **P** merece ser encarado como um avanço no processo de captura da coincidência, porém como um ganho de coincidência que se faz não às expensas dos outros ditos possíveis, senão **com** eles. Pode-se observar essa propriedade das modalizações em questão nos seguintes exemplos, em que a enunciação de “No fundo, P” ou “Num certo sentido, P”, no campo enunciativo de um **R**, implica a recusa de **R**:

Ele é grosseiro	(mas) / No fundo,	ele é boa pessoa.
<b>R</b>		<b>P</b>

(?) No fundo, ele é boa pessoa, portanto ele não é grosseiro.

Ele é grosseiro	(mas) / num certo sentido,	ele é simpático.
<b>R</b>		<b>P</b>

(?) Num certo sentido, ele é simpático, portanto ele não é grosseiro.

É desse ponto de vista que tais fórmulas são cumulativas, já que **P** não se diz **em lugar de** outros dizeres que, a partir de **P**, seriam recusados ou preteridos, mas se diz **a partir** deles e **em meio** a eles. Assim, seu caráter de marcar um momento encarado como um avanço em direção à coincidência decorre não do fato de **P** ser “*mais coincidente*” do que outros ditos  $\sim\mathbf{P}$ , mas do fato de **P** representar um “*a mais*” do sentido, um “*mais sentido*” a que o percurso enunciativo — constituído por R, S, ..., permitiu chegar. Assim, tais formulações outras se põem como constitutivas do percurso e aí persistem, enquanto lugares que devem ser reconhecidos no papel constitutivo que tiveram no processo enunciativo.

As fórmulas cumulativas apresentam uma propriedade análoga à de certos comentários meta-enunciativos estudados por Jacqueline Authier, a respeito dos quais, diz a autora, o que se manifesta é:

*“(...) une énonciation de X ‘décompletée’ ouverte sur un passé/un avenir dans lequel s’inscrivent le rappel/l’amorce de nominations autres que X, et ni vraiment rejetées, ni vraiment adoptées”.*<sup>25</sup>

Tais fórmulas apresentam também pontos de contato com o fenômeno da retomada interpretativa (*reprise interprétative*), proposto por Murat & Cartier-Bresson<sup>26</sup>, que se manifesta de modo exemplar nas formas de tipo “*A, c’est-à-dire B*”.

Para os autores, a retomada interpretativa corresponde a um ato discursivo complexo, pois as fórmulas que a realizam, como “*c’est-à-dire*”, não são simplesmente conectores de sintagmas ou frases, mas apontam para um movimento entre duas enunciações, em que:

*“(...) la formulation (terme de gauche, A) est rectifiée — et donc marquée rétroactivement comme insuffisante, à reprendre (...)”*<sup>27</sup>

pois, dizem,

*“(...) comme la pensée s’invente sur-le-champ et se perçoit à la fin de chaque séquence, la formulation qu’elle a empruntée lui semble insatisfaisante; le discours use donc de **c’est-à-dire** pour reprendre appui sur lui-même, dans un mouvement à la fois explicatif et justificatif”.*<sup>28</sup>

É esse mesmo movimento que foi observado no funcionamento das fórmulas cumulativas: a diferença, aqui, se manifesta no fato de que o caráter

<sup>25</sup> Authier-Revuz, J. (1992:613).

<sup>26</sup> Murat, M. & Cartier-Bresson, B. (1987).

<sup>27</sup> Murat, M. & Cartier-Bresson, B. (1987:7).

<sup>28</sup> Murat, M. & Cartier-Bresson, B. (1987:13).

relacional das fórmulas cumulativas vai além do efetivamente formulado, como já aponte; nesse sentido, as fórmulas cumulativas se caracterizam por poderem funcionar como uma espécie de reformulação do não formulado, do que não chegou a ser formulado.

Por outro lado, o argumento de Murat & Cartier-Bresson, ao reivindicarem para as formas do tipo “*A, c’est-à-dire B*” o caráter particular de retomada interpretativa, postulando, assim, para tais formas, um estatuto diferenciado relativamente à paráfrase (Fuchs) e à reformulação **stricto sensu**, como nas fórmulas “*A ou B*” analisadas por Tamba<sup>29</sup>, pode ser aproximado do que se pretendeu salientar quanto ao caráter específico das fórmulas cumulativas, que preservam o papel de outras formulações na construção do sentido e, ao mesmo tempo, aparecem como um avanço.

O que diferencia a retomada interpretativa dos outros processos mencionados, dizem os autores, é o fato de que nela:

*“la notion d’équivalence n’y joue pas le même rôle”*

pois, acrescentam,

*(...) un énoncé de ce genre n’est informatif que si ‘ce qu’est’ B est plus clair, plus compréhensible que ‘ce qu’est’ A: c’est à cette condition qu’il peut servir à réaliser une reprise interprétative”.*<sup>30</sup>

Finalmente, tal como ocorre nas fórmulas cumulativas, os autores pontuam:

---

<sup>29</sup> Tamba, I. (1987).

<sup>30</sup> Murat, M. & Cartier-Bresson, B. (1987:6).

*“le caractère **parenthétique** de l’**énoncé** introduit par **c’est-à-dire** et ses équivalents; ce caractère est marqué par la pause ou la virgule: c’est une sorte d’annotation”.*<sup>31</sup>

em que:

*“La **pause rythmique** marquée par la virgule sert à délimiter deux énonciations. C’est entre ces deux énonciations qui jouent toutes sortes de phénomènes dialogiques.”*<sup>32</sup>

Assim também, nas fórmulas cumulativas

no fundo,	P
num certo sentido,	
de certo modo,	
de certa forma,	

as modalizações funcionam sintaticamente como espécies de prefixos, que sinalizam, retroativamente, o caráter de retomada presente na formulação de **P**.

**6.3.2.1.4** Fórmulas retificadoras: modalizações que inscrevem, no dizer, a crença do sujeito enunciante de ter atingido um “*a mais*” do sentido, um mais “*um*”, em meio a diferentes outras dimensões do sentido que aí continuam presentificadas.

<b>A verdade é que P</b>	(exemplo 20)
<b>Na verdade, P</b>	(exemplo 19)

Tais modalizações, comparativamente às categorias anteriores, parecem marcar um ponto terminal de encontro da coincidência. O que chama a atenção em tais modalizações é o efeito de sentido que produzem na medida em que

<sup>31</sup> Murat, M. & Cartier-Bresson, B. (1987:6).

<sup>32</sup> Murat, M. & Cartier-Bresson, B. (1987:9).

inscrevem “**P**”, o formulado, numa dimensão de verdade. Sua particularidade, no entanto, não reside neste aspecto pois, se assim fosse, perder-se-ia a diferença entre tais modalizações “a verdade é que / na verdade”, próprias da enunciação vacilante, e o comentário epistêmico “é verdade que”; se, neste último, o ato discursivo que se realiza é da ordem da afirmação ou confirmação da verdade de “**P**”, numa espécie de gesto que designa a consciência da coincidência máxima, do **um** do sentido, nesta categoria de modalizações da enunciação vacilante a dimensão de verdade em que se inscreve ‘**P**’ resulta de um processo em que ‘**P**’ aparece como um ganho de coincidência em relação a outras formulações ‘ $\sim$ **P**’<sup>33</sup>. Portanto, tais modalizações, ao invés de suturarem ‘**P**’ mediante o comentário ‘*ser verdadeiro*’, o que fazem é esburacar a enunciação, nela inscrevendo sua não imediatidade, ser caráter não absoluto.

De fato, sob tais modalizações, o sentido se desdobra: se, de um lado, ‘**P**’ é “*mais coincidente*” que possíveis formulações ‘ $\sim$ **P**’, estas não tombam, **ipso facto**, na dimensão do falso. A relação, portanto, entre ‘**P**’ e outras formulações aludidas contrasta uma formulação cujo sentido é mais coincidente porque o sentido que aí se constrói estava ausente nas outras formulações — ainda não formulado — ou deslocado, substituído por outros sentidos.

É interessante observar que modalizações como ‘A verdade é que’ ou ‘Na verdade’, ao afetar ‘**P**’, não marcam outros ditos ‘ $\sim$ **P**’ como falsos, mas como **menos** verdadeiros — o que significa que, sob essas formulações, a verdade aparece não como uma questão de sim x não, mas como uma questão de mais x menos; de maior ou menor aproximação ou afastamento em relação à verdade. O que significa inscrever a verdade numa dimensão relacional: a verdade, esta, não é uma questão de detê-la ou não, mas uma questão de vizinhança. Ou, como diria Lacan, diz respeito ao fato de que a verdade é sempre parcial.

<sup>33</sup> Aqui, também, o traço da presença do heterogêneo, de outras formulações, não implica, necessariamente, sua realização na cadeia discursiva: a modalização manifesta um movimento dialógico entre ‘**P**’ e outras formulações, que participam da construção do sentido — quer realizadas, efetivamente, quer somente cogitadas.

Estamos aqui, nessas modalizações, diante de um processo de descoberta que se inscreve, também, tal como a categoria anterior, numa perspectiva relacional. É desse ponto de vista que tais modalidades constituem **fórmulas retificadoras**. Ao contrário da categoria anterior, em que o contraponto relacional das formulações constitutivas do dizer como um processo faz aparecer o dito formulado sob o enquadre da modalização como **um sentido a mais** entre outros, que se justapõem horizontalmente, num deslocamento metonímico — daí o caráter de acúmulo — aqui a enunciação de ‘**P**’, sob o escopo das fórmulas retificadoras, inscreve-o na dimensão de um **mais sentido**, que ultrapassa verticalmente o(s) outro(s) dizer(es) nela presentificados, significando um momento de escolha/encontro mais acabado, que assume uma dimensão de prevalência no eixo paradigmático.

De qualquer forma, o que importa considerar é que mesmo nesta categoria em que se manifesta um momento de avanço positivo, em que a **mais coincidência** encontrada se inscreve no contraste com a **menos coincidência** anterior, tal contraponto põe a nu o próprio **processo** em que a coincidência foi obtida. E, como diz Authier, comentando aquele tipo de modalização antonímica que caracteriza como *“uma nominação ao final de uma procura”*:

*“(…) le dire de X, ainsi précédé d’une phase de ‘manque de mot’  
(…) s’oppose à l’immédiate disponibilité des X standards allant  
de soi et demeure — même lorsqu’il met un terme satisfaisant à  
la recherche — affecté de ce défaut initial”* <sup>34</sup>

em que o escancaramento do processo de busca da nominação inscreve:

*“(…) en celui-ci, une fois énoncé, l’écart de sa non-immédiateté,  
la trace de sa non évidence (…)”* <sup>35</sup>

<sup>34</sup> Authier-Revuz, J. (1992:609).

<sup>35</sup> Authier-Revuz, J. (1992:611).

As modalizações até aqui consideradas — categorias 1 a 4 — significam de modo exemplar a presença do que Jacqueline Authier denominou o “*tempo para nomear*”:

*“(...) une nomination processuelle (...) qui, opposant à l’immediateté de la nomination em X standard le temps pour nommer, c’est-à-dire pour se rapprocher par étapes d’une coïncidence visée, ‘denaturalise’ l’évidence de l’association mot-chose et celle, qui em découle, du dire comme simple production-verbalisation ‘du’ nom attaché aux choses, pour inscrire dans une durée, entre le dire/non dire de X et celui de Y, l’image d’un dire comme travail de production-élaboration de nomination, comme trajet dans le champ des possibles”.*<sup>36</sup>

Cada categoria significa esse processo sob uma configuração particular, conforme a análise precedente pretendeu mostrar. Algumas constantes, no entanto, podem ser postas em jogo no sentido de estabelecer relações de sistematização entre as quatro categorias em questão.

Em primeiro lugar, as quatro categorias precedentes podem ser agrupadas segundo o modo de presença do heterogêneo que manifestam. Nesse sentido, uma primeira classificação permite opor as categorias 1 e 2 — fórmulas suspensivas e fórmulas aproximativas — às categorias 3 e 4 — fórmulas cumulativas e retificadoras, respectivamente,

‘Não sei’	x	‘No fundo’
‘Acho que’		‘Na verdade’

em função do critério de que, no primeiro grupo, as modalizações aludem ao heterogêneo de outros dizeres no dito formulado, enquanto que no segundo grupo tal heterogêneo se manifesta enquanto co-presença no dito formulado: não se

<sup>36</sup> Authier-Revuz, J. (1992:612).



trata aqui de aludir a outros ditos possíveis mas de mantê-los enquanto presença no horizonte da formulação em questão.

Em segundo lugar, as quatro categorias podem ser agrupadas segundo o tipo de relação que o dito formulado mantém com seus outros. Nesse sentido, podem-se agrupar, de um lado, as fórmulas suspensivas e as cumulativas e, de outro, as aproximativas e as retificadoras:

‘Não sei’	x	‘Acho que’
‘No fundo’		‘Na verdade’

no sentido de que ‘acho que’ e ‘na verdade’, embora não excluam outras formulações ‘~P’, inscrevem ‘P’ como um ganho de coincidência, um avanço em relação às outras formulações possíveis, o que não ocorre com as modalizações ‘não sei’ e ‘no fundo’.

**6.3.2.1.5** Fórmulas de estranhamento: modalizações que inscrevem, no dizer, a não naturalidade daquilo que se diz.

<b>É estranho que/como P</b>	(exemplo 11)
<b>É engraçado que</b>	
<b>É engraçado, P</b>	(exemplo 14)
<b>É estranho, P</b>	(exemplo 12)
<b>Fico bobo de ver que/como P</b>	(exemplo 13)

Nesta categoria, ao contrário do que ocorre nas anteriores, o efeito da modalização não é deixar aflorar outro(s) dizer(es) possíveis que, numa espécie de acossamento constante, impedem que o dito ‘P’ se instaure enquanto **um**. Se ‘P’, nesta categoria, também não pode realizar o **um** do sentido é porque o sujeito enunciante, no instante mesmo do proferimento, marca, no dizer, a sensação de estranhamento que o dito lhe provoca.

Pode-se dizer que, nos casos anteriores, a enunciação se realiza sob o modo da vacilação em função do fato de que a presença do heterogêneo se manifesta, para o sujeito enunciante, no momento em que se constrói a formulação; nesse caso, a diferença em jogo, nesta categoria, consiste no fato de que aqui o heterogêneo se manifesta *a posteriori*, uma vez realizada a formulação.<sup>37</sup>

O sujeito enunciante, no caso de modalizações como

é estranho  
é engraçado

manifesta a posição daquele que foi “*tomado*” por uma certa formulação que lhe teria “*escapado*”, sem que a sua adequação à coisa a nomear tivesse podido ser previamente apreciada. Tal dito surpreende o sujeito enunciante no curso de sua enunciação, o qual, não se reconhecendo em seu próprio dizer, sinaliza, nele, seu lugar de estranhamento.<sup>38</sup>

Desse ponto de vista, as modalizações que constituem esta categoria funcionam como afixos que sinalizam a provisoriedade daquilo que se está dizendo. A não-coincidência de que ‘**P**’ se vê afetado, portanto, decorre menos do fato de que ‘**P**’ apareça para o sujeito enunciante como insuficiente, mas da impossibilidade, para o sujeito de, no momento do dizer, ratificar ou não sua suficiência.

Vê-se, portanto, que a vacilação manifesta, aqui, uma dimensão de temporalidade distinta daquela que aparece nas categorias anteriores. Os gestos

<sup>37</sup> Essas considerações põem em jogo a diferença entre o tempo do dizer e o tempo do **a dizer** (cf. Brès, J. & Gardes-Madray, F.) que serão discutidas mais adiante.

<sup>38</sup> Note-se que o estranhamento, a esquisitice, significados na modalização, conservam o estatuto indiscernível no que respeita aos planos **de dicto** e **de re**, o que, aliás, é constitutivo da enunciação vacilante [cf. capítulo V, seção 5.3, sobre a vacilação como afetando simultaneamente o dizer (nominção) e a representação (referência)]. Em “*É estranho que ele não esteja em casa*”, o comentário incide sobre a referência. Na enunciação vacilante, “*É estranho P*” deve ser interpretado como “*é estranho que eu diga o que digo*”, quer porque é estranho assim nomear a coisa, quer porque a coisa é estranha.

de suspensão, aproximação, acumulação ou retificação denunciam o intervalo entre o dizer e o **a dizer** enquanto deslocamento temporal. Tal descontinuidade entre o tempo do dizer e o tempo do **a dizer** que, na nominação sem resto é apagado, manifesta-se, aqui, pelos vestígios dessa temporalidade não coincidente que se denuncia na modalização, na medida em que esta mostra um instante de tempo, anterior ao proferimento — o dizer — em que o **a dizer** se construiu numa formulação (mesmo que virtual) que pode ser apreciada como não-UM.

As fórmulas de estranhamento, ao contrário, denunciam uma espécie de dicção automática, que teria saltado o intervalo entre **a dizer** e o **dizer**: é nesse sentido que a modalização grafa, *a posteriori*, a necessidade de conferir a adequação entre as instâncias em questão.<sup>39</sup>

#### 6.3.2.1.6 Outros casos

Certos fatos enunciativos presentes nos dados me parecem dignos de serem considerados como próprios do campo da enunciação vacilante, embora seu estatuto não corresponda de modo inequívoco à categoria aqui analisada — a das modalizações que incidem sobre uma proposição realizada. No primeiro caso, trata-se de segmentos que incidem sobre uma ou mais proposições: no entanto, seu estatuto não é o de uma modalização, mas o do comentário.

No segundo caso, trata-se, sim, de modalizações, mas cuja dimensão sintática é difícil de determinar: podem ser considerados como uma modalização que incide sobre um segmento proposicional representacional (**MR**) ou como uma modalização que incide sobre um segmento modalizador (**MM**).

##### 6.3.2.1.6.1 Comentários meta-discursivos da ordem da enunciação vacilante

### 21. As coisas estão ficando claras para mim.

---

<sup>39</sup> Mais adiante, neste capítulo, o tema da temporalidade do dizer será discutido do ponto de vista dos fenômenos da vacilação.

**22. Acho que agora começo a perceber melhor as coisas.**

No primeiro caso, é o enunciado inteiro que funciona como um comentário; no segundo caso, é a seqüência que, por sua vez, se encontra modalizada por **acho que**.

O que me levou a reter tais seqüências como pertinentes ao campo da enunciação vacilante é o fato de que o que elas enunciam diz respeito à emergência, para o sujeito, da dimensão da não-coincidência. Pois, embora nos dois casos, o conteúdo do comentário significa um sujeito enunciante que se vê como fazendo progressos em direção à coincidência e, portanto, o que está em jogo aí é, de alguma forma, a afirmação da coincidência, o gesto entonativo que implica afirmá-la mostra, em seu movimento, o processo que está na sua construção. Tal processo é, como diz Authier:

*“(...) le jeu inhérent à la nomination, en tant qu’assignation non univoque des mots aux choses (...) c’est-à-dire requérant une évaluation d’adéquation (...)”<sup>40</sup>*

Na medida em que, no “*va de soi*” do fluxo discursivo suturado, tal processo é apagado em função da nomeação plena é que se pode considerar que tal tipo de comentário faz aflorar a distância constitutiva do processo de nomeação, mesmo se, como diz Authier:

*“L’espace du dédoublement méta-énonciatif distanciant est (...) le lieu d’une annulation emphatique de la distance, du redoublement du un”.<sup>41</sup>*

Cabe observar, no entanto, que este caso extremo apontado por Authier, não corresponde ao sentido dos comentários aqui considerados que, se sinalizam

<sup>40</sup> Authier-Revuz, J. (1992:540).

<sup>41</sup> Authier-Revuz, J. (1992:529).

um avanço no processo da coincidência, estão longe de afirmá-la plenamente. Cabe observar também que, embora as duas ocorrências aqui analisadas sejam os únicos casos de comentários meta-discursivos passíveis de serem considerados como da ordem da enunciação vacilante presentes nos dados, deve-se admitir como pertinentes a esse campo comentários cujo sentido representaria não o progresso, mas a ausência deste no processo de captura da completude. Penso que comentários do tipo dos mencionados por Authier na citação acima — os que afirmam enfaticamente a anulação da distância pelo encontro de uma nominação julgada como da ordem do um — se são pertinentes do ponto de vista dos fenômenos da heterogeneidade mostrada, não o são do ponto de vista do fenômeno da vacilação.

De qualquer forma, importa levar em conta — e essa é uma das razões que levam a considerar tais comentários aqui analisados como relevando do fenômeno da enunciação vacilante — que nas seqüências 21 e 22, o comentário que reflete (num gesto reflexivo) a consciência, da parte do sujeito enunciante, de um progresso em direção à coincidência aparece aqui na sua natureza de processo em curso, e não de produto. Portanto, sua natureza de comentário diz respeito ao dizer como processo: isso se manifesta nas marcas de presente — *'estão'*, *'começo'* — no aspecto durativo — *'estão ficando'*, *'começo a perceber'* — no instante pontual — *'agora'* — em que se inscreve o comentário.

Finalmente, se tais ocorrências foram comentadas nesta seção — cujo objeto são as modalizações que afetam uma proposição — isso se deve ao fato de que, embora não se trate de uma modalização, mas de um comentário, tal comentário incide sobre proposições. No ponto do fluxo discursivo em que emergem, sua função é apreciar seja um segmento anterior, já realizado, seja, pelo comentário, antecipar um segmento posterior, a realizar. O escopo de tais comentários é, no entanto, sempre da ordem da proposição (uma ou mais). E, nesse ponto em que emergem, marcam, não o encontro do heterogêneo — o que

é próprio, na enunciação vacilante, das modalizações — mas um retorno meta-discursivo no interior de um discurso que se vê afetado pela vacilação.

### 6.3.2.1.6.2 Meta-modalizações

**Ex. 1** Não sei **verdadeiramente** se quero sair desse estado.

**Ex. 18** O meu problema é não saber **exatamente** o que aconteceu naquela ocasião.

**Ex. 6** Parece que **realmente** não fico bem se estou sozinho.

Trata-se aqui, de verdadeiras modalizações, e que incidem sobre um segmento da ordem de uma proposição. Sua peculiaridade, no entanto, reside em seu estatuto ambíguo, indiscernível. Tais construções adverbiais podem, nestes exemplos, ser consideradas como incidindo sobre **R** — o segmento representacional, nomeadamente, nos três exemplos:

$$\mathbf{R} = \left\{ \begin{array}{l} \text{(eu) quero sair desse estado} \\ \text{o que aconteceu naquela ocasião} \\ \text{(eu) não fico bem se estou sozinho} \end{array} \right.$$

Neste caso, incidindo sobre **R**, as modalizações pontuariam a insuficiência do que se nomeia no segmento representacional. Sob essa interpretação semântica, as modalizações

$$\mathbf{M} = \left\{ \begin{array}{l} \text{verdadeiramente} \\ \text{exatamente} \\ \text{realmente} \end{array} \right.$$

constituiriam um bloco **MR** com o segmento representacional, bloco esse que, por sua vez, conheceria a incidência de uma meta-modalização

$$\mathbf{M}' = \left\{ \begin{array}{l} \text{não sei} \\ \text{(o meu problema é) não saber} \\ \text{parece} \end{array} \right.$$

constituindo um segmento complexo **M'MR**.

Mas persiste uma outra interpretação semântica, segundo a qual as modalizações adverbiais em questão não incidiriam diretamente sobre **R** — caso em que constituiriam modalizações de primeira ordem, mas sobre as modalizações

$$\mathbf{M} = \left\{ \begin{array}{l} \text{não sei} \\ \text{não saber} \\ \text{parece} \end{array} \right.$$

estas, sim, incidindo diretamente sobre **R**. Neste caso, elas é que constituiriam as meta-modalizações **M'**. Exemplificando,

Não sei verdadeiramente se quero sair desse estado

se desdobraria nos sentidos presentes nas reformulações:

Não sei se quero verdadeiramente sair desse estado  
Verdadeiramente não sei se quero sair desse estado.

Tais modalizações marcam, a meu ver, pontos particularmente agudos no processo de vacilação, em que o campo da modalização perigosamente amplia a distância em relação ao dito enunciado saltando para a dimensão enunciativa em que o dito vacila, contaminando as próprias marcas de vacilação. Penso, por outro lado, que o próprio fato sintático da ambigüidade aí presente pode ser visto como um efeito de esgarçamento que a intensificação do processo de vacilação produz.

Por outro lado, quando ao modo de vacilação que aí se manifesta — independentemente de qual possa ser considerado seu ponto de vacilação, o efeito de sentido de

verdadeiramente  
exatamente

realmente

nos remete à natureza da categoria seguinte a ser comentada.

### 6.3.2.2 Modos de vacilação que afetam uma palavra ou sintagma realizado

Nesta categoria, estamos às voltas com modalizações que incidem sobre uma palavra ou constituinte realizado, da ordem de um sintagma nominal, um nome ou um adjetivo. As ocorrências encontradas — exemplos 20, 29, 30, 31, 32, 33, da lista de ocorrências-tipo — comportam casos em que o elemento modalizado é um adjetivo:

**Ex. 29** (...) fico meio **perdida** na análise.

**Ex. 31** (...) tem alguma coisa de **estranho** nisso.

**Ex. 32** (...) de tipo **maldoso**.

**Ex. 33** (...) sinto um tanto **perdido** nisso tudo.

e casos em que o segmento modalizado corresponde a um elemento de valor nominal:

**Ex. 20** (...) tive uma certa **frustração**.

**Ex. 30** (...) vi numa espécie de **estado de recusa**.

**Ex. 32** (...) **algo** meio assim (...) <sup>42</sup>

seqüências essas que são afetadas por segmentos que sobre elas incidem enquanto modalizadores:

meio...

(de) tipo...

alguma coisa de...

um tanto...

uma certa...

<sup>42</sup> Sem levar em conta, neste momento, o próprio caráter **flo** de “*algo*”.



uma espécie de...  
 assim...

O primeiro aspecto a considerar, no caso desta categoria, é, como foi observado na seção **6.3.1** deste capítulo, o fato de que, aqui, a não-coincidência se manifesta num ponto determinado da cadeia discursiva — uma palavra, um sintagma — pois é sobre esse ponto localizado que a modalização, marca do processo de vacilação, incide. Nesses momentos, o discurso se vê menos infestado pela heterogeneidade — em comparação com a categoria anterior — pois, na medida em que a não-coincidência emerge como relativa a um momento pontual do dizer — o momento da seleção paradigmática de um elemento da cadeia — não é o dizer como um todo que bascula, como ocorre na categoria anterior: aqui, a possibilidade de territorializar o heterogêneo permite, **ipso facto**, salvaguardar de sua infestação o restante da cadeia.<sup>43</sup>

Nesta categoria, o sujeito está às voltas com um processo de designação que exige a seleção de um nome ou um adjetivo a fim de configurar o referente visado. Tal seleção se realiza, e se atesta pelo fato mesmo de que o elemento **X** em questão é efetivamente formulado. Mas, no momento mesmo em que se formula, testemunha a não-coincidência experimentada nessa seleção/formulação pelo recurso à modalização que o acompanha, e que passa a ser constitutiva do processo de nominação que o elemento **X**, por si mesmo, aparece como insuficiente a realizar.

A modalização, nesse processo, é convocada a realizar um trabalho de predicação, de determinação, que possa salvar os nomes, as designações, de sua generalidade. Desse ponto de vista, o sujeito enunciante que emerge nesse movimento discursivo é aquele que, num gesto extremo, recusa a sinonímia dos nomes, como diz Milner, apostando na nominação plena, na possibilidade de dizer o UM.

---

<sup>43</sup> Fenômeno, esse, que é próprio do funcionamento das modalidades autonômicas estudadas por Authier.

Assim, diante do caráter **flo** do nome **X** em relação ao referente **x**, a modalização é uma tentativa de predicar **X**, de determiná-lo, de arrancá-lo dessa dimensão genérica “*anônima*” a fim de que o sujeito enunciante possa conseguir, mediante essa torção enunciativa que se manifesta na modalização, aproximar, o mais possível, a nominação genérica do referente singular **a dizer**.

Nesse sentido, a peculiaridade do processo de enunciação vacilante presente nesta categoria em que a modalização incide sobre um nome, uma designação particular em meio à cadeia, parece manifestar um fenômeno da ordem do que Jacqueline Authier chamou de **meta-nominação**. De fato, as modalizações próprias desta categoria manifestam um esforço de **determinação** de **X** (signo disponível na grade da língua, mas que se revela impróprio) em relação ao qual o sujeito enunciante, ao invés de recusá-lo pura e simplesmente, recorrendo ao silêncio, à enunciação da impossibilidade de nomear, ou ao neologismo, se engaja num processo de burilá-lo para seus fins enunciadores. É desse ponto de vista que a modalização, aqui, incidindo sobre **X**, configura um processo de meta-nominação. Diz Authier:

*“(…) une sorte de méta-nomination complexe dans laquelle l'écart, l'espace explicitement ouvert entre le mot et la chose est le lieu d'un balisage indiquant — de façon inégalement précise (...) — à partir du mot inadéquant, pris comme point de repère initial, la direction et la distance qui le séparent du mot juste, et donc où se trouveraient celui-ci s'il n'était manquant, que ce soit manquant à la langue, ou à l'énonciateur, qui **hic et nunc**, ne le (re)trouve pas (...)”*<sup>44</sup>

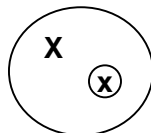
No entanto, tal processo, como já foi comentado anteriormente, desemboca num paradoxo. Pois, ao tentar burilar, precisar, determinar uma nominação considerada insuficiente, o efeito que se produz é o de uma

<sup>44</sup> Authier-Revuz, J. (1992:683).

fluidificação da própria nomação. As designações que se produzem mediante o processo enunciativo **MX** esfumaçam o poder de nomação que **X**, numa enunciação “*standard*”, como diz Authier, teria, e fracassam no seu afã de determiná-la, pois **M** enreda **X** num processo interpretativo impossível de ser resgatado numa descrição semântica precisa. Tal processo apela a uma dimensão que extravaza a pontuação simbólica da linguagem, em nome de fenômenos como “*conhecimento de mundo*” partilhado, e/ou identificação existencial entre interlocutores, e/ou pré-construídos em jogo que, como se sabe, são sempre relativos a formações discursivas determinadas. O que significa sustentar a aposta na nomação apelando para um além (*ailleurs*) do próprio discurso: para a cumplicidade (?) compreensiva aquém de qualquer nomação, da parte do outro; para a possibilidade de ser compreendido — de fazer UM — para além da própria linguagem.

De fato, as diferentes modalizações que estão em jogo nesta categoria apontam sempre para uma tentativa de determinação do nome **X** mediante a significação de uma tonalidade que se tenta imprimir a **X**, e cujo efeito de sentido é sempre marcar uma distância (*écart*), um intervalo, entre **X**, a palavra formulada, e o referente **x** a dizer. Mas, as diferentes modalizações aqui presentes podem apontar para relações predicativas/determinativas diversas, significando, assim, diferentes tipos de não-coincidência entre o nome **X** e o referente **x** a dizer.

Ora **X** parece ser significado como mais amplo que **x**:

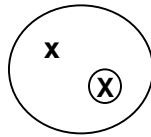


Talvez seja o que está em jogo numa formulação como

Me sinto um tanto perdido.<sup>45</sup>

<sup>45</sup> Julgo desnecessário me deter sobre o fato de que a modalização **um tanto**, em certos processos discursivos, como é o caso do discurso de si, constitui um fenômeno enunciativo **outro** em relação a certos usos quantitativos de **um**

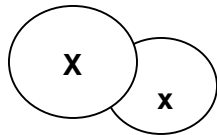
Ora **X** aparece como mais restrito que **x**:



É o que talvez esteja em jogo em

“Algo meio assim”

Às vezes a relação parece poder ser descrita de modo que **X** apareça como partilhando algumas propriedades de **x**, mas não todas:

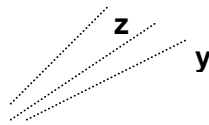


como em

“de tipo maldoso”

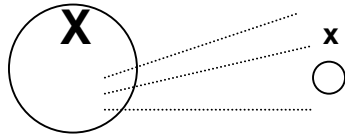
“uma espécie de estado de recusa”

Ou, ainda, **X** aparece como uma nomenclatura aproximada, que mantém relações de **vizinhança** com o referente visado, no plano da seleção paradigmática:




---

**tanto**, como por exemplo: “Misture **um tanto** de farinha com um copo de leite, o suficiente para fazer um angu”. Ao contrário, nos fenômenos objeto deste trabalho, o escopo de **um tanto** é qualitativo, não quantitativo. Quem diz: “Me sinto um tanto perdido”, significa mais uma relação de aproximação/afastamento qualitativo em relação a “perdido”, nesse caso, o nome **X** mais amplo que o referente visado, do que um gesto de quantificação (mais ou menos) no qual o núcleo semântico de **X** não tombaria na fluidificação. Em suma, o que quero dizer é que as interpretações de **um tanto** enquanto quantificador não constituem nem enunciação vacilante, nem modalização do dizer, nem presença do heterogêneo. Quanto à questão de o enunciado “Me sinto um tanto perdido” poder ser interpretado como expressando uma quantificação, nesse caso, sendo parafraseável por “um pouco perdido”, considero perfeitamente possível; no entanto, dada a natureza do enunciado, me parece, a asserção dessa hipótese não evita a permanência da dimensão qualitativa que subjaz: **um pouco** porque **menos do que** ou **um pouco** porque não totalmente, isto é, não exatamente? Ou seja, voltamos ao ponto de partida: a interpretação quantitativa não é suficiente para excluir a dimensão de heterogêneo que aí pulsa.



Nesta perspectiva, o que se manifestaria, de modo escancarado, é aquilo que Wittgenstein tematizou sob o conceito de semelhança de família ou, o que está sempre presente, o conceito saussuriano de valor. De qualquer forma, é sempre a questão da não sinonímia nome/referente o que está em jogo e, conseqüente, a recusa da homonímia dos nomes o que leva à tentativa de saturar a nomenclatura através da modalização que a determina, constituindo uma metanomenclatura.

As categorias descritivas que acima se tentou esboçar não constituem senão uma especulação descomprometida, puro exercício teórico que, formalmente, tentou abstrair dos fenômenos algumas formas. O caráter irrisório desta tentativa de classificação decorre do fato de que as formas enunciativas não se deixam encaixar de modo inequívoco nesta ou naquela categoria. De fato, as modalidades aqui em jogo — um tanto, tipo, assim, certo, meio, uma espécie de etc. — nada **dizem** sobre a natureza da não-coincidência que marcam entre **X** e **x**; tampouco a análise das seqüências discursivas em que ocorrem permitiram vislumbrar, mediante o critério da contextualização, algum tipo de regularidade que permitisse a classificação das formas. Em suma, quando se diz:

Me sinto **um tanto perdido**

**M**      **X**

o que se está significando? Menos perdido do que “perdido” ou mais perdido do que “perdido”? Diferentemente perdido do que simplesmente “perdido” ou algo próximo a, mas não exatamente, “perdido”?

É possível, especulativamente, pensar algumas possíveis formas de não-coincidência entre **X** (o nome) e **x** (a coisa), algumas da ordem do extensional — as duas primeiras classificações propostas, talvez — outras da ordem do

intensional. No entanto, o que me parece o fato mais notável nesta categoria II das modalizações do dizer é a **impossibilidade** de classificá-las quanto ao tipo de efeito de sentido que cada qual produz. Parece que o efeito de fluidificação que as modalizações promovem sobre o nome é tão forte que se apagam os limites dos territórios semânticos em que sua particularidade determinativa se inscreveria. Ou, dito de outro modo, parece que esse sujeito enunciante que, num gesto extremo, recusa a sinonímia dos nomes, por castigo divino acabasse por soçobrar na homonímia dos nomes.

No entanto, esta aposta — malograda, pode-se dizer — num além da linguagem, que esta categoria expressa, só se realiza a partir dela mesma, linguagem. É desse ponto de vista que se pode considerar que nesta categoria II — modalizações que incidem sobre uma palavra ou sintagma — está-se às voltas com aquele fenômeno que Authier denominou “*negociação com a língua*”, enquanto um dos lugares possíveis que o encontro da não-coincidência palavra/coisa produz para o sujeito enunciante:

*“Et le couple langue/énonciateur em quête de nomination juste s’inscrit dans des figures diverses: outre (...) celle de l’**utilisateur** de la langue par l’**énonciateur**, et celle de la **soumission** de l’**énonciateur** à la contrainte de la langue — jouent celles du forçage de la langue par l’**énonciateur** refusant les limites de celle-ci et, essentielle, celle de la négociation de l’**énonciateur** avec la langue grâce et malgré laquelle il nomme, en une sorte d’appui critique à sa ‘grille’”.*<sup>46 47</sup>

Pois, diante da insuficiência de **X**, ao invés, por exemplo, do recurso a um neologismo, em que os limites da grade da língua seriam recusados em favor da instauração pessoal de novas unidades, o que está em jogo é a proposta de:

<sup>46</sup> Authier-Revuz, J. (1992:529).

<sup>47</sup> À próxima categoria — modalização que incide sobre uma palavra **X** ou uma proposição **P** não realizadas — pode-se associar figura do forçamento da língua pelo enunciator, proposta por Authier.

*“(...) une association neuve entre les mots de la langue et un référent”.*<sup>48</sup>

No entanto — e eis-nos de novo às voltas com o caráter paradoxal dessas determinações in-determinantes — qual a natureza dessas novas associações nome/referente que o enunciador assim propõe? Como vimos, as diferentes modalizações são incapazes de circunscrever um território de sentido particular: parecem tão somente capazes de significar a não-coincidência **X/x**. Além disso, como já observamos, e talvez como conseqüência desse malogro da determinação, o efeito que se produz é a fluidificação máxima do próprio nome **X** que, por fluído, se intentou determinar.

Nesse movimento, o que resulta, me parece, é a destituição do poder de nominação de **X**, transformado, aqui, em **maneira de dizer**.

Tal conceito foi apresentado por Authier num trabalho em que analisa certos tipos de reformulação, onde chama a atenção para o fato de que marcadores de reformulação como *“c’est-à-dire”*, envolvendo a **couplage** *“X, c’est-à-dire Y”* — podem ter efeitos reflexivizantes e/ou opacificantes sobre os elementos em que incide. É somente no segundo caso — efeito opacificante — que a enunciação de um elemento **X** se constitui como *“maneira de dizer”*:

*“(...) Par cette modalisation est suspendu, localement, sur un élément X du dire, le ‘qui-va-de-soi’ associé à l’énonciation transparente ‘normale’, l’opacification constituant X, au contraire, en ‘manière de dire’ particulière, ‘questionable’, ‘relative’”.*<sup>49</sup>

Penso que esse fenômeno da opacificação está também em jogo nesta categoria II das formas da enunciação vacilante, em função das análises

<sup>48</sup> Authier-Revuz, J. (1992:529).

<sup>49</sup> Authier-Revuz, J. (1992:56).

anteriormente desenvolvidas. Assim, aqui, o sujeito enunciante, diante de uma nominação **X** que aparece como não-coincidente, tenta ultrapassar essa não-coincidência recorrendo às modalizações **M** cujo estatuto semântico é o de uma forma de determinação, a fim de desbastar o que excede, falta, desvia, exorbita em **X**. No entanto, a determinação malogra e, ao invés de determinar, faz tombar a enunciação numa indeterminação ainda maior. O resultado desse processo é que **X** se torna então, apenas, uma **maneira de dizer**, ou seja: aquele gesto entonativo que buscou o máximo de coincidência, portanto, de engajamento do sujeito enunciante com seu dito e seu dizer, paradoxalmente tombou no descompromisso (objetivo) de tornar **X** somente uma “*maneira de dizer*”.<sup>50</sup>

### 6.3.2.3 Modos de vacilação que afetam uma proposição ou sintagma não realizado

Nesta categoria se inscrevem as seguintes ocorrências-tipo:

- (23) Parece que estou esvaziada.
- (24) Tenho a impressão que vou morrer.
- (25) Senti agora (...) uma compulsão de escrever, **como se fosse a única coisa que me tranquilizaria**.
- (26) Era **como se não tivesse mais nada para dar ao mundo**.
- (27) Me sinto **como se estivesse sem rumo**.
- (28) É **como se eu estivesse com a mente escorrendo palavras**.

A análise desta categoria, como já foi observado anteriormente, aponta duas particularidades que contrastam com as categorias anteriores. Em primeiro lugar, o fato de que, nestas formas da enunciação vacilante, o que se manifesta é um dizer que recusa perseguir a nominação no plano denotativo, inscrevendo-a numa dimensão figurada. Diferentemente dos casos anteriores, em que o sujeito

<sup>50</sup> Esse tipo de fenômeno foi também analisado por Souza, P. (1997) na produção do discurso da identidade homossexual.



enunciante persiste na tentativa de capturar o real numa nomação plena, buscando a sinonímia, aqui o sujeito enunciante, diante do encontro da não-coincidência, ao invés de lutar contra ela, desvia, recorrendo abertamente à heteronímia. Nesse sentido, se as modalizações do dizer correspondentes às categorias anteriores mostram um desdobramento metonímico em relação à nomação plena visada, neste caso é o recurso a uma formulação figurada, analógica, da ordem da metaforização que está em curso. Mas tais figurações se formulam através de fórmulas que explicitam o caráter desrealizante das nomações figuradas e, portanto, bloqueiam a adesão ao dito figurado produzido, marcando, ao mesmo tempo, sua não-coincidência e sua provisoriedade, ou ainda, marcando-os da falta que os afeta.

Em segundo lugar porque, ao contrário do que ocorre nas outras categorias, aqui o segmento modalizador tem um estatuto sintático intrigante; pois, enquanto modalizador, e portanto, incidente, supõe um segmento-base: no entanto, nestas formulações, tal segmento-base não está realizado, daí a definição, aparentemente paradoxal, de uma modalização que incide sobre um segmento (proposição ou sintagma) não realizado.<sup>51</sup>

Embora essa última característica não se aplique à ocorrência-tipo (25), em que a modalização em 'como se' incide sobre um enunciado pleno, tal ocorrência foi retida como da ordem da enunciação vacilante devido à saliência que as enunciações em 'como se' aí manifestaram.

Foi o estudo de Irène Tamba-Mecz<sup>52</sup> sobre o sentido figurado que forneceu subsídios para que, neste trabalho, tais modalizações fossem classificadas como da ordem da figura e é a ele que recorrerei para desenvolver a análise destas formas.

---

<sup>51</sup> É por isso que, nas ocorrências-tipo retomadas no início desta seção, é o segmento grifado inteiro que constitui a modalização.

<sup>52</sup> Tamba-Mecz, I. (1981).

A tese de Tamba-Mecz é que o sentido figurado de um termo se determina não por uma relação vertical, *in absentia*, com um termo substituído, mas por uma relação sintagmática com os termos contíguos, que produz uma descontinuidade lexical, sintática e referencial. Tal descontinuidade desloca, portanto, a interpretação semântica do plano do sentido literal para o plano do sentido figurado.

Para tanto, vamos nos deter, em primeiro lugar, nas enunciações figuradas construídas sobre os embreadores ‘parecer’, ‘ter a impressão’ (equivalente a ‘dar a impressão’, embora tal fórmula não tenha ocorrido no *corpus*) e, posteriormente, naquelas, caso emblemático desta categoria, construções em ‘como se’.

Irène Tamba-Mecz, em seu estudo sobre o sentido figurado, classifica certas figuras como relevando da ordem de uma bissociação<sup>53</sup>. Apoiando-se em Koestler, que define tal fenômeno como

*“(...) une combination de deux isotopies qui provoque, par identification, la metamorphose partielle ou totale d’un certain denotatum”*.<sup>54</sup>

Tamba-Mecz propõe denominar tais formas figuradas como “o sentido figurado bitensivo de semelhança ou identificação”<sup>55</sup>. A bifurcação envolve, segundo Tamba-Mecz, as formulações que apelam para a “modalidade do parecer”, para elaborar uma semelhança ilusória, ou àquelas que se apóiam sobre uma relação de identificação posta entre termos que remontem a noções dessemelhantes<sup>56</sup>. Em qualquer dos casos, segundo a autora, resulta um conflito semântico

<sup>53</sup> A noção de bissociação, de que resulta a categoria de bitensivo, opõe-se à metáfora **tout court**, onde a relação é intensiva, sem manifestação, na cadeia sintagmática, de dois pólos – o literal e o figurado. Aqui, portanto, trata-se, para a autora, de dar conta das diferentes formas que a retórica clássica classificava como **analogia**.

<sup>54</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:162).

<sup>55</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:162).

<sup>56</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:162).

*“(...) qui se résout soit par une interprétation analogique, soit par l’implantation d’un être fictif dans le monde des ‘apparences’”.*<sup>57</sup>

### 6.3.2.3.1 As formas em ‘parecer’, ‘ter a impressão’

É na primeira das vias de bifurcação apontadas por Tamba-Mecz — a da relação de semelhança — que se inscrevem os fenômenos da enunciação vacilante próprios desta terceira categoria.

De fato, Tamba Mecz chama a atenção para o funcionamento de ‘parecer’, ‘ter a impressão de’ (*sembler*, *avoir l’impression*, *l’air de*) que marcam, segundo a autora, a instauração de

*“(...) une représentation imaginaire, impressive”.*<sup>58</sup>

E acrescenta:

*“La modalité de semblance ne fait donc que signaler une relation figuré qu’elle n’engendre pas, en marquant que l’énonciateur a conscience d’un décalage entre ce qu’il sait et ce qu’il ressent, mais qu’il tient a communiquer son impression, même si elle est illusoire”.*<sup>59</sup>

Tais observações mostram que a autora enfoca o lugar enunciativo como um critério relevante na categorização que propõe, o que conduz à percepção de que, nas figuras de analogia, há um gesto enunciativo que explicita na formulação a descontinuidade entre denotação e figura.

Diz a autora:

---

<sup>57</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:162).

<sup>58</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:163).

<sup>59</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:163).

*“La plupart des figures de ressemblances présentent, em effet, um décalage référencial”.<sup>60</sup>*

Tal descontinuidade referencial supõe, diz Tamba-Mecz,

*“(...) l'écart temporel ou spatial que le système de référence énonciative établit (...)”*

e

*“(...) est déchiffré come indice d'une 'assamblage figuratif', dans la mesure où la réunion d'un objet présent et d'un objet absent relève d'une perception imaginaire. Cette structuration référentielle confère également à ces constructions une orientation fixe, irréversible, de l'actuel au mémoriel, qui guide l'interprétation sémantique de la figure”.<sup>61</sup>*

Estas considerações de Tamba-Mecz permitem reter certas formas da enunciação vacilante, em ‘parecer’, ‘ter a impressão de’, como da ordem de uma construção figurativa e, portanto, distintas de outras formulações em que atuam como uma fórmula aproximativa (categoria I). De fato, uma enunciação como

Parece que estou esvaziada

se interpreta não como envolvendo uma modalização ‘parece que’ que, incidindo sobre a proposição **P** (estou esvaziada) marcaria, aí, a não-coincidência sob a configuração do movimento aproximativo (caso das ocorrências de ‘parece que’ analisadas na seção **6.2.2.1.2**), mas antes como relevando de um esquema do tipo

(P) parece que Q

<sup>60</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:164).

<sup>61</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:165).

em que o equivalente ao pólo denotativo de Tamba, **P** (no caso, não realizado) sequer se enuncia, e não se diz senão substituído verticalmente pelo elemento com o qual mantém uma analogia de semelhança:

(P) parece Q  
 ↓  
 ∅

em que **Q** é o semelhante analógico-figurativo que ocupa o lugar de um **P** que não foi possível dizer.

Desse ponto de vista, tal formulação

Parece que estou esvaziada

se inscreve no paradigma da terceira categoria, e não da primeira:

{ parece que estou esvaziada  
 tenho a impressão de que estou esvaziada  
 dá a impressão de que estou esvaziada  
 é como se estivesse esvaziada }

na medida em que o conteúdo proposicional da proposição encaixada bloqueia uma interpretação no plano da denotação.

Assim, no caso das realizações em ‘parece que’ que incluímos na categoria I, o que se observa é um esquema do tipo

Parece que    P  
 M                R

em que a modalização incide sobre uma proposição formulada **P**, **representacional**, inscrevendo-a, **ipso facto**, no registro da não-coincidência porque a marca como uma nominação precária.

Ao contrário, as realizações em ‘parece que’ e seus equivalentes paradigmáticos que foram incluídos na categoria III apontam para outro funcionamento, em que é a seqüência inteira

Parece que estou esvaziada

M

que funciona como uma modalização, na medida em que alude a uma virtual proposição não realizada em relação à qual a modalização marca, simultaneamente, a presença e a ausência. É nesse sentido que em

**Parece que estou esvaziada**

por exemplo, é a seqüência como um todo que funciona como modalização, cujo esquema

parece Q

implica uma estrutura do tipo

(P) parece Q

onde **P** constitui a proposição não realizada.

É importante observar, por outro lado, que as construções figurativas próprias da enunciação vacilante só podem ser de natureza bitensiva supondo-se a presença de uma posição sintática (proposição ou sintagma) que não se lexicaliza<sup>62</sup>, manifestando, nesse lugar, o ponto da nominação fracassada. Assim, o segmento realizado, na sua natureza de comparante (*comparant*) alude à presença virtual do comparado (*comparé*) não realizado. É no interior desse mecanismo que a não-coincidência se manifesta.

Nas análises desenvolvidas por Tamba-Mecz, a autora não se ocupa de construções como estas, que incluímos na categoria da enunciação vacilante: seus

<sup>62</sup> Tal característica talvez possa ser vista sob a ótica da sintaxe posicional de Milner (1989) e da noção de categoria vazia [ $\Sigma$ ] proposta por Marandin, J.M. (1986). Tal abordagem supõe uma não homologia entre a ordem da sintaxe e a ordem do léxico, correspondendo a categoria vazia a uma posição sintática categorial, que inscreve no enunciado o valor sintático da categoria mesmo que não recoberta por nenhuma realização lexical.

exemplos apresentam pleno preenchimento lexical e sintático. Mas, do ponto de vista da teoria da heterogeneidade, é possível perceber aí graus diferentes de manifestação de não-coincidência.

Em comparação com a enunciação metafórica, por exemplo:

Estou esvaziada!

que, realizando um dito hiperbólico, inscreve tal dizer na dimensão de um “*bem dizer*”<sup>63</sup>, recusando a nomenclatura própria, as formas bitensivas, pela sua própria natureza, instauram a não-coincidência no dizer pelo gesto mesmo de aí inscrever a comparação figurativa. Mas, nas construções bitensivas plenas, a comparação figurativa sinaliza o encontro com a falta do dizer somente *a posteriori*, numa espécie de *après-coup* enunciativo, pois o recurso à completiva de comparação figurada, se constitui um “*mais dizer*” em relação ao pólo comparado, denuncia, *ipso facto*, aí, a presença de tal falta.

Já as construções figurativas da ordem da enunciação vacilante constituem um caso mais agudo de manifestação da não-coincidência, na medida em que o recurso à comparação figurada não instaura nenhum ‘bem dizer’, tampouco um ‘mais dizer’: seu único efeito é inscrever no dizer a falta que o afeta.<sup>64</sup>

#### 6.3.2.3.2 As enunciações em ‘como se’

Irène Tamba-Mecz distingue as construções figurativas em ‘parecer’, por exemplo, daquelas que realizam uma estrutura sintática comparativa, envolvendo um conectivo, e que, segundo a autora, tomam como pivô um verbo ou um adjetivo, pois, segundo diz, embora igualmente bitensivas, tais construções:

<sup>63</sup> Authier-Revuz, J. (1993).

<sup>64</sup> Authier-Revuz, J. (1994).

*“(...) présentent une structure relationnelle et une interprétation plus complexe au niveau sémantique”*<sup>65</sup>

pois, diz Tamba-Mecz, aqui estão associadas não somente classes nocionais, mas, explicitamente, proposições. A estrutura paradigma desse tipo de construção é, segundo Tamba-Mecz, ‘P como Q’.

Tamba chama a atenção também para o fato de que, nessas construções

*“(...) un décalage temporel est signalé par le temps différent affecté au verbe (...) dans les deux membres de la comparaison”*.<sup>66</sup>

Finalmente a autora observa que é necessário acrescentar, à formulação comparativa básica,

*“(...) des variantes qui tiennent à la nature sémantique du relateur (...) ou encore soulignant le décalage énonciatif par le cumul de deux relateurs (comme quand, comme si, comme pour)”*.<sup>67</sup>

Como já observávamos na seção anterior, o estudo de Irène Tamba-Mecz não contempla esse tipo de construção — da ordem do que ela chama de *“sentido figurado bitensivo de semelhança”* — em que um dos pólos da bitensão se presentifica sob a forma do não-dito, que é a característica desse tipo de modalização do dizer próprio da enunciação vacilante que constitui nossa terceira categoria. Além disso, no que concerne às enunciações em ‘como se’, a natureza dos dados que são objeto deste trabalho, bem como a abordagem comprometida com a teoria da heterogeneidade, nos levam a considerações que vão bastante além das conclusões de Tamba-Mecz.

---

<sup>65</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:165).

<sup>66</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:166).

<sup>67</sup> Tamba-Mecz, I. (1981:167).



Em primeiro lugar, quanto à diferença entre ‘como’ e ‘como se’. É claro que, do ponto de vista do conceito de enunciação vacilante, bem como de outras configurações enunciativas que podem ser consideradas como manifestando a heterogeneidade, não se pode considerar simplesmente que se está diante de uma variante de ‘como’. O sujeito enunciante de

Me sinto sufocar como um asmático

e o de

Me sinto sufocar como se fosse um asmático

**fazem**, além de **dizerem**, coisas diferentes.

No primeiro caso, a incisa ‘como Q’ se apõe a **P** como um excesso, um a-mais do sentido, que, hiperbolicamente vem saturar **P**, mas que não inscreve, na enunciação — pelo menos não de modo dilacerado — o encontro da falta do dizer. Pode-se até considerar que tal enunciador está na posição de quem se vê acochado pela compulsão do dizer total, o que, em última instância, denunciaria o fantasma da incompletude constitutiva do dizer.

Mas aquele que recorre à incisa ‘como se Q’ faz algo diferente. Busca saturar, sim, mas a partir de uma falta escancarada que o “*duplo conectivo*” (para Tamba-Mecz) ‘como se’ denuncia.

Por outro lado, as construções em ‘como se’ podem ser classificadas, em primeiro lugar, em função de uma diferença de qualidade e, em segundo, em função de uma diferença de grau. É o que nos permite opor, de um lado, as ocorrências-tipo

(25) ————— (26)  
 (27)  
 (28)

de um lado e, de outro, as ocorrências-tipo



Já as ocorrências-tipo (26) e (28) correspondem ao ponto extremo, mais agudo, desse *spectrum* gradativo da falta. Pois, em tais construções ‘P’ não se diz como um todo, correspondendo tais construções à fórmula:

∅ como se Q.

É claro que tal estrutura só se realiza mediante a presença de uma forma do verbo ser — ‘é’, ‘era’, ‘foi’ etc. — mas tal ocorrência não pode ser considerada como um vestígio de uma posição sintática relativa a P. Está-se, aqui, diante de uma forma que atua como um dêitico, mostrando um tópico — lugar vazio do dizer correspondente a ‘P’ na estrutura — presente na vivência atual do sujeito enunciante — ‘é’ — ou presentificada pelo discurso narrativo — ‘era’, ‘foi’.

Está-se, aqui, talvez, diante da ocorrência emblemática daquilo de que fala Galves quando diz que toda sentença

*“(...) além de encerrar uma relação de predicação, é ela mesma o predicado de um sujeito que lhe é externo, o tópico”.<sup>68</sup>*

Está-se, também, diante daquele fenômeno apontado por Kleiber a propósito dos usos da palavra ‘coisa’ (*chose*) quando a compara ao funcionamento do demonstrativo francês ‘ce’ — lembremos que as formulações em português-brasileiro ‘é como se Q’ equivalem sintática e enunciativamente, às construções francesas ‘c’est comme si Q’, com a presença do demonstrativo:

*“(...) mot ‘chose’. Notre hypothèse sera qu’il est semblable au démonstratif neutre: il sert pour les référents non nommés ou appréhendés comme non nommés. Son utilisation n’est pas ressentie comme tautologique dès que l’entité (ou les entités) isolées, c’est-à-dire prise en considération, est pour une raison*

<sup>68</sup> Galves, Ch. (2001).

*ou une autre, appréhendée comme une unité non (encore) dénommée ou classifiée”.*<sup>69</sup>

É assim que, nas enunciações em ‘como se’, manifesta-se uma relação particular com o **a dizer**, em que a falta experimentada no movimento enunciativo conduz a uma tentativa de sutura pelo recurso à dimensão do não-real que é, ao mesmo tempo, uma renúncia à nominação unicamente no plano do real. Mas tal gesto se dá segundo uma temporalidade enunciativa distinta em cada uma das três construções em ‘como se’ analisadas: após um longo processo, em que uma proposição se enuncia plenamente, (25), em meio ao processo enunciativo, o que faz estancar a enunciação em curso (27), ou de imediato, no próprio instante inicial em que o movimento enunciativo se esboça: (26) e (28).

Em cada uma dessas realizações, a enunciação em ‘como se’ tem um papel sintático que vai da incidência mínima (25) à máxima, como em (26) e (28). Conseqüentemente, desempenhará um papel semântico que oscila entre o mais periférico (25) ao mais central (26), (27).

#### **6.4 AS MODALIZAÇÕES DO DIZER E A TEMPORALIDADE ENUNCIATIVA NA ENUNCIÇÃO VACILANTE**

Ao longo deste capítulo, aponteí inúmeras vezes a dimensão de temporalidade que se manifesta na enunciação vacilante, pois são as modalizações do dizer o ponto em que se mostra o fenômeno dessa temporalidade enunciativa.

É bem verdade que a temporalidade que é constitutiva da materialidade significativa já havia sido apontada por Saussure, quando fez do caráter linear do significante o segundo princípio constitutivo da teoria do signo — “*todo o*

---

<sup>69</sup> Kleiber, G. (1987:118).

*mecanismo da língua depende dele*".<sup>70</sup> Mas a leitura estruturalista reteve desse princípio somente a dimensão física do tempo da emissão fônica, de modo que o "um após o outro", no plano das unidades significativas, foi esquecido em favor de uma interpretação estritamente sincrônica: a co-presença necessária dos constituintes na estrutura.<sup>71</sup>

Mas a possibilidade de considerar a temporalidade do dizer como um fato enunciativo (e não somente físico) se inscreve na abertura teórica que a obra de Benveniste instaura. E, a meu ver, a enunciação vacilante é um dos fenômenos em que algo dessa temporalidade enunciativa se manifesta.

Na enunciação vacilante, a presença do segmento **M**, a modalização, se, de um lado, ocupa um tempo (da emissão) na cadeia, enunciativamente tem a função de fazer vacilar o dito formulado **R**: assim fazendo, aponta para a temporalidade que é constitutiva da formulação de **R**.

**R** é o resultado de um processo de formulação que se dá numa certa dimensão de tempo: nesse "espaço" de tempo (da formulação de **R**) o processo enunciativo conheceu o atravessamento de outras formulações possíveis e/ou o impasse diante da impossibilidade de formular — em suma, são os (des)encontros da formulação que se mostram no dizer da enunciação vacilante mediante o atravessamento de **R** por **M**.

É assim que, na enunciação vacilante, o segmento **M**, na sua condição de segmento significante que se apõe a **R**, implica, simultaneamente, um tempo de emissão — um lugar na cadeia — e um tempo de enunciação em que se manifesta a temporalidade da formulação enquanto fato enunciativo, apontando para a presença do tempo do **a dizer** no tempo do dizer.

<sup>70</sup> Saussure, F. (1916:84).

<sup>71</sup> Lacan chamou a atenção para essa dimensão diacrônica que havia ficado esquecida: "Há em primeiro lugar um conjunto sincrônico, que é a língua enquanto sistema simultâneo de grupos de oposição estruturados, há em seguida o que se passa diacronicamente, no tempo, e que é o discurso. Não se pode não colocar o discurso em um certo sentido do tempo, num sentido que é definido de maneira linear, diz o Sr. De Saussure." (1981:66).

O conceito de **a dizer** (l'à dire) tem suas origens na teoria de Gustave Guillaume. Segundo Brès e Gardes-Madray:

*“Le temps opératif guillaumien permet d’analyser cet espacement (...) qui va de la virtualité de l’intention à la réalité du discours. Cet espace concret d’actualisation se réalise dans un temps, un temps extrêmement bref, de l’ordre de l’influx nerveux, mais néanmoins bien réel (...) concevoir l’actualisation dans sa temporalité fait une place à un sujet producteur de sens (...)”<sup>72</sup>*

Tal tempo operativo, dizem os autores, a teoria guilaumiana os analisa em três instâncias:

*“(...) le temps de l’**à dire**, le temps du **dire** et le temps du **dit**. L’**à dire** est le temps de l’élaboration et de la programmation lexicale, morphologique, phrastique, qui précède, en inconscience, la réalisation des unités linguistiques.”<sup>73</sup>*

Ainda segundo Brès e Gardes-Madray, o tempo do dizer corresponde ao tempo da realização efetiva das unidades lingüísticas selecionadas no tempo do **a dizer** e é mensurável em termos de sua duração e das pausas que intervêm no fluxo verbal. Quanto ao tempo do dito, dizem:

*“(...) il rend possible la cohérence du discours.”<sup>74</sup>*

É importante observar que o conceito de *a dizer*, na concepção da chamada praxemática de Guillaume, malgrado a dimensão de “inconsciência” que envolve (e que não é senão equivalente a não consciente) parece inscrever-se numa dimensão cognitiva, engajada em dar conta dos aspectos processuais da

<sup>72</sup> Brès, J. e Gardes-Madray, F. (1991:102).

<sup>73</sup> Brès, J. e Gardes-Madray, F. (1991:102).

<sup>74</sup> Brès, J. e Gardes-Madray, F. (1991:102).

fala. Brès e Gardes-Madray, no entanto, trabalham com tal conceito inscrevendo-o numa dimensão de alteridade subjetiva, quando a ele recorrem na análise dos fenômenos de *ratage*:

*“Les ratages témoignent de l’activité de programmation de l’à-dire, de ses blocages, de ses interdits, de ses contradictions, pour structurer le sujet en soi-même à partir de la parole d’autre e dans sa rencontre.”*<sup>75</sup>

Nos fenômenos de *ratage* que analisam dizem os autores que as pausas, os alongamentos vocálicos, as pausas sonorizadas (“*eh...*”) ou certas formas de meta-discurso têm por função ocupar o tempo do dizer para que o *a dizer* possa melhor se construir.

No escopo deste trabalho, procurei guardar o horizonte que o conceito de **a dizer** sugere, para além da concepção guillaumiana e mesmo também daquela de Brès e Gardes-Madray, que trabalham o conceito, a meu ver, numa dimensão estritamente dialógica e interacional. Tal deslocamento teórico, para mim, tornou possível considerar a dimensão do *a dizer* como constitutiva do processo de formulação, enquanto lugar em que se confrontam os sentidos que rondam o sujeito e aqueles que, em sua atividade enunciativa, se realizam. Desse ponto de vista, o modo como trabalho o conceito de *a dizer* o inscreve numa dimensão de heterogeneidade enunciativa.

A percepção desse intervalo entre o que se pode chamar de um tempo do **a dizer** e um tempo do **dizer** pode ser analisada de um ponto de vista lingüístico-cognitivo, como o faz Berredonner<sup>76</sup>, ou de um ponto de vista psico-interativo, como o fazem, a meu ver, Brès e Gardes-Madray e também Trognon<sup>77</sup>, mas é Jacqueline Authier-Revuz quem abre a possibilidade de considerá-lo de um ponto de vista eminentemente enunciativo:

<sup>75</sup> Brès, J. e Gardes-Madray, F. (1991:103).

<sup>76</sup> Berredonner, A. (1993).

<sup>77</sup> Trognon, A. (1993).

*“Là où l'énonciation standard d'un élément  $x$  peut, illusoirement, être confondue, quant à la temporalité qui est la sienne, avec celle de l'émission matérielle de cet élément, occupant de façon homogène un segment du temps dans le déroulement mono-linéaire et mono-directionnel de la chaîne signifiante, le dédoublement méta-énonciatif de la modalité autonymique, représentant l'acte d'énonciation em train de se faire, déploie un espace du temps plus large et parcouru de façon non-homogène par des mouvements, des temps de l'énonciation, parmi lesquels celui de l'émission, qui ne coïncide donc plus avec celui de l'énonciation.”<sup>78</sup>*

A meu ver, na enunciação vacilante, é uma particularidade do tempo da enunciação que se manifesta: movimentos para trás, para a frente, para dentro, numa tentativa imaginária de expandir horizontal e verticalmente o instante — o aqui-e-agora — do tempo pontual da enunciação (o que coincidiria, imaginariamente, com o da emissão).

Se esse *timing* da formulação é real, como estou pressupondo, deve haver “*sinais*”, “*marcas*” de sua existência no enunciado realizado. De fato, nos fenômenos que denomino como enunciação vacilante, é o real desse tempo da enunciação que se manifesta, enquanto heterogeneidade entre o dizer e o *a dizer*.

Assim, para mim, as modalizações do dizer são as marcas enunciativas desse tempo da formulação que se manifesta nos enunciados afetados pela enunciação vacilante. E, se em tais enunciados, os segmentos **M**, enquanto presença física, ocupam um tempo físico na cadeia, tal presença física inscreve a presença fenomenológica do tempo da enunciação que assim se manifesta.

---

<sup>78</sup> Authier-Revuz, J. (1993: 90-91).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

---

---

### 1. HORIZONTE Nº 1

O sujeito, por sua própria condição, está fadado à dispersão a que a errância dos sentidos o condena, sem jamais se reencontrar com os sentidos e dizeres com os quais coincidiria. Esse tema foi objeto das considerações que se apresentaram ao longo do capítulo III deste trabalho. Por outro lado, dada a natureza do sentido, enquanto necessariamente heterogêneo ao significante que o nomeia e ao real a que visa, isso implica uma posição, para o sujeito enunciante, de necessária ilusão — a ilusão da sinonímia, da denotação, do sentido lá sob o gesto da interpretação — que apagam, para o sujeito, seu lugar necessariamente não originário, mas derivado, uma posição nas filiações.<sup>1</sup> Tais dimensões constitutivas do sujeito, do sentido e da linguagem foram discutidas no capítulo IV deste trabalho.

A particularidade daquilo que denomino o *discurso de si* se inscreve a partir desse horizonte. Diante das coisas a saber / objetos a conhecer<sup>2</sup>, quanto maior o grau de estabilização das representações — o que se manifesta na estabilização dos sentidos enunciados — maior o grau de estabilização do sujeito; portanto, maior o grau de encontro identificatório. Mas, no discurso de si, paradoxalmente, dá-se o contrário. Toda estabilização do sentido parece se escancarar, aqui, em seu caráter insustentável.

É nesse sentido que, embora tenha identificado o discurso de si como um funcionamento no interior de um campo mais amplo, que propus denominar a

---

<sup>1</sup> Orlandi, E. (1996).

<sup>2</sup> Pêcheux, M. (1982).

formação discursiva da *enunciação do si mesmo* (conforme as análises desenvolvidas no capítulo II), insisti em sua particularidade; pois, se no interior de tal formação discursiva, podemos discernir vários outros funcionamentos (gêneros?), que podem ser identificados, mesmo que precariamente\*, como o autobiográfico, o confessional, o relato da vida privada, o relato de experiência pessoal, gêneros esses em que o funcionamento “*discurso de si*” pode emergir em graus variados, pareceu-me necessário guardar a distinção em questão — problema teórico que se tematizou no capítulo I deste trabalho. Pois o que está em questão no *discurso de si* é sempre esse fenômeno da não-estabilização — que se manifesta na *enunciação vacilante* — o que, na abordagem dos funcionamentos-gêneros mencionados, seja nas leituras sócio-psico-históricas, seja nas leituras lingüístico-discursivas, não guardam, a meu ver, essa particularidade irreduzível da não-coincidência/não-estabilização que o funcionamento do discurso de si escancara.

Nesse sentido, a noção de “*fable d’identité*”, proposta por Jacques Brès, aponta para um funcionamento próximo daquele que procurei resgatar ao pôr em jogo a categoria do discurso de si.

Para Brès, a ‘fábula de identidade’ tem como função tamponar, para o sujeito, aquilo que, na sua condição subjetiva, falha em ser nomeado<sup>3</sup>. Debruçando-se sobre dados de entrevistas em que o sujeito entrevistado, convidado a falar de si mesmo relativamente ao modo como vivenciava sua condição de imigrante em meio ao grupo social em que convivia, tal sujeito, segundo Brès, produz, reiteradamente, um discurso “*disfuncionante*”: disfuncionante porque responde de modo não-relevante topicamente (a pergunta exigiria, num primeiro nível, a produção de um discurso não-narrativo); disfuncionante, porque o relato que, disfuncionalmente, se substitui à construção declarativa, “disfunciona” também porque relata algo sobre as origens — ou as

---

\* Digo precariamente porque, a meu ver, tais formas não foram, ainda, suficientemente descritas, de um ponto de vista enunciativo-discursivo.

<sup>3</sup> Brès, J. (1990).

construções romanceadas desta — ao invés de relatar sobre a experiência presente.

Também Prieur aponta para a “*estrangeiridade*” do sujeito na linguagem na medida em que sua identidade se manifesta sempre sob a provisoriedade do agenciamento enunciativo.<sup>4</sup>

Por outro lado, se o *discurso de si* constitui uma das formas pelas quais se constitui, discursivamente, a meu ver, aquilo que Figueiredo<sup>5</sup> chama de forma de subjetivação constitutiva do sujeito da modernidade, tal forma de subjetivação, segundo Jackson, é inseparável do fato de que:

*“(...) l’essort de l’affirmation de soi (...) appartient aux caractéristiques de l’évolution d’une société qui a vu, simultanément, l’atomisation de ses ressortissants s’accentuer toujours davantage.”*<sup>6</sup>

Mas, até que ponto, no presente momento, tal forma de subjetivação ainda é hegemônica culturalmente? Até que ponto outra(s) forma(s) de subjetivação estariam se construindo? De qualquer forma, se essas hipóteses, interrogativamente enunciadas, são verdadeiras, este trabalho, penso, tendo tentado discernir o discurso de si e a forma-sujeito que lhe é própria, poderá talvez contribuir, por um mecanismo de contraste, para se poder compreender e descrever as posições subjetivas e discursivas que, eventualmente, possam estar, na contemporaneidade, se construindo.

---

<sup>4</sup> Prieur, J. M. (1990).

<sup>5</sup> Figueiredo, L. C. (1992).

<sup>6</sup> Jackson, J.E. (1990:135)

## 2. HORIZONTE Nº 2

A enunciação vacilante, conforme já ressalvei ao longo deste trabalho, não ocorre exclusivamente no discurso de si, embora lhe seja constitutiva. A enunciação vacilante pode emergir em meio a qualquer fluxo discursivo, e em qualquer condição de produção de discurso. Mas, toda vez que emerge, é algo da ordem da condição subjetiva que assim se manifesta:

*“(...) tem um lance de rivalidade política que mais ou menos não existe tanto no mundo de hoje.”*

Neste fragmento discursivo, produzido por um dos comentaristas da Rede Globo que, voz em *off*, pontuavam, com suas observações, as imagens que eram transmitidas da festa de abertura dos Jogos Olímpicos em Atlanta (1996), é de enunciação vacilante que se trata: observem-se as modalizações representadas pelo *tem um lance, mais ou menos, tanto*, aí presentes — e correspondentes àquela categoria que, no capítulo VI, classificamos como modalizações que incidem sobre palavra/sintagma realizado.

A seleção cubana entrara na passarela. Sua passagem chamava a atenção: punhos levantados, entusiasmo, firmeza; sua atuação contrastava com a das seleções anteriores. Um dos comentaristas, diante da cena, observou o quanto a presença de Cuba naquelas Olimpíadas em Atlanta significava uma vitória — não só para a seleção olímpica cubana, mas também para Cuba. Lembrou o fato de que Cuba, nos Jogos Olímpicos anteriores, havia, por razões políticas, decidido não participar. Outro observou que tal garra talvez estivesse associada a um duplo orgulho: para além do fato de representarem um país que havia sido capaz de marcar posição, recusando-se a participar dos Jogos Olímpicos anteriores, aquela seleção era uma das melhores do mundo. Outro ainda lembrou que tal gesto não poderia ser dissociado do fato de que tais atletas estavam

pisando em solo daquele país que era o responsável pelo embargo comercial de que Cuba, há 40 anos, sofria.

E eis que um, dentre os comentaristas, se enuncia como acima descrito. O que isso pode significar?

Tal sujeito, talvez, tenha se sentido acuado diante das certezas político-ideológicas dos companheiros relativamente a Cuba (entre os quais, pelo que me lembro, Leci Brandão). E/ou também tivesse julgado que tais comentários estariam sendo excessivos, ou excessivamente simpáticos, e que, talvez, fosse melhor intervir, tentando resguardar a dita “objetividade jornalística” (que nada mais é do que recusa em assumir o gesto de interpretação constitutivo de todo discurso). Nessa situação de interlocução, de qualquer forma, tal sujeito, compelido a se enunciar, faz soar uma voz esquivada, balbuciante, sintoma de algo da ordem da não-coincidência que, no discurso e no sujeito, se manifesta.

A vacilação aponta sempre para a não-coincidência, para a heterogeneidade constitutiva. E a enunciação vacilante não é senão um dentre inúmeros fenômenos enunciativos — a modalidade autonímica, a reformulação, a retomada parafrásica, a retomada interpretativa, a *ratage*, etc. — que se inscrevem numa extensa grade. Todos esses fenômenos mostram, sob graus variados e sob diferentes modos, o encontro com a heterogeneidade que afeta o dizer e o sujeito enunciante. A diferença, entre tais fenômenos, diz respeito ao modo como o sujeito enunciante reage ao encontro com o heterogêneo: às vezes, o representa de modo pontual, circunscrevendo-o num território isolado do discurso outro, do dizer outro, do(s) outro(s) sentido(s), como é próprio das modalidades autonímicas; outras vezes, investindo num lugar meta-discursivo, mais ou menos explicitamente significado, numa tentativa de domar o(s) outro(s) dizer(es) / outro(s) sentido(s), numa tentativa de buscar um lugar de refúgio / proteção contra tal heterogêneo que assim emerge; outras vezes, manifestando-o

através da *ratage* ou simplesmente vacilando, numa espécie de assunção radical e jubilosa da indeterminação — embora extremamente penosa.

Cada uma dessas formas constituem fenômenos enunciativos particulares, que expressam graus diferentes de reflexividade, evidenciando gestos enunciativos de maior ou menor grau de proteção contra o heterogêneo — e, portanto, maior ou menor grau de sutura, de maior ou menor grau de ilusão imaginária de controle sobre o processo enunciativo afetado de heterogeneidade, de maior ou menor grau de escancaramento da precariedade do agenciamento enunciativo que constitui, para o sujeito, sua forma de inscrição simbólica.

Seja como for, é de uma questão de grau que se trata<sup>7</sup>: não de uma oposição distintiva entre formas, apontando para um contraste claramente descontínuo, mas antes para um **continuum** entre formas cuja particularidade só pode ser discernida de modo delicado, exigindo, da parte do analista, a assunção de uma perspectiva interpretativa que envolve, não só a ele, analista enquanto tal, mas também ao gesto de interpretação que o próprio sujeito do discurso aí implicado inscreve, assim, em cada forma.

É nesse sentido que, como diz Orlandi, na análise de discurso:

*“A interpretação (...) passa a ser considerada como um movimento no objeto, ou seja, a interpretação do analista (metodológica) tem de levar em conta o movimento da interpretação inscrita no próprio sujeito do discurso. O trabalho do analista é, em grande medida, situar (compreender) — e não refletir — o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido.”<sup>8</sup>*

<sup>7</sup> Ponto de vista que me foi sugerido por Jacqueline Authier-Revuz.

<sup>8</sup> Orlandi, E. (1996:83)

### 3 HORIZONTE Nº 3

As modalizações do dizer constitutivas da enunciação vacilante apontam a enunciação vacilante como uma *escrita da falta*, em que a saturação do dizer funciona como uma metáfora da falta que afeta o dizer.<sup>9</sup>

De fato, na enunciação vacilante, as modalizações inscrevem um outro dizer, um além do dizer, que vem obturar uma falta do dizer. Nesse sentido, a enunciação vacilante aparece em seu caráter de escrita da impossibilidade<sup>10</sup>: é, ao mesmo tempo, o *nec plus ultra* do processo de estabilização, na medida em que significa um investimento extremo em suturar a falta, e é também o escancaramento trágico dessa impossibilidade.

No que diz respeito a tais formas, talvez se possa dizer, como Schneider, que:

*“(...) não é o sujeito que se representa para outro sujeito através das palavras, mas sim a linguagem que atravessa o sujeito, que o sujeita a uma interlitoralidade que julgamos ser uma intersubjetividade.”<sup>11</sup>*

---

<sup>9</sup> Authier-Revuz, J. (1994)

<sup>10</sup> Leite, N. V. (1994:71).

<sup>11</sup> Schneider, M. (1985: 388).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 
- AUTHIER-REVUZ, J. (1994). “Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio”. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura – da história ao discurso*. Campinas: EDUNICAMP, 1994.
- \_\_\_\_\_ (1993). “Du je de l’intention au jeu du hasard: figures méta-énonciatives du ‘bien dire’”. *Cahiers de Praxématique*. Trad. bras.: “Do eu da intenção ao jogo do acaso: figuras metaenunciativas do ‘bem dizer’”. In: AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras incertas – as não-coincidências do dizer*. Campinas: EDUNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (1993). *Ces mots qui ne vont pas de soi – Boucles réflexives e non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse. [Texto da Tese (1992) não integral]
- \_\_\_\_\_ (1993). “Jeux meta-énonciatifs avec le temps”. In: Parret, H. (org.). *Temps et Discours*. Louvain: Presses Universitaires de Louvain .
- \_\_\_\_\_ (1992). *Les non-coïncidences du dire et leur représentation méta-énonciative*. Thèse de Doctorat, Université de Paris VIII.
- \_\_\_\_\_ (1990). “La non-coïncidence interlocutive et ses reflets méta-énonciatifs”. In: BERRENDONNER, A. & PARRET, H. (orgs.). *L’interaction communicative*. Paris: Peter Lang.
- \_\_\_\_\_ (1988). “Non-coïncidences énonciatives dans la production du sens”. In: *Lynx*, n° 19.
- \_\_\_\_\_ (1987). L’auto-représentation opacifiante du dire dans certaines formes de “couplages”. In: *DRLAV 36-37*. Paris: Centre de Recherches de l’Université de Paris VIII / CNRS.

- \_\_\_\_\_ (1984). “Hétérogénéité(s) énonciative(s)”. In: *Languages 73* (Les plans d'énonciation). Paris: Larousse. Trad. bras.: “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos 19*. IEL, UNICAMP, jul./dez. 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). “Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours”. In: *DRLAV 26*. Centre de Recherches de l'Université de Paris VIII.
- BAKHTIN, M. (1979). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_ (1977). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BENVENISTE, E. (1969). “Semiologia da língua”. In: *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERRENDONNER, A. (1993). “Periodes”. In: PARRET, H. (org.). *Temps et Discours*. Louvain: Presses Universitaires de Louvain.
- BOSREDON, B. (1987). Si dire c'est faire, reprendre c'est faire quoi? In: *Langue Française 73* (La reformulation du sens dans le discours), février. Paris: Larousse.
- BRÈS, J. & GARDES-MADRAY, F. (1991). Ratages et temps de l'à dire. In: PARRET, H. (org.). *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: Éditions du CNRS.
- Brès, J. (1990). “La fable d'identité”. In: *La production d'identité — Symposium International organisé à Sommières, 30, 31 mai et 1<sup>er</sup> juin, 1985 par l'U.A. 04. 1052 du CNRS*. Montpellier, Université Paul-Valéry et CNRS, 1986.
- COHN, D. (1978). *La transparence intérieur – modes de représentation de la vie psychique dans le roman*. Paris: Ed. Seuil, 1981.
- CONTRI, G. (1972). “Nozioni fondamentali nella teoria della struttura di Jacques Lacan”. *Scritti Scelti di Analisi e Teoria della Scienza*. Torino: Boringhieri.
- COURTINE, J.J. (1981). “La toque de Clémentis”. In: *Le discours psychanalytique*, n° 2, 1981.

- DANON-BOILEAU, L. & BUSCAREN, J. (1984). “Pour en finir avec Procuste”. In: *Languages 73*. Paris: Larousse.
- DAVOINE, F. & GAUDILLIÈRE, J.M. (1981). “Le neutre du sujet”. In: *Matérialités Discursives*. Lille: P.U.L.
- DOR, J. (1985). *Introdução à leitura de Lacan – o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DUCROT, O. (1984). “Esquisse d’une théorie polyphonique de l’énonciation”. In: *Le dire et le dit*. Paris: Minuit. Trad. bras.: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- FIGUEIREDO, L.C. (1992). *A invenção do psicológico – quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: Ed. Escuta/EDUC.
- FOISIL, M. (1986). “A escritura do foro privado”. In: ARIÈS, Ph. & CHARTIER, R. (orgs.) (1991). *História da Vida Privada 3 – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras.
- FOUCAULT, M. (1971). *L’ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- FRANCKEL, J.J. & LEBAUD, D. (1990). *Les figures du sujet – a propos des verbes de perception, sentiment, connaissance*. Paris: Ophris.
- FUCHS, C. (1982). *La paraphrase*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_ (1982). “La paraphrase entre la langue et le discours”. In: *Langue Française* nº 53 (La vulgarisation). Paris: Larousse, fev.
- GADET, F. e PÊCHEUX, M. (1981). *La langue introuvable*. Paris: Maspero.
- GALVES, Ch. (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: EDUNICAMP.
- GOULEMOT, J.M. (1986). “As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIÈS, Ph. & CHARTIER, R. (orgs.) (1991). *História da Vida Privada 3 – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras.

- GREEN, A. (1971). “La déliaison”. In: *Littérature n° 3*. Publicado também em GREEN, A. (1992). *La déliaison*. Paris: Les Belles Lettres.
- GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. (1988). “Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito”. In: *Sujeito e texto*. São Paulo: EDUC.
- HABERMAS, J. (1968). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- HAROCHE, Cl. (1984). *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HAROCHE, Cl. (1981). “L’ellipse (manque nécessaire) et l’incise (ajout contingent) – le statut de la détermination dans la grammaire et son lien à la subjectivité”. In: *Matérialités Discursive*. Lille: P.U.L.
- HENRY, P. (1988). “Sujeito, sentido, origem”. In: ORLANDI, E. (org.) (1993). *Discurso Fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes.
- JACKSON, J.E. (1990). “Mythes du sujet: a propos de l’autobiographie et de la cure analytique”. In: *L’autobiographie — VI<sup>es</sup> Rencontres Psychanalytiques d’Aix-en-Provence 1987*. Paris: Les Belles Lettres.
- JACQUES, F. (1982). *Différence et subjectivité*. Paris: Éditions Aubier Montaigne.
- JURANVILLE, A. (1984). *Lacan e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- KLEIBER, G. (1987). “Mais à quoi sert donc le mot *chose*?” Une situation paradoxale. *Langue Française 73* (La reformulation du sens dans le discours), février. Paris: Larousse.
- LACAN, J. (1981). *O Seminário, Livro 3 – As psicoses (1955-1956)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- \_\_\_\_\_ (1978). *O Seminário, Livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (1954-1955)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

- \_\_\_\_\_ (1975). *O Seminário, Livro 20 – Mais, ainda*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_ (1973). “L’Étourdit”. In: *Silicet* n° 4, 1972.
- \_\_\_\_\_ (1960). “Positions de l’inconscient”. In: *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- LEITE, N.V.A. (1994). *Psicanálise e Análise de Discurso*. Rio de Janeiro: Ed. Campo Matêmico.
- MAINGUENEAU, D. (1987). *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes/EDUNICAMP, 1989.
- \_\_\_\_\_ (1986). “Le langage en suspens”. In: *Paroles inachevées – études linguistiques, pragmatiques et processuelles de conversations, brouillons et textes*. DRLAV n° 34/35, Centre de Recherche de l’Université de Paris VIII.
- MARADIN, J.M. (1986). “Ce est un autre”. In: *Langages* 81. Paris: Larousse.
- MILLER, J.A. (1984). *Percurso de Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- \_\_\_\_\_ (1966). “La suture”. In: *Cahiers pour l’analyse* n° 1 (1966-1969). Paris: Seuil.
- MILNER, J.C. (1989). *Introduction à une science du langage*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1983). *Les noms indistincts*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1978). *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MURAT, M. & CARTIER-BRESSON, B. (1987). C’est-à-dire ou la reprise interprétative. In: *Langue Française* 73 (La reformulation du sens dans le discours), février. Paris: Larousse.
- NEYRAUT, M. (1990). “De l’autobiographie”. In: *L’autobiographie – VI<sup>ème</sup> Rencontres Psychanalytiques d’Aix-en-Provence* 1987. Paris: Les Belles Lettres.
- NORMAND, Cl. (1985). “Le sujet dans la langue”. In: *Langages* 77 (*Le sujet entre langue et parole(s)*), Paris: Larousse, mars/85.

- OLGIVIE, B. (1987). *Lacan – a formação do conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- ORLANDI, E. (1996). *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (1992). *As formas do silêncio*. Campinas: EDUNICAMP.
- \_\_\_\_\_ (1988). “A incompletude do sujeito – e quando o outro somos nós?” In: ORLANDI, E. et alii. *Sujeito e Texto*. EDUC.
- \_\_\_\_\_ (1986). “A Análise de Discurso: algumas observações”. In: *Delta*, Vol. 2, nº 1, fev./86, São Paulo: EDUC.
- \_\_\_\_\_ (1984). “Segmentar ou recortar”. In: *Série Estudos 10*. Uberaba: FIU.
- ORLANDI, E. (1983). “Funcionamento e discurso”. In: *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1983). “Sobre tipologia de discurso”. In: *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense.
- PÊCHEUX, M. (1988). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- \_\_\_\_\_ (1983). “A análise do discurso – três épocas”. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.
- \_\_\_\_\_ (1982). “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos 19*, IEL, Unicamp, jul-dez. 1990.
- \_\_\_\_\_ (1981). “L’énoncé; enchâssement, articulation et dé-liaison”. In: *Matérialites discursives*. Lille: P.U.L.
- \_\_\_\_\_ (1975). *Les vérités de la Palisse*. Paris: Maspero. Trad. bras.: *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.

- POMMIER, G. (1987). *O desenlace de uma análise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- PONTALIS, J.-B. (1990). “Derniers, premiers mots”. In: *L'autobiographie – VI<sup>ème</sup> Rencontres Psychanalytiques d'Aix-en-Provence 1987*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- PRANDI, M. (1991). “Figures textuelles du silence: l'exemple de la réticence”. In: PARRETT, H. (org.). *Le sens et ses hétérogénéités*. Paris: Éditions du CNRS.
- PRIEUR, J.M. (1990). “Passants”. In: *La production d'identité — Symposium International organisé à Sommières, 30, 31 mai et 1<sup>er</sup> juin, 1985 par l'U.A. 04. 1052 du CNRS*. Montpellier, Université Paul-Valéry et CNRS, 1986.
- RADZINSKI, A. (1985). “Lacan/Saussure: les contours théoriques d'une rencontre”. In: *Langages 77 (Le sujet entre langue et parole(s))*, Paris: Larousse, mars/85.
- RANUN, O. (1986). “Os refúgios da intimidade”. In: ARIÈS, Ph. & CHARTIER, R. (orgs.). *História da Vida Privada 3 – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- RÉCANATI, F. (1981). *Les énoncés performatifs*. Paris: Minuit.
- SALLENAVE, D. (1972). “Em torno do ‘monólogo interior’: leitura de uma teoria”. In: *Masculino. Feminino. Neutro – ensaios de semiótica narrativa*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1976.
- SAUSSURE, F. (1916). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970, 2<sup>a</sup> ed.
- SCHNEIDER, M. (1985). *Ladrões de palavras*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.
- SERRANI, S. (1993). *A linguagem na pesquisa sociocultural – um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: EDUNICAMP.
- SOUZA, P. (1997). *Confidências da carne*. Campinas: EDUNICAMP.



TAMBA-MECZ, I. (1987). “Ou” dans les tours du type: “un bienfaiteur public ou évergète”. In: *Langue Française 73* (La reformulation du sens dans le discours), février. Paris: Larousse.

\_\_\_\_\_ (1981). *Le sens figuré*. Paris: PUF.

TODOROV, T. (1984). “Prefácio”. In: BAKHTIN, M. (1979). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_ (1978). *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

\_\_\_\_\_ (1970). “Problèmes de l’énonciation”. In: *Langages 17* (L’énonciation). Paris: Larousse, mars/70.

TROGNON, A. (1993). “Discontinuités énonciatives. Temps de l’interaction et temps de la pensée”. In: PARRET, H. (org.) *Temps et Discours*. Louvain: Presses Universitaires de Louvain.

VERDIGLIONE, A. (1979). “Matemática do inconsciente”. Introdução. In: FREUD, S. *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70.

WITTGENSTEIN, L. (1969). *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1990.